

Maria Antônia de Souza Regina Bonat Pianovski (orgs.)

Retratos

da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná: campo, sujeitos e escola pública







Comissão Institucional de Editoração Científica

Dra. Josélia Schwanka Salomé Dr. Geraldo Pieroni Dr. Fausto dos Santos Amaral Filho Dra. Giselle Massi Dr. Murilo Rodrigo Zibetti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca "Sydnei Antonio Rangel Santos" Universidade Tuiuti do Paraná

R437 "Retratos da Região Metropolitana de Curitiba – Paraná: campo, sujeitos e escola pública" / org. Maria Antônia de Souza, Regina Bonat Pianovski. – Curitiba: UTP, 2019. p. 254

ISBN 978-85-7968-091-5

1. Região Metropolitana de Curitiba. 2. Educação do Campo. 3. Escolas públicas. I. Souza, Maria Antônia. II. Pianovski, Regina Bonat. III. Titulo.

CDD - 370.91734098162

Bibliotecária responsável

Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212



Reitoria

Luiz Guilherme Rangel Santos

Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação Afonso Celso Rangel dos Santos

Pró-Reitoria Administrativa Camille Barrozo Rangel Santos Prado Pereira

> Pró-Reitora Acadêmica João Henrique Faryniuk

Pró-Reitoria de Promoção Humana Ana Margarida de Leão Taborda

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - PROPPE Bianca Simone Zeigelboim

> Editoração Científica - Coordenação Josélia Schwanka Salomé

Produção Cráfica, Editoração Eletrônica e Capa Haydée Silva Guibor

Revisão de Língua Portuguesa A revisão é responsabilidade dos autores dos textos.

lmagem da capa

Maria Antônia de Souza, Campo Magro, 2017

Campus Sydnei Lima Santos

Rua Sydnei Antônio Rangel Santos, 245 Santo Inácio | CEP 82010-330 | Curitiba - PR 41 3331-7654 | editoracao.proppe@utp.br

Sumário

Apresentação	7
Maria Antônia de Souza	
Regina Bonat Pianvoski	
Retratos da Região Metropolitana de Curitiba: contribuição ao esquadrinhamento social da sua identidade	12
Maria de Fátima Rodrigues Pereira	12
Fotografia: registro do tempo e do lugar	22
Josélia Schwanka Salomé	22
Região Metropolitana de Curitiba: traços geográficos e a Educação do Campo	31
Camila Casteliano Pereira dos Santos	
Maria Antônia de Souza	
Maria Arlete Rosa	
O campo, suas territorialidades e as escolas públicas: retratos do Município de Araucária	52
André Luiz Batista da Silva	32
Simeri de Fátima Ribas Calisto	
Relações entre campo, educação e formação de professores no Município de Campo Magro	71
Maria Iolanda Fontana	71
Município de Piraquara: potencial para articulação entre Educação Ambiental e Educação do Campo	86
Gerson Luiz Buczenko	
Almirante Tamandaré: o território rural	98
Camila Casteliano Pereira dos Santos	
Fábia Resende Pinto	
Vanusa Emília Borges	
Campo Largo: memória, ruralidade e resistência	114
Donizete Aparecido Fernandes	
Marilei de Fátima Ferreira Gonçalves	

Bocaiúva do Sul: o território rural	126
Cerro Azul: um Município do Vale do Ribeira	139
O Município de Colombo e suas marcas de ruralidade	154
Fazenda Rio Grande: entre as marcas da ruralidade e a presença de grandes indústrias	163
Imagens de São José dos Pinhais: evidenciando aspectos da realidade do campo	176
Retratos da Região Metropolitana de Curitiba: cantos e encantos de Tijucas do Sul	193
Lapa: entre a história e as marcas da ruralidade	208
Retratos do atendimento nas escolas e centros municipais de Educação Infantil no campo em Araucária	231
Apêndice - Região Metropolitana de Curitiba - caminhos a percorrer	244
Sobre os Autores	250

Apresentação - Retratos da Região Metropolitana de Curitiba

Maria Antônia de Souza - UEPG | UTP Regina Bonat Pianovski - UTP

Este livro Retratos da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) traz resultados do trabalho coletivo realizado pelos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP¹), pertencentes ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação – (PPGEd) da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). No período de 2013 a 2017, o Núcleo desenvolveu um projeto de pesquisa financiado pela CAPES/ Programa Observatório da Educação. A pesquisa teve como título Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: diagnóstico, diretrizes curriculares e reestruturação dos projetos político-pedagógicos. Dela participaram 12 graduandos das licenciaturas em Pedagogia e História, seis mestrandos, dois doutorandos, dez professores da Educação Básica e seis professores do PPGEd. Desses participantes, 21 foram bolsistas CAPES/OBEDUC², somando os graduandos, pós-graduandos e professores da Educação Básica.

Durante cinco anos os pesquisadores trabalharam colaborativamente com professores, equipes pedagógicas e comunidades locais. Trabalho direcionado para discutir as características do campo no Brasil e nos municípios da RMC, as escolas públicas, a concepção de Educação do Campo e a reelaboração de projetos político-pedagógicos. Durante as pesquisas foi organizado um acervo fotográfico que, aos poucos, despertou o interesse do grupo na produção de livro que trouxesse as marcas rurais dos municípios, retratasse a cultura e modo de vida dos povos do campo, e, ao mesmo tempo, propiciasse reflexões pedagógicas aos professores das escolas no/do campo. A produção do livro teve início em 2017, contando com resultados da pesquisa supracitada, e foi finalizada no início de 2019. Fruto de trabalho coletivo, o livro com textos de autoria/coautoria de professoras/es de escolas públicas, mestres, doutores e docentes da educação superior é resultado da parceria entre universidade (graduação e pós-graduação *stricto sensu*) e escolas públicas. São 16 capítulos que têm o intuito de dar visibilidade às características socioeconômicas e socioambientais de municípios integrantes da RMC, bem como fortalecer o interesse das equipes pedagógicas no aprofundamento de estudos sobre as comunidades locais e regionais, na identificação de problemas comuns aos municípios e das potencialidades socioculturais, socioambientais e econômicas.

A RMC é composta por 29 municípios. Segundo a COMEC³, essa Região é a oitava mais populosa do Brasil, com 3.223.836 habitantes e é a segunda maior Região em extensão territorial, composta por 16.581,21km². Foi criada pela

¹ A descrição do núcleo de pesquisa, sua composição e publicações, estão disponíveis em http://189.36.8.100/nupecamp/ Acesso: 30 jul. 2018.

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Programa Observatório da Educação.

³ Disponível em http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30. Acesso: 30 jan. 2019.

Lei Complementar Federal sob nº 14 de 1973, inicialmente com 14 municípios, a saber: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. Essa composição foi mantida até os anos de 1990, quando desmembramentos de municípios tiveram início, como demonstrado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC):

Fazenda Rio Grande é criado em 28 de janeiro de 1990 (desmembrado de Mandirituba); Tunas do Paraná em 30 de abril de 1990 (desmembrado de Bocaiúva do Sul); Itaperuçu em 09 de novembro de 1990 (desmembrado de Rio Branco do Sul); e, em 18 de março de 1992, Pinhais (desmembrado de Piraquara). Os limites do território metropolitano, entretanto, só são alterados em 1994 pela lei estadual n.º 11.027/94. Foram incluídos os municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses (desmembrado de Cerro Azul em 20 de novembro de 1990), Quitandinha (desmembrado de Contenda e de Rio Negro em 13 de junho de 1961), e Tijucas do Sul. Em 1995 os contornos da RMC são mais uma vez expandidos pela Lei Estadual 11.096/95, com a inserção de Adrianópolis (desmembrado em 25 de julho de 1960 de Bocaiúva dos Sul). Registra-se nesse mesmo ano o desmembramento de Campo Magro do município de Almirante Tamandaré (11 de dezembro de 1995). A inclusão de Agudos do Sul (desmembrado de Tijucas do Sul em 25 de julho de 1960) pela Lei Estadual 12.125/98 marca a última alteração da década de 90. O território da RMC permanece com 25 municípios até a inserção da Lapa, por meio da Lei Estadual 13.512/2002. E, em 2011, através da Lei Complementar Estadual nº 139/11, os municípios de Campo do Tenente, Piên e Rio Negro também foram incluídos na RMC.⁴

É uma Região marcada por contrastes entre campo e cidade; produção industrial/agropecuária e produção na agricultura familiar; áreas de proteção ambiental e atividades de exploração mineral e florestal; municípios com alta renda per capita e aqueles com menor renda e Índice de Desenvolvimento Humano. A relação trabalho x capital é visível nas relações de trabalho no campo e na cidade. Muitos municípios fornecem mão-de-obra para as cidades maiores, tornando-se "municípios dormitórios". Outros são marcados pelo trabalho no campo, tanto o assalariado como o familiar. Trabalho assalariado em chácaras, olarias, segmentos de turismo rural e empresas de mineração ou de exploração florestal. Os povos que são tradicionais do campo, como indígenas, faxinalenses, camponeses familiares entre outros, resistem morando e produzindo na agricultura e pecuária.

Dentre os 29 municípios, excetuando Curitiba, 28 possuem trabalho com a terra, contrastando atividades econômicas em larga escala e extensão territorial e atividades familiares. A produção em grande extensão territorial tem sido de mandioca, milho, soja, fumo, cana-de-açúcar, exploração florestal, especialmente. A produção em pequenas propriedades e extensão de terra é feita por agricultores familiares com cultivos de frutas, legumes e verduras, tais como laranja, limão, ponkan, uva, tomate, abacate, arroz, batata-doce, caqui, maçã, pêssego, cebola, alface entre outros. Também, são expressivas a criação de aves para produção de ovos e frangos para abate, suínos e bovinos. Há a agricultura tradicional convivendo com a orgânica em pequenas propriedades. Também, existem atividades não-agrícolas, a exemplo do turismo rural. E, as atividades de mineração, a exemplo das indústrias de cimento e calcário.

⁴ Reproduzido de http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30. Acesso: 30 jan. 2019.

Os municípios da RMC possuem densidade demográfica entre 4,46 hab/km² (Adrianópolis, município de menor densidade demográfica) e 4.402,31 hab/km² (Curitiba, município de maior densidade demográfica). São 18 municípios com densidade demográfica menor do que 80 hab/km². Dos 29 municípios, 11 possuem a maior parte da população vivendo no campo. Dentre esses 11 municípios, seis possuem a maior extensão territorial no contexto da RMC; o município da Lapa possui a quarta maior área territorial do estado do Paraná. A tendência é de que municípios de grande extensão territorial possuam baixa densidade demográfica. Esse fato é primordial quando se planejam as políticas públicas, pois indica que a população está dispersa e que maiores recursos serão necessários para viabilizar escolas, postos de saúde, transporte, manutenção de estradas etc.

Os municípios da RMC possuem dezenas de comunidades rurais, alguns possuem 70 comunidades, que nem sempre são conhecidas das equipes pedagógicas, no âmbito da educação, e das equipes gestores no contexto da gestão política local. Portanto, um dos desafios é reconhecer a existência dos povos do campo, do trabalho com a terra, da história das comunidades contadas por elas mesmas. A partir desse reconhecimento, gerar novas iniciativas participativas para o acompanhamento e planejamento das políticas públicas.

Municípios de grande extensão territorial tendem a possuir um número maior de escolas multisseriadas e escolas nucleadas. As escolas multisseriadas concentram alunos de diferentes níveis em uma mesma turma; as escolas nucleadas resultam do fechamento de várias escolas multisseriadas cujos alunos são agrupados numa mesma escola matriz. Esse fato exige políticas de formação continuada de professores voltadas para a construção de projetos pedagógicos que superem as práticas seriadas tradicionais. Miguel Arroyo e Salomão Hage, em várias obras, têm mostrado a importância de processos formativos mediante projetos marcados pelo trabalho coletivo, superando as práticas seriadas e centradas nos conteúdos fragmentados. Mas, essa superação ainda tem sido desafio na maior parte dos municípios que tendem a desejar o fim das escolas multisseriadas, considerando-as precárias e fracas, algo que pode ser transformado mediante políticas de investimento nas escolas públicas, no trabalho docente, na gestão escolar e na formação continuada de professores.

Na pesquisa de 2013 a 2017 que deu origem a esta obra, realizamos trabalhos de campo em 24 municípios da RMC. Constatamos que os dez municípios com maior extensão territorial na RMC são os que mais possuem escolas no campo e, por vezes, os que possuem menor densidade demográfica, conforme será demonstrado no terceiro capítulo desta obra. São municípios que têm enfrentado a política de fechamento de escolas a partir dos anos de 1980 e práticas de nucleação escolar.

Além do projeto supracitado, no período de 2011 a 2014, o NUPECAMP participou da pesquisa intitulada *Realidade* das escolas do campo na Região Sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores, desenvolvido com financiamento CAPES/OBEDUC, como núcleo em rede coordenado pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), com participação da UFPEL (Universidade Federal de Pelotas) e UTP (Universidade Tuiuti do Paraná). Com os resultados do referido projeto foi produzido um livro

organizado por Souza (2016)⁵ contendo capítulos sobre escola pública, Educação do Campo, formação de professores, práticas pedagógicas e letramento. Reflexões fundamentadas na produção nacional já consolidada da Educação do Campo, com a intenção de provocar a problematização da lógica tradicional que marca o "jeito de fazer política no espaço local" e na escola. Esse jeito centralizado na equipe gestora e nas decisões "de cima" tem sido interrogado em vários municípios. Com isso, novas experiências são construídas nas escolas e comunidades, ainda que sejam a "passos lentos" haja vista a força da cultura política autoritária e clientelista.

O NUPECAMP vem consolidando suas práticas coletivas de pesquisa com intensa relação com professores e equipes pedagógicas das escolas públicas municipais, localizadas no campo. Além das coletâneas mencionadas anteriormente, produziu um vídeo sobre a RMC, com ênfase nas escolas públicas. O vídeo está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=E_S5zpYnZz0 e pode ser utilizado como recurso didático tanto nas atividades escolares como nos trabalhos comunitários.

Há, portanto, um conjunto de produção sobre a RMC e sobre o estado do Paraná no que diz respeito à escola pública e Educação do Campo. De 2013 a 2017 foram concluídas 4 teses de doutorado, 9 dissertações de mestrado e 8 trabalhos de conclusão de curso de graduação; e 3 teses e uma dissertação em fase de conclusão. Em nossos trabalhos, a ênfase tem se voltado para a escola pública por considerar que é nela que os filhos dos agricultores familiares camponeses estão presentes; e, por reconhecer que as escolas públicas, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas ainda estão distantes dos princípios da Educação do Campo, particularmente no que refere ao vínculo entre comunidade e escola. Ainda, é necessário ampliar os estudos sobre o campo na RMC, pois o mesmo fica "invisibilizado" em meio ao contexto urbano e às atividades do agronegócio realizadas em grandes extensões de terra ou por meio de "parcerias" com pequenos agricultores.

Os municípios da RMC têm importantes características rurais que necessitam ser aprofundadas nos processos de formação inicial e continuada de professores, bem como no processo formativo escolar na Educação Básica. O campo é marcado pela relação e contradição capital x trabalho, pela diversidade de povos do campo e aspectos socioculturais, pelos aspectos socioambientais como existência de áreas de proteção ambiental e atividades de turismo rural, áreas de mananciais, existência de diversas atividades econômicas na agricultura familiar em contraste com a produção em larga escala de pinus, milho e soja.

Neste livro, em 16 capítulos, são caracterizados 12 municípios da RMC, produção que se soma às coletâneas organizadas por Souza (2018)⁶ e por Souza e Germinari (2017)⁷, que trazem resultados de pesquisa na Região também. Ele objetiva provocar o leitor a pensar os sujeitos, o trabalho, o campo e a escola na RMC. Com isso, desperta o

⁵ Coletânea: Escolas públicas no/do campo: letramento, formação de professores e prática pedagógica, organizado por Maria Antônia de Souza, 2016, Editora da Universidade Tuiuti do Paraná. O livro está disponível em PDF em http://189.36.8.100/nupecamp/arquivos/Livrocoletivoescolaspublicas2016.pdf Acesso em: 8/7/2018.

⁶ Coletânea intitulada Escola pública, Educação do Campo e projeto político-pedagógico, organizada por Maria Antônia de Souza, Curitiba, Editora da UTP, 2018. A obra pode ser acessada digitalmente no site do NUPECAMP, a saber: http://universidadetuiuti.utp.br/nupecamp/arquivos/escolapublicaeducacaodocampoeprojetopoliticopedagogico.pdf. Acesso: 2 fev. 2019.

⁷ Coletânea intitulada Educação do Campo: território, escolas, políticas e práticas educacionais, organizada por Maria Antônia de Souza e Geyso Dongley Germinari, Curitiba, Editora da UFPR, 2017.

olhar para os municípios da RMC, suas ruralidades e, especialmente, a contradição advinda do modo capitalista na agricultura, manifesta na contaminação pelo uso de agrotóxicos, nos impactos advindos das atividades econômicas de extração de minerais e nos desdobramentos oriundos da concentração da propriedade e da desvalorização da agricultura familiar camponesa. Também pensar nos sujeitos que moram nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, na valorização de suas culturas e de seus modos de vida e de organização social. A RMC expressa estreita relação entre campo e cidade, tema que requer estudos minuciosos e de interrogação da realidade.

É uma obra rica em imagens da RMC, selecionadas pelos moradores dos municípios, professores de escolas públicas e pós-graduandos em Educação, que vivem nas localidades "retratadas". Toma-se como referência a materialidade da vida em perspectiva histórica e com o olhar voltado para a relação entre trabalho e educação, relação entre capital e trabalho, e a interdependência campo-cidade. A perspectiva teórica que direciona o coletivo a descrever e problematizar a realidade tem natureza materialista histórico dialética. Trata-se da compreensão do método, da sociedade e da postura em sua perspectiva de movimento dialético, marcado por contradição, que aos poucos vai sendo apropriado pelos membros do grupo de pesquisa. Essa compreensão volta-se para a transformação da realidade, tarefa que sofre as determinações do modo de produção capitalista, da ideologia burguesa e da política em sua face liberal. É nesse movimento de formação de pessoas e de coletivos que se localiza a produção ora apresentada. São pessoas que questionam a própria visão de mundo, de escola e de pesquisa. Em alguns momentos conteúdos excessivamente descritivos, em outros momentos as críticas florescem. A descrição é um dos passos para a identificação de múltiplos determinantes da realidade e do nexo entre eles.

Retratos da Região Metropolitana de Curitiba: contribuição ao esquadrinhamento social da sua identidade

Maria de Fátima Rodrigues Pereira¹

A verdadeira fidalguia é a ação. O que fazeis, isso sois, nada mais. (Vieira, Sermão da Terceira Dominga do Advento)

Introdução

A obra, ora apresentada ao leitor, intitulada *Retratos da Região Metropolitana de Curitiba-Paraná: campo, sujeitos e escola pública* remete a considerar o conceito de retrato. A concepção de retrato na qual se assenta este texto é a de que o homem/ humanidade não é um simples mônada, isolado, desgarrado, antes que o homem é ele e suas circunstâncias históricas, sua historicidade. A guarida que se faz ao contexto, não significa abandono da figura humana e vice-versa. Não se tem visão academicista que sinaliza para uma concepção analítica-objetiva de retrato, com suas métricas e modelos, nem os autores e autoras reportados o foram segundo essa perspectiva se bem que não se despreze, mas nos interessa considerar retrato como conjunto de signos a desvelar o real de ontem e de hoje, e, portanto, recurso de humanização.

De origem do verbo latino retrahere que significa copiar (VERBETE RETRATO, ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL), retrato é entendido como desenho da figura humana, sua presença está entre nós desde a Antiguidade. Os egípcios que acreditavam na vida após a morte, e, para tanto, fizeram grandes avanços na preservação dos corpos realizaram retratos em sarcófagos, o objetivo era de identificar o corpo ali sepultado. Usavam a técnica da encáustica, trabalho com mistura de pigmentos coloridos e cera, que resultava em uma massa densa e viscosa fácil de manusear e resistente de tal maneira que chegou aos dias de hoje. Retratos humanos foram feitos em pedra na Grécia e Roma Antiga. Vigia, então, a concepção da história assentada na produção da vida, nos trabalhos agrícolas, um eterno retorno, à semelhança das sucessivas estações do ano, uma visão cíclica que conjugou-se com a aquela de que somente os heróis pela força e estratégia, eram dignos de entrarem na história e sua identidade eternizada. Os heróis e as narrativas

¹ Graduada em História pela Universidade de Coimbra, doutora em Educação pela Unicamp. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Autora das obras: Concepções de História na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, da editora Grifos, em 2002, e Formação de Professores: debate e prática necessários a uma educação emancipada, da editora Argos, em 2010, entre outras, é líder do Grupo de Pesquisa/CNPq Trabalho, Educação e Políticas Educacionais/Linha Formação de Professores, suas pesquisas estão centradas no campo da formação e trabalho de professores. E-mail: maria.pereira@utp.com.br

míticas exemplares, atemporais eram arquétipos de formação, modelos de identidade. A Idade Média deixou retratos registrados em ferro, em pedra, esculpidos nos retábulos de altares, dedicados a santos e mártires da Igreja, de forma a perpetuar seus milagres, ações da Providência divina, também em estátuas jacentes de reis, heróis, de maneira a glorificar seus feitos, suas conquistas de guerra. O Renascimento, introduziu os cenários e os retratos ganharam nos pincéis de Leonardo da Vinci (1452-1519), e sua técnica de luz e sombra, o mistério, o enigma de uma Mona Lisa também conhecida como Gioconda. O uso da técnica *sfumato*, lhe permitia misturar contornos, da Vinci registrou em suas telas identidades em relação, que se completam, manifestação de um tempo de mudança, de afirmação do humano. Na Idade Média, os retratos foram restritos aos membros da aristocracia, na transição do feudalismo ao capitalismo, além de reis, membros do alto clero e da nobreza, os primeiros burgueses fizeram-se retratar em cenários que demonstram riqueza, posse de objetos próprios dos homens de negócios, modos de vida. O pintor flamengo Jan van Eyck (1395-1441) registrou em tinta a óleo sobre madeira, cena intimista do casal Arnolfini em seus aposentos, rodeado de utensílios, expostos em detalhes que demostram riqueza, um tempo em que o homem ganhava confiança em si mesmo e a visão de história de um eterno progresso se forjava.



Figura 1: Jan Van Eyck - Casal Arnolfini (1434)

O Brasil tem tido bons retratistas, alguns nascidos aqui, outros estrangeiros que vieram, registraram e deram a conhecer a fauna, flora, as gentes. Entre tantos, autóctones ou não, poderíamos considerar aqui Frans Post (1612-1680); Vitor Meirelles (1832-1903) Almeida Júnior (1850-1899), Tarsila do Amaral (1886-1973), Di Cavalcanti (1897-1976). Destacamos, dois entre tantos: um do período colonial- Jean Baptiste Debret (1768-1848) e Tarsila do Amaral (1886-1973). Debret foi grande pintor/ retratista/ cronista do Brasil joanino e do Primeiro Reinado "nos revela a nós mesmos" (CARVALHO, 2008, p. 9), a identidade de uma colônia que se transformava em sede do reino. O artista retratista, sobretudo do Rio de Janeiro, urbano e rural, da corte, das relações sociais de escravidão, fez parte da Missão Francesa, contratada pelo marquês de Marialva, "Sem dúvida teve de atender às exigências da Corte que lhe pediam grandes quadros de casamentos reais, coroações e outras solenidades e retratos em cenas nobres" [...], também "cenas do cotidiano, [...], figuras populares" (CARVALHO, 2008, p. 9). Por ele "somos informados como se vestia, trabalhava, se divertia, era enterrada gente simples e gente rica e gente simples, livres e escravos" (CARVALHO, 2008, p. 9). Um Brasil escravista em práticas religiosas, no interior das casas senhoriais, no trabalho, homens e mulheres reais afinal da vida real, não idealizados, como se apresentam em seguida,



Figura 2: Jean Baptiste Debret, Refrescos à Tarde no Largo Terreiro do Paço

Exímio descritor em tela e texto, Debret explica em *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil:* "É, por conseguinte, lá pelas quatro horas da tarde que se podem ver esses homens de pequenas rendas chegar de todas as ruas adjacentes ao largo do Palácio a fim de se sentarem nos parapeitos do cais onde têm por costume respirar o ar fresco até a hora da Ave-Maria. Em menos de meia hora todos os lugares estão tomados, e, após as cortesias em uso entre gente que não tem o que fazer, cada um chama um vendedor de doces, menos para comprar uma guloseima do que para engolir de um trago a metade da água contida na pequena moringa que o negro carrega à mão e que constituí um remédio indispensável para a sede de um jantar apimentado de acordo com o antigo código da cozinha brasileira" (DEBRET, 2016, p. 203).

Debret com sua obra nos legou cenários que expressam a identidade de um país em formação, veja-se em seguida um retrato de cena caseira e logo duas outras referentes a folguedos com música, relações de trabalho e pode se dizer educação profissional.

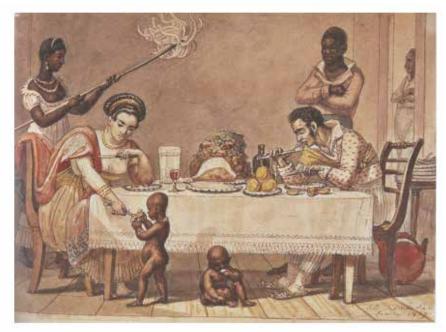


Figura 3: Jean Baptiste Debret, Jantar no Brasil

Eis uma tela onde o artista registrou o jantar de um comerciante abastado. A respeito ele mesmo considerou em sua obra já citada anteriormente: "No Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, é costume, durante o "tête-à tête de um jantar conjugal, que o marido se ocupe silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraia com os negrinhos que substiuem os doguezinhos, hoje quase, completamnte, desaparecisos da Europa" (DEBRET, 2016, p.197).



Figura 4: Jean Baptiste Debret, Marimba, passeio de domingo após o meio dia, 1826.

Nesta tela Debret dá destaque à música, aos festejos, aos instrumentos musicais que os escravos trouxeram da África, a marimba, era a viola de Angola, espécie de lira de quatro cordas, instrumento da sua identidade musical.

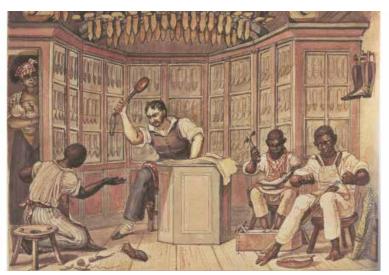


Figura 5: Jean Baptiste Debret, Sapatarias

No Brasil do oitocentos em que poucos andavam calçados e numa cidade como o Rio de Janeiro em que ruas e caminhos eram na sua maioria de terra batida, com morros e calçamento irregular, "o europeu que chegasse à capital do reino de Portugal, em 1816, mal poderia acreditar, diante do número considerável de sapatarias, todas cheias de operários" (DEBRET, 2016, p. 253). As sinhás, "usando exclusivamente sapatos de seda para andar com qualquer tempo por cima das calçadas de pedra" (DEBRET, 2016, p. 253), esgarçavam em pouco tempo os tecidos delicados. Todavia, "Esse luxo, aliás, não é exclusivo aos senhores, ele obriga a brasileira rica a fazerem calçarem-se com ela própria, com sapatos de seda, as seis ou sete negras que a acompanham na igreja ou no passeio (DEBRET, 2016, p. 255).

O autor retrata relações de aprendizagem e trabalho; "a loja opulenta de um sapateiro português castigando seu escravo: a mulata, sua mulher, embora aleitando uma criança não resiste ao prazer de espiar o castigo" (DEBRET, 2016, p. 255).

Já as identidades do século XX, com todas as suas complexidades e contradições foram por muitos registrados, atentamos aqui para Tarsila do Amaral.

Tarsila do Amaral, nascida em Capivari, interior de São Paulo, em uma família abastada, ganhou a cidade grande e o mundo muito jovem, primeiramente em Barcelona para onde foi estudar, depois Paris. Participou da semana de Arte Moderna em 1922, junto com Oswald de Andrade (1890-1954), Anita Malfatti (1889-1964), Mário de Andrade (1893-1945) e Menotti del Picchia (1892-1988) formou o Grupo dos Cinco que influenciou a arte brasileira em todos os seus âmbitos, da literatura às artes plásticas. Estes artistas nos deixaram, em forma e conteúdo, a identidade de um Brasil em mudança que busca na sua história a sua identidade de nação, por conta a expressão de suas raízes indígenas, africanas, rurais, que se moderniza, se industrializa.

Tarsila retratou em um sua tela a óleo, datada de 1933, operários, intitulou-a com o mesmo nome dos ali representados-*Operários*. Com ela, a artista remete-nos à identidade de uma época, década de 1930, um tempo de expansão da urbanização e do trabalho urbano.

A importância desta tela, encontra-se, segundo estudiosos, no fato de ser uma resultante ou uma somatória das várias experiências pessoais da pintora: ter visitado na União Soviética governada por Stálin, exposto no Museu de Arte Moderna de Artes Ocidentais de Moscou e ter sido presa, por um mês, em 1932, durante a Revolução Constitucionalista em São Paulo (BARROCO, 2007, p. 134).

Na tela, que o leitor pode encontrar no acervo da artista, e que está exposto no Palácio Boa Vista, são retratados rostos de 51 operários, em conjunto, diferenciados, anônimos, "a massa que a indústria criou, composta pelos mestiços e pelos imigrantes de diferentes países" (BARROCO, 2007, p.135). Tantos rostos juntos, perda de identidade e ou "a construção de identidades a partir de suas colocações no mundo do trabalho" (BARROCO, 2007, p.135).

Variados modos de vida, sempre históricos registrados em retratos que remetem a modos de produção da existência, a relações de poder, a domínios técnicos de conhecimento, de vidas singulares e coletivas.

Com a invenção da câmara fotográfica, assiste-se a uma democratização do retrato pelos quais se registram outros e variados modos de vida, tantas identidades produzidas historicamente em seus tempos e lugares.

Pois bem, esta obra refere-se a modos de vida, a identidades gestadas na Região Metropolitana de Curitiba, daí decorre seu título. Perfilha-se aqui, então, identidade como construção social, afastamo-nos assim de uma abordagem biologista, fixista, invariante de identidade, classificatória, cientificista, da altura, das digitais, da cor dos olhos, herança genética, também de visão culturalista do tema que remete a práticas e rituais de comunidades isoladas, como se não estivessem inseridas em relações históricas, totalidades, antes se trata de um processo de socialização que perscrutado nos remete a retratos, registros de modos de vida. É que, "O ser humano é artífice, escultor de si mesmo" (GOERGEN, 2011 p.47). Ora, os retratos registram memórias necessárias ao conhecimento de nós mesmos e à escultura das formações sociais, por isso esta obra encontra sua importância, especialmente no trabalho escolar de ensino aprendizagem. Efetivamente, "A memória, além de estar na raiz de todo o conhecimento, porque é pela memória que se distingue e é pela distinção que se conhece, também é o fundamento à constituição da identidade; identidade não só das coisas, mas identidade consigo mesmo, enquanto ser social e ser individual". (GOERGEN, 2011, p.49). Uma memória que fala do mundo, no caso da RMC, que ao mesmo tempo pode sufocar, oprimir, mas que também é esperança, realização.

A Região Metropolitana de Curitiba e seus retratos sociais

Constituída por 29 municípios, a RMC é a oitava Região Metropolitana mais populosa do Brasil, com 3.502.790 habitantes (população estimada em 2015 pelo IBGE), e concentra 31.37% da população total do Estado. Também é a segunda maior Região Metropolitana do país em extensão, com 16.581,21 km². Localizada nas nascentes do Rio Iguaçu, limitada a Leste pela Serra do Mar e a Oeste pelas escarpas devonianas do 2º planalto paranaense, a RMC se estende desde a divisa com São Paulo (ao Norte) até Santa Catarina (ao Sul) (REVISTA DA Região Metropolitana DE CURITIBA, CURITIBA/FEVEREIRO DE 2017, p. 27). Dados do IBGE de 2017 apontam um total de 1.663.967 pessoas na RMC sem contar a capital (OHDE, BRUGNOLO, 2017).

Fortemente influenciada pelas mudanças recentes no contexto da reestruturação produtiva, a RMC apresenta forte presença de produção agrícola familiar e trabalho integrado à grande indústria.

Em virtude dos trabalhos realizados pelo NUPECAMP (Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas), junto às escolas do campo, destacamos os modos de ser relacionados com agricultura familiar, sem desconhecermos que há atividades industriais e de serviços nos municípios da RMC.

A produção agrícola realizada em domínio da propriedade compartilhada pela família, nem sempre ocupa todos os membros da família, é comum restarem os mais velhos na produção e os filhos mais jovens, saírem em busca de renda fora do estabelecimento. A produção e comercialização intensamente monopolizadas tem sido acompanhadas por políticas públicas para o campo, precipuamente, de integração forçada do agricultor familiar à agroindústria. Os

resistentes a essa integração sobrevivem em uma agricultura familiar que produz para a família e para comercialização, de forma que seja possível ter recursos para comprar o que não se produz na pequena propriedade, ou, uma vez excluídos, constituem-se assalariados em um mercado escasso de oferta de trabalho e se submetendo a relações precarizadas, agravadas pela recente reforma trabalhista. O trabalho na agricultura familiar, em alguns casos, frequentemente não é remunerado com salário, visa, sobretudo, à reprodução social da família tanto para a sobrevivência individual como para reprodução geracional, bem como da terra. As mulheres agricultoras são frequentemente exploradas, em duplas e triplas jornadas de trabalho na produção agrícola e da casa. Com limitado acesso à comercialização dos produtos, realizada, quase sempre, por seus maridos, tem dificuldade de autonomia em suas relações sociais. Há então, uma luta pela sobrevivência e permanência de relações patriarcais, mesmo em tempo de relações econômicas globalizadas.

Por outro lado, os municípios da RMC constituem-se em cidades dormitórios de trabalhadores que vivendo no campo são assalariados em espaços urbanos, em indústrias, comércio, serviços. São frequentes famílias divididas entre os trabalhos agrícolas e os exercidos em espaços urbanos. Não se trata, portanto, de uma realidade homogênea, essa visão ideológica, não cabe na vida complexa da região que aqui se trata,

Neste ebook são considerados 24 municípios, nos quais foram realizadas atividades do NUPECAMP e os retratos produzidos por professores (as) pesquisadores (as), dão conta dessa identidade social construída a cada dia em seus espaços, dão conta dos caminhos e transporte escolar, das plantações de mandioca, poncan, hortaliças, chá, trigo, plantio de pinus e eucaliptos, criação de animais, de paisagens naturais com suas matas e cacheiras, de escolas rurais, das residências dos agricultores, das igrejas e espaços comunitários, de professores e suas atividades educativas, de salas de aula e produção de conhecimento. Tantas vidas que se fazem. Destacamos aqueles retratos das escolas municipais, as paredes com os trabalhos escolares dos estudantes e suas professoras, atividades que se realizam cotidianamente, trabalhos expostos em retratos "pintados" de tantas cores.

Sabemos que nem sempre foram professoras que estiveram à frente das escolas. Entre os imigrantes, em suas escolas étnicas eram professores, frequentemente escolhidos entre os membros da comunidade que sabiam ler ou mesmo convidados nos país de origem para assumirem as tarefas de ensinar. Assim, pode se dizer, que a feminização do magistério é recente, data do final do século XIX, e

seria fortalecida após a República. Na reconfiguração da sociedade que se desejava progressista e esclarecida, com potencial de regeneração nacional, havia a crença numa visão da escola que domestica, cuida, ampara, ama e educa. Essa crença vai ter seu prolongamento nas décadas seguintes à Proclamação e juntamente com as aspirações de unidade política e a proliferação de um discurso alvissareiro sobre a educação, vai colocar nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes (ALMEIDA, 2004, p. 61).

Desde então, final do século XIX, a feminização do magistério seguiu pari e passu com a expansão da oferta da escola pública, sua presença nas escolas do campo é, hoje, uma realidade, conjugando o trabalho de ensinar com o doméstico.

Atualmente, não só a maioria dos lares de baixa renda como também os de classe média são sustentados por trabalho feminino, e o magistério representa uma importante fonte de renda. Como as mulheres dão conta do cuidado doméstico e materno com o exercício do trabalho fora do lar? Como sempre o fizeram suas antepassadas, usando recurso de muita engenhosidade e ao alcance daquilo que podiam realizar no mundo doméstico, ou seja, desempenhando profissões como faxineiras, bordadeiras, cabeleireiras, manicures, costureiras, quituteiras, cozinheiras, telefonistas, lavadeiras e muitas outras (ALMEIDA, 2004, p.96).

No panorama dos retratos da RMC ora apresentados, a presença das professoras porta a própria história da Região e para muitas delas, através do magistério, puderam vislumbrar um meio de sustento, instruírem-se e educarem-se possibilitou-lhes quebrar grilhões que acorrentam a relações sociais patriarcais.

Os retratos, ora ao dispor de professoras (es), estudantes, de escolas e de todos os que deles se aproximarem, assentes no princípio de sua historicidade, estão em formação na vida social humana da Região Metropolitana de Curitiba, assim, identidade é inacabada no porvir social e passível de mudança.

Considerações Finais

Neste texto, inicialmente, com base na etimologia da palavra apresentaram-se retratos como cópia da figura humana. Apontou-se que a prática de representar o humano vem desde a Antiguidade e procurou-se explicar que sempre é feita em relação ao modo de produção da existência, portanto, representar o homem é pensar a sociedade e vice-versa, seus modos de vida. O acervo, toma então conteúdo social. Assim, os retratos da RMC que se apresentam carregam a vida e pretendem dar guarida a essa visão. Por conta disto, buscou-se analogias com retratos de outras épocas, e de artistas brasileiros e estrangeiros. Também, os retratos que ora se apresentam e consideram não se limitam, tão somente, a figuras humanas, compreendem relatos, saberes complementares que dão a conhecer as memórias das professoras/pesquisadoras do NUPECAMP que ofertam esta produção ao leitor como meio necessário ao conhecimento e ao esquadrinhamento das suas gentes e processos de vida que se mantém ou se deseja sejam modificados. É um trabalho que resulta de um processo de formação continuada, pois, ao elaborar os capítulos as autoras (es) tiveram que se aprofundar em conteúdos vinculados aos municípios nos quais trabalham. Como sugere a epígrafe de Padre Antônio Vieira (1608-1697), o NUPECAMP assume que a prática social revela o que somos e se colocam de olhos postos no futuro, por isso sabe que tem que preservar memórias e ajudar a produzir identidades sociais.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: Saviani et al. *O Legado Educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BARROCO, Sonia Mari Shima. Psicologia Educacional e Arte: uma leitura histórico- cultural da figura humana. Maringá: Eduem, 2007.

CARVALHO, José Murilo de, Todo o Debret Brasileiro. In: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil. Obra Completa*. Editora Capivara, 2008.

Enciclopédia Itaú Cultural. Verbete Retrato. In: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo364/retrato

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.* Tradução de Sérgio Milliet/ Organização e Ensaio Jacques Leenhardt. São Paulo: Imprensa Oficial. Governo de São Paulo, 2016.

GOERGEN, Pedro. Ética e Educação. O que pode a Escola. In: LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro (Orgs.). Ética e Educação. O que pode a escola. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2011.

OHDE, Mariana./ BRUGNOLO, Bruno. *População da Região Metropolitana vai ultrapassar a de Curitiba em 12 anos*. In: Portal Paraná. https://paranaportal.uol.com.br/cidades/426-rmc-ultrapassa-curitiba-populacao/. Consulta em 28/01/2019.

Revista da Região Metropolitana de Curitiba, Curitiba/ Fevereiro de 2017.

Fotografia: registro do tempo e do lugar

Josélia Schwanka Salomé¹

Apesar de toda a perícia do fotógrafo e de tudo o que existe de planejado em seu comportamento, o observador sente a necessidade irresistível de procurar nessa imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás. (Walter Benjamin, 1994, p. 94)

Lembrar do que não se quer esquecer

Em tempos de efemeridade, a fotografia traz o registro de um lugar, de um momento, de uma história. Na representação da estrutura social com uma linguagem estética, dá contorno ao olhar e passamos a conhecer e vivenciar as realidades que, muitas vezes, pareciam tão distantes de nós e por meio de registros fotográficos, temos mapeados uma série de acontecimentos que, de certa forma, incidem em nosso cotidiano.

A fotografia é capaz de construir um imaginário constituído de realidade, percepções e sentimentos acerca da imagem que nos é projetada, como um discurso ficcional.

Para Boris Kossoy (2000, p.36). "A fotografia ainda não alcançou o status de documento (que, no sentido tradicional do termo, sempre significou o documento escrito, manuscrito, impresso na sua enorme variedade)," e, nesse sentido, ressalta-se o registro documental com a fotografia pela possibilidade do conhecimento revelado sobre aspectos importantes das questões políticas, sociais, culturais. É a imagem como documento do fato.

Sob estes aspectos, a fotografia assume importância como registro de um tempo e lugar, não como ilustração, mas como "desejo de um individuo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época" (2000, p.36).

Na figura 1 (próxima página), o artista Fernando de Souza apresenta uma das sua produções intitulada Alinhamento II, fotografia que integra a série Espectros. Segundo o autor, as imagens são fruto de "pesquisa acerca da construção tecnológica e social da fotografia e seus usos na produção artística contemporânea" e versam "especialmente sobre os processos e procedimentos de construção da imagem fotográfica".

¹ Doutora em Artes (UNICAMP). Professora adjunta e pesquisadora do PPGED UTP. Coordenadora de Pesquisa, Iniciação Científica e Editoração Científica da UTP. Editora das revistas científicas: Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional e Tuiuti: Ciência e Cultura. Tem experiencia nas áreas da Educação e Artes, desenvolvendo pesquisas sobre Educação Estética, Políticas Públicas e Ensino Superior.



Figura 1: Alinhamento II - Fotógrafo: Fernando de Souza Fonte: Acervo do fotógrafo

Para Kossoy "quaisquer que sejam os conteúdos das imagens devemos considerá-las sempre como fontes históricas de abrangência multidisciplinar" (KOSSOY, 2000, p.21). As imagens são lugares de conhecimento ao apresentar, no todo ou numa parte, o olhar cuidadoso do fotógrafo para este dado momento, os arredores e paisagens que compõem as fotografias.

Os registros de um tempo e lugar são permeados de emoções e sensações presentes nos retratos fotográficos. São lidos pelos fotógrafos e espectadores na busca por estas e outras emoções e sensações que o contato com a arte pode nos proporcionar.

Sobre as emoções e sensações associadas à memória:

Não importando qual seja o objeto da representação, a questão recorrente é o aspecto (consciente ou inconsciente) da captura do tempo, ou da preservação da memória. É a memória coletiva nacional, preservada através da documentação fotográfica de seus monumentos, arquitetura, de suas vistas e paisagens urbanas, rurais e naturais, de suas realizações materiais, de sua gente, de seus conflitos e de suas misérias. É também a memória individual pessoal, gravada pelo registro fotográfico: a aparência do homem congelada, num dado momento da sua trajetória, o objeto-relicário mantendo a lembrança, através dos retratos de família, de uma época desaparecida. (KOSSOY, 2007, p. 132)

Por sua vez, Cartier-Bresson (2004) destaca que "Fotografar é prender a respiração quando todas as nossas faculdades se conjugam diante da realidade fugidia; é neste momento que a captura da imagem é uma grande alegria física e intelectual. Fotografar é pôr na mesma linha de mira a cabeça, o olho e o coração" (CARTIER-BRESSON, 2004, p.11).

A fotografia é, pois, o lembrar do que não se quer esquecer. Na reconstrução do conhecimento sobre determinada imagem, os quadros nos lembram do que está posto, mas isso não significa a apropriação da imagem. Esta apropriação se dá na no todo da imagem, na sua decodificação, na busca pelos detalhes não revelados de algo que, existencialmente não se repetirá.

Fotografia, visualidade e conhecimento

A fotografia, inserida nas artes visuais, é uma forma pelo conhecimento advinda da articulação entre o sentir e simbolizar. No âmbito do sentir e simbolizar as imagens passam a expressar algo além do seu significante, elaborando novas formas dentro de contextos sensíveis e, "através da arte, o homem encontra sentidos que não podem se dar de outra maneira senão por ela própria" (DUARTE JR., 2000, p. 16).

A arte é uma das possibilidades para sairmos da anestesia dos sentidos. Essa anestesia vai tornando os homens cada vez mais alienados e condicionados aos apelos das mídias e indiferentes ao mundo real e concreto e, sob este aspecto, a compreensão da produção artística se apresenta como uma resposta a uma necessidade especificamente humana de expressão.

Heller (1994, p. 203) assinala:

A arte por si só não pode humanizar a vida; porém, quando se tem a necessidade de humanizar a própria vida e a dos demais também em outros níveis — o nível político, moral, etc. -, a arte proporciona um parâmetro e cumpre a função de apoio sentimental e intelectual para operar a transformação.

Ao idealizar uma imagem, o artista descortina as suas inquietações, erros e acertos, dúvidas e certezas e os seus questionamentos. O processo de criação torna-se parte valiosa da obra por conter a elaboração da produção, pois quando é finalizado o interesse recai sobre o fruidor que passar a olhar para uma imagem e explorar suas potencialidades narrativas.

E nesse sentido, a produção fotográfica pode ser entendida como uma relação entre aquele que fotografa ou é fotografado e o mundo numa linguagem visual.

Para Kossoy, (2001, p. 36)

Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época. [...] O homem, o tema e a técnica específica são em essência os componentes fundamentais de todos os processos destinados à produção de imagens de qualquer espécie.

O registro fotográfico assume o papel da realidade dada naquele instante e perdura no tempo em que perdurar a imagem. O tempo e o cenário retratado na fotografia, não se repetirão dada a fragilidade do instante e a não possibilidade de repetir o mesmo segundo.

Cabe aqui ressaltar que a fotografia não é neutra, por carregar em si a subjetividade da leitura de mundo daquela que fotografa, revelando a sua representação particular. Assim, tempo, lugar, cenário, corroboram para a expressão individual daquele que fotografa e de quem é fotografado.

E sobre as imagens, Flusser, (2011, p.22) esclarece que

Ao vaguear pela superfície, o olhar vai estabelecendo relações temporais entre os elementos da imagem: um elemento é visto após o outro. O vaguear do olhar é circular: tende a voltar para contemplar elementos já visto. Assim, o 'antes' se torna 'depois', e o 'depois' se torna 'antes'. O tempo projetado pelo olhar sobre a imagem é o do eterno retorno. O olhar diacroniza a sincrocidade imaginística por ciclos. Ao circular pela superfície, o olhar tende a voltar sempre para elementos preferenciais. Tais elementos passam a ser centrais, portadores de preferências do significado. Deste modo, o olhar vai estabelecendo relações significativas[...] O significado das imagens é o contexto mágico das relações reversíveis.

Nesta relação entre o mundo e o homem, as imagens atuam como representações deste mundo, uma relação entre o dizível e o visível. E na fotografia, enquanto documento de um lugar, traz a presença da semelhança com o original, como uma cópia fiel do está sendo visto pelos olhos do fotografo. Mas, ao fazer uma opção da cena para ser retratado, o fotógrafo traz a sua compreensão de mundo, sem o automatismo do olhar.

O visível e o invisível estão aqui representados. O olhar vagueia pelo espaço a procura do elemento conhecido e depara-se com o desconhecido, com aquilo que lhe cauda inquetação.

Repetindo a afirmação de Flusser, citada anteriormente, "o olhar vai estabelecendo relações temporais entre os elementos da imagem: um elemento é visto após o outro."

A leitura da imagem inicia pelo senso comum, os elementos por nós conhecidos e é temporariamente suspensa por aquilo que nos inquieta, pelo não presente retratado, mas se faz presente na imaginação criadora do leitor da imagem.

Cabe ressaltar que a fotografia, como as demais artes visuais, possui uma temporalidade que transcende o tempo e o espaço, tornando-se atemporal. Ela tem as marcas do seu tempo, mas também pertence a quem a aprecia.

[...] a arte não envelhece porque o ser humano que a contempla é sempre novo, ou terá um olhar outro e estará realizando uma infinidade de leituras porque infinita é a capacidade do homem de perceber, sentir, pensar, imaginar, emocionar-se e construir significações diante das formas artísticas. (MARTINS, 1998, p. 61).

A compreensão da imagem fotográfica é possível a partir da sua materialidade, onde as interpretações são um produto do contexto sociocultural do espectador. Uma imagem possui múltiplas interpretações, nos ajudam a

compreender os contextos da sua produção, expressando valores e escolhas materializadas pelo fotografo. Desta forma, a imagem passa a representar o olhar de quem fotografou, podendo o conteúdo ser atemporal.

Na figura 2, entramos em contato com o trabalho exercido por um agricultor rural. A imagem, carregada de significados chegará ao leitor na amplitude do seu conhecimento sobre o assunto. A sensibilidade do fotografo ao capturar a imagem é apresentada na fotografia pronta e caberá ao leitor dar o significado conforme a sua perspectiva, conhecimento de mundo e sensibilidade estética.



Figura 2: Plantação de cebola, Campo Magro, PR., 2017 Fonte: Acervo OBEDUC- UTP²

A fotografia, ao requisitar o olhar crítico do leitor, abre a dimensão da valoração da relação do homem para com o mundo que o cerca, do trabalho que transforma o homem e o meio.

Uma relação pautada na perspectiva de que a arte permeia a vida do homem desde os primórdios da humanidade, relacionada ao modo como os homens pensam o mundo e suas vidas, como eles transformam a natureza e as relações humanas.

Documentos fotográficos da realidade presente

Este livro, composto por fotografias da Região Metropolitana de Curitiba, apresenta-se como uma fonte inesgotável de informação e sensibilidade, trazendo a memória visual de modos de vida, trabalho, educação, relações sociais, ertc. É o lugar. São as pessoas fotografadas pelos sujeitos do lugar.

Para Mauad (1996) "a fotografia lança ao historiador um desafio: como chegar ao que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico? Como ultrapassar a superfície da mensagem fotográfica e, do mesmo modo que Alice nos espelhos, ver através da imagem? (MAUAD, 1996, p. 5). Estas questões apontadas pela autora podem ser apreciadas pelos espectadores ao se defrontar com as fotografias apresentadas neste livro.

Na figura 3, o título Produção Agroecológica no Assentamento Contestado, Lapa-PR ajuda-nos a situar em um espaço geográfico, que é, por sua vez, palco de recorrentes lutas e mobilizações, de trabalho e luta pela terra, trabalho e vida..



Figura 3: Produção agroecológica no Assentamento Contestado, Lapa-PR, 2017 Fonte: Acervo OBEDUC- UTP. Fotógrafo: Joka Madruga

Essa fotografia evoca um movimento do nosso pensamento que se orienta pelas mãos de um trabalhador, contrastando com o vermelho do morango e tendo as folhas verdes como pano de fundo.

Neste contexto, as questões anteriormente feitas Mauad (1996), permitem que os conteúdos da imagem fotográfica sejam transplantados para os mais diversos contextos e períodos da sociedade.

Assim, as leituras das fotografias apresentadas neste livro podem proporcionar ao leitor a sensação de presença no local da imagem, trazendo as sensações, emoções, conhecimentos acerca da realidade presenciada ou experenciada. Para Tassinari (2008, p.15)

Experimentado ou passado, o instante existe numa linguagem que expresse o seu pensamento ou numa linguagem em que se deixe transpor para interpretar a experiência humana. E dado que as linguagens não são apenas língua falada ou a língua escrita, a linguagem não verbal da fotografia também pode expressar o instante (TASSINARI, 2008, p.15)

A fotografia não oferece respostas aos nossos questionamentos e inquietações, mas ao contrário, propõe novas reflexões, problemas e interpretações.

Neste trabalho, a fotografia é tratada como registro documental apresentando os locais e espaços, mas também como uma imagem poética, conforme afirma Sontag, "Como o fogo da lareira num quarto, as fotos – sobretudo as de pessoas, de paisagens distantes e de cidades remotas, do passado desaparecido – são estímulos para o sonho" (SONTAG, 2004. p. 26)

Ao capturar e imobilizar a imagem a eternizamos para o fato que se quer contemplar posteriormente, conforme afirma Soulanges, (2010, p. 132),

A fotografia é, pois, a articulação entre o que se perde e o que permanece. Perda das circunstâncias únicas que são causa do ato fotográfico, do momento deste ato, do objeto a ser fotografado e da obtenção generalizada irreversível do negativo, em suma, do tempo e do ser passados. Permanência constituída por essas fotos [...]. A perda é irremediável: a fotografia nos grita, nos mostra, nos faz imaginar isso; se a perda é absoluta e violenta, não é porque o tempo, o objeto ou o ser perdidos eram anteriormente de um grande valor para nós ou em si, mas porque esse tempo, esse objeto e esse ser estão agora perdidos para sempre: é porque eles estão perdidos para sempre que, de repente, seu valor se torna absoluto e que logo depois, esse absoluto atinge e contamina a perda, nossa perda. [...] a única coisa que nos resta, aquilo com que se deverá lutar, o que se deve debater, combater, graças ao que o artista poderá realizar: a fotografia ou a arte de dispor aquilo que permanece.

Por fim, a fotografia ocupa um lugar de registro de memórias, de documentos, de processo de criação não se reduzindo apenas a tomada de imagens no momento do ato fotográfico.

A importância da documentação e dos registos fotográficos aliados a preservação da memória são de suma importância para a sociedade. Apresenta-se como um recurso pedagógico sobre a conscientização acerca da realidade na qual vivemos, construindo uma memória coletiva espelhada nos erros, acertos e avanços do passado, apontandonos a riqueza dos sentidos e significados presente nas fotografias.

Referências

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: Magia e Técnica, Arte e Política. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARTIER-BRESSON, Henri. O imaginário segundo a natureza. Portugal: Editorial Gustavo Gili, SA, 2004.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. Fundamentos estéticos da educação. 2. ed. Campinas: SP: Papirus, 2000.

FLUSSER, Villém. Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 2011

HELLER, Agnes. Everyday life. Trad. De G. L. Campbell. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1994.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. 2. Ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

KOSSOY, Boris. Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996.

MAMMÍ, Lorenzo e SCHWARCHZ, Lilia Moritz. 8 X Fotografia. São Paulo: Companhia das Letras; São Paulo, 2008. p. 15.

MARTINS, Miriam Celeste. **Didática do ensino da arte : a língua do mundo : poetizar, fruir e conhecer arte /** Miriam Celeste Martins, Gisa Picosque, M. Terezinha Telles Guerra. – São Paulo : FTD, 1998.

SOULAGES, François. Estética da fotografia: perda e permanência. São Paulo: Senac, 2010.

SONTAG, Susan. Sobre Fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TASSINARI, Alberto. O Instante Radiante. In: MAMMÍ, Lorenzo e SCHWARCHZ, Lilia Moritz. 8 X Fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



Região Metropolitana de Curitiba: traços geográficos e a Educação do Campo

Maria Antônia de Souza¹ Camila Casteliano Pereira dos Santos² Maria Arlete Rosa³

O objetivo deste capítulo é caracterizar a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), de modo que os leitores possam identificar ruralidades, escolas públicas no campo, áreas de proteção ambiental e organizações sóciopolíticas. Dessa forma, esperamos colaborar para a ampliação dos estudos e debates realizados em sala de aula (e fora dela) sobre os municípios que integram a RMC.

Dois órgãos são fundamentais para levantamento de dados sobre o estado do Paraná e sobre a RMC em particular. Um deles é o IPARDES³ (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Nesse instituto são disponibilizados os Cadernos Municipais que contém informações dos 399 municípios do Paraná. O outro órgão é a COMEC⁴ (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba) que trabalha com o conjunto de 29 municípios integrantes da RMC. A criação⁵ da RMC data do ano de 1973, inicialmente formada por 14 municípios, tem como atribuição a coordenação de ações



Foto: Maria Antônia de Souza, Campo Magro, 2017.

de interesse público e o planejamento de soluções conjuntas para responder as necessidades da RMC, a exemplo do planejamento territorial, transporte público de passageiros, sistema viário, habitação, saneamento, estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, controle do uso e a ocupação do solo.

O estado do Paraná, segundo o IPARDES (2010), é formado por dez Regiões Geográficas, a saber: Região Geográfica Noroeste Paranaense (formada por 61 municípios); Região Geográfica Centro Ocidental Paranaense (formada por 25

¹ Graduada em Geografia pela UNESP-Presidente Prudente (1991). Mestre e Doutora em Educação pela UNICAMP (1994; 1999). Bacharel em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná (2012). É professora Associada C na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É professora Adjunta da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação. Tem artigos, livros e capítulos de livros publicados versando sobre o tema movimentos sociais e Educação do Campo. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1B. Participa do GT 3 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, ANPEd. E-mail: maria.antonia@pq.cnpq.br

² Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora junto à Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré. Professora do Centro Universitário UniOpet. Foi bolsista CAPES/OBEDUC no período de 2015 a 2017. E-mail: camicps@gmail.com

³ O endereco na web para acessar informações e relatórios de pesquisa é: http://www.ipardes.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2019.

⁴ O endereco na web para acessar informações publicadas pela COMEC é: http://www.comec.pr.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2019.

⁵ Informações sobre a criação e ampliação da Região Metropolitana de Curitiba estão disponíveis em http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo/php?conteudo=30 Acesso: 29 jul. 2018.

municípios); Região Geográfica Norte Central Paranaense (formada por 79 municípios); Região Geográfica Norte Pioneiro Paranaense (formada por 46 municípios); Região Geográfica Centro Oriental Paranaense (formada por 14 municípios); Região Geográfica Oeste Paranaense (formada por 50 municípios); Região Geográfica Sudoeste Paranaense (formada por 42 municípios); Região Geográfica Centro-Sul Paranaense (formada por 24 municípios); Região Geográfica Sudoeste Paranaense

se (formada por 21 municípios) e Região Geográfica Metropolitana de Curitiba (formada por 37 municípios).⁶

A RMC, de acordo com a definição do IPARDES (2010), agrega os municípios do litoral paranaense também, por isso totaliza 37 municípios. Já, a definição da COMEC (2010), com a qual trabalhamos em nossas pesquisas, dispõe que a RMC é composta por 29 municípios. Considerada a oitava Região Metropolitana de maior população do Brasil, a RMC possui aproximadamente 3.300.000 habitantes, concentrando 31% da população do estado do Paraná, em uma extensão territorial de 16.581,21km².7

Nos municípios da RMC encontramos diversidade de povos do campo, como agricultores familiares, faxinalenses, assentados, povos remanescentes de Quilombos e indígenas. Além

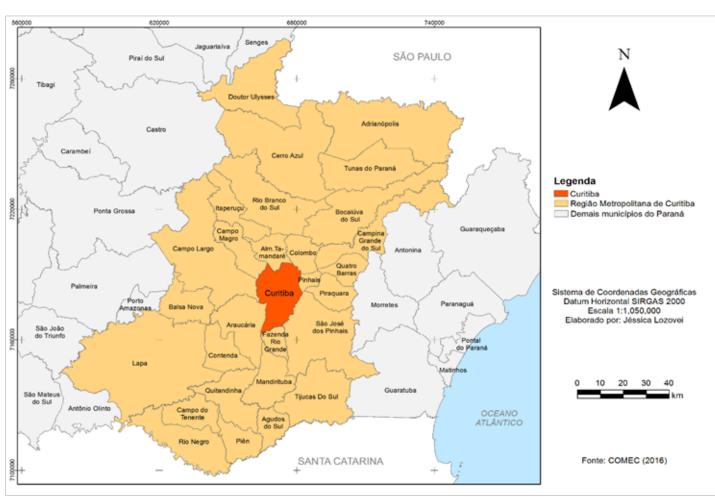


Figura 1: Municípios da RMC⁸

⁶ Informações sobre o conjunto de municípios pertencente a cada Região encontram-se disponíveis em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao mun regiao geografica parana.pdf Acesso: 29 jul. 2018.

⁷ Informações disponíveis em http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=123. Acesso: 29 jul. 2018.

⁸ Imagem cedida por Marlene Aparecida Comin de Araújo, 2019.

desses povos que mantém relação de trabalho com a terra e nela vivem, há os trabalhadores assalariados do campo e da cidade, os trabalhadores domésticos que são responsáveis por chácaras de lazer existentes em vários municípios da RMC. A figura 1 traz a composição da RMC de acordo com os critérios da COMEC.

Dentre os 29 municípios da RMC, 11 possuem maior número de habitantes no campo do que na cidade. São eles: Adrianópolis, Agudos do Sul, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Mandirituba, Piên, Piraquara, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná. Dentre esses 11, seis possuem a maior extensão territorial. São eles: Adrianópolis, Cerro Azul, Bocaiúva do Sul, Doutor Ulysses, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná. Lapa é o município de maior extensão territorial da Região Metropolitana de Curitiba.

Pensar a extensão territorial é fundamental para a organização de políticas públicas, haja vista que são dezenas de comunidades compostas por idosos, adultos, jovens e crianças. As estradas que dão acesso às comunidades nem sempre possuem condições adequadas para o trânsito de veículos e transporte público. As escolas têm sido nucleadas e o transporte público de alunos tem sido intensificado. Também, a política de fechamento de escolas tem sido realidade em muitos municípios brasileiros.

A análise da densidade demográfica permite pensar a ocupação territorial e a lógica na oferta dos serviços públicos. Em torno de 18 municípios possuem até 80 hab./km², sendo que dois deles possuem menos de 10 hab./km². A Tabela 1 traz o número de habitantes de cada município da RMC, com base no Censo Demográfico de 2010 (IBGE) e a densidade demográfica de acordo com IPARDES (2018). Autores como Verde (2004) e Veiga (2003) são referenciais importantes para a discussão da ruralidade dos municípios. Verde (2004) analisa o território do Paraná e destaca que a maioria dos municípios é considerado rural, de acordo com critérios culturais, ambientais e de densidade demográfica.

Tabela 1: População total, urbana e rural dos municípios da RMC

,	POPU	LAÇÃO			
MUNICÍPIO	Total	Urbana	Rural	Densidade demográfica (hab/km²)	
Adrianópolis	6.376	2.060	4.316	4,46	
Agudos do Sul	8.270	2.822	5.448	48,46	
Almirante Tamandaré	103.204	98.892	4.312	613,08	
Araucária	119.123	110.205	8.918	300,02	
Balsa Nova	11.300	6.870	4.430	37,15	
Bocaiuva do Sul	10.987	5.128	5.859	15,45	
Campina Grande do Sul	38.769	31.961	6.808	79,31	
Campo do Tenente	7.125	4.194	2.931	25,94	
Campo Largo	112.377	94.171	18.206	101,43	
Campo Magro	24.843	19.547	5.296	103,82	
Cerro Azul	16.938	4.808	12.130	13,21	

TOTAL	3.223.836	2.956.272	267.564	
Tunas do Paraná	6.256	2.792	3.464	12,67
Tijucas do Sul	14.537	2.285	12.252	24,77
São José dos Pinhais	264.210	236.895	27.315	336,21
Rio Negro	31.274	25.710	5.564	56,19
Rio Branco do Sul	30.650	22.045	8.605	39,52
Quitandinha	17.089	4.887	12.202	42,28
Quatro Barras	19.851	17.941	1.910	127,98
Piraquara	93.207	45.738	47.469	493,08
Pinhais	117.008	117.008	-	2.139,28
Piên	11.236	4.523	6.713	49,06
Mandirituba	22.220	7.414	14.806	69,25
Lapa	44.932	27.222	17.710	22,84
Itaperuçu	23.887	19.956	3.931	88,04
Fazenda Rio Grande	81.675	75.928	5.747	852,58
Doutor Ulysses	5.727	929	4.798	7,12
Curitiba	1.751.907	1.751.907	-	4.402,31
Contenda	15.891	9.231	6.660	60,97
Colombo	212.967	203.203	9.764	1.217,56

Fonte: Extraído de http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/RMC/Populacao_Total_Urbana_Rural_2012.pdf Acesso: 29 jul. 2018. Também, consulta a http://www.ipardes.gov.br. Cadernos Municipais. Acesso em: 10 fev. 2019.

A tabela 2 traz a extensão territorial dos municípios da RMC, enfatizando diferenças existentes entre o que apresenta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). A partir da tabela é possível identificar os quatro municípios de maior extensão territorial na RMC, a saber: Lapa, Adrianópolis, Cerro Azul e Campo Largo.

Tabela 2: Extensão territorial dos municípios da RMC - comparativo - IBGE / SEMA

	NÚMERO DE	IBGE		SEMA	DIFERENÇA	DIFERENÇA ENTRE
MUNICÍPIO	SETORES CENSITÁRIOS	Setor Censitário (Km²)	Site (Km²)	Shape (Km²)	ENTRE SHAPE E SITE IBGE (%)	SHAPE (Sema) E SITE IBGE (%)
ADRIANÓPOLIS	21	1.349,90	1.349,34	1.341,33	0,04	(0,59)
AGUDOS DO SUL	18	192,24	192,23	191,28	0,01	(0,49)
ALMIRANTE TAMANDARÉ	141	194,73	194,75	191,11	(0,01)	(1,86)

ARAUCÁRIA	172	469,15	469,17	471,34	(0,00)	0,46
BALSA NOVA	20	348,80	348,97	344,19	(0,05)	(1,37)
BOCAIÚVA DO SUL	23	826,58	826,35	825,76	0,03	(0,07)
CAMPINA GRANDE DO SUL	58	539,45	538,97	540,63	0,09	0,31
CAMPO LARGO	179	1.249,28	1.249,42	1.252,32	(0,01)	0,23
CAMPO MAGRO	36	275,30	275,57	278,22	(0,10)	0,96
CAMPO DO TENENTE	13	304,38	304,49	304,29	(0,03)	(0,07)
CERRO AZUL	42	1.341,13	1.341,19	1.341,32	(0,00)	0,01
COLOMBO	290	197,80	197,36	197,81	0,22	0,23
CONTENDA	29	298,96	299,04	300,57	(0,03)	0,51
CURITIBA	2395	435,01	435,27	435,45	(0,06)	0,04
DOUTOR ULYSSES	13	781,34	781,45	787,32	(0,01)	0,75
FAZENDA RIO GRANDE	90	116,67	116,68	115,38	(0,01)	(1,11)
ITAPERUÇU	34	314,39	314,42	350,40	(0,01)	11,44
LAPA	77	2.092,87	2.093,83	2.099,48	(0,05)	0,27
MANDIRITUBA	30	379,14	379,18	381,39	(0,01)	0,58
PIÊN	17	254,74	254,90	256,93	(0,06)	0,80
PINHAIS	136	60,87	60,75	61,19	0,20	0,73
PIRAQUARA	125	227,08	227,03	225,22	0,02	(0,80)
QUATRO BARRAS	30	180,51	181,13	181,27	(0,34)	0,07
QUITANDINHA	32	446,93	447,03	446,40	(0,02)	(0,14)
RIO BRANCO DO SUL	58	812,20	812,33	816,71	(0,02)	0,54
RIO NEGRO	44	603,92	603,25	603,71	0,11	0,08
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	286	946,54	946,44	944,27	0,01	(0,23)
TIJUCAS DO SUL	25	671,95	672,20	671,93	(0,04)	(0,04)
TUNAS DO PARANÁ	12	668,68	668,47	671,71	0,03	0,48
TOTAL		16.580,55	16.581,20	16.628,94		0,29

Fonte: IBGE, 2010. Sema, 2011. Adaptado por: COMEC, 2012.

Reproduzido de: http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/RMC/Area_rmc_ibge2010_SEMA.pdf. Acesso: 29 jul. 2018

Além da análise da extensão territorial, da densidade demográfica, é fundamental trabalhar com as áreas de proteção ambiental, pois elas estão presentes na maior parte dos municípios. São cinco as Áreas de Proteção Ambiental (APA), em conformidade com as informações da COMEC⁹. São as APAs de Irai, Piraquara, Pequeno, Passaúna e Verde, conforme ilustrado na Figura 2 (próxima página).

⁹ Disponível em http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=37. Acesso: 28 jul. 2018.

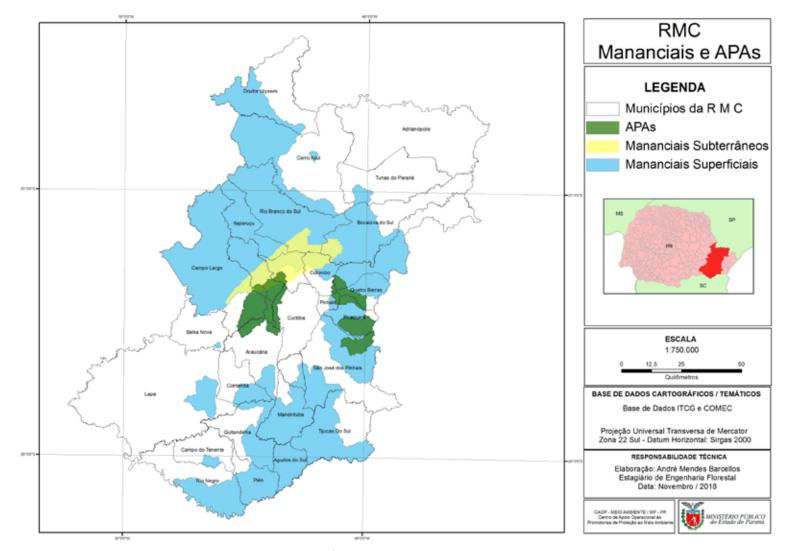


Figura 2: Áreas de proteção ambiental da RMC Fonte: Reproduzido de http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=37 Acesso: 28 jul. 2018.

As APAs estão previstas na Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Na RMC, as APAs foram criadas pela Lei Estadual 12.248/98, com o intuito de proteção das bacias hidrográficas. Rosa (2018) menciona a existência de três rotas¹⁰

¹⁰ Rota significa um caminho, destino, direção ou itinerário; percurso, rumo ou trajeto, de acordo com o dicionário léxico on line. Neste texto considera-se a rota na ruralidade metropolitana de Curitiba com destaques para aspectos socioambientais nesta ruralidade.

de impactos socioambientais na RMC, a saber: a rota de contaminação pelo uso extensivo de agrotóxico, a rota de degradação pela exploração mineral e vegetal e a rota de ocupação dos mananciais.

Para a autora, a rota ao sul, onde estão os municípios, entre outros, de Araucária, Contenda e Lapa, direção ao sul da Região Metropolitana de Curitiba, caracteriza-se pela contaminação decorrente do uso extensivo de agrotóxico, tendo como determinantes a produção de culturas como batata, cebola, feijão, soja entre outras, que se utilizam deste produto como insumo para aumentar a produtividade. Assim, Contenda é representativa da região do Estado que desenvolve expressiva produção agrícola com a utilização de agrotóxico em larga escala.

Rosa (2018) destaca que ao norte da RMC, onde estão os municípios, entre outros, de Campo Magro e Rio Branco do Sul, está a denominada rota de degradação, tendo como causa a exploração mineral e vegetal, destacando-se a produção de cimento, cal, pedra, água, madeira de pinus e eucalipto, entre outras. Os impactos socioambientais gerados por essas atividades inviabilizaram as condições de vida em determinadas regiões, como foi o caso de contaminação pelo chumbo no município de Adrianópolis. Nessa rota está inserido um dos maiores polos da indústria cimenteira do país e produtora de calcário para a agricultura e de cal para atividades da construção civil e industrial. A trajetória histórica de formação dessa região está vinculada a extração mineral e vegetal, atualmente de madeira de pinus e eucalipto. As limitações ambientais são determinadas pela existência do aquífero Karst que, sendo manancial subterrâneo, está regulamentado por legislação própria para proteção destes mananciais.

Por fim, a rota a leste da RMC em que estão localizados os municípios, entre outros, de Piraquara e São José dos Pinhais. É caracterizada como rota de ocupação dos mananciais, em que está localizado o sistema integrado de abastecimento de água para 50% da população de Curitiba e Região Metropolitana. Esses municípios desenvolveram-se no contexto das limitações ambientais relacionadas ao uso da água e fontes de abastecimento e da vegetação de Mata Atlântica da Serra do Mar. Essa rota de ocupação dos mananciais sofre forte pressão pela implantação de diferentes atividades que passaram a ocupar esse território, a exemplo do sistema viário, atividades industriais, logística, moradia e interesses imobiliários, urbanas, entre outras.

A gestão da Região Metropolitana de Curitiba atende ao seu Plano de Desenvolvimento Integrado¹¹ que prioriza objetivos de proteção dos "mananciais superficiais e subterrâneos destinados ao abastecimento atual e futuro" e a garantia da "conservação e preservação dos biomas mais significativos". Tais objetivos estabelecem uma primeira linha estratégica de gestão territorial de ações comprometidas com a proteção, conservação e preservação do meio ambiente deste território. Outros dois objetivos tratam da expansão dos espaços urbanos e de diretrizes para a urbanização, constituindo-se como segunda linha estratégica que visa otimizar a ocupação em áreas de menor nível de restrições ambientais para atender este Plano¹².

¹¹ Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional, aprovado em 2006. Plano original de 1978 teve sua revisão iniciada em 2001 e concluída após cinco anos de polêmicas quanto à definição sobre as áreas de proteção de mananciais. Trabalho da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, tendo a participação de diferentes instituições governamentais.

¹² Ver Plataforma do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada-IPEA de Pesquisa em Rede, Relatório de Pesquisa sobre Governança Metropolitana no Brasil, Caracterização e Quadro de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil, desenvolvido pelo IPARDES — Instituto Paranaense de

A proteção das fontes de água para abastecimento e as restrições ambientais são diretrizes estruturantes na ocupação do território dessa Região, tendo em vista sua localização nas proximidades do maciço da Serra do Mar e nas cabeceiras da Bacia do Rio Iguaçu, sendo fatores limitantes para o desenvolvimento¹³ da Região.

Ao se analisar a caracterização da RMC na perspectiva das políticas públicas de educação relacionadas ao campo, compreende-se que tais diretrizes devem ser consideradas para identificar as ruralidades presentes nessa região e contribuir para o trabalho político-pedagógico nas escolas públicas no campo, com visibilidade para as áreas de proteção ambiental e articulação com as organizações sócio-políticas. Contribuindo, portanto, para a dimensão educativa do campo como a produção de vida, do trabalho e da transformação social.

Os estudos desenvolvidos¹⁴ por Souza e Brandenburg (2010), sobre a agricultura familiar e o rural da RMC, destacam a pouca produção de conhecimento sobre este rural regional e políticas públicas direcionadas às demandas específicas da Região.

Em que pese a existência das APAs, a pesquisa de Buczenko (2017) identifica a ausência de aspectos de identidade socioambiental nas escolas públicas que estão localizadas no campo. Ou seja, há necessidade e possibilidade de ampliar os estudos e práticas pedagógicas voltadas para a compreensão das temáticas ambientais nacionais e locais. As modificações nas funcionalidades do rural metropolitano de Curitiba estão em curso e compreendê-las é uma tarefa contínua, que pode ter início nas escolas e comunidades locais. Um tema debatido em muitos municípios da RMC tem sido os projetos de pequenos empreendimentos hidrelétricos. O Instituto Socioambiental¹⁵ produziu uma reportagem¹⁶ sobre a Região do Vale do Ribeira e nela indica preocupações com impactos decorrentes da construção de empreendimentos hidrelétricos para a agricultura familiar e para o turismo.

Conforme disposto na reportagem:

Está prevista grande quantidade de projetos na região. Apenas no Rio Açungui, no Paraná, são planejadas oito PCHSs e uma CGH (Central Geradora Hidráulica), de até 5 KW. No Rio Turvo, afluente do Ribeira, são três projetos (2 PCHs e uma CGH) e, no próprio Rio Ribeira, mais uma PCH está planejada. Sete projetos já se encontram em fase avançada de licenciamento. Todo o percurso do Rio Ribeira poderá ser afetado.¹⁷

O Ministério Público do Paraná, associações comunitárias locais e ONGs têm feito questionamentos em torno desses projetos. Câmaras municipais podem aprovar projetos que definam determinadas regiões como integrante do patrimônio histórico, como fez o município de Cerro Azul¹⁸, que declarou a bacia hidrográfica do Rio Turvo como

Desenvolvimento Econômico do Paraná, em 15 de março de 2013. http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rel1_1_rmc. pdf Acesso em: 15 dez. 2018.

¹³ Ver ANDREOLI, C. V.; DALARMI, O.; LARA, A.I.; ANDREOLI, F.N. Limites ao Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba, Impostos pela Escassez de Água. SANARE – Revista Técnica da Sanepar em: http://www.sanepar.com.br/Sanepar/Gecip/Revistas_Periodicos/Gestao_mananciais. Acesso em: 15 dez. 2018. 14 Ver artigo "A Quem Pertence o Espaço Rural? As Mudanças na Relação Sociedade/ Natureza e o surgimento da Dimensão Pública do Espaço Rural" dos autores Osmar Tomaz de Souza e Alfio Brandenburg. Revista Ambiente & Sociedade, Campinas v. XIII, n. 1, p. 51-64, jan.-jun. 2010.

¹⁵ Organização Não Governamental criada em 1994. Maiores informações disponíveis em: https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa. Acesso em: 23 fev. 2019.

¹⁶ Publicação em 13 de março de 2018. Disponível em https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/pequenas-centrais-hidreletricas-ameacam-populacoes-tradicionais-no-vale-do-ribeira. Acesso em: 20 fev. 2019.

¹⁷ Idem

patrimônio histórico, cultural e ambiental. Mas, outras bacias hidrográficas estão na rota dos interesses empresariais com a construção de hidrelétricas.

A Figura 3, disponível no site do Instituto Socioambiental (ISA), indica os 13 empreendimentos hidrelétricos planejados para a Região do Vale do Ribeira, atingindo municípios da RMC.

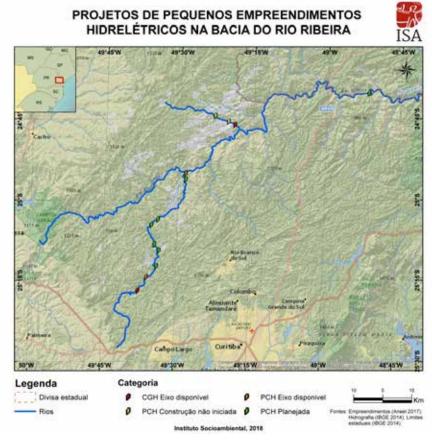


Figura 3: Ilustração dos projetos hidrelétricos previstos para a Bacia do Ribeira¹⁹

No contexto do debate socioambiental, importante registrar os diversos povos do campo presentes em municípios da RMC e a localização das escolas públicas. O quadro 1, a seguir, indica a localização de escolas que estão em áreas de remanescentes de Quilombos, assentamentos e unidades de uso sustentável.

em: 22 fev. 2019.

¹⁹ Disponível em https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/pequenas-centrais-hidreletricas-ameacam-populacoes-tradicionais-no-vale-do-ribeira. Acesso em: 20 fev. 2019.

Quadro 1: Diversidade de povos do campo: escolas em assentamentos, área de remanescente de quilombos e unidade de uso sustentável.²⁰

MUNICÍPIO	ÁREA REMANESCENTE DE QUILOMBOS	ÁREA DE ASSENTAMENTO	UNIDADE DE USO SUSTENTÁVEL		
Adrianánalia	Córrego do Franco E R M E.F- Rural		*		
Adrianópolis	João Sura E R M E.F- Rural	*	- -		
Lapa	*	Contestado E R M E.F – Rural	*		
			Luiz Julio E M EI E.F Urbana – Urbana		
			Jose Andreassa E M Ver El E.F Urbana – Urbana		
Campo Largo	*	*	Monteiro Lobato Centro Mun. De Ed Inf – Urbana		
Jamps Lange			Solidariedade E M El E.F – Rural		
			Natal Pigatto E M Pe El E.F – Urbana		
	*		Jose Valenga E M El E.F – Urbana		
Compo Mogro		*	Joao Menegusso Filho E M El E.F. – Urbana Sagrada Familia E M El E.F – Urbana		
Campo Magro					
			Palmas E M EI EF –Urbana		
	*		Rui Valdir P Kern E M El EF – Urbana		
			Tia Elenai C M E I – Urbana		
Quatro Barras		*	Tia Eliana C M E I – Urbana		
			João C Da Silva E M EI EF –Urbana		
			Tia Jaci C M E I – Urbana		
Campina	*	*	Ulisses Guimarães E M EI E.F – Urbana		
Grande do Sul			Lucidio F Ribeiro E M EI EF – Urbana		

Fonte: Data escola MEC/INEP; Dados CENSO ESCOLAR 2014. Disponível em: http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/. Acesso em 28/01/2016. *Não há referência deste item para o Município.

Esses dados foram extraídos do Censo Escolar (INEP, 2014), entretanto, trabalho de campo realizado na RMC possibilita visualizar a existência de números maiores da diversidade de povos do campo. A tese de Buczenko (2017) traz informações referentes a Piraquara, sobre escolas em contextos de Áreas de Proteção Ambiental. No estado do Paraná existem os povos faxinalenses que merecem mais estudos, a exemplo do que fez Gonçalves (2018), caracterizando-os no estado e na Região Metropolitana de Curitiba.

O Quadro 2 (próxima página) traz informações sobre o IDEB das escolas, o número de escolas municipais e de matrículas, a partir de dados do INEP dos anos de 2012 a 2014. Pelo quadro é possível verificar a diminuição do número de escolas, decorrentes da cessação ou do fechamento de estabelecimentos. Os municípios que tiveram diminuição de

²⁰ Adaptado do Relatório parcial (2015) da pesquisa coordenada por Maria Antônia de Souza, e financiada pela CAPES/OBEDUC, intitulada Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: diagnóstico, diretrizes curriculares e reestruturação dos projetos político-pedagógicos. Curitiba, 2015.

escolas estão com destaque verde claro. Municípios que tiveram aumento do número de escolas no campo estão com destaque laranja, no quadro 2.

Quadro 2²¹: Escolas Públicas Municipais no Campo – RMC

		IDEB		ESC	COLAS PÚBLICAS	MUNICIPAIS		MATRÍCULA ES	SCOLAS MUNICIPA	AIS (EDUCAÇÃO IN	IFANTIL, PRÉ-ESCO	DLA E ENSINO FU	NDAMENTAI
MUNICÍPIO		ANOS INICIAIS		URBA	ANAS	RURA	IS		URBANA			RURAL	
	2009	2011	2013	2013	2015	2013	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
DRIANOPÓLIS	4,9	5,1	5	3	2	9	7	337	309	279	474	402	395
GUDOS DO SUL	4,1	4,4	4,9	2	2	6	2	167	653	629	274	274	242
LMIRANTE TAMANDARÉ	4,2	4,3	4,9	47	49	4	4	9022	2679	8897	256	235	226
RAUCÁRIA	4,8	5,0	5,1	64	67	7	7	13080	12832	13102	984	995	1018
SALSA NOVA	5,2	4,3	6,3	10	11	6	6	628	653	668	910	874	828
BOCAIÚVA DO SUL	3,9	4,1	5,2	3	4	10	10	1173	1174	1161	379	343	325
CAMPINA GRANDE DO SUL	5,0	5,2	5,7	24	22	6	5	4219	4193	4676	685	621	644
CAMPO DO TENENTE	4,8	4,6	5,0	5	4	3	4	702	698	736	179	186	209
CAMPO LARGO	5,2	5,4	5,6	45	44	5	8	10955	11175	11208	864	844	854
CAMPO MAGRO	4,9	5,1	5,3	11	13	1	1	2878	2920	3007	27	28	20
ERRO AZUL	4,0	4,0	3,9	5	7	33	30	1063	1106	1142	719	709	660
COLOMBO	5,0	4,6	5,6	76	83	6	6	24973	24535	24448	886	899	949
CONTENDA	4,8	5,3	5,6	9	9	3	3	1586	1519	1556	216	183	248
OR ULISSES	3,9	4,3	4,8	2	2	23	15	235	245	238	435	400	386
AZENDA RIO GRANDE	4,7	5,1	5,8	25	27	2	3	11050	10939	11618	195	211	211
TAPERUÇU	4,3	3,9	4,7	8	8	3	3	2727	2790	2701	322	287	273
.APA	5,4	5,7	5,9	17	18	15	15	3002	3079	2948	963	1133	1004
MADIRITUBA	5,1	4,7	5,0	11	7	3	2	2129	2236	2450	360	391	427
PIÊN	5,4	4,5	6,4	4	4	6	6	966	968	935	520	553	552
PINHAIS	5,3	5,4	5,8	51	43	-	-	12267	12197	12151	0	0	0
PIRAQUARA	4,6	4,7	4,8	22	34	12	12	5741	5984	6137	3908	4063	4098
QUATRO BARRAS	5,1	5,0	5,9	17	13	1	1	2308	2350	2313	160	158	147
QUITANDINHA	4,9	-	6,1	4	3	7	6	636	704	713	1186	1091	1068
NO BRANCO DO SUL	4,4	4,6	4,7	12	11	24	21	3292	3326	3133	729	734	775
RIO NEGRO	6,0	5,9	6,8	24	23	6	6	3088	3023	2996	396	401	381
ÃO JOSE DOS PINHAIS	5,1	5,2	5,8	112	116	12	11	27239	28324	27348	1462	1560	142
IJUCAS DO SUL	4,7	4,8	5,1	4	4	12	12	590	662	645	1254	1298	123
TUNAS DO PARANÁ	3,9	4,7	4,0	2	2	2	2	917	862	827	176	179	170

Fonte: Adaptado do site Data escola/INEP Censo escolar (2012 e 2014). Acesso: jan/2015. Disponível em: Http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/. Realização de trabalho de campo, no ano de 2016, nos municípios para conferência do número de escolas existentes no ano de 2015.

²¹ Reproduzido do Relatório parcial da pesquisa, coordenada por Maria Antônia de Souza e financiada pela CAPES/OBEDUC, intitulada Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: diagnóstico, diretrizes curriculares e reestruturação dos projetos político-pedagógicos, Curitiba, 2015. Adaptação dos dados de acordo com o resultado de trabalho de campo realizado nos municípios no ano de 2016.

O quadro 2 dá visibilidade a uma política que tem avançado na RMC que é a de fechamento e/ou nucleação de escolas no campo. É uma realidade importante a ser estudada em função da dinâmica do campo, afinal quais são as contradições que marcam o campo no Brasil que geram impactos como o fechamento de escolas e a continuidade da migração da população do campo para as cidades? Há muitas pesquisas sobre o assunto, produzidas ao longo do século XX. Ao menos dois fatores contribuem para tais impactos no campo: concentração da terra e política econômica de valorização da produção de monoculturas altamente mecanizadas.

O trabalho de Pereira (2017) analisa o fechamento de escolas na RMC e enfatiza ações que vem sendo desencadeadas pela Articulação Paranaense Por Educação do Campo contra o fechamento de escolas no campo. Sobre o assunto, no ano de 2018 foi publicado o Parecer²² Normativo do Conselho Estadual de Educação do Paraná sobre o fechamento de escolas do campo. No documento são ratificadas normas gerais do CEE/PR para Educação do Campo, Indígena, Quilombola e povos das Ilhas; determina a manifestação do órgão normativo para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, e faz recomendações importantes para a política estadual de Educação do Campo.

Embora haja normativas nacionais e estaduais sobre o fechamento de escolas do campo, essa política tem estado em vigência na sociedade brasileira, decorrente de diversos fatores estruturais (concentração da terra e usos do solo) e fatores conjunturais como o número de matrículas nas escolas. O quadro 3 traz o cenário das escolas no campo na RMC, conforme dados e 2017 e 2018.

Quadro 3: Escolas no Campo nos Municipios da RMC - 2018²³

MUNICÍPIOS	ESCOLAS ESTADUAIS RURAIS	ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS	ESCOLAS MULTISSERIADAS
Adrianópolis	3	6	4
Agudos do Sul	0	3	0
Almirante Tamandaré	0	4	0
Araucária	3	8	0
Balsa Nova	0	5	0
Bocaiúva do Sul	0	8	8
Campina Grande do Sul	1	5	0
Campo do Tenente	1	4	0
Campo Largo	4	8	3
Campo Magro	1	2	1
Cerro Azul	1	24	24
Colombo	0	5	0

²² Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2018/CP/pa_cp_normativo_01_18.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019. 23 A organização do quadro foi baseada em consulta ao INEP (Censo Escolar de 2018), disponível https://inepdata.inep.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2019. E, consulta

²³ A organização do quadro foi baseada em consulta ao INEP (Censo Escolar de 2018), disponível https://inepdata.inep.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2019. E, consulta à SEED/PR (2019), disponível em http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp. Acesso em: 22 fev. 2019. Também, foi realizado trabalho de campo nos municípios, para conferência dos dados. Todavia, o total de escolas oscila e há discrepância entre os dados nacionais, os estaduais e os municípais, em função da política de cessação e/ou fechamento de escolas no campo. No quadro não estão computados os Centros de Educação Infantil localizados no campo.

Contenda	1	3	3
Curitiba	0	0	0
Doutor Ulysses	1	13	13
Fazenda Rio Grande	0	2	1
Itaperuçu	1	3	0
Lapa	5	13	4
Mandirituba	1	2	1
Piên	0	5	2
Pinhais	0	0	0
Piraquara	3	12	0
Quatro Barras	0	1	0
Quitandinha	5	6	0
Rio Branco do Sul	2	18	14
Rio Negro	2	4	2
São José dos Pinhais	2	10	1
Tijucas do Sul	1	11	3
Tunas do Paraná	1	2	0
TOTAL	38	187	84

O Paraná possuía em 2017 o total de 1.322 escolas no campo, sendo 423 estaduais e 897 municipais. O total de escolas nos municípios da RMC é de 225, conforme dados de 2018. Os 10 municípios destacados em cor amarelo ouro no Quadro 3 são os de maior extensão territorial na RMC. Observa-se que a maior parte deles possui número expressivo de escolas no campo, embora dezenas tenham sido fechadas nos últimos 15 anos na referida região. Com o fechamento e nucleação de escolas, o transporte escolar percorre em torno de 2.000 a 6.000 quilômetros diários. O tempo que as crianças ficam no transporte escolar varia de comunidade para comunidade.

Os números sobre o total de escolas públicas no campo estão constantemente sendo modificados, devido as políticas de nucleação e fechamento de escolas, bem como de "cessação temporária". Também, não há coincidência entre os dados apresentados pelas Secretarias Municipais, Estadual e Censo Escolar do Ministério da Educação.

Com relação às nomenclaturas das escolas, observa-se nos registros estaduais que elas aparecem com indicação de "R" para rural ou "EC" para escola do campo. Dessa forma, ao consultar os dados municipais, é necessário prestar atenção ao nome da escola que é antecedido dessas siglas. Há dificuldade em localizar os Centros Municipais de Educação Infantil que se localizam no campo, pois não há indicação geográfica dos mesmos nas listagens disponíveis nos bancos de dados nacionais e estaduais.

As escolas que estão no campo são distantes dos princípios da Educação do Campo. São escolas organizadas segundo a lógica da Educação Rural, com predomínio das decisões nas equipes gestoras locais, sejam elas da rede estadual ou da municipal. As comunidades e povos do campo pouco são conhecidos e/ou reconhecidos pelos professores, assim como a "realidade campo". Durante 7 anos, o Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo (NUPECAMP), do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação – tem trabalhado com escolas, professores e comunidades, na tentativa de problematizar a visão que se tem do campo na localidade, o vínculo escola-comunidade, a reestruturação de projetos político-pedagógicos e formação continuada realizada em escolas públicas no campo, com o intuito de ampliar os estudos sobre a construção da Educação do Campo no Brasil. Resultados dos estudos estão disponibilizados em obras organizadas por Souza (2016 e 2018) e por Souza e Germinari (2017).

As organizações coletivas na Região Metropolitana de Curitiba

A Educação do Campo é uma concepção educacional que se refere aos processos formativos desenvolvidos nos movimentos sociais e, também na escola. Quando se refere à escola, um dos princípios da Educação do Campo é a participação da comunidade na gestão da escola. Educação do Campo só tem sentido pelo seu vínculo estreito com a sociedade civil, com os sujeitos coletivos. Em regiões cuja organização da classe trabalhadora em movimentos e organizações sociais ainda é frágil, o desafio da Educação do Campo é provocar a ação da comunidade, articular entidades e associações comunitárias, problematizar os processos educativos vivenciados na escola e fora dela.

A imagem a seguir nos leva a pensar a organização social, cultural e econômica dos povos do campo. A maioria dos povos do campo vivem em pequenas propriedades, em meio a áreas de proteção ambiental, nos municípios da RMC. Terra e trabalho são essenciais para *a existência dos povos do campo no campo*.



Foto: Joka Madruga, 2017. Tijucas do Sul.

Partimos da compreensão da Educação do Campo como concepção de sociedade permeada por contradições. Como afirma Caldart (2009, p. 38) "não são as contradições do território estrito da Pedagogia, mas da luta de classes, particularmente de como se desenvolve hoje no campo brasileiro, em todas as dimensões de sua realidade". Desta forma, a Educação do Campo busca suas inquietações no contexto geral da sociedade e não apenas um uso singular da escola.

Para identificar as organizações coletivas, o ponto de partida foi a indicação feita pelos professores da Educação Básica, bolsista do projeto de pesquisa financiado pela CAPES/OBEDUC, junto ao NUPECAMP. Assim, o trabalho de campo foi realizado na FETAEP²⁴, FETRAF²⁵, Sindicato do município de Almirante Tamandaré, Sindicato de São José dos Pinhais, Sindicato do município de Mandirituba, Sindicato patronal de Campo Largo, Sindicato do município de Araucária, EMATER do município de Piraquara, setor de Legalização Fundiária do município de Piraquara, Secretaria de Agricultura do município de Piraquara, organizações coletivas de Município de Tijucas do Sul, Sindicato de Bocaiúva do Sul. O marco temporal restringe-se ao ano de 2014. Foi investigado o embate histórico de tais entidades, quem são os partícipes, quais as principais reivindicações e demandas destas organizações, quem são os povos do campo e os limites e as possibilidades do trabalhador rural em relação à educação.

Reiteramos que a Educação do Campo é compreendida enquanto um projeto que é político-pedagógico, de luta pela reforma agrária popular na perspectiva da efetivação da justiça e de direitos sociais de trabalhadoras e trabalhadores. Sua perspectiva é de classe e sua prática social está no contexto contraditório que permeia as relações entre capital e trabalho, modo de produção capitalista e classe social.

Tem-se a leitura do projeto de campo e de sociedade na iniciativa dos movimentos sociais organizados. Todavia destacamos que, na RMC a maioria dos municípios não se insere na mesma dimensão organizativa destas entidades²⁶. Ocorre que, a luta dos movimentos sociais tem como pauta principal o enfrentamento ao projeto de campo capitalista, e a maioria das entidades organizativas presentes na RMC aproxima-se mais de ações voltadas às necessidades imediatas dos trabalhadores rurais, tais com empréstimos e aposentadorias (quando tratamos dos sindicatos, por exemplo).

Nossa leitura, articulada ao movimento nacional de Educação do Campo, observa que as experiências construídas pela sociedade civil organizada interferem de modo significativo na vida das populações do campo por meio das políticas públicas. Nesta dinâmica tem-se uma compreensão política das demandas da realidade, bem como dos direitos sociais com enfrentamentos posicionados e pautas propositivas. Os movimentos sociais, constituídos por sujeitos coletivos motivados pelo mesmo embate, refletem tal condição.

Gohn explica que movimentos sociais são:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo,

²⁴ Federação dos trabalhadores na agricultura do estado do Paraná.

²⁵ Federação Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar.

²⁶ Mesmo tendo as mesmas demandas, como a fragilidade da escola pública em todos os seus aspectos e a invisibilidade dos direitos a saúde, segurança, acessibilidade e seguridade social.

em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GOHN, 1997, p. 251).

A autora anuncia na perspectiva da luta de classes o posicionamento e papel dos movimentos sociais, constituindose principalmente desde o interesse coletivo. Na RMC destacamos que, na representatividade de movimentos sociais organizados, há a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município da Lapa. O MST mobiliza, principalmente, suas atividades políticas junto aos sujeitos do assentamento do Contestado, estabelecendo algumas parcerias, quando necessário, com outras entidades, com o anuncio de experiências político-pedagógicas.

Há, na RMC, sobretudo, organizações coletivas que aqui se anuncia como sendo: sindicatos, associações comunitárias, cooperativas, e etc. Destaca-se que são entidades coletivas, tendo em vista a participação dos sujeitos. O que diferencia estas entidades de movimentos sociais é que não há um enfrentamento político a um projeto de sociedade, e em relação aos movimentos sociais os sujeitos é que constituem esta entidade organizativa, já as outras entidades que organizam os coletivos, podem ser constituídas por um determinado grupo que realiza ações voltadas ao público que se dirige. Estas diferenças são fundamentais que inferem de modo significativo na vida dos trabalhadores rurais.

O Quadro 4 traz indicação de entidades organizativas que exercem algum tipo de liderança/representatividade em relação aos povos do campo.

Quadro 4: Organizações coletivas rurais na Região Metropolitana de Curitiba

MUNICÍPIOS	INSTÂNCIA					
Agudos Do Sul	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - MERY TEREZINHA H. WOICIEKOVSKI					
Almirante Tamandaré	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - DIRCE					
Araucária	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS					
Bocaiúva Do Sul	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS					
Campo Largo	SINDICATO PATRONAL RURAL - UGO					
Campo Magro	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS					
	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - PEDRO ALMEIDA MONTEIRO NETO					
	Associação da Agricultura Familiar Cozinha Delicia Sertaneja em São Sebastião					
Cerro Azul	Associação dos Funcionários Públicos Do Sindicato dos Professores					
	Associação Comunitária Água Saudável em São Sebastião					
	Associação Comunitária Distribuição de Leite					
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais					
	Associação Portal dos Agricultores da localidade Bomba					
	Associação Comercial					
Colombo	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS					
Contenda	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - MIGUEL TREZIAK					

Doutor Ulysses	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - LUIZ MANOEL DA SILVA
Fazenda Rio Grande	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - FELIS BENONI MACHADO
	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - JOSÉ BENEDITO PINTO
	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DO DISTRITO DE ÁGUA AZUL
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS DO BUTIÁ E DA BARRA DOS MELLOS
	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CARQUEJA
	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE COLÔNIA MUNICIPAL
l	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DOS ALVES DA LAPA (AGROALVES)
Lapa	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA COMUNITÁRIA DE VISTA ALEGRE
	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE FAXINAL DOS CASTILHOS
	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
	SINDICATO RURAL DA LAPA
	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DA LAPA
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MARIENTAL
Mandirituba	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - JULIO CARVALHO
Piraquara	AGROINDUSTRIA
Quitandinha	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - URBANO PIONTKIEVICZ
Rio Branco Do Sul	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - ADÃO BURKOT
São José Dos Pinhais	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - ALBERTO SETNARSKY
	ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS UESTI – UNIÃO PÚBLICA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE TIJUCAS DO SUL
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA CAMPINA
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPESTRE (ASSOCAMP)
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LAGOINHA, LAGOA E GAMA
	ARECICLA – ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES AMBIENTAIS PRESTADORES DE SERVIÇO NA COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE TIJUCAS DO SUL
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA TABATINGA
	ASSOPINHO (ASSOCIAÇÃO DOS PINHOEIROS)
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CÓRREGO DAS PEDRAS, RIO DO FOJO E PINHAL DOS BORGES
Tijucas Do Sul	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA COMUNIDADE DE CAMPO ALTO (ASSOCAM)
	SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS E ESTADUAIS
	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
	AICELTS (ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CULTURA E ESPORTE DE TIJUCAS DO SUL
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BOSQUE DA SAÚDE I E II
	ASSOCIAÇÃO DE CULTIVO DE COGUMELOS
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE POSTINHO
	CONSELHO DA MERENDA ESCOLAR E DA AGRICULTURA FAMILIAR

Fonte: Trabalho de Campo "Organizações Coletivas Rurais na RMC", 2014.

São diversas entidades vinculadas à agricultura familiar e trabalhadores do campo. Entretanto, verifica-se que os diálogos entre essas entidades e as secretarias municipais de educação são inexistentes ou tímidos. Esse fato dificulta o trabalho com a concepção da Educação do Campo como construída nos movimentos sociais, desde 1997. Observa-se que a vinculação política das entidades se dá com setores da agricultura e do meio ambiente, incorporando uma relação fragmentada desde as demandas postas no campo.

Foi possível perceber, também, que a estrutura das entidades se volta à manutenção do modo de produção capitalista e que a formação política tem vinculação à processos de conformação e de assistencialismo junto aos trabalhadores do campo, uma vez que as conquistas da Educação do Campo, sendo a principal a Política Nacional da Educação do Campo decreto nº. 7352 de 2010, não são reconhecidas por estas entidades. Assim nossas constatações inferem que as entidades identificadas, que organizam os coletivos, incorporam ações que contribuem para o campo seja compreendido de modo fragmentado.

Nesta lógica, observamos fragilidades na participação da comunidade na construção dos projetos político-pedagógicos, sendo que com o desconhecimento da realidade e com o distanciamento das demandas educacionais, temse um olhar naturalizado junto às desigualdades presentes no campo da RMC. Destacamos que, com os enfrentamentos da comunidade por segurança, saúde, educação e pelo não fechamento de escolas é necessário compreender o projeto de campo que se tem para estas localidades, uma vez que os estudos demonstram o compromisso governamental com o agronegócio.

Desta forma, justifica-se a necessidade de participação coletiva junto aos espaços públicos de tomadas de decisões e de diálogos intersetoriais sobre o campo na RMC para reconhecer a realidade, questionar e propor ações que visem transformar as condições na qual os trabalhadores do campo se inserem.

A organização política das comunidades é processual e contraditória. Os municípios estão em meio a disputas políticas e práticas sociopolíticas clientelistas enraizadas na sociedade brasileira. A ideologia que fortalece a reprodução das relações sociais capitalistas é expressiva nos municípios, derivada de dois movimentos: contextos de poder político centralizado em pessoas e grupos economicamente abastados e contextos de precária formação educacional e consciência política.

A escola tem o potencial para ser um dos lugares de fortalecimento da concepção da Educação do Campo, mas para isso requer politização de professores, equipes pedagógicas e da comunidade local. Politização que ocorre nos espaços exteriores a escola e que depende de mediação político-pedagógica.

Considerações Finais

As desigualdades sociais estão acentuadas no território da RMC e demarcadas pela lógica capitalista de uso e ocupação em que predomina as relações econômicas do urbano sobre o rural. Sendo neste contexto que estão localizadas as escolas do campo e atuação dos movimentos sociais. Tais desigualdades estão presentes no processo de integração dos municípios que constituem a RMC e apontam para a invisibilidade do rural metropolitano diante do urbano. Repensar o potencial

das ruralidades em relação ao metropolitano coloca-se como premissa para um planejamento de políticas públicas na perspectiva de inclusão dos interesses das populações que residem tanto nos municípios de maior proximidade à capital como aqueles mais afastados e com maiores dificuldades de acesso aos serviços e bens públicos.

Outro aspecto destas desigualdades esta relacionado aos impactos significativos de degradação das fontes de mananciais de abastecimento em decorrência da expansão das relações capitalistas de produção industrial, mineral, agronegócio e especulação imobiliária que estão na contramão dos objetivos estabelecidos pelo Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC no sentido de proteção dos mananciais superficiais e subterrâneos responsáveis pelo abastecimento atual e futuro. As políticas públicas para a "conservação e preservação dos biomas mais significativos" são ineficazes e os gestores de diferentes áreas de políticas públicas buscam garantir as condições a qualquer custo para a implementação da expansão urbana e da urbanização da RMC.

O abandono das linhas estratégicas no planejamento de políticas públicas para a gestão territorial da RMC indica um cenário futuro de aprofundamento das desigualdades socioambientais nessa Região Metropolitana com repercussões expressivas na ruralidade e na educação em função dos arranjos produtivos locais que desprezam a territorialidade camponesa.

As desigualdades em relação a educação no contexto do rural metropolitano terá seu agravamento na medida que a invisibilidade da realidade educacional rural será acentuada pelo processo de fechamento²⁷ das escolas do campo na RMC, conforme dados produzidos pelos pesquisadores do NUPECAMP. Ao mesmo tempo, destacamos centralidade para a luta contra o fechamento de escolas rurais, articulada pelos movimentos sociais de educadores, como a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo²⁸ e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²⁹.

Neste contexto de desigualdades e invisibilidade das ruralidades, a liderança social das escolas rurais possibilita ações de protagonismo e empoderamento social, tendo um instrumento importante de reflexão e de sistematização da identidade das comunidades o: Projeto Político-pedagógico; que contribui com o desenvolvimento socioambiental local das comunidades e da população rural na RMC³⁰.

As pesquisas indicam a necessidade emergente de articulação intersetorial no campo da RMC para que as ruralidades sejam reconhecidas nas políticas públicas educacionais. Muitos debates sobre a educação ficam distanciados dos interesses das organizações coletivas, ao mesmo tempo há o desconhecimento do campo. Esse cenário fortalece e invisibiliza a intencionalidade do capital e fragmenta a luta dos trabalhadores e trabalhadoras contribuindo para as desigualdades sociais. Um exemplo é o enfrentamento dos camponeses ao fechamento das escolas. Constata-se que a pauta principal do fechamento das escolas está vinculada ao projeto de campo que se tem para o município/ estado/país. A política de fechamento das escolas pode gerar o silenciamento e a conformação dos trabalhadores aos interesses do capital, marcado por relações produtivas em curso na RMC. Porém, os coletivos do campo mantêm-se organizados na luta contra o fechamento de escolas e por outro projeto de campo para o Brasil.

²⁷ Ver Pereira (2017).

²⁸ Disponível em:http://apecpr2011.blogspot.com.br/. Acesso em: 22 fev. 2019.

²⁹ Ver reportagem de 24 de junho de 2015 no endereço: http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html. Acesso em: 15 fev. 2019.

³⁰ Ver Cruz (2014 e 2018).

Referências

ANDREOLI, Cleverson Vitório; DALARMI, Osvaldo; LARA, Aderlene Inês; ANDREOLI, Fabiana de Nadai. Limites ao Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba, impostos pela Escassez de Água. SANARE – **Revista Técnica da Sanepar** em:http://www.sanepar.com.br/Sanepar/Gecip/Revistas Periodicos/Gestao mananciais Acesso: 28 jul. 2018.

BRANDENBURG, Alfio; SOUZA, Osmar Tomaz. A Quem Pertence o Espaço Rural? As Mudanças na Relação Sociedade/ Natureza e o surgimento da Dimensão Pública do Espaço Rural". In: **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XIII, n. 1, p. 51-64, jan./jun. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.985, de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso: 29 jul. 2018.

BUCZENKO, Gerson Luiz. Educação Ambiental e Educação do Campo: o trabalho do Coordenador Pedagógico em escola pública localizada em Área de Proteção Ambiental. 2017. 344f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.7 n.1, p.35-64, mar./jun. 2009.

COMEC. Mapa político da Região Metropolitana de Curitiba. 2013. Disponível em http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/Mapas2013/RMC_2013_Politico.pdf Acesso: 29 jul. 2018.

COMEC. Áreas de Proteção Ambiental. 2010. Disponível em http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/LocalizacaoAPAs.pdf Acesso: 28 jul. 2018.

COMEC. Área dos municípios da RMC - comparativo - IBGE/SEMA. 2010. Disponível em: http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/RMC/Area_rmc_ibge2010 SEMA.pdf Acesso: 28 jul. 2018.

COMEC. População total, urbana e rural dos municípios da RMC. 2010. Disponível http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/RMC/Populacao_Total_Urbana Rural 2012.pdf Acesso: 29 jul. 2018.

CRUZ, Rosana Aparecida da. A Reestruturação dos Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas do campo no Município de Tijucas do Sul. 229 fls. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba 2014.

CRUZ, Rosana Aparecida da. Educação e contradição: disputas político-pedagógicas em torno da escola pública do campo. 217 fls. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

GOHN, Maria da Glória, Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos, São Paulo: Lovola, 1997.

GONÇALVES, Marilei de Fátima Ferreira. Os faxinais da Região Metropolitana de Curitiba: algumas reflexões. In: In: Souza, Maria Antônia de. **Escola Pública**, **Educação do Campo e Projeto Político-Pedagógico**. Curitiba: Editora da Universidade Tuiuti do Paraná, 2018.

IPARDES. Base física das mesorregiões geográficas do Paraná. 2010. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.jpg Acesso: 298 jul. 2018.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Urbano do Paraná; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil** - Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana – Região Metropolitana de Curitiba. Paraná: Ipardes/Ipea, 2013.

PARANÁ. Lei nº 12.248, de 31 de julho de 1998. Cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC. Publicado no Diário Oficial № 5305 de 03/08/1998. Curitiba, 1998.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Parecer normativo 01/2018. Ratificação das normas gerais exaradas pelo CEE/PR para a oferta de Educação do Campo e normas complementares para a cessação de escolas do campo. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres 2018/CP/pa cp normativo 01 18.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

PEREIRA, Camila Casteliano. A política de fechamento de escolas localizadas no campo na Região Metropolitana de Curitiba. 192 fls. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba 2017.

ROSA, Maria Arlete. Produção do conhecimento sobre Educação Ambiental em escolas localizadas no campo na Região Metropolitana de Curitiba.

In: Souza, Maria Antônia de. Escola Pública, Educação do Campo e Projeto Político-Pedagógico. Curitiba: Editora da Universidade Tuiuti do Paraná, 2018.

SOUZA, Maria Antônia de (org.). Escola pública, Educação do Campo e projeto político-pedagógico. Curitiba: Editora da UTP, 2018.

SOUZA, Maria Antônia de; GERMINARI, Geyso Dongley (Orgs.). Educação do Campo: território, escolas, políticas e práticas educacionais. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.

SOUZA, Maria Antônia de (org.). Escolas públicas no/do campo: letramento, formação de professores e prática pedagógica. Curitiba: Editora da Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.

UFSC; UFPEL e UTP. **Projeto de pesquisa:** Realidade das escolas do campo na Região Sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores. Encaminhado e aprovado pelo Edital 038/2010 CAPES/INEP/OBEDUC. Florianópolis, 2010.

UTP. **Projeto de pesquisa**. Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: diagnóstico, diretrizes curriculares e reestruturação dos projetos político-pedagógicos. Encaminhado e aprovado pelo Edital 049/2012 CAPES/INEP/OBEDUC. Curitiba, 2012.

UTP. **Relatório Parcial de Pesquisa.** Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: diagnóstico, diretrizes curriculares e reestruturação dos projetos político-pedagógicos. Edital 049/2012 CAPES/INEP/OBEDUC. Curitiba, 2015.

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

VERDE, Valéria Villa. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento.** IPARDES: Curitiba, 2004. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/territorios.pdf. Acesso: 10 set. 2018.

O campo, suas territorialidades e as escolas públicas: retratos do Município de Araucária

Andre Luiz Batista da Silva¹ Simeri de Fátima Ribas Calisto²

O concreto é concreto por que é síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade. Karl Marx, Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858. Esboços da crítica da Economia Política, 2011, p. 54.

O objetivo deste capítulo é apresentar um retrato do campo no município de Araucária. Retrato que busca captar desde os aspectos geográficos e processos históricos da constituição do rural e urbano, do campo e da cidade, suas especificidades e territorialidade para, então, retratar as escolas localizadas no campo e o atendimento escolar às comunidades e sujeitos que vivem no e do campo.

Metodologicamente, o capítulo que se apresenta tem como fundamento o materialismo histórico e os dados analisados e expostos resultam de estudo bibliográfico, levantamento de dados em sítios da internet, entrevistas com proprietários e pequenos agricultores, seus familiares – dados que se expõem no texto como relatos de agricultores e familiares³.

Retratos geográficos sobre o rural e o urbano no Município de Araucária

Araucária é um dos 29 municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Essa composição político-administrativa⁴ em formação desde a década de 1970 decorre do crescimento demográfico, das relações com o mundo do trabalho e organização de serviços no entorno dos grandes centros urbanos.

¹ Graduado em História pela UNESPAR, mestre em Educação pela UFPR e doutor em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Pesquisador do NUPECAMP/ UTP — Núcleo de Pesquisas em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas. Professor de História da Rede Municipal de Ensino de Araucária —PR.

² Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Paraná e mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Pedagoga nas Redes Municipais de Curitiba e Araucária. Pesquisadora do NUPECAMP/UTP

³ Importa ressaltar que os dados apresentados se referem ao ano de 2017.

⁴ A organização da Região Metropolitana de Curitiba, conforme o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI-1978), visa a distribuição das atividades econômicas, transporte para deslocamento dos trabalhadores e promoção de um melhor equilíbrio com distribuição de servico.



Figura 1: Araucária e Região Metropolitana de Curitiba. Fonte: Google Mapas.

Os anos de 1970 marcam para o município de Araucária um período de mudanças, pois se inicia, nessa época, seu processo mais denso de industrialização, com a criação do Centro Industrial de Araucária – CIAR – em 1973, o qual destinou 21 hectares de terra para a instalação industrial no município e a consequente instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR.

O processo de industrialização crescente, que resulta em oportunidades de trabalho na cidade, provocou a migração de parcela da população do campo para a área urbana. Nesse sentido, percebe-se a estreita vinculação entre o modo de produção da existência e a ocupação dos espaços.

A população de Araucária passou de um total de 16.526 habitantes em 1960, para 94.258 habitantes em 2000 e, mais recentemente, a partir de 2010 para um total de 113.000.

O aumento da população urbana impressiona, mas esse dado é mais alarmante em relação à população rural. Em 1970, no espaço urbano eram 12.000 pessoas que representavam 32,24% da população. Em 1980 passou a 54.074 habitantes, sendo que em 1991 passou a 86.111 representando 91,36% de habitantes no meio urbano e 8,64% no meio rural.

De acordo com o Censo do IBGE 2010, a população urbana corresponde a 120.000 habitantes, enquanto a população rural corresponde a 8.918 habitantes (IBGE *apud* IPARDES, 2017).

A rápida urbanização do município de Araucária ocasionou um déficit de serviços públicos e de condições de infraestrutura, acarretando condições de vida de baixo padrão para a maioria da população que ocupa a periferia da cidade.

A exclusão dos povos do campo e a crescente urbanização geraram mudanças que os Censos Demográficos apontam: o de 2000 já dava conta de que cerca de 1/5 (um quinto) da população do País encontrava-se na zona rural, ou seja, 18,77% da população. No Paraná dos 9.563.458 habitantes, 1.777.374 residiam no campo, o que equivalia a 18,59%. (SCHWENDLER, 2006, p.38).

O município de Araucária conta com 41 comunidades consideradas do campo, distribuídas em 376 km², sendo elas: Rocha Velha, Faxinal do Tanque, Rio Verde de Cima, Taquarova, Mato Branco, Guajuvira, Palmital, Campo Redondo, Campo Tomaz, Colônia Ipiranga, Camundá, Lagoa Suja, Formigueiro, Rio Verde Abaixo, Campina das Pedras, General Lúcio, Mato Dentro, Lavra, Fundo do Campo, Passa-Passa, Capoeira Grande, Roça Nova, Colônia Melado, Colônia Cristina, Campestre, Guajuvira de Cima, Rio Verde Abaixo, Boa Vista, Rio Abaixinho, Lagoa Grande, Capinzal, Botiatuva, Bela Vista, Mato Branco, São Sebastião, Campo Tomaz, Fazendinha, Ponzal, Campina das Palmeiras, Espigão, Capoeira dos Martins, Tietê e Onças.

A figura 2 indica a extensão territorial do campo em comparação com a extensão urbana do município ao mesmo tempo em que expõe as contradições já observadas quanto à distribuição demográfica da população e as contradições do processo de industrialização ocorrido a partir dos anos 1970.

Retratos da produção econômica no campo

O gosto do pão não revela quem plantou o trigo. Karl Marx, O Capital: crítica da Economia Política, 2014, p. 218.



Figura 2: Localização das escolas do campo. Fonte: Blog da Secretaria Municipal de Educação de Araucária SMED /2015.

De acordo com o documento das Diretrizes Curriculares Municipais "O Município de Araucária tem 471.337 km², que correspondem a 84 Km² (18,23%) de área urbana e 376,85 Km² (81,77%) de área rural". Tem-se uma inversão: vive mais gente em menos espaço e, em maior espaço, vive menos gente. No campo a atividade principal é a agricultura, que conjuga pequenos e médios produtores.

Em que pese todo o processo de industrialização do município de Araucária e suas contradições, no que se refere à produção econômica no meio rural observa-se, de acordo com o caderno do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2017), a existência de lavouras temporárias, horticultura e floricultura, lavoura permanente, produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal, pecuária e criação de outros animais, produção florestal: de florestas plantadas e de florestas nativas, além da pesca e agricultura. Sendo a predominância de 50% de lavouras temporárias, seguida de 30% de pecuária e criação de animais.

Os principais produtos produzidos nas comunidades rurais, conforme o Caderno Estatístico do IPARDES (2017) considerando a área cultivada em hectare⁵, são: soja, milho, feijão e trigo (24.295), horticultura e floricultura (3690), batata-inglesa (2.370), cebola (400), chá (50), fumo (30), mandioca (20), arroz (15), tomate (6) e uva (5). Destacamos a predominância do cultivo de grãos, seguida do cultivo de hortaliças e flores, o que pressupõe considerar a constituição de uma territorialidade que compreende o cultivo da soja, trigo, feijão e milho.

Também, segundo dados do IPARDES (2017) é possível identificar os estabelecimentos agropecuários conforme a condição do produtor: proprietário (1.315), assentado sem titulação definitiva (01), arrendatário (56), parceiro (15), ocupante (128) e produtor sem área (23). A maioria dos produtores é proprietária das áreas de cultivo, condição fundamental para a sobrevivência no campo; porém, importa observar, que a produção sem a propriedade permite que proprietários aufiram renda da terra a partir da locação – arrendamento – ou produção por meio de parceria, o que possibilita que um indivíduo ceda a terra para outro produzir e, ao final, dividam o resultado da produção.

Ainda, de acordo com os dados do IPARDES (2017) de um total de 5.404 pessoas ocupadas ou que trabalham e que habitam no campo, 1.606 não trabalham em atividades rurais ou na produção rural. Outro indicativo é o de que, no quantitativo de 1.538 estabelecimentos agropecuários e 1.315 proprietários ou 1.538 produtores, a maior parte dos estabelecimentos ou da produção em termos de propriedades se realiza com base no trabalho dos membros da família do proprietário, na forma da Agricultura Familiar.

Com relação a força de trabalho externa a família do proprietário ou dos assalariados e outras formas de trabalho no campo, das 3.798 pessoas que trabalham na produção agropecuária no município de Araucária e habitam no campo, 377 são assalariados, enfim, 1 a cada 10 trabalhadores na produção agropecuária é assalariado ou formalmente contratado enquanto outros 9 trabalhadores⁶, segundo os dados, compõem, provavelmente, a força de trabalho de base familiar ou não formalmente contratada com trabalho esporádico por jornada.

As figuras 3 a 7 (próxima página) retratam, de uma perspectiva mais aproximada, o campo no município de Araucária em suas diferentes comunidades.

⁵ Utiliza-se no decorrer da análise dois tipos de medidas de área: hectares com 10 mil metros quadrados e Alqueires com 24 mil e duzentos metros quadrados. 6 Retirando-se os proprietários de estabelecimentos agropecuários – 1.538 -, pode-se dizer que 1 a cada 5 trabalhadores são assalariados.



Figura 3: Foto aérea das comunidades de Campo Redondo, Lagoa Grande e Capinzal e entorno. Fonte: Google Mapas



Figura 4: Foto aérea da comunidade de Rio Abaixinho e entorno. Fonte: Google Mapas.



Figura 5: Foto aérea da comunidade de Rio Verde Acima e entorno. Fonte: Google Mapas.



Figura 6: Foto aérea comunidade de Guajuvira e entorno. Fonte: Google Mapas.



Figura 7: Foto aérea da comunidade de Palmital, Tietê e entorno. Fonte: Google Mapas.

Do retrato aéreo pode-se observar, nas diferentes comunidades, áreas de cultivo que atendem semelhanças que permitem territorializar a produção econômica no campo. As áreas de produção que apresentam, de acordo com a foto aérea, coloração em verde semelhante: são áreas de cultivo e preparo para cultivo de grãos, no caso o trigo e, sazonalmente, soja e milho. Essas são áreas de monocultivos e abrangem a maior porção territorial nas diferentes comunidades.

Essa observação permite expor e, portanto, retratar a produção econômica no campo no município de Araucária a partir de territorialidades, as quais: território da pequena Agricultura e criação de animais de base familiar e o território da média e grande — em termos espaciais - agricultura monocultora, contemplando a criação de animais.

A territorialidade não é definida na observação exposta, enquanto retrato, apenas pela localidade ou regionalização, mas pelo tipo de cultivo, forma de produção e destino da produção conforme se observará adiante. No caso, utiliza-se a noção de território e territorialidade como território usado onde "o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio-espacial e o mundo" (SANTOS, 2000, p. 3).

Quanto a territorialidade é importante considerar, também, os novos territórios presentes no campo no município de Araucária, territórios não relacionados economicamente à produção agrícola e pecuária. No caso, os territórios constituídos por estabelecimentos de pesquepague, turismo rural, chácaras e vilas urbanas localizadas no campo.

Com base na categorização territorial da produção no campo no município de Araucária, a pequena propriedade de cultivo e criação de animais com base na Agricultura Familiar encontra-se nas diferentes comunidades do campo em Araucária do mesmo modo que a produção monocultora de grãos, embora a produção monocultora encontre maior visibilidade. A pequena agricultura de base familiar caracteriza-se conforme se observa adiante nas figuras 8 a13, pela diversidade de cultivos e destinos da produção.

A figura 8 retrata a produção agrícola em pequena propriedade, à qual é comum na zona rural de Araucária, produção que se destina ao consumo próprio e comercialização quando há excedente. Na figura 9 o que se observa são dois canteiros, um de morangos com 100 mudas em média e outro, incipiente, de hortaliça.

As figuras 9 e 10 referem-se à propriedade do Senhor Milton e da Senhora Marilda, localizada na comunidade de Capinzal, com extensão de sete alqueires e, destes, cultivados a partir da força de trabalho familiar, um alqueire de diferentes hortaliças - repolho, alface,



Figura 8: Produção agrícola em pequena propriedade — Comunidade de Capinzal em Araucária - PR. Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 9: Produção da Agricultura Familiar em pequena extensão – cultivo de alfaces – comunidade de Capinzal.

Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 10: Produção da Agricultura familiar de pequena extensão – cultivo de repolho – comunidade de Capinzal.

Foto: Silva e Calisto (2017).

acelga-, beterraba, cenoura e morango na quantidade de 2.000 mudas. Toda produção, diversificada, se realiza sem uso de qualquer químico agrotóxico, no caso a produção é inteiramente orgânica. O destino da produção é a alimentação escolar a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - para escolas estaduais de Araucária e Curitiba e, segundo relatou o Senhor Milton, para o Programa Fome Zero. Na propriedade criam-se galinhas, porcos e gado - 3 cabeças - para o abastecimento da própria família. A produção do Senhor Milton e Senhora Marilda parte de um processo de produção de pequenos agricultores de base familiar da comunidade de Capinzal associados. No caso, fazem parte da Associação Social de Agricultores Familiares de Capinzal - AAFC. A associação conta com 30 agricultores familiares associados que se reúnem periodicamente para discutir e decidir sobre projetos e a própria produção.

Com base no trabalho associado para o atendimento da demanda estipulada pelo PNAE e Fome Zero os agricultores familiares associados produzem, além do já mencionado pela produção do Senhor Milton: beterraba, batata doce, batata-inglesa, batata salsa, alho, agrião, brócolis, caqui, cebola, cheiro-verde, couve, cenoura, espinafre, escarola, feijão preto, milho, pão nutritivo, pepino e pimentão verde, poupa de frutas, rúcula, repolho e tomate.

Ainda, no cultivo de hortaliças e verduras, há a produção realizada pelo Senhor Claudemir e Senhora Ivanilda - figura 11 - na extensão de dois alqueires onde produzem, com base no trabalho familiar, repolho, brócolis, couve, pimenta, abobrinha, milho verde e feijão. O destino da produção é voltado para a Central Estadual de Abastecimento – CEASA/PR.



Figura 11: Produção da Agricultura Familiar de pequena extensão – comunidade de Lagoa Grande.

Foto: Silva e Calisto (2017)



Figura 12: Produção da Agricultura Familiar de pequena extensão – comunidade de Rio Verde Acima.

Foto: Silva e Calisto (2017)

Com produção destinada ao consumo final no litoral do Estado do Paraná, por entrega a intermediário, a produção de hortaliças de propriedade da família da Senhora Terezinha é retratada na figura 11; esta propriedade tem a extensão de um alqueire.



Figura 13: Produção da Agricultura Familiar de pequena extensão – comunidade de Guajuvira. Foto: Silva e Calisto (2017).

A produção de hortaliças – repolho, couve-flor, couve – apresenta-se na, também, forma da Agricultura Familiar na comunidade de Guajuvira. A produção retratada na figura 13 em área de aproximadamente 1 alqueire e meio, refere-se ao cultivo de repolho, couve-flor, couve, cebola e abobora. O destino da produção é, segundo relatos, o CEASA/PR.



Figura 14: Pessegueiros sendo podados – comunidade do Tietê. Foto: Silva e Calisto (2017).

No que se refere à produção de frutas com base na Agricultura Familiar observa-se, na figura 14, a produção na propriedade do senhor José Marques. Seu Zezo, como diz que é conhecido, cultiva em uma porção de três alqueires e meio, com a ajuda da esposa e filho, pêssego, maçã, amora e ameixa.

Segundo relatou o Senhor José Marques a produção não é destinada a comercialização de terceiros ou estabelecimentos comerciais, mas, vendida diretamente a quem procurar na propriedade, ano passado chegou a colher e vender cerca de uma tonelada de pêssegos. Como são frutas de época, os pessegueiros estão secos no inverno.

Além das áreas de cultivo com base na Agricultura familiar com diferentes destinos da produção, observa-se, também, a criação de animais com base no trabalho familiar. A quantidade de cabeças de gado Nelore criados é de 50, alimentando-se de ração e pasto. Como se observa na figura 15, a maioria dos exemplares é de machos e destinados ao corte para abatedouros e frigoríficos. A pequena criação de gado se apresenta nas diferentes comunidades do campo no município de Araucária, bem como de ovelhas. A criação de gado, destinada ao



Figura 15: Criação de gado Nelore com base no trabalho familiar – comunidade de Lavra/Fazendinha.

Foto: Silva e Calisto (2017).

corte ou leiteiro, se apresenta, também, com uma ou duas cabeças, em pequenas propriedades com a finalidade do fornecimento de leite e carne para consumo direto das famílias proprietárias – em geral pequenos agricultores familiares.

Não só a criação de gado, mas de galináceos e equinos fazem parte do complexo da pequena propriedade familiar como meio de subsistência das famílias, não sendo a criação voltada a comercialização ou como produção principal dos pequenos agricultores familiares.

Ao que se observa, em termos sintéticos, a horticultura tem prevalecido como território da pequena Agricultura Familiar nas diferentes comunidades do campo no município de Araucária. Dos relatos dos pequenos agricultores familiares tem-se observado que antes da horticultura como produção principal da propriedade, o cultivo era de batatas. Relatam que mudaram para o cultivo de diferentes hortaliças e legumes devido a perdas no cultivo da batata, pela baixa nos preços e prejuízos consequentes. A produção de frutas de caroço, como o pêssego, não tem sido incentivada, como em tempos anteriores, pelo poder público à medida que não se realizou mais no município de Araucária a tradicional festa do pêssego, há pelo menos dois anos.

Outra observação é a introdução, no âmbito de Araucária, do cultivo de morango orgânico pelos pequenos agricultores familiares, como é o caso da produção do senhor Milton na comunidade de Capinzal.

Além do já mencionado, cabe mencionar que há, com incentivos da Prefeitura Municipal, principalmente na comunidade de Guajuvira, o cultivo de base familiar, ainda incipiente, de flores.

Em síntese, o território da pequena Agricultura Familiar apresenta-se como território da diversidade na produção, diversidade que se expressa nos múltiplos cultivos, desde as diferentes hortaliças, frutas e legumes, bem como nos múltiplos destinos da produção e formas de produção, como é o caso da produção associada. Território que se apresenta como um contrapondo à agricultura capitalista, ainda que participe do modo de produção capitalista, voltada a produção e reprodução do valor, da mais-valia no campo como é o caso da agricultura

monocultora, capitalista com base no agronegócio. No processo de trocas, conforme observamos pela produção e destino da produção, a Agricultura Familiar produz valor, o que se troca, seja na CEASA/PR, com o intermediário ou programas governamentais, é valor e não mais-valor auferido da força de trabalho assalariada. Pequena agricultura familiar que se apresenta como um dos sustentáculos da permanência dos sujeitos no campo, sobrevivência das comunidades e segurança alimentar do campo e da cidade. É importante citar aqui que 70% da produção agrícola consumida pelos brasileiros, segundo dados do Ministério da Agricultura, provêm da Agricultura Familiar (BRASIL, 2015).

Retratado o território da pequena Agricultura familiar e sua expressão diversificada, importa apresentar, conforme se pode observar nas figuras 4 a 8, anteriormente apresentadas, a predominância do território dos monocultivos em médias e grandes propriedades situadas no campo no município de Araucária. Território que, ao que se pode observar, apresenta especificidades, enfim, características próprias e relativas ao espaço rural do município. Médias e grandes propriedades que em extensão variam de 20 a 50 alqueires. Monocultivo de grãos, pinus e eucaliptos destinados a indústria madeireira e de celulose – provavelmente – e o Agrochá. Como território da monocultura e suas especificidades, interessa retratar o que se apresenta hegemonicamente e homogeneamente nas fotos aéreas – figuras 3 a 7, anteriormente expostas - e na paisagem rural do município de Araucária. Mas, antes mostrar-se-á os monocultivos menos visíveis e extensos e ligados direta e indiretamente, em maior ou menor intensidade, ao sistema de produção do agronegócio, bem como os que não apresentam relação com o sistema produtivo do agronegócio, mas utilizam de força de trabalho externa aos familiares na forma assalariada. No caso não tendo alguma relação com a forma da produção com base na Agricultura Familiar.

É preciso situar que o agronegócio apresenta uma "tendência a controlar áreas cada vez mais extensas do país e, por outro lado, a concentração de empresas com controle internacional" isso significa, de todo modo, a transnacionalização

da produção, bem como o controle dos insumos, armazenamento, beneficiamento e venda (LEITE e MEDEIROS, 2012, p. 84).

A figura 16 retrata a produção do chá verde – agrochá - em Araucária por empresa sediada no Japão, a Yamamotoyama⁷. No agrochá são cultivados, atualmente, um milhão e oitocentas mil mudas de chá verde, com colheita de aproximadamente um milhão de quilos de folha de chá. As folhas de chá são processadas com maquinaria fabril na mesma área de cultivo, a qual mede cerca de 90 hectares. Do produzido, 25% é chá orgânico e 75% com utilização de defensivos químicos – agrotóxicos -, 80% da produção é destinada ao mercado externo, no caso Japão e Estados Unidos. Como complexo agroindustrial monocultor, a empresa atua em Araucária há 40 anos, na área rural deGuajuvira⁸.



Figura 16: Área de cultivo de chá em Araucária – Agrochá – comunidade de Guajuvira. Fonte: Google Imagens.

⁷ No ano de 2018 a empresa decidiu por encerrar as atividades de produção no município de Araucária.

⁸ Dados extraídos a partir do programa jornalístico, voltado ao agronegócio, denominado "Negócios da Terra" do canal SBT — Sistema Brasileiro de Televisão

Na comunidade de Rio Verde Acima e entorno - figura 17 - até a Colônia Cristina e outras comunidades observam-se em maior ou menor extensão o cultivo de pinus e eucalipto, os quais são destinados, quando prontos para o corte, às indústrias madeireiras e congêneres.

As figuras 18 e 19 retratam a produção de morango de propriedade do Senhor Mário Zielinski na comunidade de Rio Verde Acima. Produção que se realiza na extensão de 4,5 hectares — próximo a 2 alqueires - em uma propriedade de 27, 5 alqueires, 100 mil mudas de morango. O destino da produção são as grandes redes de supermercados de Curitiba e Região Metropolitana. A produção conta com vinte funcionários, entre familiares. Pela extensão da produção de morangos sua categorização na territorialidade não se dá pelo monocultivo, mas por tratar-se de um empreendimento agrícola empresarial de média extensão. No caso, a produção



Figura 17: Área de plantio de pinus e eucalipto— comunidade de Rio Verde Acima. Fonte: Google Imagens.

do Senhor Mario Zielinski se põe como um empreendimento, necessário na lógica do mercado e das trocas, como Morangos Rio Verde. Como o cultivo do morango exige atenção e cuidado constante, em um empreendimento de média a grande extensão, necessita-se de volume considerável de força de trabalho. Segundo relatos, o Senhor Mario Zielinski tem sido, na comunidade e em outras regiões do Sul do Brasil, o propulsor do cultivo do morango, o qual pode ser visto em diversos trechos das estradas que cortam a região de Rio Verde Acima. Dos 27,5 alqueires de propriedade 5 são destinados ao cultivo do trigo, soja ou milho conforme se pode observar no segundo plano da figura 18.



Figura 18: Produção de morango convencional em média propriedade – não arqueado - comunidade de Rio verde Acima.

Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 19: Produção de morango convencional em média propriedade —arqueado - comunidade de Rio verde Acima.

Foto: Silva e Calisto (2017).

⁻ em 04/08/2017 nos seguintes links: https://www.youtube.com/watch?v=oj30EY3rg_8 e https://www.youtube.com/watch?v=DIV5EnL5ZA0. As edições do programa jornalístico são de 03/04/2014 e 30/11/2015. O dado na reportagem difere significativamente do posto pelo IPARDES (2017) que mensura 50 hectares.



Figura 20: Granja AVITA – Comunidade de Fazendinha. Foto: Silva e Calisto (2017).

A figura 20 retrata a produção de ovos na comunidade de Palmital, trata-se da Granja AVITA – Agropecuária e Avícola Takada - de propriedade do senhor Takada, com início das atividades em 1982. As granjas de produção de ovos, como empreendimento tradicional na região do Palmital em Araucária é proveniente da imigração e cultura japonesa no município. A Granja Avita, como grande empreendimento, possui

100 mil galinhas, segundo informações dos funcionários e sua produção é voltada para o abastecimento da Região Metropolitana

de Curitiba. Segundo relatos as granjas já foram em maior número nas comunidades de Fazendinha, Palmital e Tietê. Importa destacar que, segundo o IPARDES (2017) o quantitativo de galinhas para a produção de ovos no município soma 199.380.

Agrochá, pinus, eucalipto, morango convencional e granjas de produção de ovos não se apresentam homogeneamente, nem hegemonicamente no território do monocultivo e do empreendimento agrícola no município de Araucária. Cada um apresenta uma especificidade na forma de produção e destino da produção: exportação, indústria, mercado e consumo local.

Além dos empreendimentos e cultivos e monoculturas apresentados há na comunidade do Tietê o cultivo da camomila na extensão de mais ou menos 10 alqueires conforme se pode observar na figura 21.

Agora, trata-se de mostrar o monocultivo que se apresenta hegemônico e homogêneo no campo no município de Araucária.

A figura 22 retrata a produção em média propriedade na comunidade de Lagoa Grande. Observam-se na figura 22 duas áreas de cultivo, uma no primeiro plano e outra no segundo. Cada uma das áreas é de propriedade rural diferente. Um detalhe não aparente do retrato é o de que a cerca divisória da propriedade do primeiro plano faz parte dos fundos da Escola Rural Municipal Rui Barbosa. A área de cultivo retratada no primeiro plano é de plantio de trigo na extensão de 5 alqueires. Segundo relato de familiar do proprietário o cultivo é em sociedade entre dois produtores, no caso um – o proprietário cede a terra e os insumos e outro – sócio – a administração/cultivo na área; o resultado da produção na área é comercializado com empresas de grãos da região que



Figura 21: Área de cultivo de camomila – comunidade do Tietê. Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 22: Área de cultivo de trigo em média propriedade – comunidade de Lagoa Grande em Araucária – PR. Foto: Silva e Calisto (2017).

atuam na continuidade da comercialização, beneficiamento, produção de insumos agrícolas e importação, exportação e beneficiamento de grãos e cereais ou com cooperativas agroindustriais como a Cooperativa Bom Jesus.



Figura 23: Área de cultivo de trigo as margens da Estrada de Catanduvas

– comunidade de Campo Redondo.

Foto:Silva e Calisto (2017).



Figura 24: Área de cultivo de trigo as margens da Estrada de Catanduvas – comunidade de Capinzal.

Foto:Silva e Calisto (2017).

Ao longo da estrada de Catanduvas, que dá acesso às comunidades de Campo Redondo, Lagoa Grande e Capinzal - figuras 23 e 24 - pode-se observar pequenas e médias áreas de cultivo do trigo, áreas pertencentes a um único proprietário ou de proprietários diferentes, mas com destinação de resultado da produção idêntico ao relatado no que se refere a figura 23. Ainda, segundo o relato mencionado, a produção na região é diversificada sazonalmente, pois logo após a colheita do trigo - cultura de inverno -, planta-se milho e/ou soja nas mesmas áreas fechando o círculo anual produtivo⁹.



Figura 25: Área de cultivo de trigo as margens da Estrada do Tietê – comunidade de Palmital.

Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 26: Áreas de cultivo de trigo – comunidade de Rio Verde Acima. Foto: Silva e Calisto (2017).

⁹ A área cultivada de trigo na figura 24, em sua composição além do retratado, tem a extensão média de 40 alqueires, pertencente a senhor Sérgio Klemba, segundo dados de matéria jornalística publicada pela revista da Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus. Informações no link: http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/105498-bom-jesus-cooperado-de-araucaria-investe-nas-culturas-de-inverno.



Figura 27: Áreas de cultivo de trigo – comunidade de Boa Vista. Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 28: Áreas de cultivo de trigo – comunidade de Guajuvira. Foto: Silva e Calisto (2017).

As figuras 23 a 28 retratam a territorialidade mais visível do monocultivo no campo no município de Araucária, monocultivo sazonal/alternado do trigo, soja e milho e por vezes feijão na mesma lógica de produção e destino do contextualizado na figura 23. De outro modo é necessário reafirmar que o monocultivo de grãos obedece a uma lógica de manejo e preservação do solo, pois à medida que se alterna a produção entre cultivos de inverno – trigo - e verão – soja –, como rotação de culturas, há preservação do solo e produtividade maior. Os monocultivos são, ao que parece, direcionados por empresas que comercializam¹º grãos, nacional e internacionalmente, bem como comercializam insumos e beneficiam os grãos gerando valor agregado a estes; empresas com grande capacidade de armazenagem. São os cultivos do trigo, da soja e do milho territórios da monocultura, da homogeneização do campo no município. Territórios homogeneizados e hegemônicos que, ao que parece, impulsionam médios e relativamente grandes proprietários, por meio de incentivos à exclusividade desses cultivos. A questão que se põe não se refere diretamente a empresas ou aos agricultores dessas monoculturas, nem a elas, mas a das condições e da territorialidade que um determinado modo de produção impõe ao campo e que tem como determinante o lugar que o Brasil ocupa na produção mundial como produtor de *commodities*. Determinação que ao fim determina a territorialidade no campo no município de Araucária.

Do território da produção econômica e atividades não ligadas diretamente a produção agrícola e pecuária no campo no município de Araucária observam-se a existência cada vez maior de chácaras destinadas ao lazer dos proprietários — moradores da Região Metropolitana de Curitiba -, as quais contam, em alguns casos com serviços de chacareiros, um incipiente turismo rural, pesque-pague, psicultura e os pequenos comércios — mercadinhos localizados nas comunidades do campo - e até haras.

O incipiente turismo rural, figuras 29 a 30 (próxima página), se dá pelo denominado Caminhos de Guajuvira onde os turistas em dias de domingo visitam propriedades rurais e conhecem um pouco da cultura e gastronomia polonesa no município.



Figura 29: Haras localizado na comunidade de Rio Verde Acima. Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 30: Parte do roteiro turístico Caminhos de Guajuvira. Foto: Silva e Calisto (2017).

Nos roteiros turísticos o turista, no que se refere a produção no campo, conhece o pegue e pague de hortaliças da propriedade do senhor Ivo Gurski, a produção de flores da família do senhor Silvestre Waenga entre outros roteiros da cultura polonesa.

Quanto aos pequenos estabelecimentos comerciais — mercadinhos - cabe observar que estes cumprem uma importante função na manutenção da população que vivem do e/ou no campo no município de Araucária a medida que abastecem as famílias dos produtos de uso diário que não produzem ou de que necessitam e que não são produzidos no campo.



Figura 31: Foto de pequeno estabelecimento comercial nas de Lagoa Grande e Capinzal. Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 32: Foto de pequeno estabelecimento comercial na comunidade de Guajuvira.

Foto: Silva e Calisto (2017).

Os pequenos estabelecimentos comerciais, figuras 31 e 32, apresentam-se nas mais diferentes comunidades do campo. Observou-se que na comunidade de Rio Verde Acima, ao menos em suas estradas principais e secundárias,

que não há nenhum estabelecimento comercial do mesmo modo que a densidade demográfica da comunidade é uma das menores entre as comunidades do campo.

O comercial Iguaçu, de propriedade da família Nalepa, é tradicional na comunidade de Guajuvira desde 1958. Na parte central da comunidade da comunidade de Guajuvira, além da Escola Rural Municipal Rosa Pichet e o Cmei Guajuvira, localizam-se o Horto Municipal, pequenos estabelecimentos comerciais e um núcleo urbano com loteamento semelhante ao dos bairros na parte urbana do município.

Em Araucária há o Mercado Municipal e uma feira próxima ao terminal rodoviário os quais poderiam contribuir para a comercialização da pequena produção agrícola familiar, porém ao que se noticia o Mercado Municipal está inativo ou não há espaço ao pequeno produtor e a feira, na maior parte dos casos é gastronômica.

Considerações Finais

De forma sintética, o que se pode observar das territorialidades na produção econômica no campo no município de Araucária - território da pequena propriedade e da Agricultura Familiar; território das médias e grandes propriedades e dos monocultivos; território das atividades não ligadas à produção agropecuária – são os contrapontos entre a Agricultura Familiar, não direcionada pelo agronegócio, e a produções em médias e grandes propriedades que optam pelo monocultivo de grãos, bem como a forma empresarial de se fazer agricultura.

Com relação às médias e relativamente grandes propriedades com monocultivos de grãos, há a presença indireta do agronegócio no qual a produção é destinada e direcionada por empresas de beneficiamento, armazenagem e exportação de grão, além de grandes cooperativas agroindustriais. Aos produtores familiares, o cultivo de hortaliças e legumes tem se mostrado uma alternativa viável de manutenção de renda e da vida no campo. O cultivo de hortaliças, diferentemente dos monocultivos de grãos e cereais, exige trabalho constante, sistema de irrigação e manejo do solo. Já os monocultivos de grãos e cereais, realizado de forma extensa, não exigem trabalho constante e o manejo do solo é realizado no processo rotativo entre culturas de inverno e verão. Os monocultivos de grãos, diferentemente do cultivo de hortaliças, exigem o uso de maquinários agrícolas e agrotóxicos. O cultivo de morangos no município de Araucária tem se realizado, na maior parte dos casos, de forma convencional, empresarial e, como cultivo que apresenta trabalho constante e uso de técnicas, na forma como se apresenta no município, exige força de trabalho assalariada.

Quanto às formas e destino da produção, é importante assinalar que no território das pequenas propriedades e da Agricultura Familiar, o destino da produção, na maior parte dos casos retratados, direciona-se a CEASA/PR. Entretanto, é importante mencionar o caso dos pequenos Agricultores Familiares da comunidade de Capinzal com a produção baseada no associativismo como contraponto a produção destinada a empresas de beneficiamento de grãos e mesmo a cooperativas agroindustriais. O associativismo apresenta características diferentes do cooperativismo, principalmente o agroindustrial.

O associativismo, como forma de produção, tem como base a organização do trabalho coletivo na produção, na aquisição e uso coletivo de insumos e máquinas e na comercialização da produção (BALEM, 2016, p. 44). No caso, "A união de pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamentos, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte, etc." (AMARAL, S/D).

Já o cooperativismo, como forma uma forma de associação entre produtores, tem como objetivo principal comercializar a produção de seus membros, portanto de caráter comercial (AMARAL, S/D). Na qualidade de agroindustrial, assume a função, além da comercialização, a geração de valor agregado da produção — mais-valor.

Cabe mencionar que o cooperativismo agroindustrial pode ter aproximação, considerando o destino da produção, a lógica do agronegócio.

Em síntese, Araucária é um município com concentração populacional urbana e com marcas expressivas de ruralidade. Essas marcas são visíveis no uso do solo, na estrutura agrária e na organização sociocultural. Essa realidade pode ser explorada nos trabalhos escolares com o objetivo de reconhecer e valorizar os povos do campo, o trabalho com a terra e a relação entre campo e cidade.

Referências

AMARAL, Inácia Girlene. Associativismo e Cooperativismo. Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, S/D.

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes Municipais de Educação. Araucária, 2012

BALEM, Tatiana Aparecida. **Associativismo e Cooperativismo.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede E-tec Brasil, 2016.

BRASIL. Governo Federal. **Agricultura Familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiros**. 24/07/2015. Disponível em: http://www.brasil. gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro. Acesso em 20/08/2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico – Município de Araucária**. Curitiba, 2017. Disponível em: www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83700 Acesso em 18/08/2017.

LEITE, Sérgio Pereira e MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857- 1858 Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

. O Capital: crítica da economia política. Livro I – 32. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 2000. Florianópolis. Anais... Florianópolis: 2000.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Principais problemas e desafios da Educação do Campo no Brasil e no Paraná**. In: PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Caderno temático da Educação do Campo. Curitiba, 2006.

Relações entre campo, educação e formação de professores no município de Campo Magro

Maria Iolanda Fontana - UTP1

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. (Bernardo Mançano Fernandes, 2012)



Figura 1: Paisagem rural do Município de Campo Magro. Foto: Ineis Bernardete Karachenski Batista, agosto de 2013.

¹ Graduada em Pedagogia pela UFPR, mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e doutora em educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação da Universidade Tuiuti do Paraná. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas do PPGED/UTP. E-mail: maria.fontana1@utp.br

O município de Campo Magro, situado na Região Metropolitana de Curitiba, possui uma área de 278,224 Km² e manifesta diferentes formas de uso de seu território. A população concentra-se ao sul do município, próximo a Curitiba e estende-se ao longo da PR-090 — Estrada do Cerne. No subsolo da região está localizado o Aquífero Cárstico, fator de grande influência na área. Seus principais rios são o Passaúna, Rio Verde, Conceição, Ouro Fino e Capivara (CALADO, 2004, p.170).

O último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010 contabilizou 24.843 habitantes, destes 19.547 residiam na área urbana e 5.296 na área rural, é estimado que no ano de 2016, a população cresça para 27.884 habitantes. (PARANÁ, 2017, p. 3 e 12). De acordo com os dados do IBGE², a densidade demográfica é de 90,22 hab/km².

A população apresenta uma diversidade de etnias, raças e cores, que expressam diferentes culturas e práticas sociais. A constituição histórica de seus sujeitos é principalmente, de descendentes poloneses, italianos, alemães, além dos espanhóis e portugueses, presentes na região, desde o século XVI (CALADO, 2004, p.151). A maioria da população é da cor branca e parda, 78 indígenas, 824 pretos, 41 amarelos (IPARDES, 2017, p.13). Campo Magro possui, como a maioria dos municípios, a característica de herdar e receber influências culturais pela miscigenação de raças e costumes de povos que continuam chegando de diferentes regiões do Brasil e de outros países (CALADO, 2004, p.169).



Figura 2: Paisagem rural de Campo Magro. Foto: Maria Iolanda Fontana, maio de 2016.

² Dado consultado no site IBGE município Campo Magro. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410425&search=parana|campo-magro Acesso em: 17 ago. 2018.

A terra para o camponês é lugar de trabalho, de moradia e de construção da cultura camponesa, são características da identidade desse povo, que diferem de territórios marcados pelo desenvolvimento do agronegócio. Além das ações políticas, relações com a natureza, atividades econômicas e culturais que caracterizam o povo que vive no e do campo, "há de se considerar que o campesinato como sujeito social histórico se forja em condições sociais, materiais e políticas acentuadamente adversas que marcarão suas culturalidades". (TARDIN, 2012, p.181).



Figura 3: Lavoura de Cebola em Campo Magro. Foto: Maria Iolanda Fontana, agosto de 2017.



Figura 4: Paisagem rural de Campo Magro. Foto: Maria Iolanda Fontana, setembro de 2016.

A história do Município de Campo Magro iniciou, há mais de três séculos, no denominado sertão de Curitiba, no período histórico das explorações do ouro e em seguida do tropeirismo. A denominação Campo Magro se deve ao fato de que na ocasião em que os tropeiros passavam pela região, na época do inverno, o gado emagrecia e sobrava um campo muito pobre, muito magro para as reses (CALADO, 2004, p.38).

O território de Campo Magro foi desmembrado do município de Almirante Tamandaré em 1º de janeiro de 1997. É também conhecido pelo Circuito "Verde Que Te Quero Verde", composto por uma série de pontos turísticos espalhados pela imensa área verde da qual é composta o município.



Figura 5: Salto de Parapente. Foto: Jéssica Thaina Barbosa, agosto de 2017.



Figura 6: Casa do imigrante italiano. Foto: Jéssica Thaina Barbosa, agosto de 2017.

O Município de Campo Magro situa-se a noroeste da Região Metropolitana de Curitiba, tem como municípios limítrofes Almirante Tamandaré ao leste, Itaperuçu ao norte, Campo Largo a oeste e Curitiba ao leste, inserido na Região Metropolitana de Curitiba – RMC. De acordo com os dados do site do IBGE das cidades brasileiras³ o Índice de Desenvolvimento Humano-IDHM é de 0,701, o valor do rendimento mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes da área rural é de 400,00 reais e o rendimento domiciliar é de 1.817,75 reais. Na área urbana o valor do rendimento mediano mensal per capita dos domicílios particulares é de 510,00 reais e o rendimento domiciliar é de 1.930,99 reais. Os dados indicam que o rendimento médio das famílias campomagrenses é em torno de 2 salários mínimos, revelando as contradições, entre a riqueza natural do território e as difíceis condições materiais de produção, valorização do trabalho e de sobrevivência.

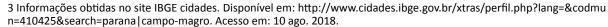




Figura 7: Casa do imigrante polonês. Foto: Ineis Bernardete Karachenski Batista, setembro, 2013.



Figura 8: Casa do agricultor. Foto: Ineis Bernardete Karachenski Batista, setembro,2013.



Figura 9: Mapa da Região Metropolitana de Curitiba.
Fonte: Portal da prefeitura de Curitiba-Secretaria do Urbanismo e Assuntos Metropolitanos.
Disponível em: http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/titulo-regiao-metropolitana-de-curitiba/2666

As atividades econômicas de Campo Magro⁴ compreendem a lavoura temporária, com 188 propriedades em uma área de 2.333ha, a horticultura e floricultura com 133 propriedades em 1.000ha e a pecuária e criação de outros

⁴ Os dados apresentados correspondem ao último censo agropecuário realizado pelo IBGE no ano de 2006, organizados no Caderno Estatístico Município De Campo Magro, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. IPARDES, 2017. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83535. Acesso em: 10 ago. 2018.

animais com 90 propriedades, em 2.929ha. Dos estabelecimentos de agropecuária, 364 pertencem a proprietários que ocupam uma área de 6.341ha. No entanto, existem 19 arrendatários que produzem em uma área de 140ha, um assentado sem titulação definitiva, 6 parceiros em uma área de 6ha, nove ocupantes com uma área de 45ha e 45 produtores sem área. (PARANÁ, 2017, p. 6).

Os dados revelam as diferentes formas de ocupação e uso da terra em Campo Magro, característica dos povos e comunidades tradicionais⁵, que segundo Cruz (2012, p.598) é marcada pela "longa história de ocupação territorial sobre os espaços em que vivem, sendo comum, várias gerações ocuparem a mesma área". A relação com a territorialidade e território que se encontra em Campo Magro é, portanto, uma das características dos povos e comunidades tradicionais:

Essa história de ocupação se expressa numa relação de ancestralidade, memória e sentido de pertencimento em relação a certas áreas e lugares específicos. O território tem, para esses grupos, importância material (base de reprodução e fonte de recursos) e forte valor simbólico e afetivo (referência para a construção dos modos de vida e das identidades dessas comunidades). A constituição dos territórios é caracterizada por grande diversidade de modalidades de apropriação da terra e dos recursos naturais (apropriações familiares, comunitárias, coletivas). (CRUZ, 2012, p.598).

Conforme explica Alentejano (2012, p.744) o regime de propriedade privada não é a única forma de acesso, uso e controle da terra, no campo brasileiro, "há as terras tradicionalmente ocupadas, isto é, terras de uso comum,

ocupadas há tempos por comunidades rurais que fazem uso delas para o extrativismo, a criação de gado e a agricultura, mas em relação às quais não têm a propriedade legal".

A área usada para o rebanho de animais é proporcional à área destinada à lavoura e horticultura e floricultura. As principais atividades do rebanho de pecuária e de aves no ano de 2015 contabilizaram o número de 2.180 bovinos, 1.310 equinos, 322.550 galináceos, 6.680 suínos, 948 vacas ordenhadas, 155 caprinos. (IPARDES, 2017, p. 7).

O milho (em grão) é a maior produção agrícola do município são 14.286t cultivados em uma área de 1.720ha, também é expressivo o cultivo de feijão (em grão) com uma produção de 5.325t em uma área de 2.500ha e o cultivo de 3.436t de soja em uma área de 1.050ha. Em áreas agrícolas menores são cultivadas: a cebola, com produção de 5.000t em uma área de 200ha, a batata-inglesa com produção



Figura 10: Criação de vacas em Campo Magro. Foto: Maria Iolanda Fontana, agosto de 2017.

⁵ Na dimensão mais teórico conceitual, os termos "povos e comunidades tradicionais" buscam uma caracterização socioantropológica de diversos grupos. Estão incluídos nessa categoria povos indígenas, quilombolas, populações agroextrativistas, grupos vinculados aos rios ou ao mar, grupos associados a ecossistemas específicos e grupos associados à agricultura ou à pecuária. (CRUZ, 2012, p. 598).



Figura 11: Agricultor Valdir Biernaski na plantação de cebola.

Foto: Maria Iolanda Fontana, agosto de 2017.

de 4.465t em uma área de 190ha, a produção de 2.500t de Mandioca em uma área de 140ha e a produção de Tomate 8 368t em uma área de 8ha. (PARANÁ, 2017, p. 6, 7).

É possível constatar que grande parte das terras com plantações e de rebanho em Campo Magro, caracterizam a produção camponesa, garantida pelo trabalho familiar, cooperativo e associativo e por outras formas de relações que resistem ao modo de produção capitalista. Conforme explica, Fernandes (2012, p.748) "a organização familiar do trabalho e o conjunto de características relacionado a ela diferencia o território camponês do território capitalista — territórios com lógicas e processos distintos, e que constroem diferentes modelos de desenvolvimento territorial". Entende-se que o grande desafio do camponês é o fortalecimento das relações cooperativas e associativas para manter sua autonomia, resistência e o enfrentamento à hegemonia da agricultura capitalista.



Figura 12: Irrigação do cultivo da cebola na propriedade de Valdir Biernaski.
Fonte: Sandra Mara Biernaski. agosto de 2017.

A Escola do/no Campo

A realidade educacional de Campo Magro, no ano de 2016 apresenta uma rede pequena de escolas, oferecendo a população em idade escolar

19 estabelecimentos de ensino, sendo 13 municipais e 6 estaduais, totalizando 5.616 estudantes matriculados. A Educação Infantil é ofertada em 4 creches e em 10 estabelecimentos que oferecem o pré-escolar, totalizando

o atendimento à 1.010 crianças. O ensino fundamental é ofertado em 9 escolas municipais e 6 estabelecimentos estaduais, atendendo 3.496 alunos. O ensino médio é ofertado em 5 estabelecimentos da rede estadual, totalizando 1.100 alunos matriculados. A educação de jovens e adultos é ofertada em 2 estabelecimentos e um atende estudantes da educação especial. (PARANÁ, 2017, p. 16,17).

O Município de Campo Magro possui 2 escolas municipais situadas na área rural, a Escola Municipal do Campo Professora Mercedes Marques dos Santos e a Escola Rural Municipal Professor Alexandre Bueno Ferreira e uma escola da rede estadual, a Escola Rural Estadual Conceição.



Figura 13: Escola Rural Municipal Barra de Santa Rita, Fechada. Foto: Maria Iolanda Fontana, agosto de 2017.



Figura 14: Escola Rural Municipal José Air Colodel, Fechada. Foto: Maria Iolanda Fontana, agosto de 2017.

Na lógica da nucleação de escolas da área rural, foram fechadas 3 escolas multisseriadas. A pesquisa realizada por Pianovski e Oliveira (2017, p.19) sobre as escolas multisseriadas no município de Campo Magro, destaca dentre as justificativas apresentadas pela diretora do Departamento de Educação, com relação ao fechamento das escolas: "número reduzido de alunos, falta de professor habilitado, construção e funcionamento da escola seriada consolidada que também ofertava o ensino de 5ª a 8ª série".

Esta ação política atravanca a possibilidade destas escolas contribuírem para o fortalecimento da identidade das comunidades camponesas. A pesquisa realizada por Souza, *et al* (2016, p.44) com diretores de escolas, situadas no campo com baixo IDEB, revela que estes, reconhecem que o fechamento de escolas e os altos gastos com transporte escolar, causam interferência na aplicação de novos recursos às escolas, impactando no baixo desempenho dos estudantes.

As pesquisadoras Rodrigues (2016) e Pianovski (2012, 2017) ao investigar classes multisseriadas na Região Metropolitana de Curitiba, revelam suas potencialidades, em relação ao acesso dos povos do campo à educação e

defendem que é necessário superar o modelo multi(série), organizando o ensino em ciclos de formação humana. Na concepção de Arroyo (2012) significa:

Organização das escolas, dos currículos, os agrupamentos respeitando a especificidade dos educandos em seus tempos humanos de formação supõe superar essa organização solitária, segmentada do trabalho e avançar para formas mais coletivas e mais concentradas em coletivos de educandos-educadores por tempos de formação. (ARROYO, 2012, p.741).

Esta realidade mostra o desafio do povo do campo e dos educadores em lutar por uma escola do e no campo, o que significa

desenvolver uma formação contra-hegemônica, ou seja, de formular e executar um projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora, o que exige a formação integral dos trabalhadores do campo, para promover simultaneamente a transformação do mundo e a autotransformação humana. (MOLINA; SÁ, 2012, p.327).

Conforme pesquisa de Souza (2011, p. 39) no estado do Paraná a escola é rural e é do campo, ou seja, existe uma dúbia realidade pedagógica que é preciso reconhecer para superar a escola rural e avançar, "por meio da valorização de um projeto político-pedagógico transformador, concomitante a um projeto de campo que propicie a vida, o trabalho e a produção sociocultural".

Escola Municipal do Campo Professora Mercedes Margues dos Santos



Figura 15: Escola Mun. do Campo Profa. Mercedes Marques dos Santos. Foto: Ana Maria Dambrat, março de 2015.



Figura 16: Parque infantil da Escola Mun. do Campo Profa. Mercedes Marques dos Santos. Foto: Ana Maria Dambrat, março de 2015.



Figura 17: Escola Mun. do Campo Profa. Mercedes Marques dos Santos. Foto: Ana Maria Dambrat, junho de 2015.



Figura 18: Transporte Escolar Municipal. Foto: Ineis Bernardete Karachenski Batista, setembro de 2013.

A Escola Municipal do Campo Professora Mercedes Marques dos Santos está localizada na Estrada Principal da Conceição, na localidade do Retiro no Município de Campo Magro – Paraná e atualmente oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, atendendo em média o total de 200 alunos, distribuídos nos períodos da manhã e tarde. Foi fundada em 1991 e é conhecida como escola "consolidada" por reunir os alunos de várias escolas multisseriadas, que foram fechadas.

A escola busca, desde o ano de 2012 desenvolver em seu projeto político pedagógico os princípios da Educação do Campo, por meio da formação dos profissionais da escola vinculada com o projeto de pesquisa do Observatório da Educação – OBEDUC/CAPES⁶ vinculado ao Núcleo de Pesquisas em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas - NUPECAMP do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. O projeto problematiza a realidade escolar no campo e nela a formação dos profissionais da educação, a fim de superar a ideologia que interessa ao capital, de que o campo brasileiro está "desaparecendo", e trazer para

⁶ A formação continuada de professores da Escola Municipal do Campo Professora Mercedes Marques do Santos foi organizado sob a forma de curso de extensão itinerante, a partir do ano de 2012 e integrou dois projetos do Observatório da Educação - OBEDUC/Capes, vinculados ao Núcleo de Pesquisas em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas - NUPECAMP do programa de Pós-Graduação em Educação e curso de Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná. O projeto intitulado "Realidade das escolas do campo na Região Sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores" caracterizou-se como um núcleo em rede, envolvendo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), foi aprovado pelo edital 038/2010, iniciou no ao de 2011 e finalizou no ano de 2014. O projeto aprovado pelo edital 042/2012 intitulado Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: diagnóstico, diretrizes curriculares e reestruturação dos projetos político-pedagógicos, iniciou no ano de 2013 e foi concluído no ano de 2016.

o debate as contradições que marcam a educação e a vida dos povos, que arduamente resistem com o trabalho na terra. (FONTANA, 2014, p.240).

O objetivo é envolver o professor em estudo e pesquisa dos conteúdos da Educação do Campo, isto é "trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida" (CALDART, 2012, p.64). Isso significa a construção do projeto político pedagógico que oriente estratégias pedagógicas para a apreensão das contradições existentes na sociedade capitalista e em especial no campo, utilizando as ciências e as novas tecnologias na construção de uma sociedade mais justa, solidária e que lute pela igualdade social.



Figura 19: Sala de aula. Foto: Ineis Bernardete Karachenski Batista, outubro, 2013.



Figura 20: Atividade de leitura na biblioteca. Foto: Ineis Bernardete Karachenski, outubro, 2013.



Figura 21: Atividade de plantio. Foto: Ana Maria Dambrat, maio de 2015.

Os estudos sobre a Educação do Campo refletiram na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo Professora Mercedes Marques dos Santos, que valoriza as práticas sociais da realidade camponesa, conforme está explicitado na apresentação do documento:

O presente Projeto Político Pedagógico foi reelaborado com o objetivo de atualização da proposta de ensino da Escola Municipal do Campo Professora Mercedes Marques dos Santos, atendendo as orientações da Secretaria Municipal de Campo Magro. Foi realizado com o envolvimento das famílias, por meio de questionários, de reuniões pedagógicas com os professores e com a colaboração do Observatório da Educação CAPES/INEP, vinculado a Universidade Tuiuti do Paraná. Partiu-se da necessidade de adequá-lo a realidade da Educação do/ no Campo, resgatando e firmando uma identidade perdida e por vezes desvalorizada. (CAMPO MAGRO, 2013, p.4).



Figura 22: Organização da Biblioteca Dambrat. Foto: Ineis Bernardete Karachenski, outubro, 2013.

A reestruturação da biblioteca resulta da ação da coordenadora pedagógica das escolas do campo Ineis Bernardete Karachenski Batista, no ano de 2011. A coordenadora foi membro do projeto sobre Educação do Campo, financiado pela CAPES/ Programa Observatório da Educação. Como uma das atividades vinculadas à pesquisa, a coordenadora organizou e ampliou o acervo da biblioteca, além de desenvolver a sua investigação na escola sobre a literatura no currículo da escola, por meio da formação dos professores. No ano de 2011,



Figura 23: Biblioteca denominada professor Felipe Dambrat. Foto: Sandra Mara Biernaski, setembro 2017.

quando iniciou o projeto, havia 350 livros, sendo a maioria livros didáticos e, no ano de 2013 foram catalogados 923 livros, muitos deles, recebidos da secretaria de educação do município, do MEC e de doações.

Formação de educadores do campo

A formação continuada de professores da Escola Municipal do Campo Professora Mercedes Marques dos Santos, foi desenvolvida em parceria com o OBEDUC/Capes, núcleo Universidade Tuiuti do Paraná, na própria escola, a partir do ano de 2011 e integrou a participação de docentes e alunos do curso de Pedagogia e da pós-graduação da Universidade. O objetivo foi ampliar o conhecimento sobre a concepção da Educação do Campo, entendendo que, como ponto de partida, seria necessário, aos profissionais da escola a compreensão da particularidade e singularidade de homens e mulheres que produzem suas vidas no campo e as contradições com o modo de produção capitalista.

A metodologia utilizada foi a investigação-ação, tendo como foco de análise o projeto pedagógico, as práticas de alfabetização e letramento e o trabalho com a literatura infantil. O processo de investigação-ação instituído na escola do campo objetivou promover a instrumentalização teórico-metodológica das professoras para realizar a leitura crítica da realidade e incluir no currículo escolar o estudo das contradições entre a produção da cultura e do trabalho dos sujeitos do campo em relação ao modo de produção capitalista. (FONTANA, 2014, p. 252).

Compreende-se que a constituição de coletivos de investigadores da própria prática, por meio da investigação-ação, pode favorecer a relação teoria e prática e, pela produção do conhecimento decorrente dos processos de pesquisa, promover mudanças que qualifiquem o trabalho pedagógico na escola do campo. Por isso a importância de instituir o espaço/tempo na escola para formar grupos de estudo na perspectiva de formação continuada itinerante.



Figura 24: Curso de extensão itinerante na Escola Mun. do Campo Profa. Mercedes Marques dos Santos. Foto: Maria Iolanda Fontana, agosto de 2013.



Figura 25: Curso de extensão itinerante na Escola Mun. do Campo Profa. Mercedes Marques dos Santos. Foto: Maria Iolanda Fontana, abril de 2016.

Constataram-se as problemáticas que interferem na qualidade do ensino: a necessidade de compreender as questões históricas da desvalorização do campo e de seus povos; reconhecer a realidade das famílias do campo e suas necessidades para revisão e atualização do projeto político pedagógico; compreender teoria e métodos de alfabetização e letramento e o papel da literatura infantil no desenvolvimento da leitura e escrita.

Conforme argumenta Arroyo (2012, p.364), os profissionais docentes-educadores estarão capacitados a trabalhar com a Educação do Campo, se entender a tensa história, de produção das desigualdades, das relações políticas de dominação-subordinação da agricultura, dos povos do campo e de seus trabalhadores à lógica do capital, a história de resistências e de ações coletivas de movimentos sociais pela sua afirmação. "A incorporação dessa riqueza de conhecimentos ocultados trará maior densidade e radicalidade teórica aos currículos de formação". (ARROYO, 2012, p.364)

Nesta perspectiva a formação continuada desenvolvida com os professores, na Escola Municipal do Campo Professora Mercedes Marques dos Santos, possibilitou a leitura, estudo e a pesquisa sobre o conteúdo político e pedagógico da Educação do Campo, explicitando as contradições das relações capitalistas que oprimem e inferiorizam a o trabalho e a cultura dos povos do campo. A formação fortaleceu a valorização da identidade camponesa das professoras e de seus saberes, suscitando reflexões sobre a prática pedagógica, na perspectiva histórico-crítica, para a emancipação cultural e social dos estudantes, conforme está expresso no projeto político pedagógico da escola.

As escolas do campo precisam encaminhar o conhecimento de forma a potencializar o desenvolvimento da área rural, para isso é necessário que haja uma capacitação dos profissionais da área da educação para que saibam aproveitar a história do local onde estão inseridos. Apontar para a valorização da agricultura e dos produtos retirados dela, os quais garantem o sustento das famílias, elevar a auto-estima do homem do campo, o qual muitas vezes se sente menosprezado pela falta de estudos, pelo não reconhecimento do seu trabalho, pelo baixo preço dos produtos e até mesmo pelo modo de tratamento de outras pessoas, devido a sua cultura rural. (CAMPO MAGRO, 2013, p.12).

Considerações Finais

Os retratos de Campo Magro mostram que sua ruralidade é fértil em conteúdo sócio histórico e em práticas camponesas, revelando diferentes paisagens, identidades, culturas, modos de trabalho e de produção no campo. Entende-se que as diversidades e particularidades socioculturais do campo, do município de Campo Magro, associadas aos conteúdos científicos universais precisam ser compreendidas e incluídas no conhecimento pedagógico e no currículo escolar. Nesta perspectiva, a formação continuada na e com a escola do campo, precisa refletir a ressignificação do conhecimento escolar, com o objetivo de superar a fragmentação da cultura que aliena e dificulta aos povos do campo a compreensão das condições objetivas de sua existência e dificulta o enfrentamento à expansão capitalista em seus territórios e modos de vida.

Referências

ALENTEJANO, Paulo. Terra. *In:* Caldart *et al.* **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2012.

ARROYO, Miguel G. Formação de Educadores do Campo. In: Caldart *et al.* **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALADO, Sérgio Roberto. Campo Magro: um município para ser conhecido e amado. Curitiba: Reproset, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: Caldart *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMPO MAGRO. Projeto Pedagógico da Escola Municipal do Campo Professora Mercedes Marques dos Santos. 2014.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e comunidades tradicionais. In: Caldart et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território camponês. In: Caldart et al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FONTANA, Maria Iolanda. **Políticas públicas para pesquisa na formação e no trabalho dos profissionais da educação básica**: Contradições E Materialidade. Tese de doutorado. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades - Paraná, Campo Magro.** 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410425&idtema=16&search=parana|campo-magro Acesso em: 17 ago. 2018.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. IPARDES. **Caderno Estatístico Município De Campo Magro**. 2017. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83535. Acesso em: 10 ago. 2018.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. In: Caldart et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PIANOVSKI, Regina Bonat. Jogo e aprendizagem em contexto de escola do campo com classes multisseriadas. 166f. **Dissertação** (Mestrado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

PIANOVSKI. R. B; OLIVEIRA, R. S. M. de. As classes multisseriadas nas escolas localizadas no campo. In: SOUZA, M. A.; GERMINARI, G.D. (Orgs.) Educação do Campo: território, escolas, políticas e práticas educacionais. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 171 - 187

PIANOVSKI, Regina Bonat. Ensino e aprendizagem em escolas rurais multisseriadas e as contribuições da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 225f. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Tujuti do Paraná. Curitiba. 2017.

RODRIGUES, Fabiana Aparecida Franco. Experiência vividas em uma escola multisseriada. In: SOUZA, Maria Antônia (Org). **Escolas públicas no/do campo:** letramento, formação de professores e prática pedagógica. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.

SOUZA, Maria Antônia et al. Escolas públicas rurais: realidade e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. In: SOUZA, Maria Antônia (Org). **Escolas públicas no/do campo:** letramento, formação de professores e prática pedagógica. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná,2016.

SOUZA, Maria Antônia de. A educação é do campo no estado do Paraná? In: SOUZA, Maria Antônia (Org). **Práticas Educativas do/no campo**. Ponta Grossa: Editora UEPG,2011.

TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In: Caldart et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Município de Piraquara: potencial para articulação entre Educação Ambiental e Educação do Campo

Gerson Luiz Buczenko1



Figura 1: Portal de eEntrada do Município de Piraquara Fonte: BUCZENKO. 2017.

O objetivo deste capítulo é gerar inquietações sobre as práticas pedagógicas nas escolas no/do campo, em contexto municipal de predomínio de Área de Proteção Ambiental. Tendo em mente que o princípio maior da Educação do Campo é o vínculo com a comunidade e que a concepção crítica de Educação Ambiental requer participação e controle social de políticas e práticas voltadas para a sustentabilidade socioambiental, neste texto problematizamos práticas presentes nas escolas públicas. Afinal, as práticas pedagógicas são marcadas pelo debate do campo? São marcadas pelo debate Ambiental a partir do reconhecimento das Áreas de Proteção Ambiental do município? Quais potenciais existem para o fortalecimento de práticas pedagógicas críticas?

¹ Mestre e Doutor em Educação na Universidade Tuiuti do Paraná. Docente da Faculdade CNEC Campo Largo e do Colégio Cenecista Presidente Kennedy. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas do PPGED/UTP. E-mail: buczenko@uol.com.br.

O município de Piraquara, conforme dados disponibilizados pela Câmara Municipal da cidade (PIRAQUARA, 2018²), foi elevado de povoação à condição de freguesia em 1885, com a denominação "Senhor Bom Jesus de Piraquara". Em 1890, passou à condição de vila, desmembrada de São José dos Pinhais e com a nova denominação de Deodoro, em homenagem ao Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Ainda em 1890, o município foi devidamente criado com sede na Vila Deodoro. No dia 10 de abril de 1929, conforme estabelecido pela Lei nº 2645 a denominação oficial do município mudou de Deodoro para Piraquara.

A região de Piraquara destaca-se também por seus mananciais, constituindo-se como Área de Proteção Ambiental³ (APA) de manancial, responsável por cerca de 50% do abastecimento de água da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). O município possui ainda o maior complexo penitenciário do estado. A população da cidade, em 2010, era de 93.207 habitantes, sendo atualmente estimada em 106.132 pessoas, segundo dados do IBGE⁴ (2018).

O IPARDES (2018)⁵ informa que o município, em sua extensão territorial, possui uma área total de 227.042 km² e densidade demográfica de 410.52 hab./km²; na agropecuária destacam-se a lavoura temporária, a pecuária e a criação de outros animais e, na exploração mineral, a areia e rocha para brita.





Figura 2: Pedreira Boscardim e Feira de Orgânicos Fonte: Pedreira Boscardim⁶, 2018; Prefeitura de Piraquara, 2018.

² PREFEITURA DE PIRAQUARA. Câmara Municipal de Piraquara. História de Piraquara. Disponível em: http://www.camarapiraquara.pr.gov.br/conheca-a-camara-de-piraquara/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

³ Segundo a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), APAs são unidades de conservação previstas pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e possuem como objetivo conciliar o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente. As APAs criadas na RMC, com base na Lei Estadual nº 12.248/98, são unidades mais restritivas que as UTPs e visam a proteção das bacias contribuintes das represas de abastecimento público, atuais e futuras. Na aglomeração urbana metropolitana existem cinco APAs instituídas que são as do Irai, do Piraquara, do Pequeno, do Passaúna e do Verde. Dentre as quais, somente as do Irai, do Piraquara e do Passaúna possuem seus planos ambientais aprovados, através de um instrumento denominado Zoneamento Ecológico-Econômico. Disponível em: http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo-37. Acesso em: 01 jun. 2017.

⁴ IBGE. Cidades - Piraquara. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4119509>. Acesso em: 15 jul. 2018.

⁵ IPARDES. Caderno estatístico do município de Piraquara. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83300>. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁶ Disponível em: http://www.pedreirasboscardin.com.br/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Em relação à habitação, foi registrado um total de 29.626 domicílios (IBGE, 2010⁷), sendo 15.327 urbanos e 14.299 rurais. O número total de matrículas no ensino regular, no ano de 2015, foi de 9.487 na rede estadual, considerando 13 estabelecimentos de ensino; 10.484 na rede municipal, com 36 estabelecimentos escolares; e 2.308 na rede particular, com dez estabelecimentos de ensino, totalizando 22.279 matrículas. O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) registrado pelo município em 2015 foi de 5,2 nos anos iniciais (quarta série e/ou quinto ano) e, na rede estadual, 3,7 nos anos finais (oitava série e/ou nono ano).

Segundo o IPARDES (2018), Piraquara recebeu, em 2015, repasse de ICMS Ecológico⁸ no valor total de R\$ 21.218.144,49, sendo R\$ 746.078,48 relativos às unidades de conservação e R\$ 20.472.066,01, aos mananciais de abastecimento.

No município de Piraquara registra-se a presença de 22 escolas, das quais 13 são urbanas e 9 são rurais. Alguns estabelecimentos de ensino rurais são denominados



Figura 3: Domicílio Rural em Piraquara – Estrada Nova Tirol. Fonte: Buczenko, 2017.

como escolas do Campo pela Secretaria Municipal de Educação, enquanto outros mantém no nome oficial a condição de "Escola Rural Municipal", conforme se vê na relação de escolas Municipais:

⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2018.

^{8 &}quot;O ICMS Ecológico é um instrumento de política pública, criado pioneiramente no Paraná, que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. A Lei do ICMS Ecológico ou Lei dos Royalties Ecológicos é o nome que se dá à Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A Lei Complementar nº 59/91 dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências" (PARANÁ, 2018). Segundo Rossi (2010, p. 48-49), "a legislação paranaense possui mecanismos que incentivam os Municípios a melhorar a qualidade da gestão de suas áreas protegidas, sejam elas federais, estaduais ou mesmo particulares. Quanto melhor for qualidade da gestão dessas áreas, tanto maior será a participação do Município no bolo do ICMS Ecológico. Esse tipo de mecanismo legal faz com que, na prática, os Municípios tenham maior interesse na criação de unidades de conservação e, efetivamente, firmem parcerias com as esferas estadual e/ou federal de governo para apoio à gestão das unidades de conservação. Consoante Fernandes et al. (2011, p. 19), "em 1991, o critério ecológico passou a ser utilizado para distribuir parte destes recursos no estado do Paraná. Esta experiência pioneira originou-se da reivindicação dos municípios que sentiam que suas economias eram prejudicadas pelas restrições de uso do solo, originadas por serem mananciais de abastecimento para municípios vizinhos ou por integrarem Unidades de Conservação. Dessa forma, o poder público estadual sentiu a necessidade de reformular os critérios de distribuição do ICMS, favorecendo estes municípios com recursos adicionais".

⁹ Prefeitura Piraquara. Secretaria de Educação. Escolas. Disponível em: http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/ESCOLAS-69-773.shtml, Acesso em 07 mai. 2018.

- Escola Rural Municipal Bernhard Julg.
- Escola Rural Municipal Capoeira dos Dinos.
- Escola Rural Municipal Carmela Dutra.
- Escola Rural Municipal Heinrich de Souza.
- Escola Rural Municipal Idilia Alves de Farias.
- Escola Rural Municipal Jomar Tesserolli.
- Escola Rural Municipal Dona Julia Wanderley.
- Escola Rural Municipal Marilda Cordeiro Salgueiro.
- Escola Rural Municipal Rudi Heinrichs.

O Quadro 1 traz a realidade escolar municipal do campo em números, com indicação do número de matriculados, indicação do índice de distorção série/idade e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos anos de 2011 a 2015.

Quadro 1: Escolas Municipais localizadas no campo.

ESCOLA	MATRICULAS			DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE			IDEB		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2011	2013	2015
Capoeira dos Dinos	81	86	92	6,2	4,7	6,5			5,0
Carmela Dutra	83	82	69	19,3	9,8	14,5			
Idilia Alves de Farias	399	409	393	12,5	10,8	9,2	4,7	5,1	5,4
Dona Julia Wanderley	123	128	131	5,7	8,6	12,2	4,9	5,3	6,4
Marilda C. Salgueiro	727	729	753	9,4	8,8	10,1	4,7	4,7	5,3
Rudi Heinrichs	500	492	521	11	13,2	12,3			
Bernhard Julg	567	572	589	24,5	21,7	18,2	4,1	4,2	4,8
Jomar Tesserolli	452	458	411	16,4	16,4	14,8			
Heinrich de Souza	733	782	757	17,1	17,8	20,1	4,0	4,1	4,6

Fonte: Microdados do Censo escolar Mec/INEP¹⁰ (2015)

¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Escolar. 2015. Disponível em http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica. Acesso em: 19 mai. 2018.

No município de Piraquara está localizada também a Escola Estadual Indígena Mbya Arandu e nela estudam 25 indígenas que cursam da 2ª à 7ª séries e, frequentemente, recebem visitas de estudantes de curso de Pedagogia e Pesquisadores de várias instituições de ensino superior.



Figura 4: Escola Indígena Mbyá Arandú – Aldeia Araçaí. Fonte: G1 – Paraná-Rpc¹¹, 2013

Dentre as escolas citadas, destacam-se as Escolas Rurais Municipais Dona Júlia Wanderley, Carmela Dutra e Capoeira dos Dinos, que foram alvo de pesquisa de Doutoramento em Educação¹², em razão de estarem localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) do Piraquara, conforme se vê nas imagens a seguir.

Segundo Buczenko (2017, p. 203) a Escola Rural Municipal Dona Júlia Wanderley está localizada à rua Vagner Luis Boscardin, nº 55, bairro Laranjeiras, área rural do município de Piraquara. Possui um total de 123 alunos pela manhã, em turmas do primeiro ao quinto ano, e 16 alunos no período da tarde. De acordo com informações registradas em seu projeto político-pedagógico, a instituição foi fundada em 1895, para atender aos filhos de imigrantes, em sua maioria italianos, sendo nessa época denominada Escola Isolada das Laranjeiras. Seu primeiro professor foi



Figura 5: Escola Rural Municipal Dona Júlia Wanderley. Fonte: Buczenko, 2017.

¹¹ Disponível em: http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/04/gosto-de-trabalhar-com-desenhos-diz-professor-que-ensina-em-guarani.html. Acesso em: 12 jul 2018

¹² Tese de Doutorado em Educação intitulada "Educação Ambiental e Educação do Campo: o trabalho do coordenador pedagógico em escola pública localizada em área de proteção ambiental". Disponível em: http://tede.utp.br:8080/jspui/bitstream/tede/1355/2/EDUCACAO%20AMBIENTAL.pdf. Acesso em: 29 jul. 2018.

Francisco Ribeiro. Em 1957, passou a se chamar Casa Escolar Dona Júlia Wanderley, em homenagem à primeira normalista do Paraná. Em 1992 a escola foi municipalizada e passou a ter a atual denominação. Atualmente a região na qual a escola está localizada passou a ser um local atrativo para novos empreendimentos imobiliários, apesar da distância em relação ao centro do município e o fato de que a região está localizada no interior da APA do Piraquara.

A Escola Carmela Dutra se localiza à rua Vagner Boscardin, s/nº, bairro Águas Claras, em Piraquara, e atualmente possui 125 alunos, divididos em cinco turmas. A escola oferta à comunidade turmas de pré-escola II, e do primeiro ao quinto ano, anos iniciais da educação básica. Registra-se em seu projeto político-pedagógico que a instituição de ensino teve origem no ano de 1935, com o início das atividades escolares da Casa Escolar Itaqui, na Fazenda Itaqui, atual Fazenda Nutrimental, com cerca de 30 alunos em uma turma multisseriada, sendo que a primeira professora foi a Sra. Maria Rosa Oliveira (BUCZENKO, 2017, p. 201).

Segundo Buczenko (2017, p. 2015) a Escola Rural Municipal Capoeira dos Dinos, esta se localiza à rua Eduardo Rocha, s/nº, em área rural, e possui atualmente 87 alunos, distribuídos em cinco turmas. Sua história tem início no ano de 1902, quando o Sr. Felisbino Dinos, pela necessidade de escolarização das crianças e jovens da região, cedeu uma sala de sua residência na qual a professora Claudia Fumagalli lecionava para 70 crianças, aproximadamente, todas maiores de 12 anos de idade. Em 1992 a escola passou pelo processo de municipalização, obtendo a atual denominação. As vias de acesso à escola são cobertas de cascalho e em boas condições. A escola é uma das mais distantes do centro do município, porém, próximo à escola esta também o posto de saúde da região. A maioria dos alunos são assistidos pelo transporte escolar. Em períodos de falta de chuva a poeira passa a incomodar as atividades escolares.

Assim, o município de Piraquara¹³, com seus mananciais, constitui-se em

área de proteção ambiental sendo o responsável por 50% do abastecimento

de água da grande Curitiba. Hoje, Piraquara também abriga o maior complexo penitenciário do estado do Paraná.



Figura 6: Escola Rural Municipal Carmela Dutra. Fonte: Buczenko, 2017.



Figura 7: Escola Rural Municipal Capoeira Dos Dinos. Fonte: Buczenko, 2017.

Em razão dessa condição, há nos limites territoriais do município, bem como nas Rodovias que cortam a região, uma

farta sinalização sobre a condição ambiental, além da identificação dos mananciais¹⁴, que é uma condição diferenciada no estado do Paraná.





Figura 8: Sinalização de APA – BR 116. Fonte: Buczenko, 2017.

Ao transitar pelo município, vê-se o convívio entre o urbano e o rural muito presente, marcado por estradas pavimentadas, com importantes rodovias que dão acesso ao município. Assim, por vezes, é pouco perceptível a diferença entre o urbano e o rural ao percorrer o município em suas principais vias de comunicação, com as áreas mais distantes da região central de Piraguara.

A Estrada Nova Tirol, com pavimentação em cascalho, é o acesso principal para a Escola Rural Municipal Capoeira dos Dinos, bem como à barragem do Piraquara 1 e 2¹⁵. Atualmente parte da Estrada Nova Tirol recebeu pavimentação em paralelepípedo e a primeira etapa da obra concluiu o trecho próximo à Colônia Santa Maria da Nova Tirol.

¹⁴ O projeto é uma iniciativa da Sanepar, em parceria com as concessionárias de rodovias, o DER e o DNIT (PARANÁ, 2012). As placas de sinalização de mananciais estão de acordo com a regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN, 2014). CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN). Manual brasileiro de sinalização de trânsito. Brasília, DF, 2014. v. III. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/ManualSinalizacaoolndicativa2(alterado%20pela%203).pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016. PARANÁ. Agência de Notícias do Paraná. Rodovias que cortam bacias de abastecimento recebem sinalização. 24 out. 2012. Disponível em: ">http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=71357&tit=Rodovias-que-cortam-bacias-de abastecimento-recebem-sinalizacao>">http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=71357&tit=Rodovias-que-cortam-bacias-de abastecimento-recebem-sinalizacao>">http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=71357&tit=Rodovias-que-cortam-bacias-de abastecimento-recebem-sinalizacao>">http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=71357&tit=Rodovias-que-cortam-bacias-de abastecimento-recebem-sinalizacao>">http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=71357&tit=Rodovias-que-cortam-bacias-de abastecimento-recebem-sinalizacao>">http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=71357&tit=Rodovias-que-cortam-bacias-de abastecimento-recebem-sinalizacao>">http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=71357&tit=Rodovias-que-cortam-bacias-de abastecimento-recebem-sinalizacao>">https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=71357&tit=Rodovias-que-cortam-bacias-de abastecimento-recebem-sinalizacao>">https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=7

¹⁵ Foram investidos quase R\$ 74 milhões para a construção de Piraquara 2. A barragem tem capacidade total de 21 milhões de metros cúbicos de água, vai proporciona rum aumento de 600 litros de água por segundo no sistema ou de 8,5% no volume de água, que representa o abastecimento de mais350 mil habitantes de Curitiba e Região Metropolitana. A barragem tem 17 metros de altura e 670 metros de comprimento. A construção do aterro exigiu 364 mil metros cúbicos de terra compactada. Para sua operação, a Sanepar já protocolou o pedido de licença ambiental junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Disponívelem:">http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/61E2EC8668985A92832575E5005F3C74/\$File/Dialogo373Maio2009parasite.pdf?OpenElement>">http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/61E2EC8668985A92832575E5005F3C74/\$File/Dialogo373Maio2009parasite.pdf?OpenElement>">http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/61E2EC8668985A92832575E5005F3C74/\$File/Dialogo373Maio2009parasite.pdf?OpenElement>">http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/61E2EC8668985A92832575E5005F3C74/\$File/Dialogo373Maio2009parasite.pdf?OpenElement>">http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/61E2EC8668985A92832575E5005F3C74/\$File/Dialogo373Maio2009parasite.pdf?OpenElement>">http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/61E2EC8668985A92832575E5005F3C74/\$File/Dialogo373Maio2009parasite.pdf?OpenElement>">http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/61E2EC8668985A92832575E5005F3C74/\$File/Dialogo373Maio2009parasite.pdf?OpenElement>">http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/calandrakbx/filesmng.nsf/calandrakbx/filesmng.nsf/calandrakbx/filesmng.nsf/calandrakbx/filesmng.nsf/calandrakbx/filesmng.nsf/calandrakbx/filesmng.nsf/calandrakbx/filesmng.nsf/calandrakbx/filesmng.nsf/calandrakbx/filesmng.





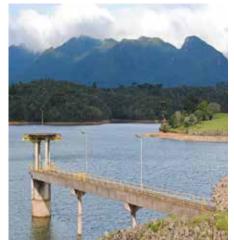




Figura 9: Estrada Nova Tirol: Trajeto para a Escola Capoeira dos Dinos. Fonte: Buczenko, 2017.

Figura 10: Barragem de Piraquara. Fonte: Prefeitura de Piraquara, 2018; Sanepar, 2009.

Considerando a condição das escolas pesquisadas, ou seja, escolas localizadas no campo e em APA de manancial, espera-se uma abordagem diferenciada em relação à Educação Ambiental, pela própria condição de maior proximidade com o ambiente natural, no qual a escola e comunidade estão inseridas. Faz parte do cotidiano do público escolar da região, um contato maior com a natureza, uma vez que há uma grande quantidade de alunos, que residem em chácaras e sítios, por vezes, muito distantes da escola, condição que impõe aos mesmos, um tempo considerável no interior do transporte escolar, além da própria distância que é percorrida das propriedades até o ponto de encontro com o transporte escolar.

Na constituição legal da APA, já ocorre a previsão legal no sentido de que o objetivo é de conciliar o desenvolvimento econômico atrelado à proteção do meio ambiente, e no caso de Piraquara em função da característica dos mananciais presentes, espera-se que ocorra um trabalho diferenciado em relação à Educação Ambiental¹⁶ e em consequência uma valorização desse potencial por parte do público escolar, principalmente, no quadro atual mundial, em que tanto da crise climática, quanto a escassez de água potável são realidades incontestáveis em futuro próximo.

Observa-se que existem esforços no sentido de trabalhar a Educação Ambiental, no cotidiano escolar, seja com atividades direcionadas, projetos, ou ainda de forma interdisciplinar nas disciplinas curriculares da Educação Básica nos anos Iniciais.

¹⁶ Ver sobre a Política Estadual de Educação Ambiental em: Paraná. Secretaria de Estado de Educação. Conselho Estadual de Educação. Deliberação n. 04/2013. Diário Oficial do Estado, Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/deliberacao_04_13.pdf >. Acesso em: 19 jul. 2018; ______. Lei n. 17.505, de 11 de janeiro de 2013. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e adota outras providências. Diário Oficial do Estado, Curitiba, 11 jan. 2013. Disponível em: http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=85172&codTipoAto=&tipoVisualizacao=alterado >. Acesso em: 16 jul. 2018.



Figura 11: Atividade de Educação Ambiental em sala de aula – Escola Localizada no campo.

Fonte: Buczenko, 2017.



Figura 12: Rua Vagner Luis Boscardin. Fonte: Buczenko, 2017.

A Rua Vagner Luis Boscardim é o principal trajeto de comunicação entre o centro do município de Piraquara com as Escolas Rurais Municipais Dona Júlia Wanderley e Carmela Dutra, bem como, o caminho diário da população que reside no entorno das escolas. No caminho entre as duas escolas está a crista da barragem do Piraquara 2.



Figura 13: Rua Vagner Luis Boscardim – Próximo à barragem do Piraquara 2 em Piraquara. Fonte: Buczenko, 2017.

Constata-se que o cotidiano das pessoas, das crianças, enfim, dos moradores do município está marcado pelas relações com o campo. Embora seja invisibilizado pelo sonho da urbanização, resultante de um processo de metropolização, pensado do centro para a periferia, o rural presente na RMC constitui-se hoje em um grande cinturão

¹⁷ Atividades escolares de Educação Ambiental na Escola Municipal Rural Capoeira dos Dinos, com a utilização do Bio Boletinzinho – SPVS. Disponível em: http://www.spvs.org.br/quem-somos/downloads/>. Acesso em: 12 jul. 2018.



Figura 14: Bairro do Guarituba em Piraquara – falta de infraestrutura e elevados índices de violência.

Fonte: Gazeta de Piraquara, 2015¹⁸.

verde ao redor de Curitiba, que a alimenta com água potável, hortifrutigranjeiros, minérios, mão de obra, entre outros.

Com a extensão do tecido urbano cresce, de forma geral, o turismo rural. Embora o território rural seja invisibilizado em suas precariedades (fig. 14), ele é visibilizado em seu potencial de atendimento ao público da Metrópole, que procura o rural em seus finais de semana e feriados. Essa característica de turismo rural tem sido expressiva nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, e nela o município de Piraquara. (fig. 15 a seguir e fig. 16, próxima página).

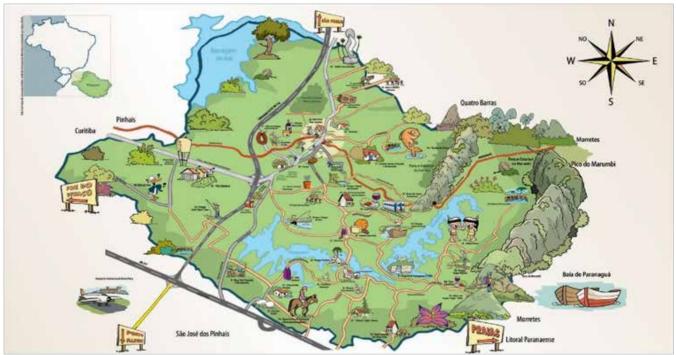


Figura 15: Roteiro Turístico de Piraquara. Fonte: Prefeitura Municipal de Piraquara, 2018.





Figura 16: Turismo de Aventura Ecoturismo em Piraquara – Morro do Canal e Represa do Carvalho.
Fonte: Prefeitura de Piraquara, 2018.

Verifica-se que, por um lado, a diversidade socioambiental está presente no município de Piraquara, que lhe garante uma riqueza e identidade a ser preservada para as futuras gerações. Por outro lado, estão presentes também os antagonismos que marcam de uma forma geral a Região Metropolitana de Curitiba, como a desigualdade social, manifestada por locais de moradia precária aos cidadãos menos favorecidos e a ausência de políticas públicas que busquem o equilíbrio, seja no meio urbano, seja no meio rural.

A exploração do meio ambiente ainda está presente e a política de Educação Ambiental, começa a dar passos mais seguros. Existem ainda munícipes que defendam a industrialização da cidade, talvez por desconhecer a importância que Piraquara tem em relação ao abastecimento de água na RMC. Dessa forma defende-se que a educação não é o melhor caminho para mudar essa realidade, e sim, o único, principalmente, no sentido de educar, emancipar e transformar a realidade hoje vivida, que há de ser melhor para as futuras gerações, que chegam todos os anos aos bancos escolares em busca de um futuro, no mínimo, melhor.

A Educação Ambiental e a Educação do Campo estão presentes nas realidades escolares pesquisadas no município de Piraquara, assim, é perceptível a possibilidade de se pensar uma proposta político pedagógica que articule as duas áreas do conhecimento e as torne presentes no planejamento escolar em seu cotidiano.

Com um projeto interdisciplinar que privilegie conhecer a realidade socioambiental em que a escola está inserida, por exemplo, é possível conectar os conteúdos escolares à realidade vivida pelo público escolar, bem como à comunidade onde estão inseridas suas famílias. Em razão das especificidades em que as escolas estão localizadas, ou seja, o fato de terem comunidades rurais no entorno das escolas; estarem em Área de Proteção Ambiental de manancial; proximidade da Barragem do Piraquara 1 e 2; produção de hortifrutigranjeiros; entre outros. Estas condições reunidas possibilitam uma maior aproximação das famílias em relação ao cotidiano escolar com uma participação efetiva na troca de ideias, conhecimentos e experiências de vida para todos. Assim, constitui-se uma grande oportunidade para uma gestão verdadeiramente democrática, que possibilite repensar o espaço físico e o currículo, consolidando-se uma escola sustentável.

Referências

BIO BOLETINZINHO - SPVS. Disponível em: http://www.spvs.org.br/quem-somos/downloads/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Escolar**. 2015. Disponível em: http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica. Acesso em: 19 jul. 2018.

_____. Manual brasileiro de sinalização de trânsito. Brasília, DF, 2014. v. III. Disponível em: https://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/ManualSinalizacaoIndicativa2(alterado%20pela%203).pdf. Acesso em: 10 jul. 2018.

BUCZENKO, Gerson Luiz. Educação Ambiental e Educação do Campo: o trabalho do coordenador pedagógico em escola pública localizada em área de proteção ambiental. 2017. **Tese**. 344 fls. (Doutorado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2017. Disponível em: http://tede.utp.br:8080/jspui/handle/tede/1355>. Acesso em 18 jul. 2018.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR). Barragem de Piraquara II. Diálogo. p.03. 2009. Disponível em: https://ecitydoc.com/queue/barragem-de-piraquara-ii-ja-conta-com-8236-milhoes-de-pdf?queue id=-1>. Acesso em: 29 jul. 2018.

COORDENAÇÃO DA Região Metropolitana DE CURITIBA (COMEC). **Área de Proteção Ambiental** (APA). Disponível em: http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=37>. Acesso em: 01 jul. 2018.

FERNANDES, L. L. et al. **Compensação e Incentivo à Proteção Ambiental:** o caso do ICMS Ecológico em Minas Gerais. RESR, Piracicaba, v. 49, n. 3, p. 521-544. iul./set. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000300001>. Acesso em: 22 iul. 2018.

G1 GLOBO. Disponível em: http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/04/gosto-de-trabalhar-com-desenhos-diz-professor-que-ensina-em-guarani.html>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GAZETA DE PIRAQUARA. Notícia. Disponível em: http://agazetadepiraquara.com.br/site/?p=8073. Acesso em 12 jul. 2018

IBGE. Cidades – Piraquara. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4119509. Acesso em: 15 jul. 2018.

IBGE. Censo 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2018.

IPARDES. Caderno estatístico do município de Piraquara. Curitiba, 2017. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83300>. Acesso em: 22 jul. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n. 04/2013**. Diário Oficial do Estado, Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/deliberacao 04 13.pdf >. Acesso em: 19 jul. 2018.

Lei n. 17.505, de 11 de janeiro de 2013. **Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências**. Diário Oficial do Estado, Curitiba, 11 jan. 2013. Disponível em: http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=85172&codTipoAto=&tipoVisualizacao=alterado. Acesso em: 16 jul. 2018.

ESTRADAS.COM.BR. Notícias. **Rodovias que cortam bacias de abastecimento recebem sinalização**. Disponível em: http://estradas.com.br/rodovias-que-cortam-bacias-de-abastecimento-recebem-sinalização). Acesso em: 10 jul. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. ICMS Ecológico no Paraná. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=246>. Acesso em: 22 jul. 2018.

PEDREIRA BOSCARDIM. Pedreira. Disponível em: http://www.pedreirasboscardin.com.br/. Acesso em: 12 jul. 2018.

PIRAQUARA 2. Outros pontos turísticos. Disponível em:http://www.piraquara.pr.gov.br/turismo/Outros-pontos-turísticos-26-752.shtml. Acesso em 08 jul. 2018.

PREFEITURA DE PIRAQUARA. Câmara Municipal de Piraquara. História de Piraquara. 2018. Disponível em: http://www.camarapiraquara.pr.gov.br/conheca-a-camara-de-piraquara/. Acesso em: 19 jul. 2018.

_____. Secretaria de Educação. **Escolas**. Disponível em: http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/ESCOLAS-69-773. Shtml>. Acesso em 07 jul. 2018.

PREFEITURA DE PIRAQUARA. Perfil. Disponível em http://www.piraquara.pr.gov.br/PERFIL-1-39.shtml. Acesso em 07 jul. 2018.

ROSSI, A. ICMS ecológico sob o enfoque da tributação verde como meio da sustentabilidade econômica e ecológica: experiência do Paraná. 2010. 89 fls. **Dissertação** (Mestrado) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2010. Disponível em: <http://www.fucape.br/public/producao cientifica/8/Dissertacao%20Aldimar%20Rossi.pd>. Acesso em: 22 jul. 2018.

Almirante Tamandaré: o território rural

Camila Casteliano Pereira dos Santos¹ Fabia Rezende Pinto² Vanusa Emilia Borges³

Introdução

O objetivo deste texto é refletir sobre as ruralidades do município de Almirante Tamandaré, anunciando os principais embates voltados à realidade do campo e os potenciais que já são problematizados e que podem ser mediados pelos sujeitos.

Compreendemos que é fundamental reconhecer as ruralidades do município para articular um trabalho políticopedagógico voltado à territorialidade, a fim de incorporar a sua transformação em um lugar onde os sujeitos garantam pautas de direito e de justiça social.

Outra questão fundamental a ser discutida é a existência de escolas localizadas no contexto rural, que muitas vezes não dialogam com a produção da vida das pessoas que ali vivem. Mas em que isso infere? Em muitas questões, mas a principal é a violação de direitos dos povos do campo.

Sabemos que o legado da Educação do Campo, na perspectiva da luta dos movimentos de trabalhadores camponeses é de enfrentamentos ao capital e ao Estado, além de diálogos para a ocupação estratégica de espaços políticos que possibilitem o avanço de inúmeros direitos dos trabalhadores, pois a concepção da "Educação do Campo tem como questão central o Estado [...], ainda que com vistas a transformá-lo" (MUNARIM, 2014, p. 143).

Uma das principais vitórias da classe trabalhadora é o reconhecimento da Educação do Campo como uma política pública a partir do Decreto Presidencial nº. 7.352 de 2010, principalmente por mencionar a Educação Superior como um direito dos povos do campo.

Na mesma dinâmica de conquistas observamos algumas contradições, principalmente em relação à educação em regiões com territórios rurais em que não há a expressividade de movimentos organizados do campo, mas que incorporam os resultados da dimensão política de luta por outra sociedade e outra educação. O município de Almirante Tamandaré é um exemplo pontual, sendo que não há movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas há a adesão dos resultados construídos na luta deste movimento, a exemplo dos recursos voltados às escolas.

¹ Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Bolsista CAPES/OBEDUC no período de março/2015 a março/2017. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP), PPGED/UTP. Professora do município de Almirante Tamandaré e do município de Curitiba.

² Graduada em Pedagogia e integrante do NUPECAMP. Professora do município de Almirante Tamandaré.

³ Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Bolsista CAPES/OBEDUC no período de marco/2014 a marco/2016.

Uma das principais questões a ser pensada refere-se aos momentos de estudos, de organização dos sujeitos para problematizarem a realidade e nela interferirem. Algumas reflexões demonstram o desconhecimento da realidade local e muitas vezes não contribuem para o avanço na construção de políticas públicas ou de uma prática social contextualizada e transformadora. Mas, como começar um trabalho efetivo na sala de aula, na escola e na comunidade?

Os indicadores educacionais e territoriais podem contribuir para a atividade coletiva e neste texto, vamos conhecer alguns dados do município para ter uma dimensão da sua ruralidade. Além disso, vamos observar algumas fotografias do município. Vale lembrar que, pelo fato do município estar situado ao lado da capital do Estado do Paraná, Curitiba, muitas vezes é identificado como um município urbano. Mas, é importante analisar que os municípios são menos urbanos do que aparentam. Neles há sujeitos, territórios e ruralidades.

Almirante Tamandaré

O município de Almirante Tamandaré situa-se na Região Metropolitana de Curitiba, foi criado no ano de 1947 e, é composto por 44 bairros dos quais aproximadamente 23 estão localizados na área rural (ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2006). O município conta com uma população de aproximadamente 103.204 pessoas (IBGE, 2010), sendo que 98.892 residem na área urbana e 4.312 residem na área rural.



Figura 1: Município de Almirante Tamandaré e seus limites. Fonte: IPARDES, 2017.

Dentre os municípios que fazem parte do Núcleo Urbano Central (NUC)⁴, Almirante Tamandaré é o segundo com o maior território rural, com uma área de 194,774 Km² (IBGE, 2010). Apesar de ter um alto grau de urbanização, correspondente a 95,82% (IBGE, 2010), podemos afirmar que a população urbana está concentrada em uma pequena porção do município e que cerca de 55% do território é rural.

O GRAU DE URBANIZAÇÃO é o percentual da população residente em áreas urbanas, em determinado espaço geográfico. Em Almirante Tamandaré 95,82% da população reside na área urbana. Entretanto, 55% do território do município é rural.

Dicas sobre as pesquisas de dados geográficos, econômicos, políticos e sociais dos munícipios:

- Para ampliar as pesquisas sobre Almirante Tamandaré, ou outro município do Brasil, acesse: https://www.ibge.gov.br/
- Para pesquisar sobre os municípios do Paraná ou sobre o estado do Paraná, acesse: http://www.ipardes.gov.br/
- Para acessar dados dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, acesse: http://www.comec.pr.gov.br/

Observe a seguir a figura aérea do município de Almirante Tamandaré que apresenta a região central.

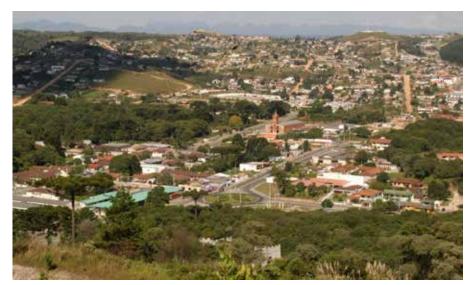


Figura 2: Vista de Almirante Tamandaré. Fonte: Prefeitura de Almirante Tamandaré.

No município existe um parque ambiental público, considerado o maior parque urbano da Região Sul do Brasil, com 220 hectares, inaugurado em junho de 2008. Este parque ficou fechado por 6 anos e, em 2017 foi doado pelo governo

⁴ Segundo Mendes (2009, p.67) núcleo urbano compreende o princípio da centralidade [...l denominado lugar central e a região complementar, ou entorno, que possui uma relação de codependência com o núcleo principal, por ser este o locus ofertante de bens e serviços, por natureza, urbanos.

do estado para a prefeitura do município, que após realizar algumas reformas, abriu para o público em março de 2018. No parque existe uma ampla área de lazer com decks, trilhas, academia ao ar livre, cascatas e espaço ecumênico.



Figura 3: Parque Aníbal Khury. Foto: LOS RUGGI, 20085.

O parque tem sido utilizado pela prefeitura para oferecer serviços de lazer aos munícipes, aos sábados são ofertadas oficinas de música, de teatro, de leitura e etc. Além disso, há proposta para a construção de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) e uma escola especial.

Para compreender o cenário do município de Almirante Tamandaré, vamos conhecer os dados socioeconômicos. Mas o que é são dados socioeconômicos? Para que servem estes dados?

PARA COMPREENDER A REALIDADE DOS MUNICÍPIOS.

- É possível saber proporções do município; Atividades econômicas que produzem renda; Principais problemas vivenciados pelos moradores; O índice de desenvolvimento humano (IDH);
- Coeficiente Gení (sobre as desigualdades vivenciadas);
- Políticas públicas;
- Níveis de empregabilidade e de desemprego;

Lembramos que estes dados podem ser usados para discussões com a comunidade escolar, ser inseridos nos Projetos Político-pedagógicos e utilizados nas atividades práticas com os estudantes em atividades interdisciplinares.

Vamos observar alguns dados que reunimos sobre o município! De acordo com o Censo Demográfico de 2010 as atividades econômicas do Município de Almirante Tamandaré estão relacionadas a indústrias de transformação, comércio, construção, produção agrícola, dentre outros, como se pode acompanhar na tabela 1.

Tabela 1: População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010.

ATIVIDADES ECONÔMICAS (1)	N° DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.784
Indústrias extrativas	288
Indústrias de transformação	5.878
Eletricidade e gás	136
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	608
Construção	6.590
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	8.574
Transporte, armazenagem e correio	3.050
Alojamento e alimentação	2.843
Informação e comunicação	747
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	551
Atividades imobiliárias	162
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.071
Atividades administrativas e serviços complementares	3.457
Administração pública, defesa e seguridade social	2.166
Educação	1.812
Saúde humana e serviços sociais	1.532
Artes, cultura, esporte e recreação	389
Outras atividades de serviços	1.522
Serviços domésticos	5.344
Atividades mal especificadas	3.103
TOTAL	51.607

Fonte: IPARDES (2016) – dados do IBGE 2010 - Censo Demográfico - Dados da Amostra.

Como se pode observar pelos dados do IPARDES (2016), apresentados na tabela anterior, de um total de 51.607 pessoas envolvidas em atividade econômicas 8.574 atuam no comércio, representando 21% do total das pessoas em atividades, enquanto que as atividades referentes à agricultura representam 4% da economia do município, com um total de 1.784 das pessoas em atividades. Lembramos que estes dados são de 2010 e que o IBGE publiciza dados de 10 em 10 anos e nos intervalos destes períodos pode ser pesquisado dados de projeções.

A Produção agrícola, ainda que considerada pequena, está presente em boa parte do território municipal de Almirante Tamandaré. Toda produção está entre a lavoura temporária com a produção de batatadoce, batata-inglesa, cana de açúcar, cebola, feijão, mandioca, milho e tomate.

Além disso, destacamos que há produção de alimentos orgânicos principalmente nas comunidades do Marmeleirinho, Marmeleiro e Marianã, na região de área de proteção ambiental.

No município também encontramos alguns fornos de cal abandonados e outros em atividade, o que tem significativa influência na economia do município, pois empregam um número significativo de pessoas.

O forno de cal apresentado na figura 5, localizado nos arredores da Escola Rural Municipal Maria Cavassim Manfron, é um dos mais antigos do município e foi construído por volta da década de 1940.

A indústria extrativista tem grande influência no que diz respeito a geração de emprego e renda, impactando diretamente a economia do Município. Essas indústrias são principalmente de extração de calcário com cerca de 20 indústrias, próximo à Rodovia dos Minérios (PR-092).

As fábricas de calcário, que se utilizam das grandes rochas estão presentes na região para desenvolver a exploração do calcário, que é popularmente conhecido como pedra brita usada na preparação de

argamassas e agregados, em pavimentos rodoviários, lastros de ferrovias, pedras para arruamentos, pedriscos para cobertura, alvenaria e pedras para áreas rurais.

A atividade extrativista mineral apesar de representar a principal fonte de renda para algumas famílias da região acaba trazendo vários impactos relacionados às questões ambientais, sociais, culturais e econômicas para a vida das comunidades. Estas questões precisam ser problematizadas nas escolas e nas comunidades, com o



Figura 4: Agricultura local: cultivo de verduras Foto: Vanusa Emília Borges, 2016.



Figura 5: Forno de cal localizado na Comunidade Rural Capivara dos Manfron Foto: Camila Casteliano Pereira dos Santos, 2017.

intuito de compreender os impactos que tais atividades exercem no município. Como são as políticas e investimentos públicos para estas atividades? São questões importantes a serem discutidas pela população.

Destacamos que as pessoas que vivem ao redor apresentam problemas respiratórios, há também a contaminação das nascentes que dão origem ao aquífero Karst⁶. Ao falar do nosso aquífero, é preciso aprofundar debates, mas há estudos que indicam que as áreas de grande incidência e fragilidades ambientais devem ser monitoradas constantemente para evitar acidentes geológicos, tendo em vista os resultados da ação destas mineradoras. (MINEROPAR, 2004⁷). Além de toda a ação de extração mineral, o município possui, também, quatro fontes produtoras de água mineral que são engarrafadas e comercializadas.

Assim, tendo umamplo território rural observa-se o caráter industrial na exploração natural do município tendo poucas pessoas envolvidas nas atividades produtivas, sendo a maior parcela de trabalhadores assalariados e temporários. Próximo às escolas localizadas no campo é possível acompanhar que as famílias das crianças são itinerantes, vindo de outros municípios e estados com tempo programado. Estas condições contribuem para o processo de desigualdades nas proximidades das empresas e para a economia do município.

Escolas localizadas no campo

O município conta com um total de 70 escolas públicas em Foto: Vanusa Emília Borges funcionamento: 17 estaduais e 53 municipais, das quais 4 estão localizadas nas áreas rurais. Não há nenhuma escola estadual localizada no campo, assim todas as crianças que estudam nas áreas rurais precisam se deslocar ao contexto urbano ao término do Ensino Fundamental I.





Figura 6: Rochas de exploração de calcário e Indústria extrativista. Foto: Vanusa Emília Borges, 2016.

⁶ A área aproximada do aquífero é de 5.740 km2, abrangendo, total ou parcialmente, os municípios de Campo Magro, Campo Largo, Almirante Tamandaré, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Colombo, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Tunas do Paraná, Doutor Ulisses e Adrianópolis, ao norte da Região Metropolitana de Curitiba, além de Castro e Ponta Grossa.[...] O armazenamento e fluxo da água do aquífero do Karst é decorrente da dissolução da massa carbonática ao longo dos seus planos de faturamento. Ao contrário dos demais aquíferos, apresenta a característica peculiar de variação de volume de armazenamento, ao longo do tempo, através do consumo da massa carbonática pelos processos de dissolução. Informação disponível em: http://www.aguasparana.pr.gov.br/pagina-52. html. Acesso: 24/03/2018

⁷MINEROPAR. Minerais do Paraná. Plano Diretor de Mineração para Região Metropolitana de Curitiba, 2004.

Ao pensar neste deslocamento algumas questões precisam ser pontuadas. Os altos investimentos com o transporte escolar e o fechamento das escolas. Almirante Tamandaré seguiu a política de fechamento de escolas rurais, principalmente no período de 2009.

Constatamos que neste município 13 escolas públicas municipais foram extintas ou estão paralisadas, em sua maioria em 2009, sendo que destas escolas 9 estão localizadas em áreas rurais. Em sua pesquisa realizada em 2016, Borges destaca que o fechamento de escolas interfere diretamente na vida das comunidades, pois mais do que um local de aprendizado a escola torna-se um ponto de referência e visibilidade, valorizando o lugar.

A seguir apresentamos algumas destas escolas que foram paralisadas.



Figura 7: Escolas rurais fechadas. Foto: Vanusa Emília Borges, 2015.

Apresentamos algumas informações sobre estas escolas apresentadas na figura 7, de acordo com a numeração destacada a seguir:

- 1. A Escola Rural Municipal Vereador Osvaldo Avelino Trevisan, localizada na região do Marmeleiro foi construída em 1948. Em 2007 atendia 29 alunos de 1ª a 4ª série, em 2009 foi fechada e no mesmo ano foi declarada como Patrimônio Cultural do município.
- 2. A Escola Rural Municipal Cercadinho foi resultado da união de duas escolas isoladas, a saber: a Escola Isolada do Cercadinho e a Escola Isolada do Boichininga, em 1967. A atual construção de alvenaria data de 1984 e foi construída em uma área doada pela Sede Campestre dos Comerciários do Paraná. A escola foi fechada em 2009.
- 3. A Escola Rural Municipal Barra de Santa Rita foi construída no ano de 1982, em um terreno doado por uma família da região. Também no ano de 2009, foi fechada. A localização da escola é próxima a divisa entre o município de Almirante Tamandaré e o município de Campo Magro. O prédio foi construído ao lado de uma igreja católica. A escola era multisseriada e funcionava em único período. O seu fechamento se efetivou após a aposentadoria da única professora que atuava na escola desde sua abertura.
- 4. A Escola Rural Sant'Ana está localizada no bairro Venda Velha. A primeira sede da escola foi construída em 1989 a pedido da comunidade e inicialmente se instalou na propriedade de um morador local. O novo prédio foi construído em 1991 em um terreno doado por outro morador. Esta escola foi fechada em 2009, com a justificativa de que atendia um número muito baixo de alunos.
- 5. A Escola do São Miguel, inaugurada em1920, funcionou por quase 100 anos. O atual prédio de alvenaria foi construído em 1994. No ano de 1997 a escola deixou de ser multisseriada e passou a atender alunos de 1ª a 4ª série. O fechamento da escola também ocorreu em 2009.
- 6. A Escola Rural Municipal do Córrego Fundo, localizada no bairro Córrego Fundo, foi inaugurada em 1985, em um terreno doado por uma família da região. A escola foi fechada em 2011.
- 7. Escola Rural Municipal Jose Air Colodel, localizada no bairro Campina de Santa Rita, foi fundada na década 1970 e também foi fechada em 2009. Inicialmente a escola começou a funcionar em um prédio de madeira em 1976, com o nome de Escola Rural Municipal Campina de Santa Rita. A atual dependência de alvenaria foi construída em 1988. Em 2006, com a Lei 1.186/2006 a escola passou a ser denominada de Escola Rural Municipal Jose Air Colodel.

Quando as escolas localizadas no campo foram fechadas houve muitos enfrentamentos, inclusive em algumas comunidades houve a abertura de processos junto aos órgãos públicos, o que não contribuiu para que as escolas continuassem abertas. Muitas crianças foram transferidas de escolas e muitas até ficaram evadidas, em função das distancias. Algumas famílias relataram que preferiam que as crianças ficassem em casa ao correr o risco de ficarem horas no transporte escolar. Em uma escola, chegaram a transferir mais de 60 crianças. Tais ações demonstram o descaso com a população e a violação de direitos de acesso à educação nas comunidades, o que interfere no acesso e principalmente na permanência destas crianças.

Os principais argumentos para o fechamento das escolas referiam-se aos baixos índices de escolarização, falta de acompanhamento pedagógico e descompromisso por parte das professoras que atuavam nas escolas, que eram multisseriadas. Ocorre que o baixo índice de escolarização é um problema emergente do município (contexto urbano e rural) e a organização seriada não contribuiu para o aumento do aproveitamento escolar. A questão fica mais emergente quando se analisam os dados da juventude e os altíssimos índices de evasão no Ensino Médio, chegando a 60%.

Dentre os resultados do fechamento das escolas, tem-se o avanço da iniciativa privada na educação, pois as verbas voltadas à educação sempre ficam apertadas em função da necessidade de utilização do transporte. Além disso, destacamos a precariedade na oferta dos automóveis. As crianças precisam andar longos caminhos para chegar ao ponto onde passa o transporte, e em dias de chuva faltam aula por conta da falta de manutenção das estradas rurais. Não há um planejamento efetivo para o acompanhamento das crianças da educação infantil, sendo que a oferta é voltada às famílias que podem levar as crianças ou que permitem que sejam levadas sem uma atendente especializada. Outra questão emergente é o transporte das crianças da educação especial que é insalubre e desumana, algumas saem de casa na madrugada e chegam atrasadas nas escolas especiais que ficam localizadas no município de Curitiba.

Importante lembrar da Lei nº 12.960 de 27 de março de 2014, que inseriu o parágrafo único no artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases, garantindo às populações do campo o direito de serem consultadas e de participarem da análise e do diagnóstico sobre a necessidade de fechamento de escolas.

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da acão e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 2014).

A comunidade escolar precisa ter acesso a esta lei fundamental, mas não é só esta. Ainda tem o Decreto Presidencial da política da Educação do Campo nº. 7.352 de novembro de 2010, que dispõe da Política Nacional da Educação do Campo.

Observe os princípios da Educação do Campo dispostos no decreto e acompanhe o que tem sido pensado/ construído nas comunidades rurais e nas escolas localizadas no campo.

Art. 2º São princípios da Educação do Campo:

I. Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raca e etnia;

II. Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

(continua)

III. Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV. Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e V. Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010).

O artigo 7º do decreto é muito importante para pensar nos direitos á especificidade da Educação do Campo, veja só:

Art. 7º No desenvolvimento e manutenção da política de Educação do Campo em seus sistemas de ensino, sempre que o cumprimento do direito à educação escolar assim exigir, os entes federados assegurarão:

I. Organização e funcionamento de turmas formadas por alunos de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental;

II. Oferta de educação básica, sobretudo no ensino médio e nas etapas dos anos finais do ensino fundamental, e de educação superior, de acordo com os princípios da metodologia da pedagogia da alternância; e

III. Organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região. (BRASIL, 2010).

Além destas questões relativas ao fechamento, é fundamental articular os dados do município e estar atentos às propostas das gestões que assumem os cargos públicos, tanto no executivo quando no legislativo. Muitas propostas de desmontes são anunciadas nos projetos de governo e são silenciadas ao longo do período de exercício.

Temos também um importante documento do município que anuncia questões fundamentas da educação que é o Plano Municipal de Educação. Este documento encontra-se em alteração em função de equívocos disforme, tendo

sua construção pautado em uma cópia do Plano Nacional de Educação, inclusive na produção das suas metas que segue exatamente os indicadores nacionais. É preciso estar atento para compreender e transformar a realidade.

Agora, falando sobre as escolas localizadas no campo em atividade no ano de 2018, destacamos que são 4, a saber: Escola Rural Municipal Astrogildo de Macedo, Escola Rural Municipal Serzedelo de Siqueira, Escola Rural Municipal Maria Cavassim Manfron, Escola Rural Municipal João Johnson. Vamos conhecer um pouco sobre elas!

A Escola Rural Municipal Astrogildo de Macedo (fig. 8) localiza-se na comunidade Mato Dentro e funciona desde 1988, com o nome de Escola Rural Municipal Mato Dentro. Somente em 1990 passou a ser denominada Escola Rural Municipal Astrogildo de Macedo; a escola recebeu este nome, em homenagem ao proprietário que cedeu o terreno onde a escola foi construída. No ano de



Figura 8: Escola Rural Municipal Astrogildo de Macedo. Foto: Camila Casteliano Pereira, 2017.



Figura 9: Escola Rural Municipal João Johnson. Foto: Camila Casteliano Pereira, 2017.

como a "escola da comunidade" assim como está destacado na entrada da escola. Em 2017, a escola tinha 62 alunos matriculados que frequentaram o Ensino Fundamental I.

A escola Rural Municipal João Johnson (fig.9) localiza-se na comunidade do Morro Azul. Em 2017, a escola tinha 64 estudantes das comunidades do Córrego Fundo e Morro Azul. Tem sua data de instalação em 1985 e recebeu este nome em homenagem ao sogro do doador do terreno, onde a escola foi construída, Sr. João Affornalli. Segundo dados do INEP, todos os alunos que frequentaram esta escola em 2017 utilizaram tansporte escolar, sendo que dois deslocavam-se da área urbana e 59 da área rural.

A Escola Rural Municipal Serzedelo de Siqueira (fig.10) localiza-se na comunidade do Pacotuba e atendeu, em 2017, 84 estudantes, dos quais 71 eram moradores das comunidades do Marmeleiro, Marmeleirinho e Pacotuba e, utilizaram transporte escolar. A escola recebeu este nome em homenagem a um morador da comunidade.

A comunidade escolar se envolveu no mutirão para organizar a estrutura física da escola, conforme apresentamos na figura 11, representando o sentimento de pertencimento, de significados e de compromisso que expressam a imagem.

2017 a comunidade escolar em parceria com a prefeitura municipal e a rede Marista organizaram um mutirão para organizar a estrutura física da escola, decidiram significá-la



Figura 10: Escola Rural Municipal Serzedelo de Siqueira. Foto: Josiliane Dalmoro, 2017.



Figura 11: Mutirão na Escola Rural Municipal Serzedelo de Siqueira. Foto: Josiliane Dalmoro, 2017.



Figura 12: Escola Rural Municipal Maria Cavassim Manfron. Foto: Fábia Rezende Pinto, 2017.

A Escola Rural Municipal Maria Cavassim Manfron (figura 12) localiza-se na comunidade Capivara dos Manfrom e atende 45 estudantes das comunidades do Tijuco e da Capivara dos Manfrons. Tem sua data de instalação em 1986. Em fevereiro de 2017, a comunidade organizou um mutirão para organizar a infraestrutura da escola para receber as crianças no inicío do período letívo; estudantes, familiares, professores e voluntários participaram desta atividade. Ao final debateram sobre a função social da escola pública e sobre a participação da comunidade na escola para dialogar sobre os princípios da Educação do Campo.

O trabalho coletivo, do tipo mutirão, é muito comum nas áreas rurais e pode colaborar com as atividades escolares. As atividades em grupos, estudos da realidade, diálogos coletivos e etc. O importante é anunciar a realidade com temas geradores e articular os conteúdos de modo interdisciplinar para responder às problemáticas encontradas. Essa atividade atualmente não é realizada no município, principalmente pela cultura pedagógica de dar centralidade ao urbano sobre o rural. Mas destacamos que inúmeras possibilidades podem ser mediadas, a exemplo: 1) Saúde nos entornos das empresas de cal, 2) O trabalho e as questões ambientais, 3) O aquífero Karst e as atividades produtivas, 4) a agricultura camponesa no município, 5) O dicionário dos conhecimentos populares das comunidades, etc.

Considerações Finais

Alguns desafios são lançados à Educação *no/do* Campo no município de Almirante Tamandaré. Destacamos a formação de professores, políticas públicas, reabertura das escolas, acompanhamento da política de transportes escolares e etc, tendo em vista as características geográficas, físicas e culturais. As ações precisam voltar-se à participação popular no desenvolvimento de projetos, estratégias e políticas que se destinem a atender as demandas do território rural que contribuam para a transformação e emancipação social.

Durante o período 2012- 2016 duas professoras da Educação Básica e uma mestranda, do município de Almirante Tamandaré, participaram como bolsistas do projeto de pesquisa financiado pela CAPES/INEP/Programa Observatório da Educação, desenvolvido pelo NUPECAMP (Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Prática Pedagógica) da Universidade Tuiuti do Paraná). Em fevereiro de 2014, foi realizado no município um seminário que contou com a mediação da professora Dra. Maria Antônia de Souza (coordenadora do NUPECAMP) que problematizou os princípios da Educação do Campo e as marcas históricas da Educação Rural. O seminário foi relevante para o município, por representar a primeira formação continuada da Educação do Campo com os professores das escolas localizadas no campo. Contamos com a presença do professor doutor Salomão Mufarrej Hage que trouxe reflexões sobre a educação das escolas localizadas no campo no estado do Pará e provocou problematizações para a construção político-pedagógica de uma educação do campo construída nas experiências dos movimentos sociais do campo.

Tendo em vista as características demográficas, observa-se que o município de Almirante Tamandaré tem um amplo território rural, onde se predomina a exploração mineral e a produção da monocultura. Destaca-se ainda a produção de orgânicos, todavia não há incentivo de políticas públicas para os pequenos produtores. Percebe-se que, assim como em muitos municípios da Região Metropolitana há um abandono e descaso com a área rural, deixando as comunidades sem os serviços básicos de saúde, educação e assistência social.

Em meio a tantas problematizações sobre o município observamos algumas potencialidades de trabalho e ações que podem ser pontuadas para reflexão. A primeira é pensar sobre o território que é rural e sobre o processo de valorização do urbano em detrimento do campo e as desigualdades vinculadas à este movimento. Constatamos que o processo de fechamento de escolas, a padronização das orientações e acompanhamento pedagógico, formações continuadas voltam-se lógica urbanocêntrica, todavia estes condicionantes tornam-se pontos a serem indagados pelas comunidades. A segunda potencialidade é a constituição de parceria entre algumas comunidades que se posicionam e realizam ações coletivas para a tentativa da reabertura das escolas extintas, a exemplo da comunidade do Marmeleiro que está em processo de constituição de uma associação de moradores para lutarem por direitos no lugar em que vivem. A terceira potencialidade diz da realidade das escolas que contam com gestoras e coordenadoras pedagógicas e um número de estudantes compatível com a possibilidade de realizar atividades coletivas, o que ainda precisa ser assumido na realidade das escolas. A quarta potencialidade diz das articulações com os pesquisadores do NUPECAMP

e do interesse do núcleo em socializar as produções coletivas para a realização de oficinas e atividades na leitura da Educação do Campo. Entre outras.

Destacamos, principalmente, a necessidade dos sujeitos assumirem as pautas de enfrentamentos no município de Almirante Tamandaré para incorporarem processos de transformação. Os desafios são inúmeros, mas compreender o campo como potencial é reconhecer a sua função de produção de vida de cultura de humanização, "o campo como potencial para solucionar problemas sociais e não somente para funcionar como território do capital e do agronegócio". (SOUZA, 2016, p. 344).

Referências

BORGES. Vanusa Emília. A Representação Social de moradores do entorno das escolas rurais paralisadas/ extintas no Município de Almirante Tamandaré- PR. 140 fls. **Dissertação** (Mestrado em Educação) — Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. Paraná, 2016.

BRASIL, LEI Nº 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. 2014

BRASIL. IBGE, **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo Demográfico de 2010. Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em: 1 ago. 2018.

BRASIL. Decreto 7.352/2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica.** 2014. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard. Vários acessos.

MENDES, Constantino Cronemberger. Rede urbana, território e desenvolvimento regional. In: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* nº 3, dez. de 2009 p. 67 a 75.

MINEROPAR. Minerais do Paraná. Plano Diretor de Mineração para Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2004.

MUNARIM, Antônio. Educação dos trabalhadores do campo e da cidade e política educacional: desafios centrais. In: PALUDO, Conceição. **Campo e cidade: em busca de caminhos comuns**. Pelotas: UFPel, 2014. p. 137 – 158.

PARANÁ. (2006) Lei complementar 1 de 2006: **Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor Municipal de Almirante Tamandaré e dá outras providências**. Almirante Tamandaré: PMAT.

PARANÁ. IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais IPARDES.** 2018. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83500&btOk=ok. Vários acessos.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2015. 2ª edição revisada, atualizada e ampliada. Curitiba: UFPR, 2016.

Campo Largo: memória, ruralidade e resistência

Donizete Aparecido Fernandes¹ Marilei de Fátima Ferreira Gonçalves²

O Município de Campo Largo possui uma área total de 1.282,564 km² e faz parte dos vinte e nove (29) municípios que compõem a Região Metropolitana Curitiba. Localizado a oeste de Curitiba, faz limite com os municípios de Araucária, Balsa Nova, Castro, Curitiba, Campo Magro, Itaperuçu, Palmeira e Ponta Grossa. É composto por quatro distritos e 21 bairros oficiais, conforme denominações a seguir: Águas Claras, Balbino Cunha, Bateias, Bom Jesus, Botiatuva, Cambuí, Centro, Cercadinho, Colônia Dom Pedro, Colônia Figueiredo, Ouro Verde, Ferraria, Itaboa, Itaqui, Itaqui de Cima, Colônia Monte Claro, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Pilar, Rivabem, Rondinha, Salgadinho. (FERREIRA, 2017). Esse capítulo tem como proposta fundamental: a) trazer um breve histórico do município; b) elencar suas principais atividades econômicas; c) mencionar sua organização sócioespacial e, d) destacar sua pluralidade e como a ruralidade se faz presente na região.

A origem de Campo Largo data de 1819, quando o capitão Antônio da Costa, em negociação com o poder local cedeu parte de sua propriedade, permitindo que naquela região se instalassem qualquer pessoa e, desde que cuidasse dessas terras. Sua colonização foi fortemente influenciada pelos poloneses e italianos, além de alemães e portugueses.

Para Germinari (2012) o ciclo do ouro no Paraná em meados do século XVII foi o principal fator de formação de Campo Largo, acompanhado pelo desenvolvimento da pecuária e também dos pontos de pouso para os tropeiros que seguiam para São Paulo.

O município foi criado pela Lei Estadual nº 219 de 2 de abril de 1870, com território desmembrado de Curitiba e sua instalação oficial ocorreu no dia 23 de fevereiro de 1871.



Figura 1: Localização de Campo Largo na Região Metropolitana de Curitiba. Fonte: DRZ, Geotecnologia e Consultoria (2014) apud FERREIRA (2017).

¹ Licenciado em História e Filosofia pela Universidade São Francisco. Especialista em Ciência Política pela IBEPEX . Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professor do Colégio da Policia Militar do Paraná. Bolsista da Capes período 2013 a 2016.

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter). Especialista em Educação Especial Inclusiva na mesma instituição, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e, Especialista em Educação Física Escolar pela Faculdade São Bras. Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e, Bolsista Capes/OBEDUC, no período de 4/2016 a 2/2017. Atua como Professora desde 2012 na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula, localizada no Distrito de Três Córregos, Município de Campo Largo - Pr. E-mail: marileicmei@hotmail.com

Atualmente, a população do município é majoritariamente urbana, com 94.171 habitantes, enquanto a população rural é de 18.206 habitantes (IPARDES, 2016). A população total foi estimada em 124.377 mil habitantes (IBGE Cidades 2015), o que lhe confere a densidade demográfica de 96,76 hab/km² (PLANO DIRETOR, 2016)³.

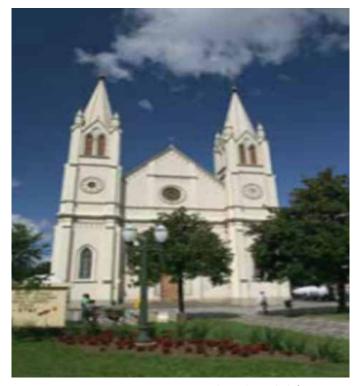


Figura 2: Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade⁴. Fonte: COMEC, 2017.

Aspectos socioeconômicos

O município é conhecido como a "Capital da Louça" devido à expressiva produção e exportação desse material. É sede de importantes empresas como a Incepa, Porcelana Schmidt, Germer, Lorenzetti, cujos produtos

³ O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.

⁴ A Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Campo Largo é uma igreja localizada na praça central do município de Campo Largo, no estado do Paraná. É paróquia desde 1841, e é a quarta paróquia mais antiga da Arquidiocese de Curitiba.

são conhecidos internacionalmente. A figura 3 mostra peças de cerâmicas fabricadas no município de Campo Largo.



Figura 3: Cerâmica de Campo Largo. Fonte: COMEC, 2017.

O município sedia, também, uma das fontes de água mineral mais conhecidas do País, a Ouro Fino. A Empresa de Águas Ouro Fino localizada no Distrito de Bateias, envasa e distribui água mineral na região desde 1898, mas foi oficialmente fundada em 1938 pela família Mocellin. No decorrer destes anos, a empresa, consagrou-se como um dos maiores distribuidores de água do Brasil.

Com relação as atividades econômicas relacionadas a agropecuária que mais se destacam, está a prática da lavoura

(IPARDES, 2018).

temporária que abrange uma área de 17.298 ha, enquanto a pecuária e criação de outros animais abrange 19.931ha.

Quanto à produção de cultura temporária, em 2016, foram colhidos 50.760 t de milho em grãos, 32.490t de soja em grãos, 16.216t de batata-inglesa, 9.456t de feijão e 7.500 de cebola. Também aparecem uma produção em menor escala de arroz, fumo, tomate e trigo em grão. Como cultura permanente, apresentou uma produção equivalente à 1900t de maçã, 407t de uva e 12t de laranja. (IPARDES, 2018).





Figura 4: Empresa de Águas Ouro Fino. Fonte: ESTÂNCIA HIDROMINERAL, 2017 (Adaptado pelos autores)

Com relação ao turismo rural, o município apresenta também alguns atrativos, dentre eles: a serra da Endoença, O Morro do Cal, Morro 3 Irmãos, Rio Açungui, Represa do Passaúna, Represa do Rio Verde e Cachoeira da Boa Vista. Além dos parques e reservas florestais: Parque Nacional do Açungui, Parque Municipal Newton Puppi, Parque Ecológico Ouro Fino e Museu Histórico do Mate. (COMEC, 2018).



Figura 5: Museu do Mate. Fonte: COMEC, 2018.

O Museu Histórico do Mate ocupa 31,7 hectares de uma área verde com árvores nativas. O edifício onde o museu está instalado foi resultado da restauração de um antigo Engenho de Mate, cuja construção data da metade do século XIX. Neste local estão expostos os materiais que contam a história da produção de erva –mate. (PARANÁ, 2018)⁵.

O Parque Ecológico da Lagoa Grande, foi instituído em decorrência da lei municipal 1.241 de 18 de dezembro de 1986 que autorizou a permuta de imóveis com os proprietários do local e, teve como objetivo proporcionar atividades de lazer aos moradores. Em seu artigo terceiro a lei definiu que: "Os imóveis adquiridos pela Municipalidade através da permuta em referência serão destinados a instituição do Parque Ecológico Lagoa Grande, para garantir a preservação destas áreas, associada ao fomento de atividades de lazer, recreação e turismo". (CAMPO LARGO, 2018).





Figura 6: Parque Ecológico da Lagoa Grande. Fonte: Band B, 2014. (Adaptado pelos autores).

Algumas lendas⁶ sobre esta área são conhecidas e contadas pelos moradores, como a lenda da Igrejinha da Lagoa e a lenda do Ouro na Granja⁷.

As comunidades rurais

Para Ferreira (2017) ao se considerar os Distritos de Bateias, Três Córregos, São Silvestre e Ferraria, e suas subdivisões, são cerca de 147 localidades/comunidades, loteamentos e residenciais. No Plano Diretor de Campo Largo (2016) não há descrição das comunidades rurais do município de Campo Largo.

⁶ Lenda da Igrejinha da Lagoa - "Eu lembro muito vagamente de quando eu tinha um certo medo de passar pela ponte, pois era móvel (suspensa)", conta a escritora Alice Gödke sobre uma antiga capela que existia na Lagoa, bairro Ouro Verde. "Minha irmã confirmou sua existência. Dizem que numa sexta-feira Santa um padre entrou num clube da cidade, onde se dançava um animado baile. Com a Bíblia na mão exortou os presentes a respeitarem o referido dia santo. Não tendo sido ouvido, retirou-se do lugar indignado. No entanto, havia esquecido sua Bíblia. Quando voltou para apanhá-la encontrou a lagoa, cujas águas haviam tragado o salão de baile com todos que estavam dentro", detalha Alice, com relatos da senhora Edácia do Nascimento Saldanha. Folha de Campo Largo, 2014. 7 Lenda do Ouro na Granja - Segundo Alice Gödke, uma moradora da Granja/Parque Cambuí, Marli Padilha, relatou que certas noites do ano pode-se ouvir o lamento da senzala daquilo que parece ter sido um engenho movido à roda d'água. "Em meio à mata encontramos uma coluna vertical e bem conservada, muros, paredes e o canal por onde era trazida a água do rio Cambuí. Neste local, afirmam ainda que se pode ouvir um choro em noites de lua cheia, como lamentos de um negro acorrentado em meio à mata, e diz-se que quem libertá-lo levará consigo o tesouro do antigo proprietário da fazenda". Alice ainda completa que guardavam muito ouro na Granja e faziam os escravos jurarem que iam cuidar deste ouro, então os matavam para que ficassem assombrando e ninguém chegasse perto. Folha de Campo Largo, 2014.

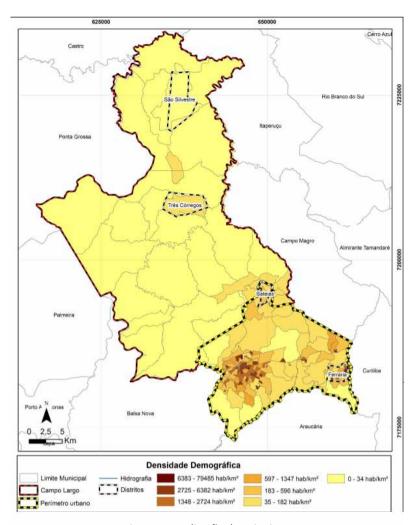


Figura 7: Localização dos Distritos.

Fonte: Ferreira, 2017.

A figura 9 (próxima página) apresenta o desfile de 7 de setembro do ano de 2014 que aconteceu na comunidade de Santa Cruz, momento em que os alunos da Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula apresentaram as comunidades e as atividades econômicas do Distrito de Três Córregos.

O Distrito de Três Córregos tem este nome em função do encontro de três riachos, segundo Aldir Buiar, em seu compêndio 26 (2003). Este livro traz dados de pesquisas realizadas em antigos documentos e também em depoimentos dos moradores mais idosos de todas as localidades que formam o Distrito. Segundo Ferreira (2017) o resgate histórico da ocupação de Três Córregos, foi feito a partir do século XIX. Entretanto, é necessário considerar que antes, a região recebeu os padres jesuítas, que, em busca de ouro, se estabeleceram na localidade conhecida como Santa Cruz dos Moreiras; o próprio nome, Santa Cruz, teve origem na cruz de uma ocupação Jesuíta, cuja preservação, é rigorosamente recomendada de pai para filho (fig. 8).



Figura 8: Igreja do Distrito de Três Córregos Centenária. Foto: Ferreira, 2013 (Acervo de Marilei Ferreira).





Figura 9 - Desfile de 7 de setembro na comunidade de Santa Cruz. Foto: Ferreira, 2014 (Acervo de Marilei Ferreira).

Na década de 1980 foi desenvolvido na Escola municipal do Campo Augusto Pires de Paula o Projeto Pioneiro da Consolidação⁸ das Escolas no Paraná. Para Ferreira (2017) a consolidação contribui para perda do sentimento de pertencimento em esfera educacional ou espaço vivido das comunidades.





Figura 10: Fachada da Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula⁹.

Fonte: Ferreira. 2017.

⁸ O Projeto das Escolas Consolidadas - centralização das pequenas escolas rurais multiseriadas em uma grande escola com ampla estrutura - foi trazida ao Paraná pelo professor Roberval Eloy Pereira. Ele trouxe a ideia dos Estados Unidos, onde, em Curso de Pós – Graduação, defendeu tese sobre sistemas educacionais e conheceu o Projeto de Escolas Consolidadas – que foi implantado naquele país na década de 1940 (BUIAR, 2003 apud FERREIRA, 2017). 9 A referida escola localiza-se a 45 quilômetros da sede do Município de Campo Largo, no Distrito de três Córregos, na área rural do município. Foi autorizada a funcionar pelo decreto Governamental nº3662/82 de 30 de dezembro de 1982, publicado no Diário Oficial de 25 de fevereiro de 1983 e pelo reconhecimento através de Resolução 91 nº6604/84 de 30 de setembro de 1984, e o Decreto Municipal nº37/81. (FERREIRA, 2017).

Para Ferreira (2017) os canteiros do Distrito de Três Córregos, estão em processo de permutação da agricultura para o extrativismo da mineração, desde 1956 na perspectiva da invisibilidade da política municipal social, econômica e educacional.





Figura 11: A cantaria no Distrito de Três Córregos. Foto: Ferreira, 2017. (Acervo de Marilei Ferreira).

A Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos, está localizada no Distrito de Três Córregos e foi reconhecida em junho de 2006, com apoio do Grupo de trabalho Clóvis Moura^{10.} A referida comunidade conta com aproximadamente 40 famílias. Segundo Ferreira (2017) o número de habitantes no Quilombo Palmital dos Pretos está diminuindo, pois é comum jovens que deixam de estudar, se mudarem para a zona urbana em busca de emprego. A região onde vivem, não oferece muitas condições de trabalho, somente lavoura e cantaria (entalhe ou quebra/corte de pedras), atividade manual comum na região. São trabalhos desenvolvidos para empresas mineradoras na região, ou de forma autônoma. Parte das terras do Quilombo Palmital dos Pretos foi vendida para pequenos produtores e, posteriormente, foram revendidas para grandes latifundiários e para empresa Águia Florestal, que hoje mantêm as áreas principalmente para o plantio de pinus e eucalipto ou para a criação de gado.

¹⁰ O Grupo Clóvis Moura foi estruturado pelo Governo do Estado do Paraná em 2005 com o objetivo de conhecer as comunidades quilombolas no estado. O Grupo funcionou de 2005 a 2010 e é um divisor de águas na luta pelo reconhecimento da importância do afrodescendente para o Estado e no conhecimento das comunidades quilombolas.









Figura 12: Comunidade Remanescente de Quilombo Palmital dos Pretos. Foto: Ferreira, 2017. (Acervo de Marilei Ferreira).

Na comunidade da Taquarinha Distrito de Três Córregos, a família Vieira sobrevive da agricultura familiar, e obtiveram a certificação com o Selo Ecovida¹¹.

¹¹ O Selo Ecovida é resultado de um processo diferenciado de certificação – a certificação participativa – que busca discutir, sensibilizar e envolver a agricultura familiar para promover o desenvolvimento sustentável. Esse processo obedece a um conjunto de normas de produção ecológica e de condutas relacionadas à ética e à solidariedade que devem estar presentas nas relações entre as pessoas e a natureza no processo de produção e comercialização dos produtos. http://lapinhaorganicos.com.br/lapinhaorganicos/ecovida>.









Figura 13: Agricultura familiar em Três Córregos Foto: Ferreira, 2018. (Acervo de Marilei Ferreira).

No Distrito de São Silvestre encontra-se o rio Ribeira, o que permite aos moradores, por meio da travessia diária de balsa o trânsito para o Município de Itaperuçu.





Figura 14: Balsa no Rio Ribeira. Foto: Ferreira, 2016. (Acervo de Marilei Ferreira).

Na comunidade da Palmeirinha existe um monjolo de uso coletivo e, mensalmente as famílias produzem a farinha de milho para o consumo. A comunidade Palmeirinha pertence ao Distrito de São Silvestre.









Figura 15: Monjolo da Comunidade Palmeirinha. Foto: Ferreira, 2018. (Acervo de Marilei Ferreira).

Considerações Finais

Fazendo parte da RMC, Campo Largo ainda é considerado um dos melhores municípios da Região Metropolitana de Curitiba para se viver. Apesar da maioria da população estar situada no espaço urbano, este fato não anulou as características interioranas do povo campo-larguense. Expressões como "eu voí, você vaí? e, "é de sartá butiá do borso", são comuns de ouvirem.

Mesmo, ainda com forte presença de descendentes europeus, a população de Campo Largo revela a grande presença migratória de pessoas vindas, sobretudo do interior do Estado do Paraná, o que tem resultado no surgimento de novos bairros mais afastados do centro da cidade, para a locação desses novos habitantes.

Na política, Campo Largo traz características muito comuns com o restante do país, oligarquias familiares se revezam no poder. "Os donos do poder" são majoritariamente oriundos de famílias de imigrantes, fazendo da coisa pública um negócio lucrativo.

Entre os vários desafios do município, a questão do pertencimento é um dos principais. É muito comum os moradores do campo, quando vão para a cidade, mencionarem: "vamos para Campo Largo", como se não morassem ali. A falta de políticas públicas para o campo, descaso das autoridades, podem ser os motivadores dessa questão. Concretizar políticas públicas para o campo e cidade, em que valorize as pessoas, os diversos saberes, que garantam o acesso aos bens públicos e que, elimine ou diminua o fosso social e fosso campo/cidade, deve ser o caminho trilhado para pensar em solucionar essa problemática posta.

Referências

BUIAR, Aldir. Distrito de Três Córregos Povoamento – História. Editora: Campolarguense, 2003.

COMEC. Revista da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: COMEC, 2018 2ed. Disponível em: www.comec.pr.gov.br Acesso em: jul. 2018

CAMPO LARGO. Lei n° 1.241, de 18 de dezembro de 1996. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-largo/lei-ordinaria/1996/125/1241/

CAMPO LARGO, Plano Diretor, 2016.

PARANÁ. Lei Estadual nº 219 de 2 de abril de 1870.

MOURA, Clóvis. Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2005-2010). Complementar ao Relatório Publicado - 2005 / 2008. Curitiba-PR 2010.

FERREIRA, Marilei de Fátima Gonçalves. *Povos e Comunidades Tradicionais: relações com a Escola do\no Campo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UTP, Curitiba, 2017.

Folhadecampolargo.com.br/vernoticia.php?id=29679. Acesso em: 10 jun. 2018.

GERMINARI, Geyso Dongley. Histórias de Campo Largo. [ilustrações Kim Takeuchi]. – Campo Largo, PR: Edição do autor, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2015. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/. Vários acessos.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos Municipais IPARDES. 2016. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg conteudo>. Vários acessos.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico- Município de Campo Largo. 2018. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83600&btOk=ok. Vários acessos.

PARANÁ. SECRETARIA DA CULTURA. Museu paranaense, 2018. Disponível em: http://www.museuparanaense.pr.gov.br/ Acesso em: 10 jul. 2018

Bocaiúva do Sul: o território rural

Valéria dos Santos Cordeiro1

O objetivo da produção deste material é facilitar o acesso a estudos relacionados ao município, trazer alguns dados sobre: território, hidrografia, produção rural, caracterização geográfica. Contribuindo assim, para que outros pesquisadores ou estudantes ampliem as informações referentes a investigações acadêmicas ou escolares. Enfim, mostrar a exuberância do territíro de Bocaiúva do Sul.

No município de Bocaiúva do Sul podemos perceber a intensa ruralidade territorial ao observarmos a imagem de satélite a seguir. No entorno da área urbanizada o que encontramos são diversos recortes territoriais com usos agrosilvopastoris, isto é, áreas que contém lavouras, espécies florestais, em especial o cultivo de pinus, eucalipto e bracatinga, pastagens e criação de animais.



Figura 1: Imagem satélite do município de Bocaiúva do Sul. Fonte: Google Mapas (adaptado).

¹ Mestre em Educação UTP-2016 - Universidade Tuiuti do Paraná, Bolsista CNPQ. Professora do Quadro Próprio do Magistério-SEED-Pr. Especialista em: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira; Psicopedagogia. Graduada em Letras. Pesquisadora Colaboradora do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo em Projeto Observatório da Educação do Campo II. e-mail: vvcordeiro@gmail.com

Localizado ao norte da Região Metropolitana de Curitiba, o município de Bocaiúva do Sul possui o uso do solo voltado, principalmente, para atividades rurais. De acordo com a figura 2, que apresenta o Mapa de Zoneamento do Uso do Solo do município, disponível no Plano Diretor Municipal², é possível verificar que a área urbana integra dez por cento do território, demarcada com círculo vermelho. As outras zonas são: Zona agrosilvopastoris, Zona de abrangência do manancial subterrâneo do Carst, Zona de abrangência de mananciais, Zona de Proteção Ambiental-Capivari-Cachoeira.

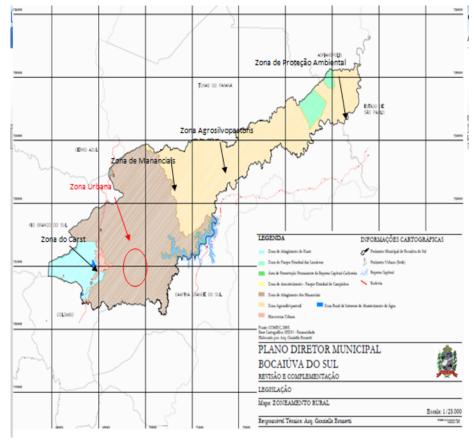


Figura 2: Mapa Bocaiúva do Sul-Paraná zoneamento do uso do solo. Fonte: Plano diretor de Bocaiúva do Sul, 2008-2012 (adaptado).

Na figura 3 observamos o rio Capivari que integra a bacia hidrográfica do rio Ribeira. O rio divide o município de Bocaiúva do Sul, margem direita da foto, com Colombo à margem esquerda.



Figura 3: Rio Capivari Bocaiúva do Sul. Foto: Cordeiro, 2017.

Na imagem apresentada a intenção é mostrar uma perspectiva do limite natural entre os dois municipios, a beleza do rio Capivari que pode ser explorada como imagem e referencial geográfico. O rio Capivari é um dos responsáveis pela formação do reservatório Capivari-Cachoeira, utilizada para fornecimento de energia pela COPEL. Ao longo desse rio encontra-se a maior cobertura vegetal de mata ciliar do município.

Caracterização sociodemográfica

O município de Bocaiúva o Sul tem uma área territorial de 826.344 Km² e ocupa a 57ª posição no ranking de extensão territorial dos municípios paranaenses. Encontra-se em uma planície, rodeado por extensa mata, algumas nativas outras advindas de reflorestamento de pinus, eucalipto e bracatinga.



Figura 4: Vista do município de Bocaiúva do Sul. Foto: Cordeiro, 2017.

A população urbana totaliza 46,67% dos moradores e a população rural comporta a maioria de 53,33% dos munícipes. São 10.986 habitantes no município, sendo 5.858 habitantes na área rural e 5.128 habitantes na área urbana. (IBGE, 2010).

TARFI	Δ1.	Dados	de Ro	ocaiúva	dο	Sul

MUNICÍPIO	BOCAIÚVA DO SUL
ÁREA TERRIT. KM²	825,757
POP. TOTAL	10.987
POP. URBANA	5.128
POP. RURAL	5.859
% URBANO	46%
% RURAL	54%
DENS. DEM. HAB./KM²	13,3

Fonte: INEP/CENSO ESCOLAR 2013 – IBGE, 2010 (Adaptado)

A partir dos dados verificamos que quando consideramos a densidade demográfica municipal, que segundo o IBGE (2010), é de 13,30 hab./km², identificamos que o município é marcado por forte ruralidade, inclusive, com uma população ligeiramente maior concentrada no campo. O referido instituto estimou para 2014 uma população de 11.996 habitantes, o que não se confirmou. Há certa estagnação no crescimento total da população municipal.

Produção rural

O munícipio de Bocaiúva do Sul apresenta como produção oriunda dos pequenos produtores rurais: abóbora, abobrinha, feijão, cebola, tomate pequeno, beterraba, acelga, pepino, pimentão, cheiro verde, brócolis repolho, rabanete, vagem milho, batata salsa, batata doce, rúcula, escarola, berinjela, chuchu, uva, ameixa vermelha e pimenta dedo de moça.

A demanda por produtos da agricultura familiar nas escolas ajudou a manter os agricultores no campo, o que

significa geração de renda e a possibilidade de permanência do homem, da mulher e dos jovens no meio rural. Como os produtores só trabalham com produtos agroecológicos, orgânicos, sem veneno, essa produção representa saúde, preserva o meio ambiente e oferece uma comida saudável para os estudantes. Observamos na fala dos produtores que a venda dos produtos para a merenda representa também mais segurança para os produtores, na certeza de receber pagamento.

Na figura 5 é possível observar duas das muitas plantações de hortaliças da região, sendo a primeira de abóbora ainda em sua florada, e a segunda de chuchu; ao redor observamos uma plantação de bracatinga, árvore típica e de grande importância econômica para a região. Também é possível verificar a interação da família juntamente com a produção, pois ao fundo encontra-se a residência dos produtores.

O Paraná é, entre os estados brasileiros, o que se destaca com relação a agricultura familiar. Das 374 mil propriedades rurais no estado, 320 mil pertencem a agricultores familiares, sendo que aproximadamente 90% dos trabalhadores estão vinculados à agricultura familiar. Segundo os dados do IPARDES (2017), Bocaiúva do Sul apresenta as seguintes atividades econômicas: as lavouras temporárias têm 55 estabelecimentos em uma área de 1.596 (ha) e horticultura e floricultura são 113 estabelecimentos em uma área de 4.107 (ha); junto





Figura 5: Plantações de hortaliças da região. Fonte: POLLI, M. J., 2006

com Bocaiúva do Sul, vários municípios da Região Metropolitana tem sua contribuição nesses dados da agricultura familiar, que merece pesquisas e investimentos.

A diversidade de frutas e legumes produzidos na região faz do município um grande fornecedor da unidade atacadista do CEASA em Curitiba. Dentre esta diversidade destacamos plantação de uva com parreiral suspenso, a plantação concomitante de ameixa e feijão, uma demonstração de melhor aproveitamento na utilização do solo. (Fig. 6)

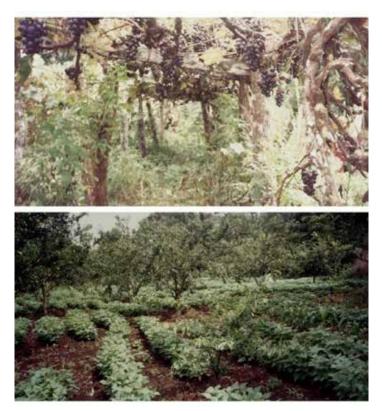


Figura 6: A diversidade uva, ameixa e feijão. Foto: Cordeiro, 2017.

Caracterização geográfica

O clima no município é muito variado entre a estação quente no verão e o inverno com geadas. Na figura 7 (próxima página) apresentamos a imagem da geada que ocorreu no ano de 2013 em uma área rural próxima da área urbana.



Figura 7: Registro da paisagem inverno. Foto: Cordeiro, 2017.

Como destacamos, o município de Bocaiúva do Sul apresenta quase que a totalidade de seu território em área rural e, em relação ao aspecto de habitação, a zona rural possui características uniformes na construção das residências.

Apresenta moradias simples, sendo as mais recentes construídas em alvenaria, mas ainda com predominância do uso da madeira. Encontram-se, ainda que de forma escassa, edificações rurais com características arquitetônicas peculiares e de interesse para a preservação, com uso da madeira, as quais geralmente encontram-se em estado de abandono e ou de má conservação. (PLANO DIRETOR MUNICIPAL, 2008).

Observamos na figura 8 o demonstrativo rural/urbano do município de Bocaiúva do Sul, com predominância de chácaras na zona rural e também pouca infraestrutura no que é considerado pelo Plano Diretor (2008) como zona urbana.

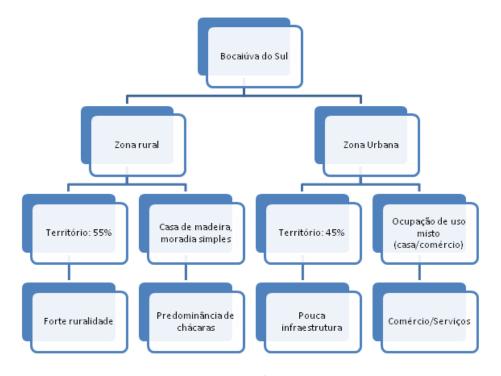


Figura 8: Demonstrativo rural/urbano Bocaiúva do Sul. Fonte: Plano Diretor Municipal (2008), adaptado pela autora.

O município possui 23 comunidades rurais identificadas no Plano Diretor Municipal, (2008): Barra do Capivari, Antinha de Cima, Bom Retiro, Belle Vie, Cachoeirinha, Cabeça D'anta, Campo Novo, Campina dos Tavares, Estiva, Macieira, Olaria, Invernada, Pau de Sangue, Palmeirinhas, Patos, Palmital, Pederneiras, Riberãozinho, Potrerinho, Rio Abaixo, Salto Santa Rita, Santana, Salto Sumidouro.

As escolas rurais estão localizadas de modo a melhor atender os alunos da região, interagindo diretamente com o meio ambiente que a cerca. No caso da escola retratada na figura 9, há um vasto pinheiral circundando a escola, que leva o nome de uma de suas das primeiras professoras, Lindarci Ribeiro Berti.



Figura 9: Escola rural. Foto: Cordeiro, 2017.

As figuras 10 a 13 são de escolas localizadas em áreas com poucas residências, cujo acesso às comunidades mais distantes foi facilitado pelas estradas rurais.



Figura 10: Escolas e estradas rurais. Foto: Cordeiro, 2017.

O entorno de algumas escolas rurais do município de Bocaiúva do Sul apresenta plantação de eucaliptos, como próximo a escola municipal Leonor Polli Broto atualmente desativada. A escola está localizada a aproximadamente 2 km da área urbana.



Figura 11: Escola municipal Leonor Polli Broto. Foto: Cordeiro, 2017.

As escolas rurais municipais Paulino B. de Oliveira, Ivany Costa Curta Borato, Invernada I, Alaide Georgina da Rosa Scremim estão localizadas em áreas rurais mais distantes. As professoras que dão aula nestas escolas são moradoras da comunidade local e outras se deslocam da sede urbana.



Figura 12: Mosaico com escolas rurais. Foto: Cordeiro, 2017.

A comunidade quilombola de Areia Branca, localizada em Bocaiúva do Sul/PR, no Vale do Ribeira, é rica por sua exuberância vegetal, na grandeza dos rios e pelo trabalho realizado através da produção agroflorestal atualmente comercializada no município de Bocaiúva do Sul, aos sábados.



Figura 13: Paisagem areia branca. Foto: Cordeiro, 2017.

O nosso objetivo é mostrar que mesmo no contexto de uma Região Metropolitana, municípios como Bocaiúva do Sul apresentam uma riqueza inestimável, por manter em seu cotidiano um estilo de vida campestre e pela preservação do meio ambiente. É fundamental, nesse cenário, que as escolas trabalhem com a relação campo — cidade, dando atenção para o trabalho, cultura, diversidade e identidade.

Considerações Finais

Os sujeitos que estão no campo, muitas vezes, não têm perspectivas e são levados a acreditar que a melhor opção não é ficar no campo. O meio rural ainda é visto como atrasado e sem oportunidades, por conseguinte, o desafio que se coloca é: reconhecer a riqueza e intensa ruralidade do munícipio, valorizar a produção rural, conhecer as escolas rurais e preservar os conhecimentos e a história de vida daqueles que estão no campo.

Referências

BOCAIÚVA DO SUL. Plano Diretor. Disponível em: www.bocaiúvadosul.com/categoria/atos-oficiais-plano-diretor. 2008. Vários acessos

CORDEIRO, Valéria dos Santos. Representações Sociais Sobre o Campo/Rural na Transição Escola Rural e Urbana em Bocaiúva do Sul/Pr. 173 fls. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba PR.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/. Vários acessos.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira. Censo Escolar. 2015. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/censo-escolar. Vários acessos.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos Municipais IPARDES. 2017 Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30. Vários acessos.



Cerro Azul: um Município do Vale do Ribeira

Regina Bonat Pianovski¹

Este capítulo tem como objetivo destacar as ruralidades de Cerro Azul, um dos municípios às margens do Rio Ribeira e, que integra a Região Metropolitana de Curitiba. A região do vale do Ribeira localiza-se ao sul do estado de São Paulo e ao norte do estado do Paraná. Em São Paulo abrange uma área de 18.112,80 Km², composta por 23 municípios e, no Paraná a área territorial corresponde a 6.079,30 Km², composta por 7 municípios, a saber: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

Nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul a maior parte da população está localizada na área urbana, e nos demais municípios há uma maior concentração de habitantes na área rural. A densidade demográfica dos municípios, segundo IBGE (2010), está assim configurada: Adrianópolis - 4,73 hab/km²; Bocaiúva do Sul – 13,30 hab/km²; Cerro Azul - 12,63 hab/km²; Doutor Ulysses – 7,33 hab/km²; Itaperuçu 75,96 hab/km²; Rio Branco do Sul – 37,73 hab/km²; Tunas do Paraná – 9,36 hab/km².

Em decorrência da maior concentração urbana em Tunas do Paraná e Rio Branco do Sul, a densidade demográfica média da região do Vale do Ribeira corresponde a 139,89 hab/km². (UFPR/Vale do Ribeira).

Nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul a maior parte da população está localizada na área urbana, e nos demais municípios há uma maior concentração de habitantes na área rural. Desta forma, a densidade demográfica média da região é significativamente baixa, correspondendo a 139,89 hab/Km². (UFPR/Vale do Ribeira)

A região destaca-se pelo alto grau de preservação de suas matas e por grande diversidade ecológica. Seus mais de 2,1 milhões de hectares de florestas equivalem a aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica existentes no Brasil, transformando-a na maior área contínua desse importante ecossistema em todo o País. Nesse conjunto de áreas preservadas são encontradas não apenas florestas, mas importantes remanescentes de restingas - são 150 mil hectares - e de manguezais - 17 mil hectares. (QUILOMBOS DO RIBEIRA², 2018).

Apesar da região apresentar uma riqueza ambiental, caracteriza uma das regiões mais pobres do estado do Paraná, cujos municípios possuem um baixo índice de desenvolvimento humano. As economias que se instauraram ao longo da sua história fizeram da região fornecedora de recursos naturais de baixo custo, os quais são explorados sem a preocupação com a preservação do patrimônio ambiental e sem gerar benefícios para a população residente. (QUILOMBOS DO RIBEIRA, 2018)

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná na linha de pesquisa: práticas pedagógicas e elementos articuladores. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP - UTP). Bolsista CAPES/OBEDUC no período de mar/2013 a fev/2017. Professora adjunta no curso de Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: regina.bonat@utp.br

² Disponível em: https://www.guilombosdoribeira.org.br Acesso em: ago. 2018









Figura 1: Vale do Ribeira - Paraná. Fonte: UFPR/ Vale do Ribeira.

Os municípios do vale do Ribeira no Paraná encontram-se assentados em um território caracterizado por um relevo ondulado e montanhoso com muitos desníveis e com a presença de rochas calcáreas com alto poder de dissolução. (Universidade Federal do Paraná³/Vale do Ribeira).

O Município de Cerro Azul

O município teve sua origem com a Colônia Assunguy, fundada no ano de 1860, ao norte de Curitiba, passando à categoria de cidade em 27 de dezembro de 1897, de acordo com a Lei Estadual nº. 259, de 27/12/1897, conforme consta na biblioteca do IBGE. (BRASIL, 2010).



Figura 2: Limites Municipais de Cerro Azul. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018

³ O programa Vale do Ribeira desenvolve ações de Ensino e Pesquisa e Extensão nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento do turismo sustentável junto às comunidades do Vale do Ribeira, região do Paraná com municípios de baixo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). (UFPR/ Vale do Ribeira).

O município de Cerro Azul é conhecido como a capital da laranja, decorrente da grande produção de frutas cítricas características da região. Seu nome, está relacionado às especificidades do seu relevo, pois encontra-se cercado de montanhas, e uma delas em certas épocas do ano fica coberta por uma névoa azulada.



Figura 3: Paisagem Cerro Azul. Foto: Cedida por Jean Rodrigo de Faria Pinto, 4 de abril de 2015.

As atividades do município começaram a se desenvolver por volta de 1940, em decorrência da construção da estrada de rodagem, que ligou Cerro Azul à rodovia São Paulo-Curitiba, facilitando o escoamento da produção, pois é o maior produtor de Tangerina do Brasil. "O município atende os mercados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina e uma de suas maiores atrações é a Festa da Laranja". (COMEC, 2017, p. 97).

Segundo o IBGE (2010) a população total de Cerro Azul é de 16.938 habitantes, sendo que 4.808 corresponde a população urbana e 12.130 a população rural; o que destaca uma maior concentração de habitantes no campo. Possui uma extensão territorial de 1.341,192 km² e está localizado a 84,56 Km de Curitiba.

Em 2010 o município apresentou um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) correspondente a 0,573. Os fatores que contribuíram para esta situação foram o índice de Longevidade (0,797), o índice de Renda (0,604) e o índice de Educação (0,391).

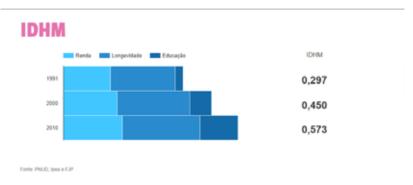


Figura 4: Índice de Desenvolvimento Humano de Cerro azul. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

Podemos constatar que entre 2000 e 2010 houve uma taxa de crescimento, mais significativa com relação a Educação, cujo índice aumentou em 0,169; também houve aumento no índice de Renda e Longevidade. Por conseguinte, o município ocupava, em 2010 a 4786ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, de acordo com o IDHM. (www. atlasbrasil.org.br).

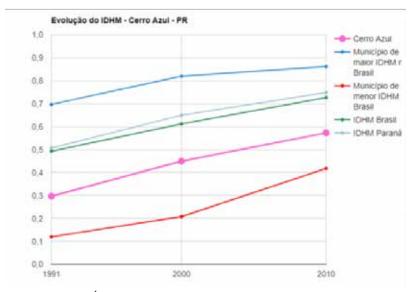


Figura 5: Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil em 2010. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁴, 2018.

⁴ Disponível em: www.atlasbrasil.org.br Acesso em: agosto de 2018.

Constatamos que entre 2000 e 2010 houve uma taxa de crescimento, mais significativa com relação a Educação, cujo índice aumentou em 0,169; também houve aumento no índice de Renda e Longevidade. Para o índice Educação são considerados: o grau de escolaridade, a frequência à escola, a taxa de alfabetização e a defasagem idade-série. Por conseguinte, o município ocupava, em 2010 a 4786ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, de acordo com o IDHM. (ATLAS DO BRASIL, 2018).

O crescimento da população no município de Cerro Azul entre 2000 e 2010 apresentou um índice de 0,35%, enquanto no Brasil o aumento foi de 1,17%. Em 2010 viviam, no município, 16.938 pessoas, com um índice de densidade demográfica correspondente a 12,61hab/Km², segundo dados do IPARDES (2016), a densidade demográfica aumentou para 13,29 hab./Km².

Com relação às atividades econômicas que mais se destacam está a pecuária e a criação de outros animais que ocupa uma área correspondente a 23.245 ha, seguida de produção florestal de florestas plantadas em uma área de 9.077 ha e, a lavoura temporária ocupando 7.184 ha. A produção florestal de floresta nativas ocupa apenas 126 ha. (IPARDES, 2016).



Figura 6: Criação de animais. Foto: Cedida por Jean Rodrigo de Faria Pinto, 4 de abril de 2014.



Figura 7: Mata Nativa em Cerro Azul. Foto: Cedida por Jean Rodrigo de Faria Pinto, 13 de maio de 2017



Figura 8: Plantação de Pinus. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2015

Com relação a produção agrícola relacionada a lavouras temporárias, em 2016 foram colhidos 47.040t de milho, 40.565t. de mandioca, 4.394t de feijão, 2.357t de tomate, 1.962t. de soja e 11t. de arroz.

No que se refere às lavouras permanentes, dentre as que mais se destacam está a produção de tangerinas (91.000 t.) de laranja (8.000 t.) de caqui (1.200 t.) e de uva (1.162 t.), seguidas da produção em menor escala de banana (301t.), de pêssego (180 t.), limão (90 t.) e pera (12 t.).

A maioria das famílias no município sobrevive da agricultura familiar intercalando ciclos de colheita de frutas cítricas com ciclos de produção de verduras, conforme apresentamos nas figuras 9 e 10.



Figura 9: Plantação de Poncan⁵. Foto: Cedida por Jean Rodrigo de Faria Pinto6, 3 de agosto de 2018.



Figura 10: Plantação de mandioca. Foto: Cedida por Jean Rodrigo de Faria Pinto, 3 de agosto de 2018.



Figura 11: Residência de agricultores em Cerro Azul. Foto: Cedida por Jean Rodrigo de Faria Pinto, 3 de agosto de 2018.

Por agricultura familiar entendemos que "corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas". (NEVES, 2012,

⁵ Produção da agricultura familiar, neste sítio trabalham mãe pai e filho, que se revezam entre a plantação de poncan, mandioca e verduras.
6 Jean Rodrigo de Faria Pinto é aluno do curso de Licenciatura em história da Universidade Tuiuti do Paraná. Morador do município de Cerro Azul, participa das atividades da agricultura familiar junto com seus pais. A propriedade onde trabalham era de seu bisavô, era maior em extensão e foi diminuindo com o passar dos anos. Todos eram agricultores em sua família; plantavam feijão, milho e arroz, de onde tiravam seu sustento. (SIC).

p. 33). Tal situação muitas vezes passa de geração a geração, implicando em relações sociais e formas de gestão específicas.

A agricultura familiar está definida pela Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, em que considera como agricultor familiar as pessoas que administram e trabalham com mão de obra da própria família nas atividades de seu estabelecimento, que não pode ser maior que quatro módulos fiscais, compreendidos como unidades territoriais determinadas pelos tipos predominantes de exploração e de renda obtida em escala municipal. (FERNANDES et al, 2014, p. 62).

A presença do agronegócio contrasta com a agricultura familiar, uma vez que vem ocupando cada vez mais espaço e denota uma utilização do solo sem muita preocupação com a sustentabilidade.

A expansão do agronegócio tem levado à reprodução de formas degradantes de trabalho, em especial nas áreas onde as matas estão sendo derrubadas, denunciadas por entidades como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) como sendo condições análogas à escravidão. (LEITE e MEDEIROS, 2012, p.83)

O acesso a Cerro Azul se dá pela Rodovia dos Minérios e pela PR 092⁷ denominada Gertrudes Mangger Rosa⁸ que foi construída há poucos anos e que se trata de uma estrada de pista simples e curvas acentuadas em toda a sua extensão, com aclives e declives, o que a torna muito perigosa. Por esta estrada transitam caminhões carregados de toras, provenientes das plantações de pinos e, também caminhões carregados com as frutas cítricas produzidas na região.





Figura 12: Acesso a Cerro Azul. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2015.

^{7 &}quot;Lei 9164 de 21 de dezembro de 1989. Publicado no Diário Oficial no. 3167 de 21 de dezembro de 1989 Art. 1º. Fica denominado de "Estrada Prefeito OCTÁVIO FURQUIM", o trecho da PR 092 compreendido entre os Municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul, neste Estado". Disponível em: http://www.legislacao.pr.gov.br. Acesso em: 10 ago. 2018.

⁸ Este trecho da Rodovia PR092 recebeu este nome em agosto de 2003 por determinação do Governador Roberto Requião. Disponível em: http://www.der.pr.gov.br Acesso em: 10 ago. 2018.



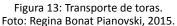




Figura 14: Transporte de poncan. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2015.

Na divisa de Cerro Azul com o município de Rio Branco do Sul encontramos uma estrutura esquecida pelo tempo, uma ponte que marca os equívocos da história. Esta ponte há mais de 90 anos deveria ter sido instalada em Rio Branco no Acre, no entanto por um engano foi colocada sobre o Rio Piedade, que divide os dois municípios paranaenses. Trata-se de uma ponte fabricada na Alemanha em 1914.

No meio do caminho que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul, no Vale do Ribeira, tinha muita pedra, além de crateras lunares e barro até o joelho. Levava-se duas horas e meia para vencer 56 quilômetros – com tempo bom. O inferno na Terra. A pavimentação da PR-092, recém-inaugurada, depois de meio século de espera, resolveu o problema. Quem viu como era antes acha que está num tapete mágico e passa voando, livre de radares e de pedágios. Mas no meio do caminho também tem uma ponte. Não a de alvenaria, que divide os dois municípios, mas uma de ferro, ao lado, já entrada em anos, amassada e enferrujada, com os dormentes banguelas, e, o pior, sem utilidade. São cerca de 45 passos, algo como 25 metros, ligando o nada ao lugar nenhum. Sobra-lhe, além da esperança de um restauro, ter sido a protagonista de uma deliciosa crônica histórica. A ponte do Rio Piedade chegou ali por engano. Estava destinada a Rio Branco, no Acre, a 3.645 quilômetros dali, mas está há 90 anos em Rio Branco – do Sul. (FERNANDES, 2006, s.p.)



Figura 15: A Ponte Esquecida. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2015

A região localizada num vale e de difícil acesso também foi esquecida por algum tempo, quando a construção da Rodovia PR 092 inaugurou um novo período de desenvolvimento, pois facilitou a comunicação com a capital do estado e com os demais municípios, também por meio do transporte público.

Durante o ano letivo muitos estudantes saem todos os dias de Cerro Azul para frequentar instituições de nível superior em Curitiba mediante a contratação de transportes coletivos. Estes veículos deixam os alunos nas diferentes instituições da capital no início da noite e depois buscam no final do período, então retornando ao município. Esta situação tem possibilitado a população o acesso ao nível superior, o que não existe no município, onde as escolas atendem apenas ao ensino fundamental e ensino médio; também há a presença de instituições oferecendo o ensino à distância.

As escolas localizadas no campo

Cerro Azul até 2016 era o município com maior número de escolas multisseriadas localizadas no campo, conforme destacamos no quadro 1. Estas escolas se caracterizam por apresentarem turmas que agrupam alunos de diferentes

séries e níveis de aprendizagem com um único professor responsável por todo o funcionamento da escola. No entanto, com a mudança de gestão, em 2016 houve um movimento em prol do fechamento das escolas, apesar das comunidades se manifestarem contra estas ações.

Os gestores entendem que o ensino multisseriado ofertado não atende a um ensino de qualidade para os sujeitos do campo entendendo que a organização em séries possibilitado um melhor aprendizado aos alunos.

Em nossa pesquisa de doutorado constatamos que:

As análises realizadas durante a pesquisa nos permitiram inferir sobre o avanço que configura uma sala de aula heterogênea, constituída pela diversidade cultural; tal avanço se justifica porque entendemos que se trata de uma configuração que permite tratar o objeto de conhecimento de forma mais abrangente, sem fragmentá-lo ou dividi-lo em partes estanques, que em nada contribui para sua apropriação. Um conhecimento parcial leva a uma compreensão também parcial e, muitas vezes, deturpada daquilo que se quer conhecer. [...] defendemos que não é a composição das turmas multisseriadas que impede a qualificação do ensino, mas a forma de condução do processo de ensino e aprendizagem que vislumbra a junção de séries e consequentemente a fragmentação do trabalho. (PIANOVSKI, 2017, p. 197).

No entanto, a prática pedagógica em turmas multisseriadas precisa ser problematizada nos cursos de formação de professores. É necessário muito estudo e pesquisa para que se construa uma nova prática pedagógica que contemple o potencial inerente ao ensino multisseriado.

O quadro 1 traz a relação de escolas públicas rurais em atividade no município de Cerro Azul, no ano de 2015, com base nos dados levantados por Pianovski (2017) e, também apresenta a situação das escolas em 2019. Constatamos que muitas destas escolas foram desativadas, segundo relação enviada pela diretora das escolas do campo de Cerro Azul, no dia 05/02/2019, evidenciando uma redução de 41% das matrículas.

Quadro 1: Escolas em Cerro Azul.

ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL - séries iniciais	Matrículas (2015)	Matrículas (2018)
1- Escola Rural Municipal Angelo Mottim	47	50
2- Escola Rural Municipal Athanagildo de Souza Laio	64	65
3- Escola Rural Municipal Bairro dos Bentos	47	14
4- Escola Rural Municipal Bairro dos Cardosos	9	08
5- Escola Rural Municipal Bairro dos Rosas	34	10
6- Escola Rural Municipal de Barra Bonita I	8	Temporariamente desativada por falta de matrícula
7- Escola Rural Municipal de Barra Bonita II	21	Temporariamente desativada por falta de matrícula
8- Escola Rural Municipal de Barra da Taquara	10	Temporariamente desativada por falta de matrícula
9- Escola Rural Municipal de Barra do Macuco	20	07

10- Escola Rural Municipal Bocaina	25	19
11- Escola Rural Municipal Boi Perdido	26	Temporariamente desativada por falta de matrícula
12- Escola Rural Municipal da Bomba	45	20
13- Escola Rural Municipal Cabeceira do Ribeirão do Veado	19	15
14- Escola Rural Municipal de Freguesia	11	Temporariamente desativada por falta de matrícula
15- Escola Rural Municipal de Guaraipos	11	27
16- Escola Rural Municipal de Lageadinho	9	Temporariamente desativada por falta de matrícula
17- Escola Rural Municipal de Lageado da Anta Gorda	29	20
18- Escola Rural Municipal de Lageado da Barra Bonita	11	14
19- Escola Rural Municipal Lageado Grande I	44	30
20- Escola Rural Municipal Lageado Grande III	12	06
21- Escola Rural Municipal de Mato Preto	21	19
22- Escola Rural Municipal Milton Teilo	39	14
23- Escola Rural Municipal de Morro Grande	44	33
24- Escola Rural Municipal de Pinhal Grande II	16	06
25- Escola Rural Municipal Ribeirão Bonito do Chapéu	31	Temporariamente desativada por falta de matrícula
26- Escola Rural Municipal Ribeirão Bonito do Turvo II	5	06
27- Escola Rural Municipal de Ribeirão Bonito do Turvo	29	07
28- Escola Rural Municipal de Ribeirão do Veado	8	Temporariamente desativada por falta de matrícula
29- Escola Rural Municipal Terceiro Quarteirão da Bomba II	12	10
30- Escola Rural Municipal São Sebastião	84	64
TOTAL DE MATRÍCULAS	791	464

Fonte: PIANOVSKI, 2017, p. 214. Atualizado com base nas informações enviadas pela diretora das escolas do campo de Cerro Azul, Dirce Joana Simioni, em 05/02/2019.

Conforme destacam Ferreira e Brandão (2016, p. 11), os gestores municipais tentam justificar o fechamento das escolas afirmando que "a manutenção de centros de ensino no campo é economicamente insustentável para os cofres públicos" o que acabe resultando no transporte de alunos para os centros urbanos.

No caso de Cerro Azul, o transporte escolar tem muitos problemas com relação ao acesso às comunidades devido às condições das estradas, pois quando chove em algumas localidades não é possível chegar. (PIANOVSKI, 2017). Consequentemente, os alunos das comunidades em que as escolas estão sendo desativadas terão muita dificuldade em frequentar a escola, o que limita as possibilidades de formação escolar de muitas crianças. Tal fato acaba provocando a migração campo/ cidade e o esvaziamento do campo, pois a escola é um espaço de referência e debate importante para a comunidade.



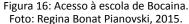




Figura 17: Transporte escolar. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2015.

A desatenção aos sujeitos do campo pode ser compreendida como discriminação, gerando tendência à não escolarização "in loco" ou à desvalorização do campo. O deslocamento à cidade para ter acesso a uma educação fora do contexto cultural e socioeconômico denota tratar a cultura do campo como inferior. (FERREIRA e BRANDÃO, 2016, p.12).

O fechamento das escolas reflete de forma incisiva na vida das comunidades e, segundo Ferreira e Brandão (2016) fere quatro dimensões do direito à Educação, determinadas pela Constituição, a saber: disponibilidade; acessibilidade; aceitabilidade e adaptabilidade. A disponibilidade para a educação depende da existência da escola; enquanto a acessibilidade, fica comprometida pela distância percorrida pelos educandos até as escolas urbanas. Quanto a aceitabilidade, para os autores está comprometida, uma vez que o currículo e Projeto Político Pedagógico (PPP), não contemplam a realidade dos sujeitos do campo e, quanto a adaptabilidade, destacam que isto é desrespeitado na medida em que não garante ao aluno estudar próximo de sua residência.

Nas figuras 18 e 19 retratamos a Escola Rural Municipal de Guaraipos, uma escola multisseriada, que atende a uma pequena comunidade de filhos de agricultores.



Figura 18: Escola de Guaraipos. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2015.



Figura 19: Entorno da Escola de Guaraipos. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2015.

Na figura 20 apresentamos a Escola Rural Municipal de Bocaina, também multisseriada que atende às comunidades Ribeirão do João Gordo, Pedro Lousa e Quebrada Funda.





Figura 20: Escola de Bocaina. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2015 Foto: Regina Bonat Pianovski, 2015.

Nas pesquisas realizadas pelo NUPECAMP (Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas) da Universidade Tuiuti do Paraná, do qual fazemos parte, problematizamos a reelaboração dos Projetos políticos pedagógicos das escolas do município de Cerro Azul, a partir da perspectiva da Educação do Campo, que segundo Souza,

traz implícita uma concepção de campo [como lugar de vida, trabalho, cultura, luta], de educação [como possibilidade de problematização e construção de conhecimentos voltados a transformação da sociedade, em perspectiva cientifica,

histórica e social], de sujeito do campo [sujeito de direitos cuja unidade e o trabalho, por mais que sejam diversos em suas práticas, culturas, territórios e lutas], de política pública [compreendida como construção coletiva, dialogada, entre sociedade civil e governos] e de sociedade [desde a perspectiva de um projeto de desenvolvimento popular de nação e de campo] (SOUZA, 2016, p.112).

Esse debate provocado pelo grupo de pesquisadores tem como objetivo discutir as condições das escolas localizadas no contexto rural, no intuito de resistir à política de fechamento das escolas, lutando por uma concepção de escola e educação que atenda as demandas dos povos do campo.

O movimento da Educação do Campo preconizado pelos movimentos sociais defende não só uma escola de qualidade, a luta tem uma abrangência maior, pois defende um outro projeto de sociedade em que o campo seja reconhecido e valorizado enquanto local de produção de vida, cultura e conhecimento.

Considerações Finais

Ao retratar o município de Cerro Azul constatamos a ruralidade presente no município e o crescente avanço do agronegócio, que aos poucos vai absorvendo os espaços de trabalho da agricultura familiar. No entanto, os agricultores vêm de certa forma resistindo a este confronto, mediante a organização de cooperativas e outras formas de gestão que garantam a identidade da agricultura familiar.

Com relação aos gestores municipais muito debate precisa ser realizado com as universidades para que se possa pensar a construção de um projeto educativo e formativo que garanta aos sujeitos do campo a preservação de sua identidade e o acesso ao conhecimento científico. Estas ações resultam da reflexão sobre que educação se pretende para o homem do campo, o que decorre da valorização do campo como lugar de vida e de trabalho.

Compreendemos que o conhecimento é ferramenta que possibilita aos sujeitos serem protagonista da própria história de forma a atuar na transformação da sociedade

Referências

ATLAS DO BRASIL 2018. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br. Acesso: 10 ago. 2018.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cerro-azul. Acesso: 10 ago. 2018

COMEC. Revista da Região Metropolitana de Curitiba. COMEC: Curitiba, 21017

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Os usos da terra: debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FERNANDES, José Carlos. Gazeta do Povo. 28/5/2006. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br. Acesso: 11 ago. 2018.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação e políticas de fechamento de escolas do campo.** Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1e politica.pdf 2016. Acesso: 18 ago. 2018.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 81-87

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário** da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 34-41

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. IPARDES. 2016. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso: 10 ago. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Desenvolvimento Urbano. Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). Disponível em: www.comec.pr.gov.br. Acesso: 10 ago. 2018.

PIANOVSKI, Regina Bonat. Ensino e aprendizagem em escolas rurais multisseriadas e as contribuições da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 225f. **Tese de doutorado**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2017.

QUILOMBOS DO RIBEIRA. Disponível em: www.quilombosdoribeira.org.br. Acesso em: agos de 2018.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: desafios para as escolas públicas. In: WISNIEWSKY, C. R. F., MOURAD, L. A de F. A. (Orgs). **Educação,** memória e resistência popular na formação social da América Latina. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 111 – 136

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - PROGRAMA VALE DO RIBEIRA. Disponível em: http://www.valedoribeira.ufpr.br Acesso em: 10 ago. 2018.

O Município de Colombo e suas marcas de ruralidade

Vanusa Emilia Borges¹

Este capítulo tem por objetivo gerar provocações e reflexões sobre o Município de Colombo/PR, que é marcado por suas características eminentemente rurais do Centro de Colombo e pelo alto grau de urbanização de alguns bairros, como por exemplo, Maracanã. Queremos dar destaque a ruralidade presente no município por meio de dados e imagens e mostrar que mesmo não sendo considerado um município rural, devido a sua densidade demográfica, constataremos várias marcas de ruralidade presentes na agricultura familiar, turismo rural, principalmente.

Colombo é um dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba e segundo dados do site da Prefeitura Municipal de Colombo² seu povoamento teve início em 1878, com colonos Italianos que se estabeleceram no município para iniciarem suas lavouras e fundaram a Colônia Alfredo Chaves. .

A comunidade de Colombo, transformada em município em 1890, teve seu primeiro núcleo populacional instalado em 1878, nas proximidades do Rio Butiatumirim, a 23 km de Curitiba, sob o nome de Colônia Alfredo Chaves. A Colônia foi criada pela presidência da Província do Paraná, com a finalidade de realocar 38 famílias de colonos italianos instalados na Colônia Nova Itália, no município de Morretes, que se encontravam mal alojadas, sem trabalho e insatisfeitas com as condições gerais daquela colônia. (SUGAMOSTO, 2003, p. 38)

Em 1930 o município de Colombo foi extinto e passou a se chamar Capivari e foi anexado ao município de Bocaiúva do Sul. Em 1933 o município voltou a se chamar Colombo e em 1943 foi restaurado e passou a abranger os distritos de Almirante Tamandaré e Santa Felicidade. Portanto, a origem do munícipio deu-se pelo desmembramento de Curitiba, tendo como data de instalação 5 de fevereiro de 1890.

O território do município possui 198 km², sendo 128 km² de área rural e 70 km² de área urbana. Possui 42 bairros, sendo 20 deles em áreas rurais.³

De acordo com as informações contidas no site da Prefeitura de Colombo os bairros considerados rurais são: Águas Fervidas, Bacaetava, Boixininga, Butiatumirim, Campestre, Capivari, Colônia Antônio Prado, Colônia Faria, Gabirobal, Imbuial, Itajacuru, Morro Grande, Poço Negro, Ribeirão das Onças, Roseira, Santa Gema, São João, Sapopema, Serrina, Uvaranal. E os bairros da área urbana são: Arruda, Atuba, Campo Pequeno, Canguiri, Centro, das Graças, Embú, Fátima, Guaraituba, Guarani, Maracanã, Mauá, Monza, Osasco, Palmital, Paloma, Rincão, Rio Verde, Roça Grande, Santa Terezinha, São Dimas, São Gabriel.⁴ A Figura 1 traz a distribuição dos bairros.

I Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora AVA E Supervisora de Estágio em Anos iniciais do Ensino Fundamental do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Opet. Pós-graduanda no curso de Especialização em Educação a Distância. Bolsista CAPES/OBEDUC no período de março/2014 a março/2016. E-mail: vanusaemilia2016@gmail.com

² História do Município de Colombo. Disponível em: http://portal.colombo.pr.gov.br/colombo-historia/. Acesso em: 31/07/2018.

³ Informações contidas no site da Prefeitura Municipal de Colombo. Disponível em: http://portal.colombo.pr.gov.br/colombo-dados-gerais/. Acesso em: 20/03/2015 4 Informações contidas no site da Prefeitura Municipal de Colombo. Disponível em: http://portal.colombo.pr.gov.br/colombo-dados-gerais/. Acesso em: 20/03/2015

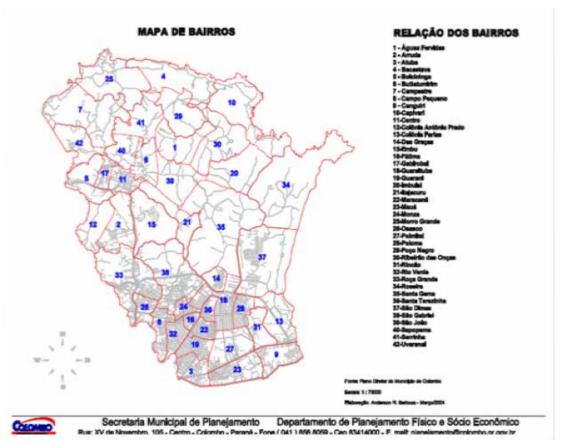


Figura 1: Bairros do município de Colombo. Fonte: Prefeitura Municipal de Colombo, 2017.

O Município possui uma população estimada em 229 mil habitantes (IBGE, 2014) dos quais 9.764 (IBGE, 2010), vivem em áreas rurais. Para atender toda a população, o município dispõe de 107 escolas públicas em funcionamento, das quais 6 escolas estão em funcionamento em áreas rurais, e que tem um total de 903 matrículas, de acordo com dados do INEP (2014). Porém, de acordo com os dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal são consideradas escolas rurais apenas 5 escolas: Escola Rural Municipal Bortolo Cavassin, Escola Rural Municipal Irmã Maria Antonieta Farani (Figura 3), Escola Rural Municipal João José Gasparin (Figura 2), Escola Rural Municipal Padre Francisco Bonato e Escola Rural Municipal Tiradentes, localizadas nos bairros Uvaranal, Capivari, Poço Negro, São Sebastião e Campestre, respectivamente.



Figura 2: Escola Rural Municipal João José Gasparin. Foto: Borges, 2017.



Figura 3: Escola Rural Municipal Irmã Maria Antonieta Farani. Foto: Borges, 2017.

Além das escolas citadas acima, no site do INEP, tem a Escola Rural Municipal Imbuial da Roseira (Figura 4). A escola tem o nome de escola rural é localizada na Estrada do Ribeira no bairro Imbuial da Roseira, que por sinal é listado como bairro rural no site da Prefeitura Municipal, porém não consta na lista das escolas rurais. O que se percebe é uma contradição entre os dados oficiais disponibilizados pelo INEP, os dados no site da Prefeitura Municipal de Colombo e a realidade.



Figura 4: Escola Rural Municipal Imbuial da Roseira. Foto: Borges, 2017.

Assim como nos demais municípios da Região Metropolitana Colombo tem 6 escolas rurais paralisadas (Escola Rural Municipal São João (Figura 5), localizada no bairro São João, Escola Rural Municipal Santa Ana, bairro Poço Negro, Escola Municipal Infantil Rural Olavo Bilac, Localizada no Bacaetava, Escola Municipal Rural Professor Julio Juliani, localizada no bairro Morro Grande, Escola Municipal Rural Vitorino Polli, localizada no Capivarizinho, Escola Municipal Rural Waldemaro Schmidt (Figura 6), localizada no bairro Schmidt, localizada no bairro Ribeirão das Onças.)



Figura 5: Escola Rural Municipal Santa João. (Paralisada). Fonte: Borges, 2017.



Figura 6: Escola Municipal Rural Waldemaro Schimidt (Paralisada). Fonte: Borges, 2017.

Em pesquisa sobre o fechamento de escolas rurais realizada durante o Mestrado Borges (2016) aponta alguns impactos negativos do fechamento das escolas rurais para as comunidades em seu entorno, dentre eles a invisibilidade, a perda da referência da comunidade, assim como a perda da identidade. "A nucleação ou o fechamento de escolas faz com que os alunos sejam deslocados de suas comunidades, impedindo as crianças de conviver em suas realidades implicando na construção de sua própria identidade, enquanto sujeito do campo." (p.57) E aponta ainda que "o fechamento das escolas nas áreas rurais contribui para o sentimento de não pertencimento ao local vivido, ao desenraizamento cultural tanto do aluno quanto do trabalhador do campo". (p.58)

O Turismo rural tem grande influência sobre a economia do município e o Circuito Italiano criado no ano de 1999, oferece um passeio pelos pontos tradicionais do município que são herança dos imigrantes italianos.

As figuras a seguir permitem visualizar o município e aspectos de suas atividades socioeconômicas, a exemplo do turismo rural, extração de minério, produção de verduras entre outras.



Figura 7: Parque Municipal da Uva. Fonte: Prefeitura Municipal de Colombo⁵.

O Parque Municipal da Uva, localizado no Centro de Colombo, é o local de realização da maior festa do município, a Festa da Uva, que acontece todo mês de fevereiro. O parque ainda conta com uma infraestrutura de churrasqueiras, lanchonete, trilha, local para caminhada, tanque para pesca, estacionamento, playground, acesso para deficientes físicos e sanitários.⁶ No local ainda é realizado a Festa do vinho e a Festa do Agricultor⁷, Festa de Nossa Senhora do Rosário - padroeira da cidade - e Festa de Nossa Senhora de Caravaggio - padroeira do imigrante italiano.8

Atualmente o município de Colombo tem sua economia baseada em indústrias extrativistas de cal e calcário e na agricultura com produção de hortigranjeiros.



Figura 8: Paroquia Nossa Senhora do Rosário. Foto: Borges, 2017.

⁵ Disponível em: http://portal.colombo.pr.gov.br/descubra-o-turismo-de-colombo-e-circuito-italiano-de-turismo-rural/

⁶ Disponível em: http://portal.colombo.pr.gov.br/descubra-o-turismo-de-colombo-e-circuito-italiano-de-turismo-rural/

⁷ A Festa do Agricultor é realizada anualmente e tem como objetivo promover a valorização da agricultura familiar resgatando suas culturas e origens. Ela é organizada pela Cooperativa Agrícola familiar de Colombo. Disponível em: http://cooacol.com.br/site/festa-do-agricultor/
8 Informações contidas no site da Prefeitura Municipal de Colombo. Disponível em: http://portal.colombo.pr.gov.br/colombo-historia. Acesso em:

^{20/03/2015}



Figura 9: Exemplo de uma das indústrias extrativistas presente no município. Foto: Borges, 2017.

Segundo dados do IPARDES (2018), existem no município 12 indústrias de Extração de minerais que empregam cerca de 228 pessoas e 719 indústrias de transformação que empregam cerca de 8.876 pessoas.⁹

Além das indústrias de extração e de transformação, o município conta com 87 estabelecimentos registrados de agropecuária, ocupa uma área total de 7.268 ha (IPARDES, 2018) e que empregam 728 pessoas (IPARDES, 2018). Grande parte da produção é feita em pequenas propriedades de agricultores familiares que conta com uma área de 3.499 ha (IPARDES, 2018) somente de horticultura e floricultura. Grande parte da produção é destinada a Cooperativa agrícola familiar de Colombo¹⁰ e também comercializadas em feiras e supermercados.



Figura 10: Cultivo de repolho. Foto: Borges, 2017.



Figura 11: Produção de alface. Foto: Borges, 2017.

⁹ Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83400 10 Informações em: http://cooacol.com.br/site/ Acesso em: 20/08/2017.



Figura 12: Produção de hortaliças. Foto: Borges, 2017.



Figura 13: Plantação de chuchu. Foto: Borges, 2017.

Outra atividade econômica que se destaca no município é a pecuária e criação de outros animais com uma área de 1.613 ha e a produção florestal de floresta plantada que conta com uma área de 935 ha.



Figura 14: Plantação de pinus. Foto: Borges, 2017.



Figura 15: Área rural de Colombo - PR. Foto: Borges, 2017.



Figura 16: Vista da área rural de Colombo- PR a partir do Morro da Cruz. Foto: Borges, 2017.

Com as imagens e os dados que apresentamos neste capitulo, podemos perceber que apesar do seu alto grau de urbanização, existem importantes atividades econômicas na área rural do município, neste sentido, destacamos a importância que as escolas rurais têm na manutenção e continuidade das comunidades rurais, pois mais do que momentos de aprendizagem a escola permite a partilha da cultura e de construção de identidades bem como a

valorização do local e o sentimento de pertencimento ao local sem a influência do discurso urbanizador e excludente. (BORGES, 2016, p.123)

Considerações Finais

A ruralidade que configura o município de Colombo influencia o território e demarca momentos processuais e também de urbanização, pois o que se percebe no município são duas faces completamente diferentes, pois de um lado temos o Centro histórico e do outro a urbanização marcante do bairro Maracanã e demais bairros vizinhos, que, embora sejam hegemônicos, não homogeneízam os territórios.

Ao considerarmos os sujeitos que estão envolvidos no processo, temos a possibilidade de, com eles, refletir sobre as marcas da ruralidade presente no município enriquecendo a compreensão dos processos educacionais e socioeconômicos que permeiam as relações de poder que sempre estiveram presentes nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, e que muitas vezes valoriza o urbano em detrimento do rural, visto como arcaico e atrasado.

Na dinâmica entre rural e urbano registramos as relações produtivas de todos os setores da economia, manifestações culturais remetidas a tradições locais que configuram patrimônios culturais (alimentação, festas, rituais, expressões artísticas).

Esperamos que este capítulo motive a elaboração de estratégias pedagógicas que valorizem as experiências vividas historicamente no município. Ainda, que possibilite explorar os diferentes fenômenos sociais que interferem diretamente nas práticas educativas dentro e fora dos muros da escola.

Referências

BORGES. Vanusa Emília. A Representação Social de moradores do entorno das escolas rurais paralisadas/ extintas no Município de Almirante Tamandaré- PR. 140fls. **Dissertação** (Mestrado em Educação) — Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. Paraná, 2016. 140 pag.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/. Vários acessos.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica.** 2014. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard. Vários acessos.

PARANÁ. IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais IPARDES.** 2018. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg conteudo=1&cod conteudo=30. Vários acessos.

SUGAMOSTO, Marisa. Velhice e Benefício Previdenciário Entre Os Agricultores Familiares do Município de Colombo - Paraná. 165 fls. Dissertação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Paraná, 2003.

Fazenda Rio Grande: entre as marcas da ruralidade e a presença de

grandes indústrias

Regina Bonat Pianovski¹ Fabiana Aparecida Franco Rodrigues²

Fazenda Rio Grande é um dos municípios que compõem o Núcleo Urbano³ da Região Metropolitana de Curitiba, é um município novo, mas que apresenta um ritmo acelerado de desenvolvimento. Neste capítulo apresentaremos aspectos socioeconômicos do município, com destaque às ruralidades presentes que contribuem para o desenvolvimento da região.

A origem do município, segundo Barbosa e Zonta (2000, p.14), está atrelada à época do Primeiro Império, em 1960, data do primeiro registro comprovado sobre Fazenda Rio Grande. Os pais do Cônego João da Veiga Coutinho, da matriz do Rio de Janeiro, ao adquirirem "do Império terras pertencentes à 5ª Comarca de São Paulo, nela formaram duas fazendas: a de



Figura 1: Fazenda Rio Grande. Fonte: COMEC (2017, p. 117).

Capocu, nome de um aldeamento indígena existente na região, e a das Águas Belas, onde hoje se situa o Aeroporto Afonso Penna, em São José dos Pinhais".

Segundo IBGE (2018), em 1981, pela lei estadual nº 7521, Fazenda Rio Grande tornou-se Distrito Administrativo do Município de Mandirituba e, posteriormente, pela lei estadual nº 9213, de 26-01-1999 é que se tornou independente

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná na linha de pesquisa: práticas pedagógicas e elementos articuladores. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP - UTP). Bolsista CAPES/OBEDUC no período de mar/2013 a fev/2017. Professora adjunta no curso de Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: regina.bonat@utp.br

² Professora da Educação Infantil e Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Fazenda Rio Grande, Professora/Tutora de Pedagogia pela UniOpet, Licenciatura Plena em Pedagogia- 2010- Universidade Castelo Branco. Especialista em Educação do Campo 2014- Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre em Educação- 2017 pela Universidade Tuiuti do Paraná Pesquisadora do NUPECAMP - Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas – E-mail: UTP. Fabyfranco hotmail.com

³ O Núcleo Urbano Central é constituído de 14 municípios: Almirante Tamandaré, Colombo, Quatro Barras, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Campo Magro, Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Curitiba. Abrange uma área de 6.019,23 Km² e a população em 2014, correspondia a 3.220.652 habitantes. Disponível em: clever@ippuc.org.br. Acesso em: ago. 2018.

com a denominação de Fazenda Rio Grande. No entanto, a data da sua instalação como município corresponde a 1º de janeiro de 1993. Tal situação decorreu de um contexto socioeconômico específico, associado ao crescimento da Região Metropolitana de Curitiba, no final da década de 70, mais especificamente em 1975, quando houve uma grande demanda de pessoas para o centro urbano, devido à quase erradicação da produção de café na região norte do estado do Paraná.

Durante algum tempo o município foi conhecido como cidade dormitório, porque muitos de seus habitantes trabalhavam fora do município retornando apenas para dormir. Esta situação foi alterada com a ampliação da oferta de trabalho no próprio município devido a instalação de grandes indústrias. No entanto, persistem as fortes marcas de ruralidade materializadas na agricultura familiar, criação de animais e ao grande número de olarias em atividade no município. (COMEC, 2017).



Figura 2: O campo em Fazenda Rio Grande. Foto: Fabiana Aparecida Franco Rodrigues, 2017.

Aspectos socioeconômicos

O município de Fazenda Rio Grande está localizado às margens da BR 116, com uma área territorial que corresponde a 115,377 km², ficando a 31,35 km da capital. Tem como limite os municípios de Araucária, Curitiba, Mandirituba e São José dos Pinhais. De acordo com o censo 2010, possui uma população correspondente a 81.675 habitantes, com 75.928 situados no centro urbano e 5.747 na região rural. Apresenta uma densidade demográfica correspondente a 812,38 hab./Km² e um grau de urbanização de 92,96%. (IPARDES, 2018).



Figura 3: Mapa de Fazenda Rio Grande. Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município corresponde a 0,72 (IBGE, 2010), o que o coloca na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O índice de Longevidade (0,847), o índice de Renda (0,713) e o índice de Educação (0,617) foram os fatores que mais contribuíram para o IDHM.

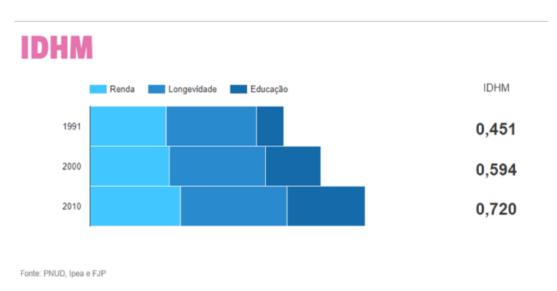


Figura 4: Índice de Desenvolvimento Humano de Fazenda Rio Grande. Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br.

O IDHM de Fazenda Rio Grande entre 1991 e 2010 mostrou uma taxa significativa de crescimento, o que coloca o município na 1301ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDHM. (Atlas do Brasil).

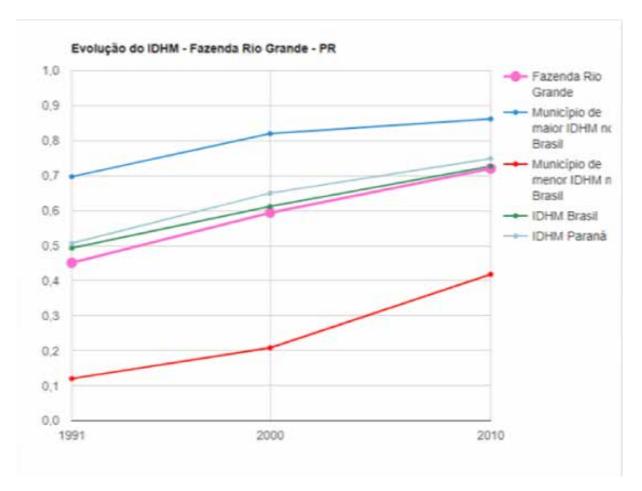


Figura 5: Evolução do IDHM de Fazenda Rio Grande. Fonte: www.atlasbrasil.org.br.

Conforme a figura 6, podemos constatar que se trata de um município em desenvolvimento cuja população, em 2010, tinha uma maior concentração entre a faixa de 10 a 14 anos, seguida pelas faixas etárias entre 20 a 34 anos. As pessoas entre 60 a 80 anos de idade representavam o menor número em 2010.

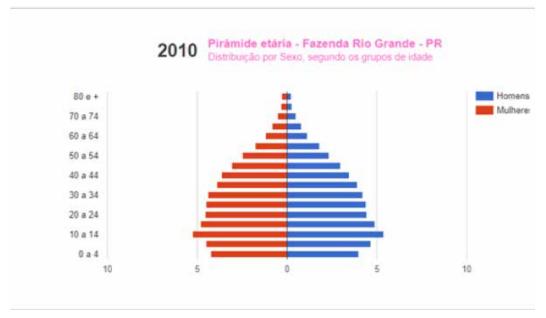


Figura 6: Faixa etária da população de Fazenda Rio Grande. Fonte: www.atlasbrasil.org.br.

Quanto à economia, apresenta 2.044 ha de lavoura temporária e 15ha de lavoura permanente; 408 ha dedicados a horticultura e fruticultura, 1271 há destinados a pecuária e criação de outros animais, 38ha a aquicultura. Quanto ao local destinado a agricultura e criação de animais, 3.611ha são de proprietários, 54 ha arrendatários e 86 ha de ocupantes. (IPARDES, 2018).





Figura 7: Plantações . Foto: Regina Bonat Pianovski, 2013.

Com relação a produção em 2016, foram colhidas 3.845t de soja, seguida da 3.740t de milho, 1.575t de feijão, 1.155t de cebola, 160t de batata inglesa, 101t de mandioca, 90t de batata doce 16 t de fumo. Também, foram colhidas 20t de melancia, 24t de caqui, 14t de pera e 12t de pêssego. (IPARDES, 2018)





Figura 8: Plantação de Alface. Foto: Fabiana Aparecida Franco Rodrigues, 2017

Em 2013 destacou-se a criação de galináceos (324.000) bovinos (810 rebanhos), suínos (800 rebanhos), ovinos (500). Foram produzidos 17400 kg de mel de abelha, 580.00l litros de leite, 550 mil dúzias de ovos r 550k de lã. (IPARDES, 2018).



Figura 9: Criação de bovinos. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2013.



Figura 10: Criação de ovinos. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2013.

Existe um grande número de olarias de tijolos no contexto rural de Fazenda Rio Grande, que empregam muitos dos moradores do campo.









Figura 11: Olarias em Fazenda Rio Grande. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2013.





Figura 12: Olarias em funcionamento. Foto: Fabiana Aparecida Franco Rodrigues, 2017.

Com a instalação de grandes empresas houve um aumento na geração de empregos em Fazenda Rio Grande. As principais empresas instaladas são: KYB-MANDO do Brasil Fabricante de Autopeças S/A; Mate Leão, do Grupo Coca Cola; Antex (fabricante de tecidos sintéticos para automóveis); Estre Ambiental; SNR-NTN (fabricante de rolamentos); Sumitomo Rubber – fabricante de pneus. (COMEC, 2017).

No ano de 2018, 1.342 estabelecimentos ofereceram 13.702 empregos, distribuídos entre: 252 indústrias (4.721 empregos), 243 indústrias de transformação (4.619 empregos) e 576 comércios (3.179). (IPARDES, 2018)

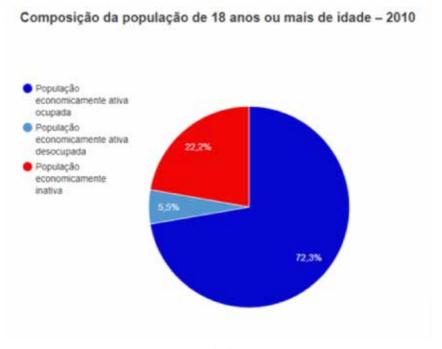


Figura 13: População e emprego. Fonte: www.atlasbrasil.org.br.

Podemos constatar que o processo de urbanização em Fazenda Rio Grande assume um ritmo acelerado o que vem impactando na economia do município com a geração de empregos. No entanto, as atividades agrícolas e a grande incidência de olarias também contribuem para a economia do município, sendo responsáveis por empregar muitos trabalhadores do campo. Destacamos que a presença das olarias e da agricultura familiar são resultado da boa qualidade da terra no município.

As escolas no Município de Fazenda Rio Grande

Em Fazenda Rio Grande, há 19 escolas municipais, 9 escolas estaduais e 3 escolas profissionalizantes. Em 2015 foram matriculados 16.690 alunos no ensino fundamental, 5.087 no ensino médio e 522 no ensino profissionalizante. (COMEC, 2017, p. 116).

O percentual de pessoas com a idade de 25 anos ou mais, entre 2000 e 2010, passou de 36,86% para 50,63%, no município. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, "5,74% eram analfabetos,

45,54% tinham o ensino fundamental completo, 25,50% possuíam o ensino médio completo e 3,86%, o superior completo". (www.atlasbrasil.gov.br).

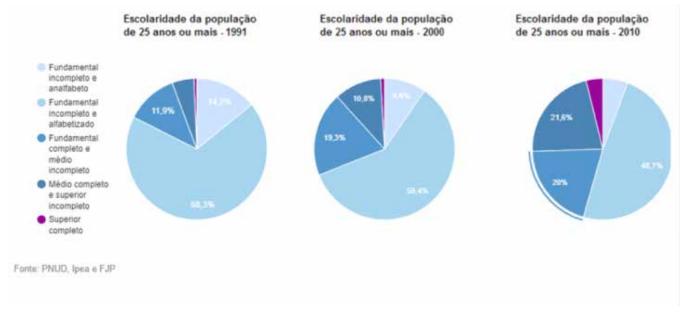


Figura 14: Escolaridade da população de 25 anos ou mais. Fonte: www.atlasbrasil.org.br.

Muitas escolas rurais foram desativadas, sendo essas: Escola Rural Municipal João Ferreira da Rocha, situada na comunidade Campo da Cruz, fechada em 07/08/2009; Escola Rural Municipal Padroeira do Brasil, situada na Fazenda Iguaçu, fechada em 18/03/2009; Escola Rural Municipal Parque Verde, situada no Bairro Estados, fechada em 10/07/2008; Escola Rural Municipal Santo Antônio, situada na comunidade Santo Antônio, fechada em 18/03/2009; Escola Rural Municipal Nery Rieke, situada na comunidade Rio Abaixo, fechada em 01/09/2003; (RODRIGUES, 2017).

A política de fechamento de escolas do campo no Brasil é decorrente de um projeto de campo atrelado a uma visão capitalista de sociedade; e em Fazenda Rio Grande isto não foi diferente.

Segundo Pereira (2017 p. 170)

O projeto de campo em vigência é capitalista, desde as instâncias privadas ou públicas. É um projeto que fortalece iniciativas de desvalorização do campo dos trabalhadores, da agricultura familiar. Nesta lógica tem-se o esvaziamento do campo, capitalização do trabalhador do campo, modificação da cultura dos sujeitos e, portanto, infere em políticas públicas que geram e fortalecem o fechamento de escolas, assim como o transporte escolar e a nucleação de escolas. Sendo o uso da terra, desde a lógica do capital, o principal determinante que influencia outros fatores.

Há um movimento de urbanização no município, com o asfaltamento das estradas de chão, construção de condomínios de casas populares e o fechamento das escolas rurais. O espaço onde funcionava a Escola Rural Municipal Santo Antônio passou a ser destinado como sede da Agroindústria Familiar.



Figura 15: Escola Rural Municipal Santo Antônio - desativada. Foto: Regina Bonat Pianovski, 2013.

Segundo Christoffoli (2012, p.77)

Como reação ao crescente poder das agroindústrias, agricultores e movimentos sociais do campo têm buscado estabelecer estratégias de resistência, visando à agregação de valor à produção camponesa, por meio da criação de agroindústrias cooperativas e associativas, sob controle dos trabalhadores. Essas agroindústrias associativas procuram estabelecer estratégias diferenciadas em relação às agroindústrias capitalistas, seja no campo tecnológico, estimulando a agroecologia e a produção em pequena escala, seja na forma de organização social da base e na luta por um novo modelo de desenvolvimento do meio rural, com políticas públicas diferenciadas.

Duas escolas rurais ainda permanecem ativas: a Escola Rural Francisco Quirino Machado e a Escola Municipal do Campo Alô Guimarães. A Escola Rural Municipal Francisco Quirino Machado, apesar de estar registrada no MEC como escola rural e atender alunos filhos de agricultores, não tem uma prática pedagógica que atenda as especificidades dos povos do campo, não sendo tratada pelos gestores como escola rural.

A Escola do Campo Alô Guimarães atende os filhos dos moradores das comunidades rurais. Esta escola teve seu Projeto Político Pedagógico reelaborado, a partir da interação dos profissionais da escola com os pesquisadores do NUPECAMP (Núcleo de Pesquisa Em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas da Universidade Tuiuti do Paraná).

Está situada na região conhecida como Passo Amarelo, é a única que contempla as demandas dos povos do campo.

Em 1912 nesta região, várias famílias ucranianas chegaram da Europa depois do golpe da Primeira Guerra Mundial. [...] No início chamava-se Campestre dos Pintos devido ao grande número de famílias com este sobrenome. Em virtude dos moradores não gostarem desse nome e por haver no local um passo, (pequena lagoa de água amarela) pelo qual precisavam atravessar, esse mesmo local acabou dando nome para a localidade: Passo Amarelo (BARBOSA; ZONTA, 2000, p. 39-42)





Figura 16: Passo Amarelo. Fotos: Fabina Aparecida Franco Rodrigues, 2017.

A comunidade de pais dos alunos e de moradores da comunidade foi contrária ao fechamento desta escola, apesar das precárias condições de seu funcionamento. No entanto, na última gestão municipal, houve um investimento na melhoria da estrutura, com a pintura do prédio, o conserto do parquinho e a proteção no entorno do terreno, visto que em frente à escola há uma grande circulação de caminhões.











Figura 18: Escola do Campo Alô Guimarães. Foto: Fabiana Aparecida Franco Rodrigues, 2017.

A escola até 2017 era constituída por turmas multisseriadas: uma turma com alunos do 1º ao 2º ano e, outra turma com alunos do 3º, 4º e 5º ano. Muitos pais dos alunos que frequentam à escola são chacareiros e agricultores,

enquanto outros são empregados das olarias.

Há na população local um forte sentimento de religiosidade, materializado nas diferentes religiões praticadas pelas famílias. Os alunos trazem para a escola estas marcas de religiosidade evidenciadas nas músicas e nos seus comportamentos. (PIANOVSKI, 2013).





Figura 19: Marcas da religiosidade das famílias. Foto: Fabiana Aparecida Franco Rodrigues, 2017.

Considerações Finais

Apesar das fortes marcas de ruralidade presentes no município de Fazenda Rio Grande, a chegada das grandes empresas tem alterado estas características, bem como a vida da população. O município está em crescente processo de desenvolvimento econômico, com geração de mais empregos para a população que se deslocava para os outros municípios em busca de trabalho. Desta forma, não havendo a migração da população para outros municípios em busca de emprego, há maior investimento na própria região, o que contribui para o crescimento da economia local.

Constatamos que a produção agrícola também é um fator de desenvolvimento para o município, cujos produtos ao serem comercializados no centro urbano, servem de sustento à muitas famílias.

Segundo Fernandes et al (2014, p. 97)

As diferenças entre campo e cidade persistem, mas não como anteriormente, quando o campo representava o atraso e características estritamente agrícolas enquanto a cidade, o moderno e o industrial. O meio rural cada vez mais se apresenta como lócus de modernização, de atividades industriais e com uma grande complexidade técnica [...] não é apenas o lugar de produção de matérias-primas e de alimentos para o mercado interno externo, mas é também lugar de moradia de muitos povos, onde estes desenvolvem suas culturas [...]

Conforme a citação de Fernandes, ao retratarmos o município de Fazenda Rio Grande, buscamos ressignificar o campo como lugar de desenvolvimento, de vida, de produção de saberes e de cultura.

Referências

ATLAS DO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br. Acesso em: agos. de 2018.

BARBOSA, Adelar José; ZONTA, Emilene Cristine. Fazenda Rio Grande - 300 anos. Curitiba: Lastro, 2000

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/fazendariogrande. Acesso em: 10 ago. 2018

COMEC. Revista da Região Metropolitana de Curitiba. COMEC: Curitiba, 2017.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Agroindústria. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.72-81

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Os usos da terra. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **IPARDES.** 2018. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso em: agos. de 2018.

PARANÁ. Secretaria do Desenvolvimento Urbano. **Região Metropolitana de Curitiba** (COMEC). Disponível em: www.comec.pr.gov.br. Acesso em: agos. de 2018

PEREIRA, Camila Casteliano. A política de fechamento de escolas no campo na Região Metropolitana de Curitiba. 192f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, 2017.

PIANOVSKI, Regina Bonat. Ensino e aprendizagem em escolas rurais multisseriadas e as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. 225 fls. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

PIANOVSKI, Regina Bonat. O jogo como mediação da aprendizagem dos alunos de escola multisseriada. 166 fls. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

RODRIGUES, Fabiana Aparecida Franco. A Prática Pedagógica em Turmas Multisseriadas: desafios no processo de transgressão. 125 fls **Dissertação** (Mestrado em Educação) — Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. 2017.

Imagens de São José dos Pinhais: evidenciando aspectos da realidade do Campo

Rosangela Cristina Rosinski Lima¹

O objetivo deste capítulo é o de trazer a público faces do município de São José dos Pinhais, na perspectiva da Educação do Campo, buscando suscitar a reflexão acerca desta temática. Neste esforço interpretativo há que se pensar sob a ótica de reconhecer os territórios do campo e mais que isso, ressaltar a necessidade de conferir visibilidade aos sujeitos do campo.²

Discutindo sobre território Fernandes (2008) ressalta a importância de entendê-lo em seus atributos e em sua totalidade, portanto em aspectos multidimensionais; relacionando às dimensões política, social, ambiental, cultural e econômica, como a seguir citado:

Sempre é importante enfatizar a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades. Esta relação é determinada por políticas de desenvolvimento, portanto quem determina a política define a forma de organização dos territórios. Aqui é necessário lembrar seus atributos: cada território é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. Compreender essas relações é essencial para conhecermos as leituras territoriais realizadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento e por diferentes instituições que impõem seus projetos de desenvolvimento às comunidades rurais (FERNANDES, 2008, p. 5).

Nessa direção, trazer a discussão sobre território é um dos desafios ao abordar-se a situação dos sujeitos do campo; consequentemente carregando em seu bojo a questão da invisibilidade dessas comunidades, que quando vistas, o que raramente ocorre, o são sob a ótica do preconceito. Arroyo (2005) já apontou com propriedade essa preocupação questionando:

[...] Como a cidade representa o homem do campo? As festas juninas são uma expressão muito clara disso. Tem de buscar o que há de mais velho e que depois será dado para a empregada, aquela calça surrada. Até o rosto tem de aparecer desfigurado, de bobo, de caipirão. Essa imagem que paira na nossa cultura política e social sobre o homem

¹ Doutoranda em Educação (2016-2020) pela UTP-PR; Mestre em Educação pela Unicamp, Graduada em Pedagogia (UFPR) e Direito (Univali-SC).. Docente na Rede Municipal de São José dos Pinhais e no ensino superior. Pesquisadora da temática da Educação do Campo e práticas educativas. Colaboradora do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas. E-mail: rosangela.rosinski16@gmail.com

² Contribuíram para esta coletânea de fotos: Lourdes Maria Rosinski Lima Gomes e Marcos Catapan, aos quais se registram os agradecimentos pelo apoio no trabalho.

do campo é a mesma que às vezes temos na educação, até nós educadoras e educadores do homem do campo. Se você, sobretudo, é da cidade e vai ao campo cada dia, o problema mais grave que terá de enfrentar é desconstruir as perversas imagens que sem dúvida carrega para o campo, sobre a criança, o homem e o próprio campo. Somos sujeitos que sempre trabalhamos com imaginários. A grande disputa da Educação do Campo é simbólica, não só por escolas, currículos e calendários e sim por quebrar, superar, sepultar as velhas, tradicionais, elitistas e negativas imagens da criança, do adolescente, da mulher e do homem do campo [...] (ARROYO, 2005, p.48).

É nesta direção que se procurou evidenciar, através das imagens captadas; embora de forma amadora e sem grandes pretensões estéticas e artísticas; a beleza, a autenticidade e as presenças dos sujeitos do campo em um espaço específico da Região Metropolitana de Curitiba, foco dos estudos do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas, da qual a autora tem participado e contribuído.

Nesta perspectiva, a autora do capítulo do presente *E-book* optou por abordar o município de São José dos Pinhais por ser onde reside e trabalha; decidindo assim, destinar o olhar do pesquisador tanto para o estranhamento, como para a contemplação do que vai se revelando pelas "lentes" das câmeras³, da realidade dos povos do campo. Procurou desta forma, trazer principalmente o cotidiano de algumas das pequenas propriedades, aquelas em que ainda se observa o trabalho familiar, cooperativo e que resiste ao avanço do agronegócio e da monocultura.

O capítulo está organizado com os seguintes subtítulos: De onde partimos? Referindo-se à localização e a aspectos geográficos e históricos do município de São José dos Pinhais; avança com o relato do que se observou e captou no subtítulo: Pelos caminhos de São José dos Pinhais; na sequência, objetiva enfatizar o trabalho e Os sujeitos do campo: suas origens, suas histórias; e está finalizado nos aspectos destacados em: Aspectos conclusivos... por onde continuar a caminhada?

Espera-se, a partir da divulgação e reflexão acerca dessas imagens, estar contribuindo para que se conheça, valorize e se preserve a diversidade encontrada na região. Bem como se valorize o trabalho que os sujeitos do campo realizam, muitas vezes com poucos recursos, mas que se insere socialmente como fundamental para as comunidades onde residem e principalmente para a sua existência.

1 De onde partimos?

Qualquer caminhada se torna difícil principalmente se não se sabe por onde trilhar. Nesse capítulo o trajeto é claro e tem como ponto de partida conhecer melhor a realidade. Para além das aparências. Nessa direção optou-se pela inserção da pesquisadora e de mais dois colaboradores para, nos campos do município, em suas plantações, matas nativas e em suas trilhas, nem sempre de fácil acesso, buscarem captar as imagens mais representativas que compõe o entorno da região.

³ As imagens, inicialmente totalizaram 354, das quais foram selecionadas as 21 mais representativas, que estão denominadas por "figuras" e foram coletadas diretamente da observação e captura por meio de câmera digital, pela autora e com a colaboração de Lourdes Maria Rosinski Lima Gomes e Marcos Catapan, que contribuíram com a seleção e registro fotográfico.

E o registro fotográfico iniciou, conforme captado pela figura 1 a seguir, onde encontra-se a autora em uma plantação de repolhos, de produção da agricultura familiar, na Colônia Murici, São José dos Pinhais. Percebe-se que, mesmo com o solo seco, resultante de vários dias sem chuva, a área está produtiva.



Figura 1: Plantação de repolhos. Autoria: Lourdes Maria Rosinski Lima Gomes, 2017⁴.

Quanto à localização geográfica, São José dos Pinhais situa-se na Região Metropolitana de Curitiba, capital do estado do Paraná, na Região Sul do Brasil, país da América do Sul. Está localizado numa área territorial com latitude 25 graus 32 minutos Sul e longitude 49 graus e 12 minutos W-GR, situa-se aproximadamente a 15 Km de Curitiba (SETR/99). Sua área urbana fica a Noroeste, mais próxima de Curitiba. Sua "área rural" localiza-se principalmente nas denominadas "Colônias" que são: Colônia Murici, Colônia Marcelino e Colônia Zacarias. Há ainda as comunidades de Barro Preto, Cachoeira, Campo Largo da Roseira, Roseira de São Sebastião, parte da região do Guatupê e da Borda do Campo dentre outras. Algumas delas têm produção eminentemente agrícola, outras com características onde coexiste a produção rural da pequena propriedade agrícola e logo próximo indústrias ou comércio.

⁴ Imagem captada por Lourdes Maria Rosinski Lima Gomes, que contribuiu com a coletânea de fotografias.

Na região denominada de "Campo Largo da Roseira" há uma extensa planície, enquanto em outras regiões existem irregularidades no terreno (Colônia Murici, Colônia Marcelino, Malhada, Contenda, dentre outras) estas áreas são as que predominantemente se destinam ao cultivo e produção agrícola. O maior rio em volume d'água é o rio Iguaçu, que faz divisa em toda sua extensão entre o município de São José dos Pinhais e Curitiba. A maior parte dos outros rios são afluentes e subafluentes do Iguaçu: Rio Itaquí, Rio Pequeno, Rio Miringuava, Rio Cotia, Rio Despique, Rio Cerro Azul, Rio da Roseira.

Sua população, segundo o último senso do IBGE (2010)⁵ era de 264.210 habitantes. Estimando-se que em 2017 chegue em 307.530 habitantes. Sua área de unidade territorial é de 946,435 km² e densidade demográfica (em 2010) de 279,16 hab/km².



Figura 2: Localização geográfica de SJP a partir da unidade federativa do Paraná. Fonte: IPARDES (2010).

O município é cercado por indústrias diversificadas tanto no ramo de atividade ou quanto ao porte, destacando-se as multinacionais como a Renault, as nacionais como a Cequipel, Multilit, dentre outras. Destaca-se em seu território o Aeroporto Internacional de Curitiba, que de fato, está localizado em São José dos Pinhais. O aeroporto é apontado como o quinto em extensão do Brasil, com 29.400 m² de área construída, inaugurado em 1997, com o nome de Aeroporto Internacional Afonso Pena (INFRAERO, 2018).

⁵ Fonte: IBGE (2010). São José dos Pinhais. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/sao-jose-dos-pinhais/panorama > Acesso em: 05 jul. 2018



Figura 3: Os limites do município de São José dos Pinhais, destacado na área azul. Fonte: IPARDES - NOTA: Base Cartográfica ITCG, 2010.

Observa-se que São José dos Pinhais limita-se ao norte com os municípios de Curitiba, Pinhais e Piraquara. Ao Sul limita-se com Tijucas do Sul. À leste com Morretes e Guaratuba; e oeste com Mandirituba e Fazenda Rio Grande.

Na sequência estarão destacados aspectos dos "caminhos" do município, com as imagens que foram captadas no período que corresponde aos meses de julho a setembro de 2017.

2 Pelos caminhos de São José dos Pinhais

São José dos Pinhais situa-se na porção leste do estado do Paraná e é conhecida no aspecto turístico pelo "Caminho do Vinho"; entretanto não somente de produção de vinhos e do turismo vive o município. O próprio nome, além da alusão a um "santo" católico, faz menção aos pinheirais do município.





Figura 4: Floresta nativa da região dos Pinhais. Foto: Lourdes Maria Rosinski Lima Gomes, 2017.

Figura 5: Floresta nativa da região dos Pinhais. Foto: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.

Nas imagens acima, percebe-se ainda a manutenção da floresta nativa da região dos Pinhais, que está, como em outras regiões do Brasil, em constante risco de devastação.

No que concerne a esse aspecto da Geografia física, o componente biológico que constitui a vegetação de São José dos Pinhais é integrado pelos fatores ambientais flora e fauna, ou seja:

A região das nascentes dos rios Pequeno e Itaqui, nos contrastes da Serra do Mar, é considerada como um sistema de transição do tipo ecótono entre a Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Ombrófila. Densa e sua importância reside na existência de espécies exclusivas de ambas as regiões fitogeográficas convivendo simultaneamente, aumentando a diversidade florística da região. Pela observação da cobertura arbórea existente nestas bacias, pode-se observar que a maior área recoberta por florestas está exatamente no curso superior destes rios, decrescendo à medida em que tomam o rumo oeste, em direção ao rio Iguaçu (PORTAL DO BRASIL, 2017).

Além da cobertura vegetal natural, há que se destacar a presença das culturas, principalmente da agricultura familiar camponesa, conforme as imagens 6, 7, 8 e 9 objetivarão evidenciar.



Figura 6: Produção da agricultura familiar camponesa. Repolho e couve-flor. Fotos: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.



Figura 7: Colônias Murici e Mergulhão-São José dos Pinhais. Fotos: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.



Figura 8: Produção convencional de hortaliças -Colônia Murici. Fotos: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.



Figura 9: Produção de hortaliças pelo sistema de estufa e irrigação mecânica.
Fotos: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.

Nos dois sistemas, tanto convencional, como em estufas com irrigação mecânica, são principalmente cultivadas hortaliças, como: rúcula, alface, couve, além de vegetais próprios para consumo humano. A produção é usada para alimentação das famílias e também comercializada nos estabelecimentos próximos. Há ainda famílias que levam suas produções para abastecerem nas Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA) que se localiza em Curitiba e constituiuse no maior atacadista de hortifrutigranjeiros da região.

Na imagem a seguir, os sujeitos do campo em evidência, no trabalho de preparo da terra, são agricultores familiares. Detalhe que a imagem foi captada em um domingo, com a família trabalhando durante todo o dia. Trabalho manual e utilização mecânica de trator de pequeno porte adquirido com financiamento.



Figura 10: Preparo da terra para o cultivo. Foto: Marcos Catapan, 2017.

O trabalho dos sujeitos do campo é incansável. Na imagem anterior e na próxima pode-se observar como é a relação com a terra, baseada no conhecimento propiciado pelo constante observar, respeitar e produzir. O pequeno agricultor de São José dos Pinhais (assim como em outras localidades é também observável) demonstra conhecer bem o solo, saber como cultivá-lo, tirando dele o próprio sustento, da família e ainda colhendo excedentes que compõe renda para sobrevivência com dignidade.

Além da produção agrícola, há nas famílias, principalmente entre as mulheres, a tradição de preparar conservas caseiras, geléias com as frutas e legumes que são abundantes na estação, preservando assim para dias de menor fartura. Em muitos casos essa confecção é realizada em sistema de mutirão, com as mulheres das famílias e da vizinhança reunidas, com ajuda das crianças, produzindo coletivamente e da mesma forma repartindo fraternalmente entre as famílias participantes do grupo.

Esse trabalho com a terra de quem têm suas raízes fincadas no campo é marcado por características peculiares, que revela modos de vida, saberes, valores e uma cultura que valoriza e respeita profundamente o lugar de onde tiram seu sustento. Pois é na labuta diária, sem folga, sem férias, todos os dias cuidando da terra: arando, plantando, regando, adubando, colhendo e depois voltando a fazer tudo de novo que se renova o ciclo da vida. No qual não há espaço para "venenos". Assim, para os sujeitos do campo, "ferir seu chão e seu ganha pão" (referindo-se aos agrotóxicos) é considerado criminoso.

Importante então valorizar esta resistência, esse exaustivo trabalho, resultante da luta constante em trazer para a mesa produtos saudáveis que não só alimentam suas famílias, mas contribuem para a saúde da população

do nosso país. É com o trabalho de sol a sol, de domingo a domingo, que as famílias produzem, vivem e são felizes. Como também se observa na figura a seguir.



Figura 11: Os sujeitos do campo e o cultivo da terra em um domingo de sol - Colônia Murici. Foto: Marcos Catapan, 2017.

A produção é constante. A fertilidade da terra é aproveitada e valorizada. Da terra tiram o sustento e a renda que propicia manter-se em seus territórios, criando seus filhos, netos, bisnetos; ensinando o que aprenderam de seus pais. É a vida que se reproduz e se perpetua como numa harmoniosa sinfonia dos pássaros, que parecem agradecer aos sujeitos do campo por ali estarem, pois de sua resistência e luta também depende a vida dos animais nativos do campo. Do contrário, com o avanço de formas de agricultura excessivamente mecanizadas, da monocultura e do agronegócio (na maioria das vezes acompanhado de agrotóxicos e de desrespeito à natureza), os animais estariam ameaçados. O trabalho dos sujeitos do campo, também em São José dos Pinhais, traz em seu bojo a importante força de vitalidade e amor, sentimento este do qual a humanidade está tão carente. São sujeitos construindo suas histórias, respeitando suas origens, como ressaltado na sequência.



Figura 12: Mudas de alface de produção própria dos agricultores familiares.
Fotos: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.



Figura 13: Plantação de alface. Fotos: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.

3 Os sujeitos do campo, suas origens, suas histórias

A abordagem na sequência exposta não pretende trazer elementos mais abrangentes sobre os sujeitos do campo, portanto não dará conta da totalidade. Objetiva constituir-se numa exemplificação de como as famílias que vivem, moram, trabalham, portanto têm toda sua existência voltada para a produção no campo. É portanto um esforço exemplificativo de ilustrar o que se defende com relação à importância da permanência dos sujeitos no seu *locus* de vida e de onde "tiram" seu sustento, ou seja, da terra.

Nessa direção, selecionou-se a família da dona Amália Gumiela, filha de Paulina Gyescznak, que chegou ao Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, refugiando-se de região de conflito na Polônia, sua terra natal, onde nasceu em 1891. O sobrenome anterior de dona Paulina era Gelonka, tendo pelo casamento acrescentado Gyescznak, sobrenome do marido.

Dona Amália, com seus 67 anos, tem muito o que contar das origens de seus avós e até das recordações advindas do que a vó Paulina, matriarca da família Gumiela/Machado, contava da Polônia e do início dos tempos difíceis na chegada ao Brasil. De imediato a família se estabeleceu na região de São José dos Pinhais e junto com outras famílias se estabeleceu no bairro hoje conhecido como Blanco Pombo. Eram originalmente quatro grandes chácaras. Hoje neste espaço está localizada uma das grandes indústrias da Região Metropolitana de Curitiba, a Multilit. Das chácaras restam apenas as áreas de duas famílias, uma delas da dona Amália e sua filha Daniela Machado.



Figura 14: A família: Daniela Machado e seus filhos: as crianças Elen e Mateus⁶.

Foto: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.

As crianças estão uniformizadas para a escola que frequentam assiduamente no turno vespertino. Mateus estuda na Escola Municipal Pedro Bonk e Elen na Escola Estadual Ipê, que localizam-se próximo à residência. Fizeram questão de colher os "pés" de alface para posar na foto.

Um dos aspectos a serem destacados sobre a organização desta família é que são as mulheres as pessoas responsáveis por toda produção e comercialização dos excedentes. Todas trabalham desde cedo como agricultoras e garantem o sustento da família e condições dignas de vida.

As crianças ajudam na produção familiar e orgulham-se disso. Estudam na escola municipal próxima da residência da família e estavam a caminho da escola nesta imagem. Mas pediram para serem incluídos na foto. Destaque para o tamanho e vitalidade das hortaliças colhidas.

A figura 15 apresenta uma casa de madeira que foi construída pela família, logo que dona Paulina Gyesznak chegou da Polônia, há mais de 100 anos.



Figura 15: Residência da família Gyesznak. Foto: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.

A figura 16 ao lado retrata outro ângulo da residência centenária. As árvores foram também plantadas pela família.



Figura 16: O entorno da residência da família Gyesznak. Foto: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.





Figura 17: Documentos da "vó" Paulina, matriarca da família. Foto: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.



Figura 18: Documentos da vó Paulina conservados com orgulho – nas mãos da filha Amália e da neta Daniela.

Foto: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.

Na imagem acima, destaca-se uma das famílias que vivem no e dependem do campo. Representam três gerações de trabalhadores que resistem na terra, dela tirando a sua subsistência e da família. São as mulheres dessa família o esteio da produção. Preparam a terra, cultivam, colhem e comercializam os excedentes. Produzem uma gama variada de hortaliças.



Figura 19: No terreno central: diversidade de espécies de alface produzidas. No lado direito da imagem: cebolinhas.

Foto: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.

A família Machado produz de forma coletiva várias espécies de alfaces: lisa, crespa, crespa mista, roxa. Também produzem cebolinha, couve e hortaliças sazonais, ou seja, que são próprias ao cultivo em calendário próprio para semeadura e colheita.

A produção é consumida pela família e comercializada em local da comunidade, também administrado pela família no bairro Blanco Pombo, próximo aproximadamente 300 metros de onde cultivam, em São José dos Pinhais mesmo. Neste comércio que já está sob

responsabilidade da família há mais de 30 anos. A comunidade pode adquirir as hortaliças produzidas sem uso de nenhum agrotóxico. Entretanto, para complementar a renda, a família comercializa também produtos oriundos do Ceasa que são adquiridos pela Sra. Daniela e revendidos.

Segundo depoimento oral, a importância da educação é ressaltada, pois Daniela não permite que os filhos faltem às aulas. Pela manhã ajudam em atividades de menor esforço na horta da família. Fazem as tarefas, quando há. E

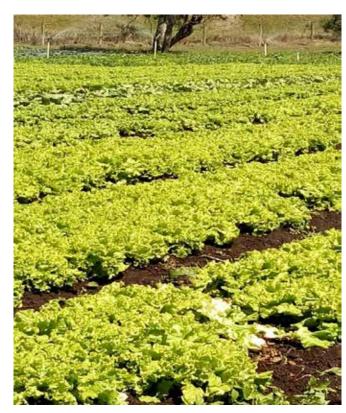


Figura 20: Alfaces crespas – canteiro da família Machado. Foto: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.

após o almoço vão para suas escolas. Têm sempre boas notas e gostam de estudar e de ajudar a família, segundo seus próprios relatos.

Não há nada de idealizado ou fantasioso nesta vida. Há sim trabalho e dedicação à terra. Come-se, vive-se dos frutos dela. A terra é preservada, cuidada. Não há o uso de nenhum agrotóxico. Toda produção é orgânica. Utiliza-se apenas adubo de esterco animal, proveniente do próprio local. Essa família representa os sujeitos do campo que pretende-se visibilizar. Pessoas trabalhadoras, produtivas e que resistem em sair do chão que plantam, colhem, vivem e onde seus filhos crescem, estudam e quiçá poderão continuar ocupando o território camponês dos quais são legitimamente os donos, os que lhes é direito e herança futura.

4 Aspectos conclusivos: por onde continuar a caminhada?

Nas imagens apresentadas neste capítulo procurou-se evidenciar aspectos do município de São José dos Pinhais nas quais os sujeitos do campo estão presentes, com suas labutas e suas histórias, individuais e coletivas.

Objetivando efetivar estes destaques, a perspectiva que se teve em mente foi a de registrar a realidade de alguns dos sujeitos do campo em sua lida com a terra. Nessa direção, contribui-se para reafirmar a identidade sócio-cultural tão rica e carregada de nuances que se relacionam com as origens históricas dos povos que vieram de longínquas terras para aqui em São José dos Pinhais se estabelecer, constituindo famílias e cultivando, produzindo. E de qual produção se está referindo? Daquela isenta de agrotóxicos, no cultivo limpo e natural, da terra organicamente preparada, adubada com os insumos que a própria natureza oferece e que produz hortaliças com a vitalidade que é visível e convidativa ao consumo. Pode-se tirar uma alface desta terra e ingerir sem medos ou receios. Isto é alimento, é vida. Muito mais do que um produto que saísse unicamente para gerar renda, os alimentos orgânicos produzidos pelas famílias geram prazer. É o resultado da fertilidade da terra, aliado ao trabalho humano que valoriza e respeita a natureza, as raízes da vida.

Portanto, neste texto, buscou-se trazer o território camponês em sua vitalidade e resistência ao avanço de outras práticas em que o lucro, a produtividade são a tônica; em detrimento ao respeito às preocupações sócio-ambientais. Nesta perspectiva de análise, inicialmente os aspectos geográficos e históricos foram ressaltados, assim como as paisagens foram contempladas. Na sequência o recorte incidiu em retratar uma família, que assim como tantas outras representa os sujeitos do campo.

A ideia enfatizada, na perspectiva de refletir sobre a realidade do campo, foi a de que o Brasil é menos urbano do que se apregoa. Que somos herdeiros de um país com dimensões continentais, com uma terra rica em possibilidades, produtiva e fértil. O que nos falta é, por vezes, a compreensão dessa amplitude, do que é possível gerar. Para além de lucro e produtos *made in*, destinados à exportação; que transformam nosso território em pasto ou em vastas extensões monocultivadas.

Defende-se que neste contexto a valorização dos modos de ser dos trabalhadores e trabalhadoras, está em consonância com a concepção de Educação do Campo, como aquela que interroga a realidade. Que, para além da problematização, propõe alternativas de sociedade e de educação. Uma sociedade mais justa, democrática, que respeite a diversidade, o ambiente e os modos de vida e de produção de todos os sujeitos, incluindo os sujeitos do campo. Uma educação que interrogue a realidade, que proponha a ruptura com as concepções estereotipadas, preconceituosas e parciais da realidade. Que entenda o campo como *lócus* privilegiado de produção humana, fraterna, familiar e respeitando as demandas sócio-ambientais. Esse é o desafio que se procurou evidenciar. Olhar para o mundo com profundidade, para além das aparências. Eis um caminho ainda a percorrer. O da vida, do respeito às identidades socioculturais. Uma caminhada que será menos árdua quanto menos solitária, pois requer resistência, coragem, conhecimento e produção. Resistir para não se deixar abater pelos avanços do agronegócio e das empresas que obtém lucros pela exploração do trabalho dos sujeitos do campo.

A direção na qual é necessário caminhar é a que priorize o conhecimento que chegue às escolas na forma de conceitos e conteúdos que incentivem o reconhecimento e a valorização dos modos de vida do campo, e que propicie um ambiente acolhedor aos "filhos da terra", propiciando assim a permanência dos sujeitos do campo, no campo, vivendo e produzindo com dignidade. E é com esses objetivos que este capítulo foi escrito, ou seja, para contribuir também com a ruptura da invisibilidade; valorizando a cultura, o trabalho dos sujeitos de São José dos Pinhais que estão produzindo, em sua relação com a terra, uma vida que, conforme demonstrado nas imagens, é cercada de dedicação pelo trabalho, respeito pela natureza e que produz as condições de vida de suas famílias.

Oportuno também acrescentar a essas considerações finais a importância das investigações desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas — NUPECAMP, vinculado o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Em adição, os resultados de pesquisas do NUPECAMP que tratam da "Realidade das escolas do campo na Região Sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores" que, assim como outras realizações do NUPECAMP, trouxeram profícuos resultados⁷. Além disso, o conhecimento sobre a realidade, o diagnóstico e as diversas intervenções que se efetivaram em práticas pedagógicas e na contribuição para a formação dos profissionais da educação, como o que ocorreu nos Seminários de Educação do Campo, realizados na Região Metropolitana de Curitiba, e nas participações em eventos com apresentação de trabalhos científicos, bem como a elaboração de capítulos e de livros, são incontestáveis contribuições dos pesquisadores para a educação brasileira.

Resultados como os citados podem ser acessados na página do NUPECAMP⁸. Ressaltando que São José dos Pinhais insere-se nesse contexto de municípios estudados por pesquisadores do NUPECAMP, inclusive com produções com

⁷ Dentre os resultados, destaca-se o capítulo escrito por SEGANDREDO, Kátia Aparecida(et al.) Prática pedagógica nas escolas localizadas no campo na Região Metropolitana de Curitiba. In: Escolas pública no/do campo: letramento, formação de professores e prática pedagógica/org. Maria Antônia de Souza. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016. Conforme pode ser acessado em: http://universidadetuiuti.utp.br/nupecamp/arquivos/Livrocoletivoescolaspublicas2016. pdf. Acesso: 2 fev. 2019.

⁸ Disponível em: http://universidadetuiuti.utp.br/nupecamp/publicacoes.asp#li. Acesso: 2 fev. 2019.

abordagens específicas de sua realidade⁹. Também enquanto outra consideração final propositiva, esta caminhada já realizada remete à necessidade de aprofundamentos e de que mais estudos sejam realizados; o que suscitaria às redes públicas de ensino, um olhar de acolhimento, incentivo e apoio a outras pesquisas, que propiciarão o adensamento do que já está sendo realizado, além de possibilitar que mais profissionais da educação possam refletir e estudar sistematicamente. E assim, com o necessário e bem-vindo apoio das Secretarias Municipais de Educação, novos caminhos possam ser trilhados para repensar e modificar as práticas pedagógicas, trazendo visibilidade para a concepção da Educação do Campo. Nessa direção é que a realidade das escolas pode, não só metaforicamente, mas de fato, sair da "sombra" que por vezes lhe encobre a visibilidade, possibilitando "solo fértil" para que mais "girassóis" floresçam.

Nada mais representativo neste capítulo, do que encerrá-lo com a imagem da agricultora se dirigindo ao trabalho na roça, carregando nas mãos as "mudas" de hortaliças a serem replantadas. Simbolizando a vida que se renova, produzindo o alimento saudável para a mesa de sua família e dos demais brasileiros.



Figura 21: No caminho da roça. Nas mãos: o futuro. No coração: a esperança.

Foto: Rosangela Cristina Rosinski Lima, 2017.

⁹ Como no capítulo em: LIMA, Rosangela Cristina Rosinski. Nas sombras dos girassóis: projetos e materiais didático-pedagógicos nas escolas públicas localizadas no campo. In: SOUZA, Maria Antônia de. Escola pública, Educação do Campo e projeto político-pedagógico. Curitiba, Universidade Tuiuti do Paraná, 2018, pág. 81-99. A obra na íntegra pode ser acessada em: http://universidadetuiuti.utp.br/nupecamp/arquivos/escolapublicaeducacaodocampoeprojetopoliticopedagogico. pdf. Acesso: 2 fev. 2019.

¹⁰ A palavra muda significa: "planta retirada de viveiro para plantação definitiva" Fonte: Priberam Dicionário. Disponível em < https://www.priberam.pt/dlpo/muda > Acesso em 12.ago.2018.

Referências

ARROYO, Miguel. Os desafios da construção de políticas públicas para a Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos temáticos:** Educação do Campo / Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2005. - 72vp. Disponível em < http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos tematicos/caderno tematico campo01.pdf. > Acesso em 21. jul. 2017.

DICIONÁRIO PRIBERAN ON LINE. Disponível em < https://www.priberam.pt/dlpo/muda > Acesso em 12. ago. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes.2008.pdf Acesso em: 19 ago. 2017.

INFRAERO. **Aeroporto Afonso Pena.** Disponível em < http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-internacional-de-curitiba-afonso-pena/ > Acesso em 27 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/sao-jose-dospinhais/panorama. Acesso em: 5 jul. 2017.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de São José dos Pinhais**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83000- Acesso em: 20 ago. 2017.

PORTAL, do Brasil. **Vegetação de São José dos Pinhais.** Disponível em < http://www.achetudoeregiao.com.br/pr/sao_jose_dos_pinhais/localizacao. htm > Acesso em: 05 ago. 2017

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, Prefeitura. História. Disponível em < http://www.sjp.pr.gov.br/historia/ > Acesso em: 17 jul. 2017.

Retratos da Região Metropolitana de Curitiba: cantos e encantos de Tijucas do Sul

Rosana Aparecida da Cruz Rita das Dores Machado

Neste capítulo caracterizamos o município de Tijucas do Sul, situado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A intenção é demonstrar que se trata de um município marcado por ruralidades expressas nas atividades da agricultura familiar e nas atividades não-agrícolas a exemplo do turismo rural. Em que pese estar localizado na Região Metropolitana e fornecer mão-de-obra para Curitiba, é importante reconhecê-lo por suas atividades econômicas no campo, sejam elas familiares, empresariais ou industriais. No campo há, também, moradores que são trabalhadores assalariados em cidades da RMC.

Município criado há aproximadamente 50 anos, já pertenceu à denominada Região dos Campos Gerais de

Curitiba. Foi a partir da segunda metade do século XVII, que mineradores, bandeirantes, vicentistas e portugueses, à procura de ouro, estabeleceram-se em arraiais, que serviram de base para o surgimento de pequenos povoados que deram origem ao município. (IBGE, 2017).

A figura 1 permite visualizar o centro de Tijucas do Sul, em particular a Catedral Central.

Possui população estimada de 16.348 habitantes, área territorial total de 671,930 Km² e densidade demográfica de 21,64 hab./Km², com IDH de 0,636. (IPARDES, 2018). Em seu território, de acordo com o mapa oficial do município há 43 bairros. Entretanto, se somadas as vilas e comunidades menores é possível contabilizar 91 bairros rurais. O debate sobre a caracterização das comunidades e povos do campo está por ser organizado no município, de modo a construir o mapa social com eles. É comum nos municípios da RMC o desconhecimento da quantidade de comunidades rurais, bem como a dificuldade para defini-la. Existem localidades denominadas de bairros, outras de vilas, distritos. O distrito possui um reconhecimento político-administrativo, enquanto vilas e bairros são unidades



Figura 1: Vista aérea de Tijucas do Sul. Foto: Ryque Karo, 2015.



Figura 2: Ruralidade nos bairros. Foto: RyqueKaro, 2015.

menores. A soma de algumas vilas e/ou bairros configura uma comunidade, geralmente marcada pela presença de uma escola, igreja e um bar ou pequeno mercado.

A figura 2 traz uma visão geral do campo no município.

As comunidades possuem características acentuadas no que se refere a ruralidade e campesinato, portanto a necessidade de reconhecimento para que a prática na expressividade do espaço rural seja identificada e demarcada. O campesinato está muito presente em Tijucas do Sul, pelo trabalho nas lavouras, haras, sítios e chácaras. Para Costa e Carvalho (2012, p. 113):

Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em uso (instituições) das disponibilidades naturais biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturas tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado.

A figura 3 traz indicativo do campo no inverno e a imagem comum que as crianças presenciam no caminho para a escola.

Do ponto de vista dos aspectos socioeconômicos, importante notar que todo o capital que circula na região está concentrado no comércio, agricultura, pecuária e mineração. Com relação ao comércio, constatamos que os proprietários das casas comerciais vêm de outros estados e compram terras na região. Quanto à agricultura, quem possui o capital são os grandes produtores de batata, mudas e outras lavouras, os donos das terras. A mineração está centralizada na empresa Paraná Mineração, que se abastece da maior parte dos solos dos bairros do município.



Figura 3: O campo no inverno. Foto: Rita Machado, 2016.

A figura 4 remete o pensamento para as áreas de mineração no município.

As atividades agrícolas na região de Tijucas do Sul são caracterizadas pelas plantações de soja, de fumo, bem como pela agricultura familiar que tem efeitos sobre a geração de fontes de renda para as famílias, bem como o impacto sobre as economias locais.

A agricultura familiar é composta por pequenos produtores que dispõem de pouco espaço para plantar, mas apresentam importante participação na agricultura regional. A agricultura pouco comum, porém também encontrada no município, é a que se vincula ao agronegócio, em que se destacam grandes produtores que dispõem de tecnologias avançadas, implementos de última geração e produzem em grandes áreas de terra.

Segundo dados do IPARDES (2017), o feijão em grão é colhido na região em uma área de 1.151 hectares, em média 2.120 toneladas por ano. Em extensões menores de terra há a agricultura orgânica que vem crescendo no município. É uma atividade que merece destaque no campo em Tijucas do Sul, pela preocupação com produtos saudáveis, geração de empregos e sustentabilidade ambiental.

As figuras 5 e 6 exemplificam o trabalho com a agricultura familiar orgânica no município.

O cogumelo Champignon tem sido considerado uma das atividades da Cooperativa dos Produtores de Cogumelo e demais produtos agropecuários, a COOPERTIJUCAS, criada em julho de 2013 pela prefeitura de Tijucas do Sul em conjunto com a EMATER(Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Essa cooperativa envolve um grupo de 21 agricultores com o objetivo de ampliar a produção, qualificar e ter um mercado garantido para a venda de produtos agrícola.

Em pesquisa de campo realizada pelos alunos da Escola Rural Municipal Emiliano Perneta, orientados pela Diretora Rita Machado no ano de 2016, ficou registrada a importância da conscientização da população em relação a agricultura familiar e sua valorização, haja vista que na região encontramos muitos agricultores que sobrevivem das pequenas produções. A escola pública pode ser um lugar de ampliar a visibilidade da agricultura familiar e desmistificar ideias sobre o campo e o camponês. Pode ser lugar de valorização do trabalho, da cultura e da vida na terra, bem como lugar de debate dos problemas que envolvem campo e cidade no município, no País e no Planeta.



Figura 5: Agricultor familiar. Foto: Rita Machado, 2016.



Figura 4: Paraná Mineração – Tabatinga. Foto: Rita Machado, 2016.



Figura 6: Agriculturaorgânica José Buhrer. Foto: Rita Machado, 2016.

As figuras 7 e 8 ilustram a produção de morangos e o trabalho de campo realizado pelas crianças.

Segundo Machado (2016, p. 90) "A extração de carvão é outra forma de sobrevivência que vem se destacando no município e acontece nas comunidades mais afastadas do centro da cidade. Algumas "furnas de carvão" não são legalizadas, o que gera insegurança nos produtores de investimentos lucrativos."



Figura 7: Alunos da escola orgânica. Foto: Rita Machado, 2016.



Figura 8: Alunos da escola orgânica. Foto: Rita Machado, 2016.

A figura 9 ilustra uma furna de carvão.

Outra forma de renda é gerada pelas indústrias e grandes mercados que transportam mãode-obra à Curitiba e São José dos Pinhais. Muitos moradores do campo saem na madrugada de suas casas e sítios para trabalhar nos mercados e empresas na capital ou em outros municípios da RMC.

As atividades não-agrícolas no espaço rural de Tijucas do Sul se destacam principalmente no constante desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo rural, trazendo à população novas possibilidades de geração de empregos e expansão do mercado local de trabalho.



Figura 9: Furna de carvão. Foto: Rita Machado, 2016.

Segundo Cruz (2013, p. 3)

Percebe-se a luta dos povos do campo em busca de sobrevivência, há mudanças no meio rural ligadas às transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, no entanto as pessoas que vivem no campo buscam novos meios de sobrevivência, mesmo convivendo com a exploração de um mundo desigual e capitalista.

Outras atividades também são marcadas por meio do trabalho realizado por cortadores de lenha, das mulheres na extração de erva mate e de plantas medicinais, o artesanato, o pesque pague e o turismo rural.

Existem muitos pontos turísticos como hotéis fazendas, pousadas e recantos oferecendo empregos e renda para a população. Também fazem parte as agroindústrias, a extração mineral de argila, a extração de erva-mate, o plantio de reflorestamento de pinus e eucalipto e as indústrias madeireiras.



Figura 10: Haras Santa Rita. Foto: Rita Machado, 2016.

O município destaca-se pelas cachoeiras, mata nativa, caminhos e trilhas nas serras, além de rodeios crioulos que garantem a geração de fontes de renda para as famílias, bem como o impacto sobre as economias locais, gerando emprego e serviços aos moradores do campo.

O Recanto Saltinho merece destaque como ponto turístico, suas belas cachoeiras, trilhas naturais, rios e córregos são muito visitados pelos moradores da região e turistas.

As cavalgadas nos sábados e domingos fazem parte da cultura e tradição da região, os moradores do campo costumam participar de festas de igreja, rodeios e grupos tradicionais que saem em longas cavalgadas com suas famílias.

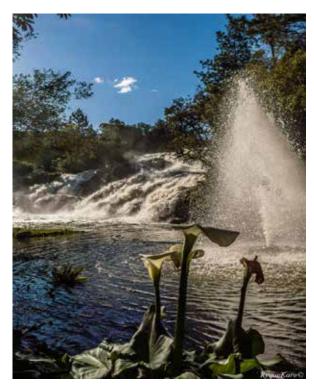


Figura 11: Recanto Saltinho. Fonte: Ryque Karo, 2016.



Figura 12: Cavalgadas. Fonte: Ryque Karo, 2016.



Figura 13: Cavalgadas. Fonte: Ryque Karo, 2016.

A religiosidade se destaca dentre toda a diversidade da cultura popular do município de Tijucas do Sul e, se revela pelas mais diversas manifestações na cotidianidade, pelas linguagens artísticas, conhecimentos populares, simbologias e representações, marcadas pela diversidade de religiões, símbolos e festas comemorativas.

O quadro a seguir traz as características e desdobramentos das práticas culturais mais comuns que representam a cultura local do município, segundo Machado, 2016.

Quadro 1: Manifestações culturais.

MIL AVE-MARIAS	
Foto: Andréia Zeglin, 2015.	Dia 12 de outubro, católicos iniciam terços na Capela de Tabatinga, em seguida saem a pé pela estrada no sentido da Comunidade de Fazendinha até a Capela de Flores onde terminam com a oração Salve Rainha. Na sequência são rezados 20 terços e em cada terço é colocada uma intenção.
FESTA DO SENHOR BOM JESUS DAS FLORES	
Foto: Rita Machado, 2015.	A tradicional festa recebe romeiros de lugares distantes que vêm pagar promessas e tocar nos cabelos do santo Milagroso que fica na capela das Flores.
PROCISSÃO DO MANTO DE NOSSA SENHORA	
Foto: Rita Machado, 2015.	Realizada na comunidade de Tabatinga no terceiro domingo de cada mês; os fiéis caminham em volta da capela rezando e segurando o manto de Nossa Senhora.

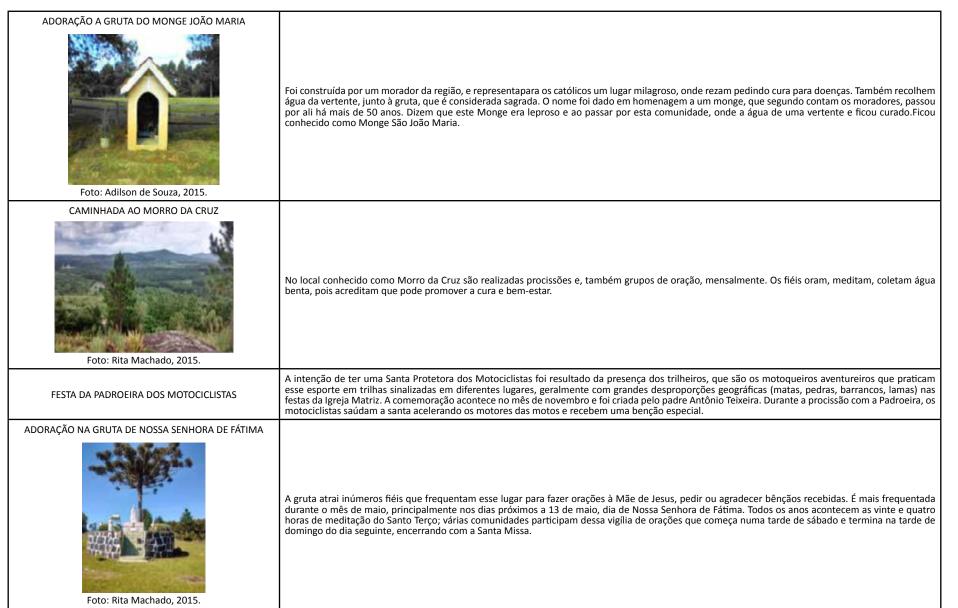


Foto: Rita Machado, 2014.

A festa dura três dias e é realizada no mês de junho coma tradicional cavalgada, missa e almoço campal, onde os católicos agradecem as bênçãos de Santo Antônio casamenteiro.

PROCISSÃO DO SENHOR MORTO

Na Sexta-Feira da Paixão os católicos lembram o julgamento, paixão, crucificação, morte e sepultamento de Jesus Cristo, através de diversos ritos religiosos. Fazem a procissão do Senhor Morto, com lanternas acesas na rua, onde o povo acompanha com cantos e orações. As pessoas caminham até um determinado local onde há um altar organizado com a imagem de Nossa Senhora para receber a Estátua do Senhor Morto e, logo em seguida voltam à igreja onde cantam e beijam o Senhor Morto.

FOLIA DE REIS



Comunidades: Várzea e Campestre

Os reis passam nas casas dos moradores da comunidade no período de 1º a 6 de janeiro (Dia dos Reis). Cantam músicas abençoando as famílias e recolhendo doações em dinheiro para manutenção do grupo.

Toto. Joseff Mala, 2010.

DANÇA DO SÃO GONÇALO



Fonte: Rita Machado, 2001.

Comunidades: Tabatinga e Campestre

Os dançarinos organizam-se em duas fileiras, uma de homens e outra de mulheres, voltadas para o altar. Cada fileira é encabeçada por dois violeiros, mestre e contramestre, que dirigem todo o rito. A dança é dividida em partes chamadas "volta", cujo número varia entre 5, 7, 9 e 21. Entre cada "volta" há interrupção e todos aproveitam para se servir das iguarias oferecidas pelo promesseiro. As "voltas" são desenvolvidas com os violeiros cantando, a duas vozes, fazem louvores a São Gonçalo, enquanto dançarinos, sapateando na fileira em ritmo, dirigem-se em dupla até o altar, beijam o santo, fazem genuflexão e saem sem dar as costas para o altar, ocupando os últimos lugares de suas fileiras. Cada volta pode durar de 40 minutos a 2 ou 3 horas, dependendo do número de dancarinos.

TIROS DE LAÇO

Comunidades: Ambrósios e Tabatinga

Os eventos acontecem nas "raias", e envolvem um grande número de pessoas que se reúnem para assistir os cavaleiros laçarem vacas, muitas vezes feitas de madeira e puxadas por motocicletas.



JOGO DE BOCHA



Foto: Rita Machado, 2016

O esporte consiste em lançar bochas e situá-las o mais perto possível de uma bola pequena (bolim), ou "remover" as bolas dos seus oponentes. É praticado desde a década de 1970 no município com destaque para o bairro da Lagoinha e Saltinho que possuem as tradicionais "canchas de bocha"

Em síntese, o município de Tijucas do Sul é rico do ponto de vista das práticas socioculturais e econômicas. Possui potencial para ampliar a produção da agricultura familiar orgânica e para o reconhecimento dos povos do campo. A escola é um lugar importante, do ponto de vista formativo, para ampliar os conhecimentos sobre o município e os seus potenciais, para discutir as contradições do modo de produção capitalista presentes na localidade e para florescer olhares de luta e resistência na construção de outro projeto de campo e de sociedade, pautados pela participação e interesses da classe trabalhadora.

As escolas em Tijucas do Sul

As instituições de ensino existentes atualmente (2018) na rede municipal totalizam 15 unidades: 5 Centros Municipais de Educação Infantil e 10 Escolas do Ensino Fundamental. Destas escolas, 7 ofertam o ensino desde a Educação infantil (Pré I e Pré II) até os anos iniciais do Ensino Fundamental; 2 atendem somente os anos iniciais

do Ensino Fundamental; e 3 são organizadas por turmas multisseriadas². Na rede estadual o ensino é ofertado em 2 colégios, do 6° ano ao Ensino Médio e EJA. O número total de alunos da rede municipal segundo a Secretaria de Educação em 2017 é de 1800 alunos no ensino fundamental e 563 alunos na Educação Infantil. Também há uma escola que oferece atendimento para alunos com deficiência, a Escola Especial Mário Quintana, que está localizada na sede do município.

O Quadro 2 traz a listagem das escolas municipais e estaduais presentes em Tijucas do Sul.

Quadro 2: Instituições da Rede Municipal de Ensino

Nome da instituição	Rede de ensino	Localização
CMEI Branca de Neve	Municipal	Sede
CMEI Cantinho da Criança	Municipal	Campina
CMEI Pedacinho do Céu	Municipal	Lagoinha
CMEI StefanieErdelyi	Municipal	Lagoa
CMEI Tio Jango	Municipal	Sede
Colégio Estadual do Campo KamillaPivovarda Cruz	Estadual	Lagoa
Colégio Estadual do CampoProfessor Francisco Manoel de Lima Camargo	Estadual	Sede
EM Professora Leovanil Camargo	Municipal	Sede
ERM Afonso Pena	Municipal	Postinho
ERM Deputado Leopoldo Jacomel	Municipal	Matulão
ERM Emiliano Perneta	Municipal	Tabatinga
ERM Ermínio Cardoso	Municipal	Campestre
ERM João Maria Claudino	Municipal	Campo Alto
ERM Manoel Ribas	Municipal	Campina
ERM Presidente Médici	Municipal	Colono
ERM Professor Francisco da Rocha Camargo Sobrinho	Municipal	Lagoa
ERM Tomé de Souza		
Escola Especial Mario Quintana		

Fonte: CRUZ, 2016

² As classes multisseriadas são turmas constituídas por alunos de várias séries sob a responsabilidade de um único professor. (ANTUNES-ROCHA & HAGE, 2010).

As figuras 14 a 31 a seguir trazem as fachadas das escolas públicas localizadas no campo.



Figura 14: CMEI Branca de Neve. Foto: Rosana Cruz, 2016.



Figura 15: CMEI Cantinho da Criança. Foto: Rosana Cruz, 2016



Figura 16: Pedacinho Do Céu. Foto: Rosana Cruz, 2016.



Figura 17: CMEI Stefanieerdelyi. Foto: Secretaria Municipal De Educação, 2015.



Figura 18: CMEI Tio Jango. Foto: Rosana Cruz, 2016.



Figura 19: E. R. M. Francisco Sobrinho. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2016.



Figura 20: E. M. Leovanil Camargo Figura. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.



Figura 21: E. R. M Leopoldo Jacomel. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.



Figura 22: E. R.M. Afonso Pena. Foto: Secretaria Municipal de Educação, 2015.



Figura 23: E. R.M. Ermínio Cardoso. Foto: Secretaria Municipal de Educação, 2015.



Figura 24: E.R. M. João Maria Claudino. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015 .



Figura 25: E. R. M. Tomé de Souza. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.



Figura 26: E. R. M Manoel Ribas. Fonte: Secretaria Municipal De Educação, 2015.



Figura 27: E.R. M. Presidente Médici. Fonte: Secretaria Municipal De Educação, 2015.



Figura 28: E. R. M. Emiliano Perneta. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.



Figura 29: Colégio Estadual do Campo Profa. Kamilla Pivovar da Cruz. Foto: Rosana Cruz, 2014.



Figura 30: Colégio Estadual do Campo. Fonte: Otávio Alvino Machado, 2018.



Figura 31: Escola Especial Mário Francisco Camargo Quintana. Fonte: Regiane Aparecida da Maia Moreira, 2018.

Essas figuras têm o intuito de motivar o pensamento do leitor sobre a infraestrutura escolar, seu espaço para práticas pedagógicas (em sala de aula e fora dela) e a importância da instituição escolar estar no campo e ser do campo. No município de Tijucas do Sul há uma problematização em movimento desde o ano de 2011, voltada para o campo, seus sujeitos, trabalho, cultura e participação na construção da identidade da escola. É um movimento que caminha lentamente em meio a disputas políticas e contradições. No município houve curso de especialização em Educação do Campo e atualmente está em andamento projeto colaborativo com os professores das escolas municipais para discussão e construção de materiais didático-pedagógicos pautados pela concepção de Educação do Campo, como construída nos movimentos sociais desde 1997. É um movimento que envolve comunidades, educandas/os, educadoras/es, equipe gestora e pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP), da Universidade Tuiuti do Paraná.

A intenção é construir com os povos do campo, com educadoras/es, educandas/os e equipes pedagógicos uma concepção de campo pautada em temas como trabalho, condições de existência, práticas culturais e organização política, entre outros que poderão emergir nos espaços coletivos.

Considerações Finais

Neste momento final, consideramos pertinente destacar que o município de Tijucas do Sul é eminentemente rural e a agricultura se destaca como atividade principal. Portanto, é imprescindível que a relação trabalho e educação seja inerente ao processo educativo. Nesse sentido, a valorização da identidade e cultura dos sujeitos é inerente ao currículo e ao projeto político-pedagógico das instituições de ensino. Ou seja, é inerente ao desenvolvimento de um trabalho coerente, multidisciplinar e de acordo com a realidade, reconhecendo a diversidade dos sujeitos, respeitando as diferentes culturas, problematizando e provocando reflexão político-pedagógica sobre a identidade da escola do Campo.

Conforme Souza (2008, p. 1090)"a Educação do Campo valoriza os conhecimentos da prática social camponesa, além de valorizar o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade e identidade".

Referências

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej. Escola de Direito: ressignificando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

COSTA, Francisco de Assis; CARAVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CRUZ, Rosana Aparecida da. A Identidade dos Sujeitos do Campo no Município de Tijucas do Sul e o Re (Pensar) dos Processos Educativos na Coletividade. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Acesso em 30 de julho de 2018. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03_3255_texto.pdf. Acesso em: 2 fev. 2019.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2017. **Paraná, Tijucas do Sul, Infográficos: Dados Gerais do município**. IBGE, 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/tijucas-do-sul/historico. Acesso em: 30 jul. 2018.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICA E SOCIAL. **Cadernos Municipais**. IPARDES, 2018. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83190. Acesso em 30 jul. 2018.

MACHADO, Rita das Dores. As Escolas Rurais Consolidadas no Município de Tijucas do Sul.72fls. **Trabalho de Conclusão de Curso.** Pedagogia, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

MACHADO, Rita das Dores. A Cultura com Matriz Pedagógica na Proposta Curricular das Escolas Localizadas no Campo.139fls. **Dissertação** (Mestrado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 25 abr. 2015.

Lapa: entre a história e as marcas da ruralidade

Denise Terezinha Coreluk Karas¹ Rosemeri Rasmussen² Sandra Aparecida Machado Polon³

Neste capítulo apresentamos as marcas da ruralidade a partir dos aspectos históricos e socioculturais presentes no município da Lapa. Esse relato permite verificar um município eminentemente rural e, por conseguinte aponta a necessidade de um olhar cuidadoso sobre a educação ofertada nesse espaço. Os dados apresentados foram coletados e organizados ao participarmos do projeto de pesquisa junto ao NUPECAMP/UTP.

O povoado da Lapa iniciou por volta de 1731, no tempo dos tropeiros. Os tropeiros eram homens responsáveis pelo comércio animal do país, e passavam pelo município onde faziam pouso, para posteriormente, seguirem viagem pelo Caminho das Tropas, também conhecido como Caminho de Viamão, que ligava o Rio Grande do Sul a Sorocaba (São Paulo). A data de instalação oficial do município foi em 1872, conforme dados do Ipardes (2018). Desse modo, os primeiros moradores dedicaram-se às atividades de apoio aos tropeiros e a agropecuária.

Importante mencionar que o município foi palco do significativo episódio ocorrido durante a Revolução Federalista, em 1894, conhecido como o Cerco da Lapa. Por esse motivo é fonte de estudos para pesquisadores de culturas populares. É da Lapa, por exemplo, a única Congada (manifestação folclórica dos descendentes de escravos negros) ativa no Paraná.

O município da Lapa possui uma área de 2.097,7 Km², ocupando a 7ª posição em extensão territorial. Localiza-se na Região Sul do Paraná, a uma altitude de 908 metros acima do nível do mar. Faz parte da MesorRegião Metropolitana de Curitiba, microrregião do mesmo nome, estando a uma distância de 72,10 Km da Capital do Estado.

Pela Lei nº 13512, de 21/01/2002, o município da Lapa passou a integrar a Região Metropolitana de Curitiba, a qual é constituída por 29 municípios, sendo a oitava Região Metropolitana mais populosa do Brasil e a segunda maior Região Metropolitana em extensão territorial (16.581,21km²).

A Figura 1 organizada pela Empresa Comunicarte, destacando os limites do município e as suas localidades, bem como a relação de escolas municipais e estaduais localizadas no campo.

¹ Formada em Normal Superior, com especialização em Educação Inclusiva. Professora da rede municipal de ensino da Lapa. Pesquisadora do NUPECAMP – Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas – do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação – da Universidade Tuiuti do Paraná.

² Formada em Pedagogia e Arte-Educação, com especialização em Gestão Educacional — Organização Escolar e Trabalho Pedagógico. Professora da Rede Municipal de Ensino da Lapa. Pesquisadora do NUPECAMP — Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas — do Programa de Pós-Graduação — Mestrado e Doutorado em Educação — da Universidade Tuiuti do Paraná. Tutora do curso de Pedagogia/UAB/UNICENTRO.

³ Formada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação pela UTP. Professora do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Centro-Oeste. Pesquisadora do NUPECAMP — Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas — do Programa de Pós-Graduação — Mestrado e Doutorado em Educação — da Universidade Tuiuti do Paraná. Coordenadora do Curso de Pedagogia a Distância- UAB/UNICENTRO.

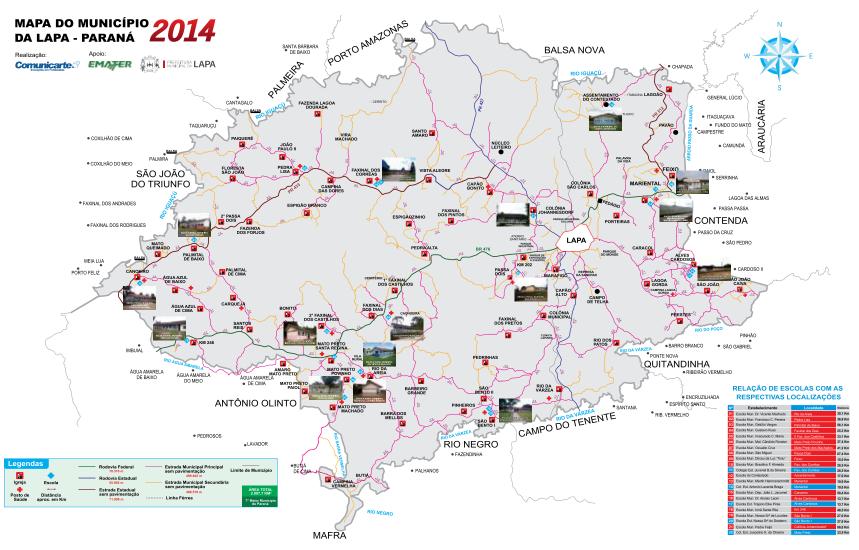


Figura 1: Mapa do Município da Lapa 2014. Fonte: Prefeitura Municipal da Lapa.

Aspectos Históricos

A Lapa apresenta um conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Paraná, o qual contempla: a Igreja Matriz de Santo Antônio, Casa da Câmara e Cadeia, Theatro São João, casa onde faleceu o Coronel Gomes Carneiro, Casa Lacerda, Casa Vermelha e Casa da Memória. A área tombada

Secretaria de Cultura e Turismo da Lapa PREFEITURA MUNICIPAL O Centro Histórico da Lapa compreende uma área de 24,41ha e é formado por 14 quarteirões, 235 lotes. Foi tombado em 1989 e integra o maior conjunto preservado do Estado, representante dos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Em 1992 foi tombado pelo Governo Federal através do IPHAN - Instituto do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional. No Centro Histórico da Lapa encontra-se para visitação: Theatro São João, Museu Histórico, Memorial Ney Braga, Casa da Memória (Casa dos Cavalinhos), Panteon dos Heroes, Museu Casa Lacerda, Igreja Matriz de Santo Antonio, Praça Gal. Carneiro, Largo Francisco Cunha Pereira Filho, Casa de Câmara e Cadeia (Museu de Armas), Centro de Artesanato Aloísio Magalhães - Casa Vermelha (Museu do Tropeiro e Sala da Congada), Casa de Música João Francisco Mariano, Cine Teatro Imperial e Santuário de São Benedito. Gestão 2009-2012

Figura 2: Descrição do Centro Histórico. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, agosto de 2017.

Dedicada a Santo Antônio, Padroeiro da cidade, a igreja matriz (fig. 3) representa o marco arquitetônico mais antigo da cidade. É uma construção típica do período colonial, com arcos abatidos e portados em cantaria (fachada característica), contendo imagens do século passado, de procedência europeia. Finalizada em 1784, foi tombada pelo Patrimônio Artístico e Histórico Nacional no ano de 1938. No dia 13 de junho comemora-se o dia de Santo Antônio e o aniversário da cidade da Lapa.

abrange 14 quarteirões, com 235 lotes de formatos e dimensões bastante diversificados, que somam 24,41 hectares.

A Câmara de Vereadores é a única, no Paraná, que mantém seu funcionamento em prédio original, onde funcionava a Casa de Câmara e a Cadeia; o Pantheon dos Heroes, é o lugar onde estão sepultados os militares que lutaram no Cerco da Lapa, e é o único no país que abriga restos mortais de heróis; o Theatro São João é um dos dois teatros em estilo neoclássico com influência elisabetana e o terceiro mais antigo do Brasil.



Figura 3: Igreja Matriz de Santo Antônio. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. de 2017.



Figura 4: Casa da Câmara e Cadeia e Museu de Armas. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. de 2017.



Figura 5: Theatro São João. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. de 2017.

A primeira casa de detenção da cidade (fig. 4) de arquitetura luso-brasileira, foi construída na metade do século XIX e inaugurada no ano de 1868. A partir de 1862 a parte inferior da obra foi utilizada como cadeia e, também abrigou o 13º regimento da Cavalaria da Guarda Nacional, Museu e Escola Normal Novo Ateneu e, com isso, passou por diversas descaracterizações. O museu foi projetado em 1972 e inaugurado dois anos mais tarde, buscando abrigar o acervo particular de armas referente à Revolução Federalista de 1894.

O Theatro São João (fig. 5) apresenta uma arquitetura neoclássica. Foi projetado pelo Engenheiro Civil Dr. Francisco Therézio Porto e sua inauguração se deu por volta do ano de 1876. Foi tombado pelo Patrimônio Histórico do Paraná em 1969, e pelo Patrimônio Histórico Nacional, no ano de 1984. Em junho de 1880 recebeu a visita do Imperador D. Pedro II e durante o Cerco da Lapa (Revolução Federalista de 1894), funcionou como hospital e enfermaria.

O Museu Histórico (fig. 6), local onde faleceu Gomes Carneiro, encontra-se localizado ao lado do Theatro São João. Em seu interior encontram-se expostas gravuras e objetos que relembram o episódio do Cerco da Lapa, e também objetos



Figura 6: Museu Histórico. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. de 2017.

pessoais do General Carneiro, como a carabina, a espada, o diário, as medalhas, entre outros. Há uma reconstituição do leito de morte do General Gomes Carneiro. Durante o Cerco da Lapa, o local foi usado como casa pelo médico Dr. João Cândido Ferreira e também como enfermaria.



Figura 7: Casa Lacerda. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. de 2017.



Figura 8: Casa Vermelha. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. de 2017.

A Casa Lacerda (fig. 7) serviu de quartel na Segunda Brigada durante a Revolução Federalista de 1894. Na principal sala da casa foi assinada a Ata de Capitulação da Lapa, pelo Coronel Joaquim de Rezende Correia de Lacerda, comandante em exercício das forças legalistas, após a morte do Coronel Gomes Carneiro. Esse fato Histórico motivou o tombamento do imóvel em 1938.

A Casa Vermelha (fig. 8) atualmente abriga o Centro de Artesanato Aloísio Magalhães e o Museu do Tropeiro, o qual procura resgatar a história da atividade tropeira dos tempos do Caminho do Viamão. Foi uma das moradias mais antigas da cidade. Em 1982 a construção, adquirida pela Prefeitura Municipal, foi restaurada pelo Governo Federal.

A Casa da Memória foi construída no ano de 1888 (fig. 9), recebeu o nome de "Casa dos Cavalinhos" por ter, em sua fachada, esculpidos 10 cavalos alados. Isso se deve ao fato de que o primeiro dono sonhou com cavalos alados e ganhou o prêmio máximo da loteria Imperial. Foi adquirida e restaurada pela Prefeitura Municipal com o objetivo de manter e conservar os documentos e objetos históricos da cidade.



Figura 9: Casa da Memória ou Casa dos Cavalinhos. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. de 2017.

O Panteon dos Heróis foi construído em 1914 (fig. 10), para o cinquentenário do "Cerco da Lapa"; este espaço abriga os restos mortais das pessoas que lutaram na Revolução Federalista de 1894.



Figura 10: Panteon dos Heróis. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. de 2017.

Na entrada da cidade encontramos o Monumento ao Tropeiro (fig. 11), um painel com azulejos, do artista paranaense Poty Lazzarotto. Este monumento ressalta a importância da Lapa na passagem das tropas que transitaram entre Viamão e Sorocaba.





Figura 11: Monumento ao Tropeiro. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. de 2017

Os tropeiros foram fundamentais para fomentar o desenvolvimento do interior e estimular a fixação das populações; eram comerciantes de animais (mulas e cavalos) que trafegavam entre as regiões sul e sudeste. Também comercializavam alimentos, dentre eles, o charque (carne seca), assim como levavam e traziam produtos das outras regiões, possibilitando ao interior acesso a esses bens. Nos locais que utilizavam para pouso ou descanso surgiram vilas e cidades que desenvolveram o comércio inicialmente ligado ao conforto e bem-estar dos tropeiros. O tropeiro, à maneira do gaúcho das pampas da Argentina ou do Uruguai, identificava-se pela sua vestimenta adaptada à

viagem árdua: manta, camisa de flanela, chapéu e botas que protegiam das vicissitudes do clima. Acampava em todas as noites protegido apenas pela manta e pelas tendas feitas de couro. Cozinhava ainda a sua refeição na fogueira que o aquecia.

Aspectos socioeconômicos

O turismo rural, no município da Lapa, é uma modalidade que vem ganhando espaço na região e conquistando inúmeros visitantes que procuram as paisagens localizadas em propriedades rurais. Além disso, esta vem sendo uma alternativa que aumenta consideravelmente a renda familiar de agricultores.

Um dos locais turísticos mais visitado no município é o Parque Estadual do Monge – Gruta do Monge - foi criado pela lei nº 4170, de 1960 e pelo decreto nº 8575, de 1962. Esse parque possui uma área de 371,6 hectares de mata atlântica, sendo considerado uma reserva de Patrimônio Natural de significativo valor para o município da Lapa. A Gruta do Monge, local de peregrinação religiosa que atrai milhares de fiéis, recebeu esta denominação porque neste espaço viveu por algum tempo o Monge João Maria D'Agostinis, que se dedicava ao estudo das plantas da região, medicava enfermos, realizava profecias e fazia orações, razão pela qual é procurado e visitado por grande número de pessoas que buscam neste local, a cura para suas doenças. Uma extensa escada em pedra leva até a gruta do Monge (fig. 12), próxima ao Mirante, que desce a uma fonte de água pura. Uma das trilhas que tem início neste espaço leva à "Pedra Partida" grande salão feito de pedra com uma fenda, decorrente do desgaste da pedra ao longo de milhares de anos.

A agropecuária é a atividade econômica que se sobressai no município, contando também com atividades industriais, comerciais e de prestação de



Figura 12: Gruta do Monge. Fotos: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. 2017.

serviço. No campo sobressaem atividades diversas, desde a agropecuária, agricultura familiar, avicultura, como também a prestação de serviços, como serviço de hospedagem, restaurantes, postos de combustíveis, entre outros.

Diversidade dos povos do campo

A área urbana do município da Lapa corresponde a apenas 17,84 Km² de uma área de 2.097,7 Km². A maior parte corresponde a área rural, sendo composta por mais de 60 comunidades, o que revela fortes marcas de ruralidade no município.

Destacam-se nas comunidades rurais atividades agrícolas, pecuária, avicultura, suinocultura, piscicultura, produção de mel e produtos derivados, produção de leite, panificação, produção de geleias e compostas, restaurantes, postos de combustíveis, armazéns e bares, salão de beleza, dentre outras atividades econômicas que contribuem para o desenvolvimento do município. Assim, as comunidades possuem produções diversificadas que enriquecem a economia local.

Na comunidade de Colônia Municipal há a comercialização de morangos orgânicos pela agricultura familiar e a produção de derivados do mel – abelhas sem ferrão (fig. 13).









Figura 13: Produção local. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon /abr. 2014.

Na comunidade de Faxinal dos Castilhos, Rio da Areia e Mato Preto (fig. 14, próxima página), destacam-se como produção agrícola, a plantação de frutas de caroço, cevada, azevém, milho e soja, contrastando com áreas de reflores-





é uma atividade praticada por diversos moradores das comunidades, possibilitando o emprego direto (caseiros – pessoas residem no local e trabalham na granja) e indiretos (pessoas que passam por diversos estabelecimentos na época em que os frangos estão prontos para o abate, auxiliando na captura para o transporte dos mesmos).





Figura 14: Plantação de frutas de caroço, trigo e cevada. Fotos: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. 2017.

De acordo com dados do Ipardes (2017) a lavoura temporária no município ocupa uma área de 62.870 hectares, e a lavoura permanente uma área de 1.424 hectares. A produção florestal de florestas plantadas ocupa uma área bem maior, de 15.664 hectares (fig. 15), limitando assim, a área de lavoura. O plantio de pinus substitui a floresta nativa e também áreas de agricultura, ocasionado a venda da terra ou o arrendamento para as grandes empresas.





Figura 15: Área de reflorestamento (pinus). Fotos: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. 2017.

Para o escoamento da produção, é imprescindível que as estradas estejam em condições transitáveis (fig. 16), haja vista que a produção é comercializada no centro urbano, em feiras de produtores rurais, geralmente agricultores familiares e pequenos produtores.





Figura 16: Estrada de acesso à produção/escoamento. Fotos: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. 2017.

Também há produtores que negociam e entregam a sua produção de grãos diretamente aos cerealistas, ou junto a cooperativa (fig. 17 a). Estas cerealistas se localizam não apenas no espaço urbano, mas também nas comunidades do campo para facilitar a entrega do produto. Muitas vezes a venda ocorre de forma antecipada, ou seja, mesmo antes da





Figura 17 a: Cooperativa e Cerealista. Fotos: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, agosto de 2017.

colheita, em forma de contrato (fig. 17 b). A distribuição e comercialização dos produtos para outras cidades e estados é realizada por meio destas empresas, que nem sempre colaboram para com o progresso do produtor, que por falta de condições de negociar seus produtos diretamente com o produtor final (consumidor, supermercado, etc.) acabam se sujeitando aos preços estabelecidos por estes órgãos para não perder sua produção.



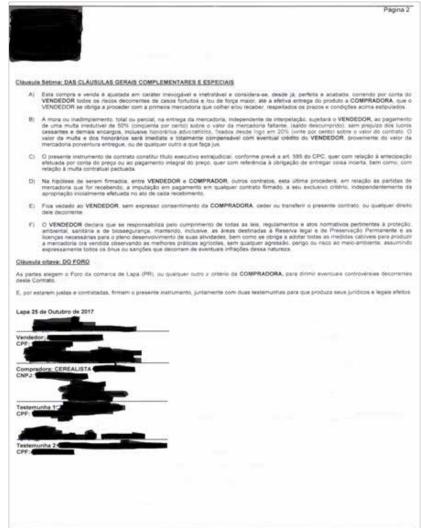


Figura 17 b: Contrato de venda antecipada. Fotos: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon/2018.

No Assentamento Contestado residem 108 famílias que se encontram organizadas em 10 Núcleos de base, tendo estes núcleos função administrativas internas para debater sobre problemas comuns, como saúde, educação, geração de renda, entre outros. Do total de famílias, 81 detém certificações da produção agroecológica (fig. 18). Para comercializar a sua produção, há no Assentamento uma Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre, a qual participa também do Programa Nacional de Alimentação Escolar, além se fazer presente em feiras locais.





Figura 18: Produção Agroecológica no Assentamento Contestado e participação em feira local. Fotos: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, abril de 2014.

Destaca-se na comunidade de Colônia Municipal localizada no interior da Lapa, (aproximadamente 15 km do centro urbano) uma biblioteca rural (fig. 19, próxima página). Esta biblioteca foi inaugurada em 19 de maio de 2007, por meio do Projeto aprovado com recursos da Lei de Incentivo à Cultura (ROUANET), mão de obra voluntária e apoio de empresas do município. Contém em seu acervo cerca de 2.500 livros novos e outros que foram adquiridos por meio de doações. O local também serve de sede para a Associação de Produtores Rurais da Colônia Municipal (fundada em 19/05/2002), Correio, Rede de Água e o Telecentro, local que oferta curso de informática para moradores. Ao lado da biblioteca se encontra o cemitério da localidade.









Figura 19: Biblioteca Rural.
Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, abr. 2014/ago. 2017.

A Colônia Municipal é a única comunidade do campo que conta com uma biblioteca, a qual facilita a vida dos moradores, principalmente estudantes em relação a atividades de pesquisa, sendo para a população, um incentivo a leitura.

Há várias empresas que fomentam o desenvolvimento da economia local. No setor industrial, evidencia-se a JBS, (fig. 20, próxima página), indústria do setor alimentício líder em processamento de carne, pela dimensão e abrangência

de suas operações, exercendo um assim, papel de destaque na geração de empregos diretos e indiretos, impactando no desenvolvimento regional e social, tanto no campo, quanto na cidade. Responsável pelo processamento da carne de frango produzida pelos aviários da região.

Porém, todas as empresas e o setor comercial do município contribuem para com o desenvolvimento da sua economia, influenciando também no emprego direto e indireto, e assim, contribuindo para a expansão econômica de toda a região.





Figura 20: Empresa JBS- Unidade da Lapa/PR. Foto: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, abr. 2014/ ago. 2017.

A religiosidade também é uma marca expressiva em todas as comunidades do campo, as quais se reúnem em festividades anuais para comemorar o seu padroeiro (fig. 21).





Figura 21: Comunidade de Alves Cardosos e Mato Preto Povinho. Fotos: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, ago. 2014.

Toda comunidade conta com pelo menos um templo religioso, demonstrando que a fé é um dos quesitos de forte influência da população. As comunidades procuram se auxiliar nos acontecimentos festivos, buscando desfrutar momentos de fé e de lazer no reencontro com familiares e conhecidos.

Com relação a educação, no campo há treze escolas municipais, que atendem alunos do pré ao 5º ano, e cinco colégios estaduais, que atendem alunos do 6º ano ao Ensino médio, com exceção da comunidade do Contestado, que também oferta ensino de nível superior, conforme veremos no próximo tópico.

Educação do/no campo: instituições e transporte escolar

Há 13 escolas pertencentes à rede municipal localizadas no campo. Na tabela a seguir (quadro 1), a localização de cada uma das instituições, e na figura 21 está organizada a imagem destas. Em quatro delas ocorre a dualidade administrativa, sendo que em um dos períodos atende os alunos da rede estadual.

Quadro 1: Relação das Escolas Municipais localizados no Campo.

	Relação das Escolas Municipais	Localidade			
1	Escola Municipal do Campo "Brasilino Ferreira de Almeida" (dualidade administrativa)	Faxinal dos Correas			
2	Escola Municipal do Campo "Contestado" (dualidade administrativa) Assentamento Contestado				
3	Escola Municipal do Campo "Deputado João Leopoldo Jacomel" Canoeiro				
4	Escola Municipal do Campo "Dirceu Batista da Luz – Tisiu"	Feixo-Botiatuva			
5	Escola Municipal do Campo "Dr. Aloísio Leoni" (dualidade administrativa)	Alves Cardosos			
6	Escola Municipal do Campo "Dr. Vicente Machado"	Rio da Areia			
7	Escola Municipal do Campo "Getúlio Vargas"	Palmital de Baixo			
8	Escola Municipal do Campo "Gustavo Kuss"	1º Faxinal dos Castilhos			
9	Escola Municipal do Campo "Irmã Santa Rita"	Água Azul			
10	Escola Municipal do Campo "Marechal Candido Rondon"	Mato Preto Povinho			
11	Escola Municipal do Campo "Nossa Senhora de Lourdes" (dualidade administrativa)	São Bento I			
12	Escola Municipal do Campo "Padre Feijó"	Colônia Johanesdorf			
13	Escola Municipal do campo "São Miguel"	Passa Dois			

Fonte: SME/2015. Organização: Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon / 2015.

As escolas da rede municipal localizadas no campo ofertam o ensino na modalidade presencial para alunos do Pré I ao 5º ano a partir de 2016 (em 2015 apenas a oferta do Pré II), atendendo a todas as comunidades.

O município busca por meio da formação continuada dos profissionais ofertar um ensino de qualidade, levando em consideração também a infraestrutura das instituições, necessária para a acessibilidade de todos.

Lunas e Rocha (2010, p.19) comentam que "É necessário que se construam processos educativos que respeitem a diversidade social, geográfica e cultural dos povos que vivem no campo e, ainda, que assegurem uma educação não sexista, que não discrimine e não exclua as mulheres, sua contribuição e sua atuação social."

Neste sentido, é imprescindível ao profissional que trabalha nas escolas do campo, um olhar diferenciado, que busque levar em consideração a comunidade em que a escola está inserida, desenvolvendo um trabalho coletivo com os demais profissionais a fim de juntos promoverem uma educação voltada para os povos que ali se encontram, valorizando os trabalhadores e o trabalho de todos, e incentivando o desenvolvimento da cultura local, considerando uma educação para o desenvolvimento sustentável e solidário.



Figura 22: Escolas da rede municipal no campo, Lapa.

Fonte: Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon / 2015. Organização: Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon / 2015.

No ano de 2015 as escolas municipais já estavam com sua Proposta Pedagógica aprovada pelo Núcleo Regional de Educação — Área Metropolitana Sul. Em sua maioria, as escolas conseguiram a mudança de nomenclatura, passando de Escola Rural para Escola Municipal do Campo. Elas atendem as comunidades onde estão localizadas, e por meio do Transporte Rural, também àquelas comunidades que se encontram ao redor.

Souza (2011, p. 26) apresenta uma importante reflexão para os profissionais da educação, acerca da especificidade da escola localizada no campo:

Tomando como referência a escola como instituição oficial, cuja prática pode ser modificada em função dos sujeitos que a fazem, é possível pensar que os alunos veem na escola a possibilidade de aquisição de conhecimentos que elevem seus pensamentos e análises sobre o próprio modo de vida. Que os conhecimentos potencializem processos de transformação, fazendo com que atinjam coletividades em suas singularidades.

Cabe aos profissionais propiciar uma prática pedagógica diferenciada, que leve em consideração as especificidades do campo, buscando desenvolver uma educação crítica, com a participação dos sujeitos que ali se encontram, sendo a sala de aula, lugar propicio para discutir as relações de produção do campo.

Os **colégios estaduais** (quadro 2) são em número bem menor e ofertam o atendimento aos alunos de 6º ao 9º ano, bem como também o Ensino Médio. Atendem aos alunos de comunidades próximas onde se localizam e também alunos oriundos de municípios vizinhos.

Quadro 2: Colégios estaduais.

Relação dos Colégios Estaduais	Localidade
Colégio Estadual do Campo Juscelino K. de Oliveira	Mato Preto
Colégio Estadual do Campo Contestado - dualidade administrativa	Assentamento
Colégio Estadual do Campo Trajano Ehlke Pires - dualidade administrativa	Alves Cardosos
Colégio Estadual Nossa Senhora do Desterro - dualidade administrativa	São Bento I
Colégio Estadual Juvenal Borges da Silveira - dualidade administrativa	Faxinal dos Correas

Fonte: Secretaria Municipal de Educação Estadual/2015. Organização: Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon / 2015.

No Assentamento Contestado, organizado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, destacando-se a Escola Latino Americana de Agroecologia - ELAA, a qual recebe militantes oriundos da América Latina e Caribe para juntos aprenderem e disseminarem conhecimentos sobre a agroecologia. A ELAA funciona em regime de

alternância, os educando moram na escola no período das aulas, e quando retorna para as suas comunidades passam a experienciar o conhecimento adquirido junto aos demais membros. Em 2015 passou a ofertar também o curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia, pautada na pedagogia do oprimido (Paulo Freire) e no materialismo histórico, busca propiciar o acesso ao conhecimento científico, conhecimentos populares e a troca de saberes entre os povos da América Latina. É a única comunidade do interior a ofertar o ensino de nível superior.

No quadro 3 apresentamos a localização de cada escola municipal e as características das comunidades por elas atendidas.

Quadro 3: Escolas X Caracterização das Comunidades.

Escolas		Ano Funcionamento	Localização	Comunidades Atendidas
1	Escola Municipal do Campo Dr. Aloísio Leoni	1967	Alves Cardosos	
2	Escola Municipal do Campo Brasilino Ferreira de Almeida	1969	Faxinal dos Corrêas	
3	Escola Municipal do Campo Gustavo Kuss	1983	l Faxinal dos Castilhos	
4	Escola Municipal do Campo Getúlio Vargas	1983	Palmital de Baixo	
5	Escola Municipal do Campo Irmã Santa Rita	1981	Água Azul	
6	Escola Municipal do Campo Deputado João Leopoldo Jacomel	1976	Canoeiro	
7	Escola Municipal do Campo Nossa Senhora de Lourdes	1991	São Bento	Pequenos agricultores (soja, fumo, milho, feijão, frutas de caroço), pecuaristas, granjeiros, boia fria, empregados na empresa JBS (antiga Seara/Da granja)
8	Escola Municipal do Campo Padre Feijó	1924	Johannesdorf	
9	Escola Municipal do campo São Miguel	1983	Passa Dois	
10	Escola Municipal do Campo Vicente Machado	1983	Rio de Areia	
11	Escola Municipal do Campo Contestado	2011	Assentamento Contestado (antiga Fazenda Santa Zélia)	MST/ Assentados
12	Escola Rural Municipal Dirceu Batista da Luz - Tisiu	1958	Feixo – Botiatuva	Remanescentes dos Quilombolas, entre outros (pequenos agricultores, empregados no comércio local, etc.)
13	Escola Municipal do Campo Marechal Candido Rondon	1983	Mato Preto Povinho	Faxinalenses, pequenos agricultores, empregados na JBS, boia fria, entre outros.

Organização: Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon,/2014.

Todavia, para poder atender a todas as comunidades, tanto na rede municipal, quanto na rede estadual, faz-se necessário o uso do **transporte escolar** (fig. 23).



Figura 23: Ônibus do transporte escolar. Fonte: Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon / julho de 2014.

No ano de 2016 havia 65 linhas (48 terceirizadas e 17 da frota própria), percorrendo em média 6.666 km diariamente, para atender 4.253 alunos das redes Municipal e Estadual.

Na rede municipal, em 2016, foram matriculados 4.563 alunos. Destes alunos 1.360 faziam parte da localidade da zona rural (Ensino Fundamental: 1.102; Educação Infantil – Pré I e II: 258). Para atender esta demanda o município contou com 115 professores (102 efetivos -concursados e 13 extraordinários).

Formação dos professores

A formação continuada dos profissionais da rede municipal de educação ocorre no início do primeiro e/ou do segundo semestre de cada ano letivo (Semana Pedagógica), com a participação dos professores em seminários, palestras e cursos. Buscando assim, propiciar momentos de reflexões e de troca de experiências entre os profissionais.

A pesquisa sobre os projetos político-pedagógicos, desenvolvida com financiamento da CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação Superior), Programa Observatório da Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, propiciou subsídios para a formação dos professores no município e a reflexão sobre a necessidade de promover a reestruturação das Propostas Pedagógicas. Também possibilitou a realização de alguns eventos sobre a Educação do Campo, os quais contaram com a participação dos profissionais que atuavam nas escolas do campo, nos anos de 2013 a 2016:

- Seminário para os educadores do campo, ocorrido em 10 de junho de 2013, ministrado pela professora Maria Antônia de Souza do NUPECAMP UTP com o tema "Escolas do Campo: Problematizando o PPP".
- Em 7 de fevereiro de 2014, aconteceu o curso de formação (Seminário) na Semana Pedagógica do município, para as professoras do campo, ministrado pelas professoras Sandra Aparecida Machado Polon e Rosana Cruz, abordando reflexões a respeito da Educação do Campo.
- Em julho de 2014 ocorreu o Curso de Extensão Universitária "Curso de Educação do Campo: concepção, método e proposta pedagógica das escolas de assentamentos da Reforma Agrária", no Contestado, promovido pelo Departamento de Planejamento e Administração Escolar, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.
- Nos dias 31 de julho de 2014 e 1º de agosto de 2014, em Tijucas do Sul, ocorreu o "I Seminário Intermunicipal de Educação do Campo", com a participação de todos os professores da rede municipal da Lapa que atuam nas escolas do campo.
- Em 2015 ocorreu o "Il Seminário Intermunicipal de Educação do Campo", na Lapa, nos dias 20 e 21 de julho, com a participação de todos os professores da rede municipal da Lapa que atuam nas escolas do campo e também na área urbana. Neste mesmo ano, para os profissionais que atuavam nas escolas do campo, foram organizados grupos de estudos. Para tal, foram encaminhados textos para as discussões sobre a Educação do Campo, a fim de propiciar reflexões e produções, que foram pontuais na construção da nova Proposta Pedagógica das instituições. Assim, também proporcionaram subsídio teórico, levando a uma construção coletiva, haja vista o envolvimento e a participação maior da comunidade na elaboração do documento.
- Em 2016 houve a participação dos professores municipais das escolas do campo no "III Seminário Intermunicipal de Educação do Campo" ocorrido em Campo Largo, nos dias 22 e 23 de setembro.

A formação continuada dos professores (fig. 24) foi relevante haja vista que a escola enquanto instituição social também se torna responsável pela inclusão de pessoas e grupos sociais.



Figura 24: Momento de formação continuada - participação em seminários. Fotos: Acervo de Denise Karas, Rosemeri Rasmussen e Sandra Polon, fevereiro de 2014, julho de 2015/ setembro de 2016.

Cada profissional da educação deve ser autônomo e buscar cursos/palestras que promovam reflexões e auxiliem em sua prática pedagógica. Cabe também as instituições a oferta de momentos de estudos e discussões haja a vista

a formação continuada em serviço, buscando a integração dos profissionais e o envolvimento com a comunidade, para assim, propiciar uma prática que valorize a diversidade dos povos do campo e também praticas solidárias que enfatizem a sustentabilidade. Pois, além de promover o desenvolvimento profissional, a formação continuada poderá fomentar mudanças na educação, tendo em vista que promove a reflexão e a adoção de novas práticas pedagógicas em sala de aula.

Considerações Finais

O campo e a cidade são interdependentes. A atividade agrícola é responsável pela maior parte da geração de renda, juntamente com a pecuária e demais atividades econômicas existentes na região (turismo rural), as quais impulsionam os setores comerciais e industriais. Em relação a agricultura, podemos observar nos pontos de acesso à área urbana os vastos campos com plantações nas diferentes comunidades rurais com predomínio de soja e pinus.

No município da Lapa há aproximadamente 60 comunidades rurais. O município possui grande extensão territorial. É considerado um município eminentemente rural por apresentar como característica uma baixa densidade demográfica (22,42 habitantes por km²) e diversidade de atividade agrícola, pecuária e agroindustrial. Todavia também é reconhecido como cidade turística, com fortes marcas da história nas ruas com paralelepípedo, nos casarões antigos e nos monumentos.

Destacamos a necessidade de continuar a discussão sobre a educação do/no campo, bem como da valorização dos sujeitos, haja vista que ainda falta a internalização de atitudes e procedimentos que proporcionem a mudança da prática pedagógica e envolvam / reconheçam a comunidade na discussão de políticas públicas.

Referências

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Lapa**. 2017 e 2018. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83750. Acesso em: 01/08/2017 e 10/2/2019.

LAPA. Prefeitura Municipal da Lapa. História: Lapa http://www.rotadostropeiros.com.br/municipio.php?id=8 Acesso em: 17/08/2017.

LAPINHA. Disponível em <www.lapinha.com.br> Acesso em: 27/08/2017.

LUNA, Alessandra da Costa; ROCHA, Eliene Novaes. Histórico e luta do MSTTR pela construção de políticas públicas de Educação do Campo. In: ____. (Org). **Práticas pedagógicas e formação de educadores (as) do campo:** caderno pedagógico da Educação do Campo. Brasília: Dupligráfica, 2010.

PARANÁ. Lapa. Disponível em http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo conteudo.php?conteudo=46> Acesso em: 27/08/2017.

PARANÁ. Diário Oficial da União. Lei № 13512 - 21/01/2002. Disponível em http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/leie13512-02.pdf Acesso em 18/04/2017.

PARANÁ. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=123 Acesso em 12/3/2015.

PARANÀ. Secretaria do Esporte e da Cultura. Lapa. Disponível em http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46> Acesso em: 18/08/2017.

PROJETO Ibracon-UTFPR. **Fazendo história** – Lapa, Paraná. Disponível em http://projetoibraconutfpr.blogspot.com.br/2015/07/fazendo-historia-lapa-parana.html Acesso em: 18/08/2017.

SOUZA, Maria Antônia de. A educação é do campo no Estado do Paraná? In: SOUZA, Maria Antônia de. (Org). **Práticas educativas do/no campo.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2011.

VEM PRA LAPA. Museu histórico. Disponível em < http://vempralapa.com/site/atrativos/museu-historico/> Acesso em: 18/08/2017.

ROTA dos Tropeiros. Lapa. Disponível em http://lapa.pr.gov.br/conteudo/233/historia Acesso em: 17/08/2017.



Retratos do atendimento nas escolas e centros municipais de Educação Infantil no campo em Araucária

Andre Luiz Batista da Silva¹ Simeri de Fátima Ribas Calisto²

Reforma Agrária: uma luta de todos.

MST, I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária,
Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro, Brasília, 1997
Por uma Educação Básica no Campo. Semente que vamos cultivar!

1º Conferência Nacional Por Uma Educação Básica no Campo, Compromissos e Desafios, Luziânia/GO, 1998
Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado.
2º Conferência Nacional Por Uma Educação Básica no Campo, Declaração Final, Luziânia/GO, 2004
Educação do Campo: por Terra, Território e Dignidade!
Fórum nacional de Educação do Campo, Manifesto à Sociedade Brasileira, Brasília, 2012
Lutar, Construir Reforma Agrária Popular.
MST, II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro, Luziânia, 2015

No capítulo quarto foram retratados os contrapontos entre o rural e o urbano no município de Araucária, a produção econômica e, por certo, da existência material no campo no município e suas territorialidades: a territorialidade Agricultura Familiar; a territorialidade dos monocultivos em médias e grandes propriedades e; o território das atividades econômicas não ligadas diretamente à produção agrícola e pecuária. O objetivo deste capítulo é retratar, diante dos contrapontos entre o rural e o urbano e das territorialidades, o atendimento escolar no campo. Nesse caso, parte-se, então, da constituição histórica do atendimento em seu processo de nucleação das escolas localizadas no campo.

No município de Araucária, no contexto das mudanças históricas caracterizadas pela urbanização já apontadas, o poder público municipal implementou, na década de 1990, políticas de nucleação e consolidação das escolas situadas nas comunidades rurais, pois, no contexto das políticas educacionais da época considerava-se a necessidade de replanejamento para a oferta de escola a essas populações, face à manutenção das escolas isoladas com baixo número de alunos. Diante desse processo a pesquisa de Tibucheski (2012) afirma que essa política contrariou significativamente os anseios das comunidades rurais.

¹ Graduado em História pela UNESPAR, mestre em Educação pela UFPR e doutor em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Pesquisador do NUPECAMP/ UTP — Núcleo de Pesquisas em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas. Professor de História da Rede Municipal de Ensino de Araucária —PR.

² Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Paraná e mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Pedagoga nas Redes Municipais de Curitiba e Araucária. Pesquisadora do NUPECAMP/UTP

No ano de 1992 os alunos das escolas rurais de Mato Branco, Guajuvira de Cima, Palmital, Campo Redondo e Campo Tomaz passaram a frequentar a Escola Municipal João Sperandio na região de Rio Abaixinho. Os alunos da Colônia Ipiranga, Boa Vista Acima, Ipiranga, Camundá, Taquerava, Lagoa Suja, Formigueiro, Rio Abaixo, Campina das Pedras e General Lúcio passaram a ser atendidos na Escola Rural Municipal Rosa Picheth, na região Piguás do Guajuvira, e os alunos das escolas de Mato Dentro, Lavra e Fundo do Campo passam a frequentar a Escola Dom Pedro I, na região do Tietê, a mesma que na sequência veio a chamar-se Escola Rural Municipal Andreia Maria Scherreier Dias.

Das seis escolas nucleadas, 4 convivem com o fenômeno da dualidade administrativa entre a Secretaria Municipal de Educação - SMED e a Secretaria Estadual de Educação SEED. Dos alunos atendidos pela mantenedora Secretaria Municipal de Educação - SMED, prioritariamente alunos do Ensino Fundamental I e parte dos Alunos do Ensino Fundamental II, soma-se em 2016, segundo o censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (BRASIL, 2017), 1152 alunos mais 98 alunos matriculados em Pré-escola matriculados nas unidades de Ensino Fundamental. Atendidos pela mantenedora Secretaria Estadual de Educação – SEED somam-se 736 alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI - localizados no campo somam-se, em 3 unidades, 222 alunos. Perfazem, então, um quantitativo de 2208 alunos da creche ao Ensino Médio nas escolas e CMEIs localizados no campo em Araucária. Importa ressaltar que a escola da APAE – Associação de Pais de Alunos Especiais – situa-se no campo, na comunidade de Campo Redondo, atendendo 85 alunos em sua proposta de ensino.

Sobre as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil localizados no campo e o atendimento escolar é preciso antecipar que aproximadamente 50% das famílias atendidas pelas escolas vivem com 01 salário mínimo mensal, 35% com mais de 01 salário mínimo e 15% com menos de um salário mínimo (CALISTO, 2015).

Calisto (2015, p. 75) identifica, também, que:

As escolas localizadas no campo apresentam um índice mais elevado de evasão escolar, pois os alunos ainda se dedicam às atividades da lavoura. Para as famílias envolvidas no trabalho com a terra existe a necessidade de todos os membros envolverem-se nas atividades, o que resulta numa rotina árdua, sem férias e direitos trabalhistas.

Quanto à escolaridade dos pais dos estudantes das escolas localizadas no campo em Araucária, a pesquisa de Calisto (2015) apresenta que aproximadamente 50% dos pais e responsáveis estudaram até o 5º ano do Ensino Fundamental, 25% até o 9º ano, 16% Ensino Médio e 9% Ensino Superior. Quanto ao acesso à energia elétrica e água encanada, revela que 90% das famílias possuem acesso à energia elétrica e 70% a água encanada.

Os dados coletados nas Propostas Pedagógicas das escolas localizadas no Campo em Araucária revelam que:

As famílias atendidas pelas escolas em sua maioria vivem do trabalho na terra. Na comunidade atendida pela Escola Municipal João Sperandio a maioria das famílias não se dedica mais à agricultura. Os pais, de modo geral, trabalham

nas indústrias do município, como funcionários públicos, motoristas nas propriedades ou no transporte escolar ou como chacareiros, ocasionando alta rotatividade e evasão escolar (CALISTO, 2015, p 75).

Parte da população do campo, pais dos estudantes, trabalha em atividades industriais, comerciais e de serviços na porção urbana do município – cerca de 1606 pessoas - como é o caso apresentado por Calisto (2015), referente à Escola Rural Municipal João Sperandio, onde parte dos alunos são da comunidade da Vila do Sossego.

A comunidade da Vila do Sossego não é uma comunidade do campo, pois trata-se de um loteamento na área rural

de |Araucária, para onde foram transferidas famílias de outras áreas da Região Metropolitana de Curitiba.

Além da Vila do Sossego há a Vila Furman, na região da comunidade do Capinzal, com características de origem idênticas a Vila do Sossego.



Figura 1: Vila do Sossego (2014).
Fonte: Jornal O POPULAR. Disponível em: http://www.opopularpr.com.br/noticias/sem-categoria/loteamentos-irregulares-tomam-conta-da-area-rural/ Acesso em: 23/07/2017.

A figura 2 traz a localização aproximada das 6 escolas no campo do município de Araucária, as quais serão retratadas nas figuras 3 a 8.

O prédio da Escola Municipal Professora Andrea Maria Scherrier Dias abriga o Colégio Estadual Professora Ana Maria Vernick Kava. Segundo dados do censo escolar de 2016, no Ensino Fundamental foram atendidos 219 alunos, distribuídos



Figura 2: Comunidades do Campo em Araucária e localização das escolas do campo.

Fonte: Blog da Secretaria Municipal de Educação de Araucária SMED /2015.

em: 19 na Pré-escola, 35 no primeiro ano, 40 no segundo ano, 40 no terceiro ano, 47 no quarto e 51 no quinto ano. No Colégio Ana Maria Vernick Kava são atendidos 383 alunos distribuídos em: 68 no sexto ano, 50 no sétimo na, 69 no oitavo ano, 52 no nono ano, 59 no primeiro ano do Ensino Médio, 47 no segundo ano e 38 no terceiro.



Figura 3: Foto da Escola Rural Municipal Andrea Maria Scheirreir Dias – comunidade do Tietê.

Foto: Silva e Calisto (2017).

No prédio da Escola Municipal Edvino Nowak também funciona o Colégio Estadual Jocira Gurski. A escola atende 115 alunos, conforme dados de 2016 do INEP (BRASIL, 2017), distribuídos em: 21 alunos no primeiro ano, 24 alunos no segundo ano, 24 alunos no terceiro ano, 20 alunos no quarto e 26 no quinto ano. No Colégio Estadual Jocira Gurski somam-se 125 alunos distribuídos em: 67 no sexto ano, 15 no sétimo ano, 23 no oitavo ano, 18 no nono ano, 22 no primeiro ano do Ensino Médio, 20 no segundo ano e 10 no terceiro ano do Ensino Médio.



Figura 4: Escola Rural Municipal Edwino Nowak – comunidade de Rio Verde Acima. Foto: Silva e Calisto (2017).

O prédio da Escola Municipal João Sperandio também abriga o Colégio Estadual Araucária. Até 2016 atendia alunos do Ensino Fundamental I e II. Em 2017 passou a atender apenas os alunos do Ensino Fundamental I, cabendo ao Colégio Estadual Araucária, em dualidade administrativa do prédio, atender os alunos do Ensino Fundamental II. De acordo com dados do INEP (BRASIL, 2017), em 2016 a escola atendeu no Ensino Fundamental I e II 393 alunos distribuídos em: 19 na Pré-escola, 26 alunos no primeiro ano, 45 no segundo ano, 27 no terceiro ano, 26 no quarto ano, 37 no quinto ano, 73 no sexto ano, 58 no sétimo ano, 45 no oitavo e 37 no nono ano. Como responsabilidade do Colégio Estadual Araucária, foram atendidos no ano de 2016: 36 alunos no primeiro ano do Ensino Médio, 35 no segundo ano e 40 no terceiro ano do Ensino Médio.



Figura 5: Escola Rural Municipal João Sperandio – comunidade de Rio Abaixinho. Foto: Silva e Calisto (2017).

O prédio da Escola Rural Municipal Professora Rosa Picheth também abriga a Escola Estadual Guajuvira. A Escola Rural Municipal Rosa Pichet atendeu, segundo dados de 2016 – INEP (BRASIL, 2017) -, 468 alunos do Ensino Fundamental I e II distribuídos nos seguintes anos do Ensino Fundamental: 11 na Pré-escola, 32 no primeiro ano, 58 no segundo ano, 46 no terceiro ano, 46 no quarto ano, 49 no quinto ano, 60 no sexto ano, 58 no sétimo ano, 47 no oitavo e 61 no nono ano³. A Escola Estadual Guajuvira atendeu: 49 alunos no primeiro ano do Ensino Médio, 28 no segundo ano e 40 no terceiro ano.

³ A partir do ano de 2019 a Escola Rural Municipal Professora Rosa Picheth passa a atender apenas os alunos do 1º ao 5º ano. Os alunos do 6º ao 9º ano passam a ser atendidos pela Escola Estadual Guajuvira.



Figura 6: Foto da Escola Rural Municipal Rosa Picheth – comunidade de Guajuvira. Foto: Silva e Calisto (2017).

A Escola Rural Municipal Presidente Castelo Branco, localizada na comunidade de Capinzal atendeu, segundo dados de 2016, 100 alunos, estes distribuídos em: 16 na Pré-escola, 17 no primeiro ano, 11 no segundo ano, 20 no terceiro ano, 20 no quarto ano e 16 no quinto ano.



Figura 7: Escola Rural Municipal Presidente Castelo Branco – comunidade de Capinzal. Foto: Silva e Calisto (2017).

A Escola Rural Municipal Rui Barbosa atendeu 136 alunos. Os alunos estavam distribuídos da seguinte forma: 14 na Pré-escola, 20 no primeiro ano, 25 no segundo ano, 24 no terceiro ano, 28 no quarto e 16 no quinto ano.



Figura 8: Foto da Escola Rural Municipal Rui Barbosa – comunidade de Lagoa Grande. Foto: Silva e Calisto (2017).

O processo de nucleação das Escolas localizadas no campo em Araucária acarretou, para o atendimento escolar das 41 comunidades consideradas do campo mais a comunidade da Vila do Sossego, a necessidade do uso de transporte escolar. Os alunos que concluem o Ensino Fundamental I nas Escolas Rurais Municipais Presidente Castelo Branco e Rui Barbosa passam a receber atendimento escolar no Colégio Estadual Araucária, que funciona em dualidade administrativa na Escola Rural Municipal João Sperandio, desde 2017. Segundo dados da SMED/2014, apurados por Calisto (2015), os ônibus escolares, para atender os alunos que deles necessitam, percorrem 2541 quilômetros por dia. Nas figuras 9 a 13 é possível ter uma ideia das estradas que dão acesso às escolas, às comunidades e à cidade.



Figura 9: Parte da Estrada de Catanduvas – Acesso á Escola Rural Municipal Rui Barbosa e Castelo Branco. Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 10: Pavimentação da Estrada de Catanduvas - Acesso á Escola Rural Municipal Rui Barbosa e Castelo Branco. Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 11: Avenida Independência - Acesso á Escola Rural Municipal Edwino Novak – comunidade de Rio Verde Acima. Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 12: Estrada do Tietê - Acesso á Escola Rural Municipal Andrea Maria Scheirreir Dias; comunidades do Tietê. Foto: Silva e Calisto (2017).

As figuras 11 e 12 ilustram uma das estradas percorrida pelo transporte escolar no campo. No caso é a estrada que da Rodovia do Xisto que dá acesso às comunidades de Campo Redondo, Lagoa Grande, Capinzal e a Vila do Sossego e no sentido contrário, dá acesso dessas comunidades e alunos a Escola Rural Municipal João Sperandio ou Colégio Estadual Araucária. Cerca de cinco quilômetros da Estrada de Catanduvas, partindo-se da Rodovia do Xisto, possui pavimentação.

A Estrada de Guajuvira é pavimentada em sua totalidade, entretanto as vias que dão acesso interno a outras comunidades não possuem pavimentação.



Figura 13: Estrada de acesso à comunidade de Guajuvira e comunidades próximas. Foto: Silva e Calisto (2017).

Quanto às unidades de atendimento a alunos da Educação Infantil no campo, em Araucária, localizam-se 3 unidades, nas comunidades do Capinzal, Tietê e Guajuvira.



Figura 14: Centro Municipal de Educação Infantil Capinzal – comunidade de Capinzal.

Foto: Silva e Calisto (2017).



Figura 15: Centro Municipal de Educação Infantil Tietê – comunidade do Tietê.

Foto: Silva e Calisto (2017).

Segundo os dados do censo escolar de 2016, o CMEI Capinzal, localizado na comunidade de capinzal atendeu 27 crianças na creche e 27 na Pré-escola. Um novo espaço está sendo construído para o atendimento das crianças de Educação Infantil.

O CMEI Tietê, segundo dados do censo escolar 2016, atendeu 72 crianças, sendo 37 na creche e 35 na Préescola.



Figura 16: Centro Municipal de Educação Infantil Tietê – comunidade do Tietê. Foto: Silva e Calisto (2017).

O CMEI Guajuvira atende 55 crianças de creche e 41 de Pré-escola segundo dados do Censo Escolar de 2016.

Retratado o atendimento escolar no campo em Araucária importa destacar o conjunto de pesquisas acadêmicas – mestrado - que tiveram como objeto a Educação e a Escola do Campo no município.

Inicialmente, destaca-se a pesquisa de Pinto (2010) intitulada "Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo: ensino de Geografia nos Anos Iniciais em Araucária, Paraná". O pesquisador analisa a Organização do Trabalho Pedagógico a partir da prática pedagógica de professores relacionada aos conhecimentos escolares, avaliação, planejamento e as metodologias de ensino utilizadas em seis escolas localizadas no campo. Como resultado de pesquisa Pinto (2010) ressalta que há preocupação com um trabalho pedagógico que se relacione com a comunidade rural. Entretanto, o pesquisador alerta que embora os conteúdos trabalhados sejam os listados nas Diretrizes Municipais de Educação falta o estabelecimento da relação com o trabalho, terra, identidade e cultura do campo. Quanto às categorias próprias da geografia detecta que estas são trabalhadas pelos professores, porém pouco articuladas com o contexto das famílias e o trabalho na agricultura. Segundo Pinto (2010) isso se deve ao fato de que se segue estritamente o que está disposto nas Diretrizes Municipais.

A segunda pesquisa foi produzida por Maciel (2011) que tem como título "Livros Didáticos de História e a Experiência Cultural dos Alunos: estudo em uma Escola do Campo". A pesquisadora teve como objetivo investigar se e de que modo os manuais didáticos podem contribuir para que professores construam relações com a experiência cultural de alunos que vivem no campo. No caso, o estudo se deu em uma escola localizada no campo, com uma professora e alunos do quarto ano do Ensino Fundamental. Como resultado de pesquisa a autora considera que o livro recebido por meio do Programa Nacional do Livro Didático pouco contribuiu para a relação com a experiência cultural dos alunos. Já um livro resultado de um projeto sobre a história local apresenta elementos que se comunicam com a experiência dos alunos, é utilizado pela professora e alunos. Entretanto, a pesquisadora ressalta que pelo fato de a professora ser generalista – formação não específica em uma disciplina – há dificuldades com o conteúdo específico de História e a metodologia apresentada pelo livro.

A terceira pesquisa é de Tibucheski (2012) que trata da "Educação Rural no Município de Araucária/PR: de Escolas Isoladas a Escolas Consolidadas". A pesquisadora problematiza o fechamento de escolas rurais por meio de uma política de nucleação que teve início nos anos 1970. Tibucheski (2012) analisa em sua pesquisa o processo de nucleação e consolidação das escolas rurais no município de Araucária. A pesquisadora evidencia a partir da documentação existente e entrevistas que o processo de consolidação ocorreu sem que fossem consideradas as especificidades dos alunos e oferecendo, como política educacional, uma formação idêntica a dos alunos do meio urbano.

A quarta pesquisa é de autoria de Silva (2014) e intitula-se "Práticas Pedagógicas na perspectiva da Alfabetização: estudo em uma escola do campo". A pesquisadora analisa a prática pedagógica de alfabetização e letramento da professora de Língua Portuguesa e da professora de apoio do quinto ano do Ensino Fundamental da Escola Rural Municipal Rosa Picheth. Silva (2014) conclui que há a necessidade de projetos e práticas significativas a partir

da realidade do aluno visando a uma concepção que valorize e reconheça a cultura e identidade dos sujeitos do campo.

A sexta pesquisa é de Calisto (2015) intitulando-se "Políticas de Formação Continuada de Professores no Município de Araucária: elementos orientadores". O objeto de pesquisa centraliza-se nos elementos orientadores das políticas de formação continuada dos professores das escolas localizadas no campo, no município de Araucária, entre 2005 e 2014. Calisto (2015) analisa as políticas nacionais de orientação da formação continuada para professores das escolas do campo e as diretrizes municipais para essa formação. Utilizou-se também de questionário para a compreensão do processo formativo dos professores no período demarcado. Calisto (2015) conclui que as políticas municipais de formação continuada precisam ser replanejadas para o atendimento no que dispões os referenciais da Educação do Campo.

A última pesquisa é a de Teles Maria (2015), cujo título é "A Prática Pedagógica com o uso de livros didáticos em escolas localizadas no campo". Teles Maria (2015) problematiza a prática pedagógica com o uso do livro didático do Programa Nacional do Livro Didático, PNLD – Campo de 2013. Para isso, investigou o uso do livro didático nas turmas de quinto ano do Ensino Fundamental em uma escola localizada no campo no município de Araucária. Como resultado de pesquisa Teles Maria (2015) aponta que embora a prática dos professores tenha uma herança urbano-industrial, estes buscam superá-la em direção a um modelo centrado na concepção de Educação do Campo.

Considerações Finais

Ao se retratar o atendimento escolar no campo no município de Araucária, observou-se, no conjunto das análises, o processo de nucleação das escolas localizadas no campo. Processo de nucleação que, à primeira vista, se pode ser colocado na qualidade da baixa densidade demográfica do campo. Entretanto, é preciso buscar os determinantes do processo de nucleação como resultado do processo de industrialização concomitante com o processo de desvalorização da vida no campo e da falta de políticas que permitissem à manutenção da vida no campo em condições idênticas a vida no meio urbano: acesso à saúde, bens e serviços, locomoção e produção econômica – principalmente dos pequenos proprietários.

A baixa densidade demográfica, é oriunda do processo de industrialização e das parcas condições oferecidas às populações do campo que tem, como resultado, no processo de desenvolvimento do capitalismo, ou direcionado por ele, a constituição dos territórios de monocultivos de grãos e cereais.

No entanto, e contraditoriamente ao processo de constituição dos territórios do monocultivo, observou-se, como contraponto, o território da pequena Agricultura Familiar em desenvolvimento e com possibilidades de crescimento no que tange às formas de produção baseadas no associativismo de pequenos produtores.

Há que se considerar, ainda, na qualidade de contradição, um processo de constituição de vilas urbanas no campo no município de Araucária como resultado, ao que se supõe, da altíssima densidade demográfica no meio

urbano e a falta de moradia, principalmente aos extratos da classe trabalhadora com menor condição material e que não possui vínculo com a produção econômica e os modos de vida no campo.

Outro ponto a se considerar se refere à produção econômica, na forma de serviços e comércio, existentes no campo. No caso, a especial atenção ao pequeno comércio varejista — mercadinhos - que supre um conjunto de necessidades e acesso a bens diários e que, por isso, cumprem uma função social de manutenção da vida no campo.

Assim, sem considerar a produção, o trabalho e sua territorialidade no campo não há o que se propor em termos da Educação do Campo às novas gerações, do contrário atende-se não mais que a um formalismo pedagógico que não considera o essencial na vida do campo: a produção material da existência de qualquer indivíduo. Formalismo pedagógico que pode se colocar como meio de desvalorização da vida e do sujeito que vive no campo. É preciso considerar nas políticas, currículos e práticas da Educação do Campo ou das escolas localizadas no campo a produção material, a Agricultura Familiar e a produção com base no associativismo. É preciso colocar os contrapontos ente as formas de produção e o mundo do trabalho no campo, suas territorialidades. Produção que tem que ser considerada como condição primeira da vida no campo — o que não exclui outros complexos como: o da cultura, da política, e dos espaços de sociabilidade. No entanto, observa-se pelas pesquisas de Pinto (2011), Maciel (2011), Silva (2014) Calisto (2015) e Teles Maria (2015) um movimento de superação do formalismo pedagógico a partir da prática pedagógica e organização do trabalho pedagógico em direção à concepção de Educação do Campo.

Referências

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2016: microdados. Brasília, DF: INEP, 2017.

CALISTO, Simeri de Fátima Ribas. Política de Formação Continuada para os Professores das Escolas localizadas no Campo do Município de Araucária e seus elementos orientadores. 184 Fls. **Dissertação.** Universidade Tuiuti do Paraná, 2015.

CNEC, I Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. **Compromissos e Desafios.** Por uma Educação Básica do Campo. Semente que Vamos Cultivar. CNBB-MST-UNICEF-UNESCO-UNB. Luziânia/GO. 27 a 31 de julho de 1998

CNEC, Il Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. **Declaração Final:** Por uma Política Pública de Educação do Campo. Educação do Campo – direito nosso, dever do Estado. Luziânia/GO, 2 a 6 de agosto de 2004

ENERA, 1º Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro.** MST – Reforma Agrária: uma luta de todos. Brasília, 28 a 31 de julho de 1997

ENERA, 2º Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Manifesto das Educadores e dos Educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro.** Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!. Luziânia, GO, 21 a 25 de setembro de 2015.

FONEC, Fórum Nacional de Educação do Campo. Manifesto à Sociedade Brasileira. Seminário Nacional. BSB, 15 A 17 de agosto de 2012.

MACIEL, Édina Soares. Livros didáticos de História e a experiência cultural dos alunos: estudo em uma escola do campo. 183 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011

PINTO, Daniel José Gonçalves. Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensino de geografia nos anos iniciais em Araucária, Paraná. 2010. 106 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2010

SILVA, Eliane de Souza. Práticas pedagógicas na perspectiva da alfabetização e letramento: estudo em uma escola do campo. 2014. 165 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014

TELES MARIA, Francisco de Assis. A prática pedagógica com o uso de livros didáticos em escolas localizadas no campo. 2015. 203 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015

TIBUCHESKI, Jaqueline Kugler. Educação rural no município de Araucária/PR: de escolas isoladas a escolas consolidadas. 2012. 181 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012

Apêndice Região Metropolitana de Curitiba - caminhos a percorrer

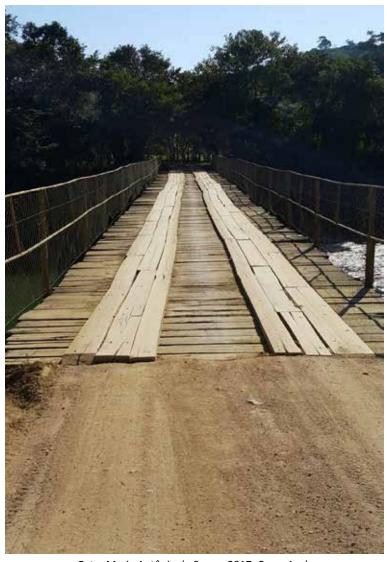


Foto: Maria Antônia de Souza, 2017. Cerro Azul.





Projeto Observatório da Educação/ CAPES - Edital 049/2012: a Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: diagnóstico, Diretrizes Curriculares e reestruturação dos Projetos Político-Pedagógicos

Roteiro para levantamento de dados e caracterização dos Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba

O livro Retratos da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foi pensado a partir das pesquisas realizadas nos municípios. Foram identificadas as características do trabalho no campo, os usos do solo, as instituições escolares, os elementos da participação sociopolítica e as áreas de proteção ambiental. Durante os estudos, muitos olhares foram lançados à Região. Um deles em especial tem a ver com classes sociais, pois é notória a desigualdade presente no território metropolitana. São 29 municípios que oscilam desde o mais rico até o mais pobre, desde a área de maior concentração populacional à área de menor densidade demográfica. A classe trabalhadora do campo vive entre o trabalho na agricultura familiar, o assalariamento e serviços domésticos nas chácaras de lazer ou em áreas de atividades turísticas, bem como trabalham nas cidades como assalariados. Ou seja, o campo tem sido lugar de trabalho e também dormitório para aqueles que trabalham nas cidades. No campo, os agricultores familiares trabalham individualmente ou estão organizados em associações de produtores. Também, o campo é lugar de empreendimentos econômicos de grande porte, como indústrias de transformação e exploração de pinus e eucalipto. Lugar de produção em larga escala, de produtos como soja e milho. Lugar de trabalho dependente, ou seja, vinculado a indústrias de laticínios, suínos e aves. Campo e cidade são lugares de contrastes advindos da relação capital x trabalho.

A formação educacional da classe trabalhadora é realizada nas escolas públicas. Na RMC são 224 escolas no campo, entre municipais e estaduais, sem incluir os Centros de Educação Infantil. A maior parte das escolas tem sido nucleada e aproximadamente 1/3 possui a organização pedagógica no formato "multisseriado".

Para realizar a compreensão da RMC, o coletivo que forma o NUPECAMP organizou um roteiro centrado em temas que auxiliariam a entender e valorizar as comunidades locais, os povos do campo, a ruralidade dos municípios,

enfim, a compreender a contradição presente no modo de produção capitalista que gera riqueza de um lado e, gera pobreza de outro lado.

Ao finalizar a obra Retratos da Região Metropolitana de Curitiba, o coletivo decidiu inserir como apêndice da obra o roteiro que foi utilizado durante seis anos de investigação nos municípios. O roteiro foi revisto várias vezes e não exerceu o efeito de "camisa de força". Ele foi um ponto de partida para lançar "olhares" e interrogações para o campo, os trabalhadores do campo, para o município e para as escolas. Esses olhares geraram livros, acervo documental, acervo fotográfico e vídeos disponibilizados no site do NUPECAMP, a saber: http://universidadetuiuti. utp.br/nupecamp/projetos.asp

O roteiro ficou assim configurado e pode ser utilizado para fins pedagógicos nas escolas e nas organizações sociais:

Sobre o trabalho no campo, sujeitos e os usos do solo

- 1. O estudo tem início pelo levantamento de dados junto ao IPARDES (http://www.ipardes.gov.br), CADERNOS MUNICIPAIS, para verificar o número de proprietários de terra, a área em hectares utilizada para cultivo ou criação de animais, os principais produtivos e criação de animais dos municípios.
- 2. Identificação de associação de produtores, sindicatos, organizações não-governamentais, movimentos sociais etc. mediante diálogo com pessoas das comunidades, professores moradores do campo entre outros.
- 3. Identificação das comunidades rurais existentes nos municípios. Essa atividade tem sido feita a partir do trabalho com as famílias e com os educandos das escolas do campo. Os municípios possuem dezenas de comunidades no campo, a maioria pouco conhecida das equipes pedagógicas.
- 4. Pesquisar atividades de turismo rural? Fazer um quadro e indique o tipo de atividade de turismo rural. Por exemplo: Circuitos Turísticos, como por exemplo: Circuito Italiano (Colombo), Caminhos da Natureza em Almirante Tamandaré, entre outros. Verificar o que estes circuitos oferecem, por exemplo: Pesque e pague, restaurantes rurais, produções típicas de frutas, hotéis, cavalgadas, entre outros
- 5. Identificação dos povos do campo nos municípios, a exemplo dos Faxinalenses, Quilombolas, Assentados, Agricultores Familiares e Indígenas.
- 6. Análise da estrutura agrária dos municípios, mediante levantamento de dados junto ao Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG, disponível em http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=160) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, disponível em http://www.incra.gov.br/tree/info/file/10000). Por esses institutos, constata-se que o Paraná possui, aproximadamente, 550 mil imóveis rurais particulares, sendo aproximadamente 200 mil imóveis com até meio módulo fiscal (o módulo fiscal oscila de 5 a 30 hectares). E, cerca de 150 mil possuindo entre 0,5 a 1 módulo fiscal. Outros 100 mil imóveis possuem de 1 a 2 módulos fiscais. Ou seja, praticamente, 450 mil imóveis são pequenas propriedades. Essa realidade diz da ruralidade do estado e do trabalho no campo, centrado na agricultura familiar.

Aspectos socioespaciais e ambientais

- 1. Qual o grau de urbanização e o Índice de Desenvolvimento Humano de cada município (IDH)? Qual a densidade demográfica?
- 2. Pesquisar dados sobre: a população em relação à faixa etária; população economicamente ativa; postos de trabalho.
- 3. Solicitar mapas municipais com a divisão administrativa por bairros (áreas urbanas e rurais, outras comunidades como; ribeirinhos, quilombolas, indígenas, etc.).
- 4. Verificar se os municípios possuem planos diretores. (Normalmente quando existe o plano diretor do município há mapas, inclusive contemplando áreas rurais, urbanas, áreas de proteção ambiental, projetos de empreendimentos empresariais etc.).
- 5. Caracterizar as comunidades tradicionais como: quilombolas, ribeirinhos, indígenas, faxinalenses, entre outras. O site do INCRA Paraná disponibiliza informações sobre as áreas de assentamentos de reforma agrária no Paraná.
- 6. Entrar em contato com as secretarias (em especial a de planejamento e obras), dos municípios para verificar como é realizado o atendimento às comunidades rurais e quais são os programas e projetos desenvolvidos com estas comunidades.
- 7. Verificar se há no município EMATER e entrar em contato para saber qual é a assistência técnica e/ou outros trabalhos desenvolvidos nas comunidades.
- 8. Caracterizar o município ambientalmente, verificando a qual bacia hidrográfica pertence o município; a incidência de transbordamento dos rios e de enchentes periódicas, de deslizamento de encostas e morros; e os níveis de ocupações irregulares.
- 9. Verificar quais as Unidades de Conservação existentes, APA Área de Proteção Ambiental, Área de Especial Interesse Turístico, Reserva da Biosfera, Reserva Biológica, Patrimônio da UNESCO, AIPE Área de Interesse e Proteção Especial, entre outras.

Alguns sites que podem ser consultados são:

IAP: http://iap.gov.pr.br

SEMA: http://sema.gov.br

COMEC: http://www.comec.pr.gov.br/
MINEROPAR: www.mineropar.pr.gov.br

CPRM: www.cprm.gov.br

Aspectos educacionais

- 1. Quantas escolas MUNICIPAIS e ESTADUAIS existem em cada município? Quantas estão localizadas na área rural?
- 2. Qual o número de analfabetos e qual o IDEB de cada município?
- 3. Qual a Taxa de distorção idade/série de cada município.
- 4. Os municípios possuem transporte escolar? O transporte escolar atende a quais escolas?
- 5. Quais projetos estão sendo desenvolvidos pela secretaria municipal de cada município, direcionados às escolas do campo?
- 6. Verificar se o município possui Diretriz Municipal de Educação, Plano Municipal de Educação, Projeto Político Pedagógico, Conselho Municipal de Educação. Verificar se tais documentos são disponibilizados em site ou blogs do município.
- 7. Verificar a presença da Coordenação de Educação do Campo e destacar as ações desenvolvidas.
- 8. Identificar a existência da rede de proteção social no município. Como funciona e a periodicidade dos projetos desenvolvidos?
- 9. Levantar dados sobre a política de nucleação e fechamento de escolas no campo.
- 10. Indicar os principais processos de formação continuada ofertados nos municípios.
- 11. Verificar o plano de carreira docente municipal.
- 12. É aplicada a Lei do PSPN (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm) em relação ao piso e hora-atividade? Qual o percentual de hora-atividade?

ROTEIRO DE ANÁLISE DOS PPP OBEDUC Edital 049/2012 Escolas da Região Metropolitana de Curitiba
Responsável pela análise:
Data da análise:
Município: Escola:
Na capa, verificar se aparece na nomenclatura RURAL ou Do CAMPO:
Onde está localizada a escola? Faxinal, assentamento, quilombola, no campo
Oferta de ensino: Educação infantil () Anos iniciais: ()
Se parcial () ou integral ()
Ano de construção do projeto:
Ano de início de funcionamento da escola:
No marco situacional aparecem considerações sobre o campo? características da comunidade.
Quais são os objetivos gerais?
Apresenta, no histórico, referências ao campo?
Qual a realidade retratada da escola?
Se faz referência as comunidades atendidas. Quais?
Apresenta a infraestrutura da escola?
Qual a identidade da escola? os valores expressos, a concepção de educação, homem, sociedade, os valores. (marco conceitual, filosófico)
No marco operacional: quais ações são propostas?
Quais referências (autores, legislação) utiliza?
Quais projetos e ou atividades complementares são desenvolvidas?
Quais parcerias existem?
Como ocorre a formação continuada dos professores? Alguma formação é voltada para educação do campo?
No PPP consta a proposta pedagógica curricular?
Como é definida a avaliação do PPP? (noção de reformulação)

Sobre os Autores

André Luiz Batista da Silva

Licenciado em História pela Unespar – Campus FAFIPAR/Paranaguá. Mestre em Educação e Tecnologia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Escola, cultura e ensino. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Professor da Educação Básica da Rede Municipal de Educação de Araucária e Professor do curso de Pedagogia da Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná – FANEESP. E-mail: andrepropar@gmail.com

Camila Casteliano Pereira

Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora junto à Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré. Professora do Centro Universitário UniOpet. Foi bolsista CAPES/OBEDUC no período de 2015 a 2017. E-mail: camicps@gmail.com

Denise Terezinha Coreluk Karas

Formada em Normal Superior, com especialização em Educação Inclusiva. Professora da rede municipal de ensino da Lapa. Foi bolsista CAPES/OBEDUC junto ao NUPECAMP/UTP no período de março de 2013 a fevereiro de 2017. E-mail: denise.karas@bol.com.br

Donizete Aparecido Fernandes

Licenciatura em Filosofia e História pela Universidade São Francisco – Itatiba; Especialização em Ciência Política, IBPEX (1999), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2004), Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2016). Professor do Colégio da Polícia Militar do Paraná. Tem experiência na área do Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: mundialização; educação e trabalho; marxismo; políticas sociais; políticas públicas; luta de classes; movimentos sociais; formação política. E-mail: hegemoniaproletaria@ hotmail.com

Fábia Rezende Pinto

Graduada em Pedagogia e pós-graduada em Psicomotricidade Relacional no Centro Internacional de Análise Relacional (CIAR). Professora junto à Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré desde 2006. Professora do Centro Universitário UniOpet. E-mail: prof.fabiarezende@hotmail.com

Fabiana Aparecida Franco Rodrigues

Professora da Educação Infantil e Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Fazenda Rio Grande, Professora/Tutora de Pedagogia pela UniOpet, Licenciatura Plena em Pedagogia- 2010- Universidade Castelo Branco. Especialista em Educação do Campo 2014- Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre em Educação- 2017 pela Universidade Tuiuti do Paraná Pesquisadora do NUPECAMP - Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas — E-mail: fabyfranco hotmail.com

Gerson Luiz Buczenko

Doutor em Educação na Universidade Tuiuti do Paraná. Docente da Faculdade CNEC Campo Largo e do Colégio Cenecista Presidente Kennedy. E-mail: buczenko@uol.com.br.

Josélia Schwanka Salomé

Graduação em Educação Artística pela UFPR e Dança pela PUCPR. Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Doutora em Arte pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-graduação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Coordenadora de Pesquisa, Iniciação Científica e Editoração Científica da Universidade Tuiuti do Paraná. Editora dos periódicos Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional e Tuiuti: Ciência e Cultura. Pesquisa Educação Estética e Políticas Educacionais. E-mail: joselia.salome@utp.br

Maria Antônia de Souza

Graduada em Geografia pela UNESP-Presidente Prudente (1991). Mestre e Doutora em Educação pela UNICAMP (1994; 1999). Bacharel em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná (2012). É professora Associada C na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É professora Adjunta da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação. Tem artigos, livros e capítulos de livros publicados versando sobre o tema movimentos sociais e educação do campo. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1C. Participa do GT 3 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, ANPEd. E-mail: maria.antonia@pq.cnpq.br

Maria Arlete Rosa

Graduada em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (1978). Graduada em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Mestre e Doutora em Educação pela PUC- São Paulo (1991; 1999). É professora Adjunta da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação. Tem artigos, livros e capítulos de livros publicados versando sobre o tema de educação ambiental e educação do campo, políticas públicas, movimentos sociais. É pesquisadora colaboradora do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas. E-mail: mariaarleterosa@gmail.com

Maria de Fátima Rodrigues Pereira

Graduada em História pela Universidade de Coimbra, doutora em Educação pela Unicamp. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Autora das obras: Concepções de História na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, da editora Grifos, em 2002, e Formação de Professores: debate e prática necessários a uma educação emancipada, da editora Argos, em 2010, entre outras, é líder do Grupo de Pesquisa/CNPq Trabalho, Educação e Políticas Educacionais/Linha Formação de Professores, suas pesquisas estão centradas no campo da formação e trabalho de professores. E-mail: maria. pereira@utp.com.br

Maria lolanda Fontana

Graduada em Pedagogia pela UFPR, mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e doutora em educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação da Universidade Tuiuti do Paraná. Pesquisadora do Observatório da Educação - Obeduc/Capes. E-mail: maria. fontana1@utp.br

Marilei de Fátima Ferreira Gonçalves

Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e, Bolsista do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Internacional de Curitiba – Facinter. Cursou Especialização em Educação Especial Inclusiva na mesma instituição e, Educação Física Escolar pela Faculdade São Bras. Atua como Professora da Educação Básica no Município de Campo Largo – PR. A pesquisa foi desenvolvida com Bolsa Capes/OBEDUC, no período de 4/2016 a 2/2017. E- mail: marileicmei@ hotmail.com

Regina Bonat Pianovski

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná na linha de pesquisa: práticas pedagógicas e elementos articuladores. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP - UTP). Bolsista CAPES/OBEDUC no período de mar/2013 a fev/2017. Professora adjunta no curso de Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: regina.bonat@utp.br

Rita das Dores Machado

Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná-2016; Pós Graduação em Educação do Campo pela Universidade Tuiuti do Paraná-2015; Graduada em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná-2013; Pós Graduação em Gestão Pública pela CIPEAD-UFPR 2013; Pós Graduação em Pedagogia Escolar pelo IBPEX-

2004; Curso de Formação Superior de Professores pela PUC- Paraná-2002; colaboradora do grupo de pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Praticas Pedagógicas (NUPECAMP), bolsista do Observatório de Educação (CAPES) pela UTP-PR 2013 a 2016. E-mail: ritabir@hotmail.com

Rosana Aparecida da Cruz

Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Psicopedagogia. Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação do Município de Tijucas do Sul. Integra o grupo de Pesquisa NUPECAMP (Núcleo de pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas) pela Universidade Tuiuti do Paraná. Foi Bolsista CAPES/OBEDUC do Projeto intitulado "Realidade das escolas do campo na Região Sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização letramento e formação de professores". Pesquisadora e colaboradora do projeto "A Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: diagnóstico, Diretrizes Curriculares e Reestruturação dos Projetos Políticos-Pedagógicos". Integrante da Articulação Paranaense da Educação do Campo. Desenvolve pesquisas sobre Educação do Campo e Projeto Político-Pedagógico. E-mail: rosanacruz2007@yahoo.com.br.

Rosângela Cristina Rosinski Lima

Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná, Linha de Pesquisa: Práticas Pedagógicas: elementos articuladores. Graduação em Pedagogia e Direito. Participante do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação do Campo. Professora da R.M.E. de São José dos Pinhais e da UNESPAR. E-mail: rosangela. rosinski16@gmail.com

Rosemeri Rasmussen

Formada em Pedagogia e Arte-Educação, com especialização em Gestão Educacional – Organização Escolar e Trabalho Pedagógico. Professora da Rede Municipal de Ensino da Lapa. Pesquisadora colaboradora do Nupecamp/ UTP. Tutora do curso de Pedagogia/UAB/UNICENTRO. E-mail: rosemerirasmussen@gmail.com

Sandra Aparecida Machado Polon

Formada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação pela UTP. Professora do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Pesquisadora colaboradora do NUPECAMP/UTP. Coordenadora do Curso de Pedagogia a distância- UAB/UNICENTRO. E-mail: sandrapolon@yahoo.com.br

Valéria dos Santos Cordeiro

Mestre em Educação UTP-2016 - Universidade Tuiuti do Paraná, Bolsista CNPQ. Professora do Quadro Próprio do Magistério-SEED-PR, município de Bocaiúva do Sul. Especialista em: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira;

Psicopedagogia. Graduada em Letras. Pesquisadora Colaboradora do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo em Projeto Observatório da Educação do Campo II. E-mail: vvcordeiro@gmail.com

Vanusa Emília Borges

Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora/Tutora Presencial do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Opet. Pós-graduanda no curso de Especialização em Educação a Distância. Bolsista CAPES/OBEDUC no período de março/2014 a março/2016. E-mail: vanusaemilia2016@gmail.com

